

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Marcelo El Khouri Buzato

**Entre a Fronteira e a Periferia:
linguagem e letramento na inclusão digital**

Campinas
2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - UNICAMP

Buzato, Marcelo El Khouri.

Entre a fronteira e a periferia : linguagem e letramento na inclusão digital / Marcelo El Khouri Buzato. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Denise Bértoli Braga.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

B988

e

1. Inclusão. 2. Inclusão digital. 3. Letramento digital. 4. Hibridismo. 5. Globalização. I. Braga, Denise Bértoli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Between the border and the outskirts: language and literacy in digital inclusion.

Palavras-chaves: em inglês (Keywords): Inclusion; Digital divide; Digital literacy; Hybridity; Globalization.

Área de concentração: Linguagem e Tecnologia.

Titulação: Doutor em Lingüística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Denise Bértoli Braga (orientadora), Prof Dr. Lynn Mário Trindade Meneses de Souza, Profa. Dra. Maria Helena Silveira Bonilla, Profa. Dra. Roxane Helena Rodrigues Rojo e Profa. Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher.

Data da defesa: 18/07/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.

Marcelo El Khouri Buzato

**Entre a Fronteira e a Periferia:
linguagem e letramento na inclusão digital**

Tese de Doutorado
apresentada à Pós-Graduação
do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas para
obtenção do título de Doutor
em Lingüística Aplicada.

Denise Bértoli Braga
Orientadora

Campinas
2007

BANCA EXAMINADORA

Denise Bértoli Braga

Denise Bértoli Braga

Roxane Helena Rodrigues Rojo

Roxane Helena Rodrigues Rojo

Terezinha de Jesus Machado Maher

Terezinha de Jesus Machado Maher

Maria Helena Silveira Bonilla

Maria Helena Silveira Bonilla

Lynn Mário Trindade Menezes de Souza

Lynn Mário Trindade Menezes de Souza

Walkyria Maria Monte Mor

Ivan Luiz Marques Ricarte

Paulo de Tarso Gomes

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Examinadora em:

Denise Bértoli Braga

IEL/UNICAMP

Julho/2007.

A Beatriz,
tudo,
sempre.

Agradecimentos

Ao UOL (www.uol.com.br) que financiou parte deste projeto através do Programa UOL Bolsa Pesquisa, processo número 20060509140453a.

À Casa Brasil Água e Vida, seus dirigentes, voluntários e frequentadores, por me incluírem, sem temores e sem ressalvas, no seu cotidiano, e por permitirem generosamente que eu compartilhasse suas interpretações, dilemas, esperanças e certezas com outros que buscam superar desigualdades respeitando diferenças.

Aos professores Ilana Snyder, Lynn Mário T. M. de Souza, Mark Warschauer, Roxane Rojo, Teca Maher e Walkyria Monte Mór, cuja generosidade intelectual e disposição para o diálogo dentro e além de suas áreas de especialidade foram importantes para a construção do problema e do quadro conceitual que utilizei nessa pesquisa.

Aos colegas, professores e funcionários do IEL que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação nas idas e vindas dos últimos dez anos.

À minha mulher Valéria, minha mãe Maria, minha tia Dine, e meus irmãos Eduardo e Ricardo, pelo incentivo ao longo deste caminho cheio de altos e baixos.

À minha orientadora, Denise Bértoli Braga, por me ajudar a manter os pés no chão sem tirar a cabeça da lua.

“Errar é humano – botar a culpa no computador é mais ainda.”

BUZATO, Marcelo El Khouri. Entre a Fronteira e a Periferia: Linguagem e Letramento na Inclusão Digital. 2007. 284f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RESUMO

O trabalho propõe uma revisão do conceito de inclusão digital buscando superar a noção tradicional de inclusão como acesso puro e simples às novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), e trazendo para o plano frontal da análise o contraste entre as diferentes visões da relação entre sociedade, cultura e tecnologia que fundamentam os discursos acadêmicos, políticos e do senso comum em torno da inclusão digital hoje. Tais visões são acareadas e avaliadas criticamente através do conceito de hibridismo, em seus diversos modos de atuação e teorização, conceito este entendido como central para a compreensão de fenômenos socioculturais típicos da era pós-nacional e pós-industrial na qual surge a noção de inclusão digital. A partir do hibridismo, o trabalho retoma as linhas básicas da pesquisa corrente em linguagem digital e letramento digital para propor modelos de análise supostamente mais congruentes com a problemática da inclusão, em suas dimensões social e cultural. Tais modelos são aplicados em dois estudos exploratórios, a saber, uma análise da linguagem digital tal qual instanciada na versão brasileira da página digital de uma empresa transnacional de comunicação, e um estudo de caso realizado em um telecentro da periferia de Guarulhos. A análise da página digital mostrou que os diferentes modos da atuação do hibridismo naquele discurso burlam distinções, até então tomadas como axiomáticas, entre o verbal e o não-verbal, o local e o global, o técnico e o cultural, entre outras, mas que esses cruzamentos de fronteira não são necessariamente transgressivos, servindo igualmente a mecanismos de coerção do sujeito. O estudo de caso no telecentro mostrou que diferentes modos de enunciação da inclusão digital (alguns mais reprodutórios, outros mais emancipatórios) ocorrem simultaneamente num mesmo contexto (em virtude de sua própria heterogeneidade), e que as formas de apropriação das TIC por uma comunidade em situação de desvantagem social não coincidem, necessária e/ou exatamente, com o que os idealizadores de projetos daquele tipo interpretam como inclusão digital.

Palavras-chave: inclusão; inclusão digital; letramento digital; hibridismo; globalização

BUZATO, Marcelo El Khouri. *Between the Border and the Outskirts: Language and Literacy in Digital Inclusion*. 2007. 284f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ABSTRACT

The thesis presents a revision of the concept of digital inclusion with a view to overcoming the traditional notion that digital inclusion equals access to Information and Communication Technologies (ICTs). In doing so, it foregrounds contrasting views of the relations among culture, society and technology that provide the basis for the various academic, political and common-sense discourses of inclusion. Hybridity, taken as a central concept for describing sociocultural phenomena typical of a post-national, post-industrial world where the concept of digital inclusion pops up, is then applied to an analysis of the current research in of new media language and literacies. Such analysis generates new models of digital language and literacy – supposedly more congruous with the social and cultural dimensions of inclusion in its present configuration – which are then applied in two exploratory case studies. The main page of the Brazilian version of a transnational media corporation is analyzed in an effort to explain how the different modes of hybridisation therein support the construction of glocality. The analysis shows that hybridity dismantles long held dichotomies between the verbal and the non-verbal, the local and the global, the technical and the cultural, among others, but it also attests to the fact that hybridity is not always transgressive, as it can also be used to coerce the social subject. A second case study is carried out in a telecentro (a centre for public access to the Internet) on the outskirts of Guarulhos (an industrial town in the São Paulo metropolitan region), which attempts at disclosing the different modes of enunciation of digital inclusion (some reproductive of social order, some emancipatory) that take place in that, on account of its heterogeneity. The findings in this study show that the modes of appropriation of the ICTs in an underserved community do not necessarily coincide with what project designers interpret as digital inclusion.

Key-words: inclusion; digital inclusion; digital literacies; hibridity; globalization

Lista de Figuras

Figura 1 - Anúncio de computador subsidiado para o professor.....	14
Figura 2 - Site da empresa responsável pela administração do centro comunitário.....	17
Figura 3 – Significados de uni-, multi-, inter- e trans-.....	29
Figura 4 - A página principal do site da MTV Brasil em 01/11/2005	105

Lista de Quadros

Quadro 1 - Alguns itens de um glossário de bloguês disponível na WWW	80
Quadro 2 - Dicotomia verbal/visual, segundo Kress (2005) e contra argumentos	86
Quadro 3 - Excertos do código fonte da página digital da MTV Brasil	126
Quadro 4 - Resumo dos resultados da análise do website da MTV Brasil	134

Lista de Siglas e Abreviaturas

CBAV	Casa Brasil Água e Vida
DMNU	Declaração do Milênio das Nações Unidas
ECDL	European Computer Driving License
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
HTML	Hypertext mark-up language
ID	Inclusão Digital
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
LD	Letramento Digital
MTV	Music Television
SPAM	Sending Particularly Annoying Messages
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
URL	Uniform Resource Locator

Sumário

Capítulo 1:	Introdução	11
1.1.	Preâmbulo: procurando a tal de Inclusão Digital.....	11
1.2.	Uma questão de perspectiva	23
1.3.	Uni-, multi-, inter- e trans-?	27
1.4.	Multiculturalismo: inclusão como produção da diferença	30
1.5.	Hibridismo: inclusão como tensão criativa e transformação permanente.....	32
Capítulo 2:	Inclusão digital.....	37
2.1.	Tecnologia-sociedade-cultura: determinismo, neutralismo, mediação	37
2.2.	Inclusão digital como invenção do cotidiano	46
2.3.	Ciclo virtuoso?.....	55
2.4.	O paradoxo da inclusão na globalização	60
2.5.	Inclusão digital como hibridização	67
Capítulo 3:	Linguagem digital	75
3.1.	Uma visão de linguagem é uma visão de Inclusão	75
3.2.	Focalizando o hibridismo	76
3.3.	O debate em torno de novas concepções de linguagem	82
3.4.	Linguagem, Modalidade e Tecnologia	89
Capítulo 4:	Construindo a glocalidade via linguagem: a página digital da MTV Brasil.....	101
4.1.	Justificativa.....	101
4.2.	Método	102
4.3.	Perguntas de pesquisa.....	104
4.4.	A página visível	106
4.5.	O Código Fonte	119
4.6.	Sumário dos resultados	133
4.7.	Conclusão: incluídos na fronteira.....	139
Capítulo 5:	Letramento e Inclusão na era digital.....	141
5.1.	Alfabetização ou letramento?	142
5.2.	Perspectivas históricas de letramento e inclusão.....	146
5.3.	Letramento(s) Digital(is): problematizando o conceito	158
5.4.	Significados do letramento e concepções estratégicas de inclusão digital.....	174
Capítulo 6:	Estudo de caso exploratório: Casa Brasil Água e Vida.....	177
6.1.	Introdução e Pressupostos	177
6.2.	Perguntas de pesquisa.....	178
6.3.	Paradigma de pesquisa	179
6.4.	Método	180
6.5.	Procedimento de coleta dos dados.....	181
6.6.	Tratamento dos dados.....	182
6.7.	Contexto do estudo	182
6.8.	Os sujeitos.....	188
6.9.	Discussão dos resultados.....	190
6.10.	Sumário.....	232
6.11.	Conclusão: mostrar a enunciação não é prescrever a inclusão	239
Capítulo 7:	À guisa de conclusão	241
7.1.	Buracos na interface.....	241
7.2.	Inclusão digital e escola: entrelaçamentos.....	243
7.3.	Voltando a um começo.....	247
	Referências bibliográficas.....	253
	Anexo - Código Fonte da página digital da MTV Brasil	265

Capítulo 1: Introdução

1.1. **Preâmbulo: procurando a tal de Inclusão Digital**

No momento em comecei a redigir as bases desse projeto de pesquisa, achava, como ainda acho, inclusão digital algo bastante difícil de definir. Por exemplo, acabo de assistir a um comercial de TV em que o governo do estado de São Paulo anuncia serem "650 mil novos incluídos digitais" os 650 mil usuários cadastrados nos seus centros públicos de acesso à Internet. Inclusão digital, então, é promover ou possibilitar o acesso esporádico de cidadãos a computadores conectados à Internet por meio de dispositivos públicos ou políticas de subsidio à compra de computadores pela população de baixa renda. Será isso?

Decido fazer uma busca na WWW com a palavra chave "inclusão digital". Obtenho uma cópia eletrônica do Mapa da Exclusão Digital (NÉRI, 2003, p.12, 26), no qual aparece a expressão "incluídos digitais domésticos" referente à parcela da população que "detém computador em seus domicílios, com ou sem acesso à Internet". Leio mais um pouco o documento e me deparo com a idéia de que é possível "sofisticar o sistema de instrumentos financeiros dos pobres, colateralizando benefícios sociais a partir da tecnologia disponível", em referência ao sistema de cartões magnéticos implementado pelo governo federal para o pagamento da "bolsa família". Juntando o comercial do governo estadual e o Mapa da Exclusão, as coisas ficam um pouco mais complexas. Inclusão digital (doravante ID) se refere a ter um computador em casa, com ou sem acesso à Internet, mas também a utilizar dispositivos públicos de acesso, ou então não ter computador nem acesso, mas tirar proveito de "instrumentos sofisticados" que colocam os desconectados "no sistema". Mas se inclusão digital é só isso, dar "acesso" direta ou indiretamente, por que uma tese sobre o assunto?

Simple: porque, parodiando Orwell, alguns incluídos são mais incluídos do que os outros! Talvez uma analogia com o automóvel, grande carro-chefe das sociedades industriais nas quais pessoas da minha idade cresceram, seja útil. Todos os moradores de uma grande cidade ocidental

são hoje "incluídos automobilísticos". Alguns têm carros, alguns até mais do que um carro; alguns poucos fabricam ou vendem carros, ou têm carros fabulosos, capazes de levá-los muito longe, vencendo terrenos ou distâncias muito desafiadoras. Muitos outros não possuem carros, mas têm "acesso" a eles quando tomam ônibus, pegam táxis ou caronas. Para esses a inclusão custa mais caro. Por não poderem pagar por um carro (ou dirigir-lo), pagam mais (em dinheiro ou em liberdade/autonomia) para viver no "mundo automobilístico", para financiar a manutenção e ampliação desse mundo. Finalmente há os que não tem carros, não dirigem, nem usam transporte coletivo, sequer gostam de automóveis. São aqueles que decidiram, por princípio, ou foram forçados a isso, por alguma circunstância física, psicológica ou socioeconômica, fincar pé, resistir ao mundo ambientalmente desagregante e violento dos automóveis. Mesmo esses estão incluídos: foram tragados pelo "sistema automobilístico" – tal qual as famílias sertanejas que ganharam cartões magnéticos do governo para comprar feijão ou fumo de corda forma serão, em tese, incorporados à “economia digital”. Antes moravam em ruas; agora moram em ruas de mão simples ou mão dupla, onde estacionar, parar, correr, buzinar, atravessar são atos regulados, permitidos ou proibidos. Antes contabilizavam seu tempo e seu espaço a partir do que seu corpo podia fazer; agora lidam com o tempo e o espaço que os automóveis produzem – estar a dez minutos de alguém/algum lugar não é o mesmo para eles e para os motorizados. Antes eram "o sal da terra", agora estão "na contra-mão da história”.

Também não é fácil definir a "inclusão" através do termo oposto, a "exclusão" (digital, social) de que tanto se fala na mídia e nos círculos acadêmicos dos quais participamos, pois, como afirma Martins (1997, p. 27, 34), "o discurso corrente sobre exclusão é basicamente produto de um equívoco, de uma fetichização, a fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo. Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois da lenta e complicada morte simbólica". "Este processo", continua o autor, "que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político".

Assim, só é possível fazer referência a alguém como "excluído" supondo-se que viva num mundo à parte, que não tenha uma identidade cultural, que não tenha qualquer laço, seja qual for,

com outros atores de um grupo social, seja qual for. Mas como nos mostra a analogia com o automóvel, nenhuma daquelas pessoas que o senso comum rotula como excluídos (pobres, analfabetos, portadores de deficiências, estrangeiros ilegais, povos indígenas, minorias étnicas, mulheres, gays, e outros) vive num mundo à parte, tenha ou não tenha acesso a computadores e redes telemáticas. Os "excluídos" de que falam os discursos da mídia e os economistas de bancos de desenvolvimento são, em verdade, incluídos, perversamente incluídos, numa dinâmica econômica e sociocultural que transforma diferenças em desigualdades. Incluí-los, do ponto de vista que costuma fundamentar aqueles discursos, é dar-lhes um significado e uma função no novo sistema, o qual valoriza a diferença que pode ser codificada e incorporada como mercadoria, e que não prescinde do seu potencial para consumir e trabalhar, mas os expulsa da paisagem urbana e dos lugares em que o convívio é mediado pela capacidade de comprar: os desconecta.

A essa altura, o leitor deve estar em posição de concordar comigo em que "exclusão" e "inclusão", utilizados em sentido absoluto, são conceitos muito voláteis, palavras vagas demais, que pouco nos ajudam na descrição do pano de fundo sobre o qual este trabalho se assenta. Talvez seja mais produtivo, então, procurar o seu significado em um campo ou contexto específico do qual nos interesse tratar mais ou menos diretamente: a educação.

Volto ao Google¹, e, dessa vez, digito "inclusão digital + Professor". Encontro, no site de uma empresa comercial do ramo de informática, um anúncio publicitário (Figura 1.1) que diz: "Professor esta oportunidade é única para sua inclusão no mundo digital". Parece interessante. Diz o anúncio, mais adiante: "Com o apoio da Secretaria Estadual da Educação, você poderá adquirir um computador e assim, fazer parte definitivamente da era digital. (...) Para que você utilize de modo eficaz os recursos da informática nas atividades didáticas e com isso beneficie seus alunos, a Secretaria está lhe oferecendo o domínio dessa tecnologia através de capacitação e de aquisição de equipamento subsidiado (R\$ 1000,00)".

¹ Google é um mecanismo de buscas na Internet, o mais popular à época em que este trabalho foi escrito, que permite a localização rápida de textos e imagens eletrônicos(as) na WWW a partir de palavras chave.

Professor esta oportunidade é única para sua inclusão no mundo digital.

Bonus de R\$ 1.000,00

Com o apoio da Secretaria Estadual da Educação, você poderá adquirir um computador e assim, fazer parte definitivamente da era digital.

Para que você utilize de modo eficaz os recursos da informática nas atividades didáticas e com isso beneficie seus alunos, a Secretaria está lhe oferecendo o domínio dessa tecnologia através da capacitação e de aquisição de equipamento subsidiado (R\$ 1000,00)

Para maiores informações: Tatuapé (0xx11) 011-4992-0000

Ou visite: www.inec.org.br

Foto meramente ilustrativa.

AMD SEMPRON 2.4+	INTEL CELERON 2.4
Processador AMD Sempron 2.400+ 128Mb DDR Hard Disk 40Gb Vídeo 32 Mb AGP CD ROM 52X Caixas de Som Som 32Bits Fax Modem 56K Monitor 15" Digital Gabinete ATX 4 Baías Teclado e Mouse WINDOWS XP-HOME	Processador Intel Celeron 2.400 D 128Mb DDR Hard Disk 40Gb Vídeo 32 Mb AGP CD ROM 52X Caixas de Som Som 32Bits Fax Modem 56K Monitor 15" Digital Gabinete ATX 4 Baías Teclado e Mouse WINDOWS XP-HOME
a vista R\$ 1.825,00	a vista R\$ 1899,00
Vendedor:	Ramal:

Figura 1 - Anúncio de computador subsidiado para o professor

Aqui as coisas ficam um pouco mais contraditórias, e, portanto, mais esclarecedoras. O professor, até então ator principal daquela que seria, em tese, o mais importante agência de inclusão social, i.e. a escola, descobre, primeiro, que existe um "mundo à parte" em que precisa incluir-se; depois, que há um "déficit" na sua capacitação profissional que precisa ser superado, que uma "oportunidade única" (única em que sentido?) de solução para ambos os problemas está à venda, com um desconto de R\$ 1000, e, finalmente, que o "domínio" dessa solução lhe será dado por outrem.

Além disso, por que é, em tese, ainda “incapacitado” para exercer tais escolhas, seu computador (ou sua “inclusão”?) já vem pré-configurado, em duas versões, cuja diferença principal é a marca do processador. Ao sistema operacional, nenhuma escolha se aplica: a opção é única, e trata-se de um software do tipo proprietário², em versão simplificada.

Pobre professor! Ao mesmo tempo é rico demais para ser "incluído" via "bolsa-família", mas não rico o bastante para comprar um computador de classe média, sem necessidade de subsídios, é capacitado o suficiente para conseguir um emprego, e para supostamente capacitar os filhos dos outros a conseguirem o seu, mas não (ainda) suficientemente capacitado para manter-se no emprego utilizando o computador, é real o suficiente para exercer o papel de depositário de todas as mazelas do sistema educacional no mundo em que crê viver, mas não suficientemente “atualizado” para poder participar do "novo mundo" que alguém criou às suas costas enquanto rabiscava o quadro-negro. Eis aí algo que vale a pena transcrever e discutir, penso eu.

Tento *copiar-e-colar* o texto do anúncio nessa página. Em vão. Descubro que o texto do anúncio na verdade não é "texto", no sentido do termo em informática, isto é, uma seqüência de caracteres alfanuméricos: é uma imagem digital, uma cópia digitalizada (escaneada, em computês) de um panfleto publicitário impresso que, apesar de legível por um ser humano como se fosse um texto escrito, se comporta funcionalmente no programa de navegação como uma fotografia digital, isto é, não tem caracteres que podem ser copiados e colados, manipulados e recombinados, tratados, enfim, da maneira como autores e professores costumam tratar palavras. Enquanto dígito, a contra-gosto, os dizeres do "texto-fotografia" do anúncio, me pergunto por quais misteriosos caminhos um professor poderia fazer ver a um redator publicitário "não suficientemente capacitado" para utilizar vírgulas segundo a gramática prescritiva do português padrão, e a um programador/designer pouco afeito à "utilização eficaz dos recursos da informática", tais como "copiar e colar", para a prática de reflexões metalingüísticas, que não estamos em mundos à parte, mas juntos num mesmo mundo que agrega ou segrega pessoas por meio da linguagem, das suas tecnologias e das suas escolhas.

² “Software proprietário” é um termo que se aplica aos programas de computador cujo código fonte não pode ser revelado, estudado ou distribuído pelo seu usuário, mesmo que este disponha do conhecimento necessário para tanto. Contrapõe-se, nesse sentido, ao software livre, que é abordado no capítulo 6.

Penso, mais adiante, em até que ponto esse diálogo imaginário poderia ajudar o economista a sofisticar seus próprios instrumentos de análise sobre como colateralizar a tecnologia disponível a partir da dimensão cultural da pobreza, e incentivar servidores do Estado engajados na ID a pensar nas implicações do acesso ao espaço polifônico, desterritorializado e intercultural da WWW para a noção de cidadania que lhes cumpre defender e ampliar. Parece-me uma tarefa grande demais. Penso em desistir antes de começar, por isso, vou dar uma volta.

Decido abandonar, temporariamente, os discursos sobre a ID e vou a campo, conhecer um centro comunitário de acesso à Internet, ver a ID "na prática". No pátio empoeirado de uma velha casa da zona norte de São Paulo, espremido entre um conjunto habitacional popular (Cingapura), construído nos fundos, e uma concessionária de automóveis, à sua frente, do outro lado de uma avenida chamada Direitos Humanos, dez ou doze pessoas aguardam ansiosamente sua vez de adentrar a sala de paredes carcomidas onde vão utilizar a Internet por trinta minutos. Dentro da sala de computadores, outras dez ou doze pessoas – jovens estudantes, donas de casa acompanhadas de seus filhos pequenos, homens desempregados – aproveitam os últimos minutos do seu “curso de capacitação” para reproduzir em teclados barulhentos as seqüências de letras anotadas no quadro negro pelo instrutor (aparentemente ainda não chegaram à lição em que se digitam palavras, ou se pensa sobre elas). No mural de avisos, três mensagens cuidadosamente impressas em tipos grandes: "Após as 18h00, freqüentadores menores de 14 anos só podem usar a sala de micros acompanhados de seus pais ou responsável", "É vedado o acesso a sites de conteúdo pornográfico", e "Tudo posso naquele que me fortalece (Fp. 4:13)".

Dirijo-me ao funcionário encarregado e pergunto se posso me inscrever como trabalhador voluntário no projeto. Descubro que é preciso ir à Avenida Paulista e passar por um "processo de seleção" realizado pela terceirizada responsável pela gestão do centro. O funcionário explica: "costumávamos recrutar voluntários entre os freqüentadores com 'bom comportamento', mas tivemos muitos problemas, e agora a empresa nos manda os voluntários já selecionados e treinados". Tratava-se de uma importante organização de consultoria em Recursos Humanos, em cujo site (figura 1.2), que acessei mais tarde, encontrei mais dois fragmentos de discursos encaixáveis no mosaico da inclusão digital.

Em destaque, no topo da página principal, anunciava-se a "II Cúpula Mundial das Cidades e Autoridades Locais para a Sociedade da Informação", realizada seis meses antes, em Bilbao, cujo tema central havia sido: "o que autoridades locais fizeram, fazem e farão para construir a Sociedade da Informação?". Na mesma lexia, um pouco abaixo da notícia sobre a cúpula, aparecia a relação de cursos oferecidos pela empresa a seus clientes corporativos: "Assertividade: A Comunicação Positiva", "Desenvolvimento em Vendas", "Trabalhando com Equipes de Alta Performance", "Reciclagem Gramatical", "Otimizando Reuniões", "Marketing Pessoal: A Valorização da Imagem".



Figura 2 - Site da empresa responsável pela administração do centro comunitário

Aparecem aqui, novamente, os temas do acesso a um(a) mundo/sociedade novo(a) e da capacitação profissional, como no anúncio do computador subsidiado para o professor. Mas não se está falando com professores de escola pública, e sim com profissionais inseridos no mundo

corporativo. Já não se trata de como utilizar o computador de maneira eficaz em atividades profissionais de um certo tipo para não ficar fora de um "mundo" supostamente já construído. Trata-se de como ser bem sucedido profissionalmente – particularmente, de como usar a linguagem nesse sentido – num mundo “em construção”, no qual o acesso a computadores e redes telemáticas será supostamente a norma, e de como fazer com que o Estado, em diferentes partes do planeta, apóie e promova a sua construção.

Me pergunto a quem exatamente se refere a expressão “sociedade da informação”, pois me parece, intuitivamente, que todas as sociedades sempre o são, em alguma medida, não sendo isso o que as distingue, mas o que constitui informação para elas, e os usos que nelas se faz da informação.

Encontro em Coutinho (2003, p. 90) um alívio, ou ao menos solidariedade, para com o meu desconforto. Diz o autor:

Não existe uma definição clara sobre “Sociedade da Informação”, se por esse conceito entendemos algo que vá além o simples uso de tecnologias que facilitam a armazenagem, combinação e transmissão de dados e informações. Nos diversos estudos que examinamos, nunca fica muito claro o que distingue uma “sociedade da informação” dos outros tipos de “sociedade”

e mais adiante

Parte da explicação para essa dificuldade em se definir com clareza o conceito de “Sociedade da Informação” pode ser o fato de que a Tecnologia da Informação é composta pela fusão de duas tecnologias importantes (comunicação e informática), carregadas de simbolismo, mas também de dúvidas. “Informação” é um conceito extremamente difuso, que pode significar várias coisas, dependendo dos interesses de quem utiliza o termo.

“Que bom!”, penso eu, pois então inclusão digital e “sociedade da informação” não aparecem juntas porque porque uma coisa define a outra, mas porque ambas podem servir para definir como interesses de todos, ou processos inexoráveis “across the board”, um ponto de vista

particular, de quem está “dentro”, ou decidiu que “dentro” vai ser sempre definido em função de onde ele ou ela está. “Mas, e esse ‘dentro’, a que o termo sociedade da informação se refere”, pergunto a Coutinho (op. cit), “como ele é?” O autor me responde emprestando de Agre (2001) a noção de que toda tecnologia nova cria um espaço para a imaginação. No caso das TIC, ao que parece, esse espaço, que muitos chamam de “sociedade da informação”, assume a forma de um mundo etéreo e limpo, contraposto ao mundo carnal e sujo da sociedade industrial. Nesse mundo imaginado , explica Coutinho (op. cit, p. 91),

o trabalho é ‘limpo’ (o trabalho a partir de casa, o ambiente asséptico dos escritórios em contraste com a “brutalidade” da fábrica, etc); a realidade ‘ineficiente’ ou corrupta dos governos dá lugar à ‘transparência’ do mercado ‘puro’, perfeito, em que produtores e consumidores podem negociar sob condições ideais, sem as ‘impurezas’ da concentração de poder e recursos da era industrial.

Mas, continua o autor,

infelizmente, volta e meia somos forçados a lembrar que as cadeias globais de produção, que depositam seus produtos nas vitrines ‘cools’ das ruas badaladas de Londres ou Nova York, assim como nos *shopping centers* de São Paulo ou Nova Deli, são dirigidas por publicitários e administradores trabalhando em escritórios ‘cleans’, mas movidas por operários asiáticos ou sul-americanos, em condições de trabalho longe de qualquer forma de proteção ou de direitos.

Quero continuar meu percurso a partir dessas idéias, mas estou por demais perturbado pelas palavras “cools” e “cleans”. São palavras globais ou locais? Foram elas que invadiram a língua do autor, ou foi ele que invadiu as aspas com um morfema brazuca? Essas aspas servem pra quê? Isso que está dentro das aspas é português ou inglês? Ou é os dois, ou nenhum? Tomo nota da pergunta, para depois, e volto à tal da cúpula da “sociedade da informação”.

Aparece aqui, então, uma outra dimensão da Inclusão Digital, não a da inserção de certos grupos marginalizados em redes de produção e consumo de informações e de equipamentos valorizados

pelas elites acadêmicas, corporativas e culturais do país, mas da inserção dos países onde essas elites floresceram num novo modo de desenvolvimento, supostamente universal e inexorável, em que, mais do que fontes de energia e infra-estrutura industrial, o que conta é a acumulação de conhecimento e a capacidade de lidar com maiores níveis de complexidade no processamento da informação (CASTELLS, 1999). Nesse cenário, as elites já não demandam do Estado apenas a provisão de insumos, infra-estrutura, marcos legais e a formação de uma massa de trabalhadores qualificados, mas, além disso tudo, necessitam que o Estado saia do seu caminho, que se reinvente em face da desterritorialização da produção e das trocas comerciais e culturais, dos fluxos transnacionais incessantes de capitais, produtos, mensagens e pessoas. Me pergunto o que significará isso para a cidadania, esse outro conceito tão mal-tratado, e tão ligado à idéia de Estado ...

Há um quê de libertarianismo nisso tudo, um quê de superação dos mecanismos de opressão do Estado-nação nessas demandas – seria mera coincidência a conferência ter lugar no País Basco? – mas também, e nessa tecla têm batido os governos dos combalidos estados nacionais periféricos, um processo de reprodução da desigualdade interna gerada por uma história de trocas desiguais e assimetrias do capitalismo em cada país, agora na escala global das relações entre países. Que teria o centro comunitário a ver com tudo isso, se nem no centro de tudo isso ele está?

Resolvo me cadastrar como usuário para ver se descubro. Forneço documentos e endereço, mas aprendo que, uma vez cadastrado, tenho que marcar horário com um dia de antecedência para poder utilizar um computador. "Posso telefonar para marcar?", pergunto. "Não. O senhor tem que vir pessoalmente". Já que estou ali, decido me matricular numa das oficinas de "capacitação em informática". "Lamento. As vagas já estão todas tomadas". "Quando foram abertas as inscrições?", pergunto. "Hoje de manhã", me explica o funcionário, um tanto desconcertado. "Posso anotar seu nome na lista de espera, se quiser", oferece gentilmente, enquanto levanta-se da cadeira em frente ao computador em que inseriu meu cadastro à procura do caderno escolar onde estão manuscritos os nomes da lista de espera. "Boa notícia! Você é o primeiro da lista de espera", diz ele, enquanto anota meu nome e telefone no caderno. "Como vou saber se consegui a vaga?", pergunto. "Se conseguir, nós ligamos para o senhor, se não...".

Agradeço e tomo a rota da saída, mapeando mentalmente aquele lugar, não o arquitetônico, mas o *lugar* no sentido certeaniano de uma ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, de uma base de onde se podem gerir relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. Penso no lugar mais amplo a que se refere a tal "sociedade da informação" anunciada no site da empresa, e sobre a ID como uma estratégia crucial dos seus arquitetos. Seria o centro comunitário uma ante-sala desse lugar, como o querem os discursos oficiais? Seria ali o lugar de obter as capacidades necessárias e formatar os comportamentos adequados para habitar o mundo digital de que falava o panfleto escaneado? Seria aquela via de passagem entre o Cingapura e a concessionária de automóveis um ponto na trajetória sem volta entre o local e o global, o estacionar e o mover-se, a carência e a opulência? Ou será que ali já estaríamos todos incluídos em um sistema de fluxos capazes de justapor um minuto de espera para acessar o acervo de uma biblioteca na Austrália com vinte e quatro horas de espera para utilizar esse minuto no prédio ao lado de casa, os cadastros computadorizados que facilitam a contabilização estatística de incluídos com listas de espera anotadas em cadernos escolares, a necessidade de estar fisicamente disponível para demandar e a conveniência da distância ou do silêncio para negar?

Na saída, porém, vejo coisas que não vira na entrada. Um bilhete manuscrito e fixado à parede lateral com fita adesiva, fora do quadro de avisos, informa as URLs dos "sites de jogos mais legais". Duas moças se abraçam junto aos computadores do fundo, de maneira indistinguível entre o íntimo e o libidinoso. Um adolescente negro de cavanhaque pontudo, gorro de lã colorido e longos *dreadlocks* "conversa" com dois ou três amigos no mensageiro instantâneo, num bloguês fluente, que não posso decifrar. Ao mesmo tempo, escuta em seu walkman de segunda mão, cantarolando em voz alta, "Represent, represent" do rapper novaiorquino Nas (Nasir Jones):

*They call me Nas, I'm not your legal type of fella
Moet drinkin, marijuana smokin street dweller
who's always on the corner, rollin up blessed
When I dress, it's never nuttin less than Guess.*

Penso agora nas tantas maneiras pelas quais algumas dessas pessoas fazem dali não uma antesala para um novo mundo, mas uma fronteira que já habitam. Em como criam, praticando aquela tecnologia, um lugar que o Cingapura e a concessionária não confinam, nem os bilhetes na parede e as lições de datilografia regulam. Em outras palavras, o leitor me perdoe a coloquialidade, penso em como, naquele lugar, algumas daquelas pessoas buscavam incluírem-se "fora dessa", enquanto outras tentavam, com muito esforço, simplesmente permanecer, atender às novas demandas dos seus patrões, governantes e fornecedores de bens culturais. Poderia alguém, de forma plausível, definir esses dois movimentos aparentemente tão contraditórios através de um mesmo termo tal qual inclusão digital?

Atravessando a avenida, a caminho do carro estacionado discretamente numa rua lateral, escuto o funcionário me chamar, acenando freneticamente, com meu RG em punho. "Seu Marcelo, o senhor perdeu sua identidade". Agradeço e volto para casa pensando que o lapso foi muito útil: a identidade não se perde, penso comigo, se afirma e se transforma no contato com *o outro*. Não seria essa, também, a dinâmica da ID? Incluir-se não envolveria, ao mesmo tempo, tomar contato com a demanda do *outro*, mas, a partir dessa demanda, afirmar-se e transformar-se, elaborar as próprias? Afinal, incluir-se é entrar **ou** sair? Ou entrar e sair? Sair para ver-se dentro e entrar para ver-se fora, tudo ao mesmo tempo agora?

Com essas perguntas, encerro esse preâmbulo, já advertindo o leitor de que não tenho respostas corretas nem definitivas para elas. Tal qual essa breve narrativa, minha pesquisa tenta apenas articular os temas, conceitos e dilemas da ID a partir de uma perspectiva particular, a de alguém interessado em questões de linguagem e letramento, num país dito "emergente" (mas que ainda não sabe quando nem porquê "submergiu"), numa época que se define como a que veio depois (do moderno, do nacional, do industrial, do tipográfico, do materialista, etc.), mas que não disse ainda a que veio. Não ter respostas corretas e definitivas para a ID, contudo, não invalida a pesquisa, pois que também se pode avançar na pesquisa procurando resignificar o supostamente já sabido, e , a partir dessa resignificação, gerando outras perguntas. É sobretudo nesse sentido que tento contribuir por meio este trabalho.

1.2. Uma questão de perspectiva

Tomar a inclusão como tema deste trabalho, e o termo inclusão digital como forma de delimitá-lo, desde o seu título, não foi uma decisão fácil. Assim o fiz porque trata-se do termo mais freqüentemente utilizado na sociedade brasileira hoje para descrever um objetivo ou ideal que termos como cidadania, dignidade, justiça social, e outras palavras desgastadas pela hipocrisia do nosso dia-a-dia, talvez descrevessem melhor. Utilizá-lo, portanto, me dá a possibilidade de obter mais interlocutores, e de fazer meu trabalho soar como algo relevante e atual. Por isso o fiz.

Quem fala em inclusão, no entanto, fala, na maior parte dos casos, do lugar de incluído, isto é, fala como alguém que se entende como pertencente a um contexto estável e homogêneo no qual o objetivo ou ideal que aqueles termos desgastados descrevem teria sido plenamente alcançado, alguém que já definiu aquilo que é, tem ou faz como bom e necessário para todos, e que está disposto a trazer para esse mesmo espaço idílico e perfeitamente regulado *o outro*, o excluído, que por influência do destino, da natureza, da tradição, de seus próprios hábitos, da sua própria ignorância, ou de alguma fatalidade histórica, não atingiu o estágio ou condição de igual.

Inclusão é, portanto, uma palavra que muito facilmente desliza para o sentido de hegemonia, isto é, para um processo de subordinação de significados, valores e crenças de certos grupos aos de uma classe superior (neste caso, uma elite “global”), por meio da direção e do consenso. Inclusão digital, por conseguinte, denotaria uma faceta desse processo relacionada às tecnologias que são fundamentais para a manutenção e ampliação dessa hegemonia. Não raro, contudo, a inclusão (digital) também empresta seu sentido à noção de contra-hegemonia, isto é, à idéia de que os subalternos (neste caso, os “locais”) também podem, por meio do consenso, criar uma concepção de mundo diferente da dominante e superá-la (inclusive por meio das novas tecnologias da informação e da comunicação, ou TIC). Mas o significado de inclusão não tem necessariamente que adquirir esses contornos. Não pretendo fechar os olhos para esses sentidos da palavra, mas creio ser possível, talvez crucial, para quem ainda acredita que conceitos como

cidadania, dignidade e justiça social, mesmo mudando de sentido, não perderam sua relevância, falar de inclusão a partir de uma outra perspectiva.

Dessa outra perspectiva, inclusão e exclusão não são sinônimos de estar dentro e estar fora, partilhar do consenso ou alienar-se totalmente: são dois modos simultâneos de estar no mundo. Trata-se de uma perspectiva baseada na heterogeneidade (da linguagem, da cultura, do sujeito e da tecnologia) a partir da qual é possível perceber que todos já somos irremediavelmente incluídos e excluídos ao mesmo tempo: o termo inclusão, nesse caso, pretende aludir à possibilidade de subversão das relações de poder e das formas de opressão que se nutrem e se perpetuam por meio da homogeneização, da padronização, da imposição de *nossas* necessidades ao *outro* e do fechamento de significados.

Em contraposição aos que tomam a homogeneidade e a conformação ao sistema como pressupostos de inclusão, este trabalho adota, como inspiração para pensar em todo o resto, a concepção de linguagem de Bakhtin (1988, p. 81-2), para quem a verdadeira substância da língua não é um sistema abstrato de formas, mas o fenômeno social da interação, realizada através da enunciação. Assim, se há normas sistêmicas na linguagem, tais normas não são um imperativo abstrato, mas forças criadoras da linguagem, que a diversificam constantemente, desde sempre. A noção de uma língua única e homogênea, portanto, “expressa as forças de união e centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural”. Contudo, “a estratificação e o plurilingüismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se: ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação”.

Bakhtin entende que a norma não determina a prática da linguagem, embora possa dela ser abstraída em um determinado momento. Abstraída, contudo, a norma “morre”, enquanto a prática continua a mudar a linguagem a cada instante. Ser um falante da língua é, portanto, estar, ao mesmo tempo, incluído e excluído, entrando e saindo, pois que “cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. (...) Cada enunciação que participa de uma ‘língua única’ (das forças centrípetas e

das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilingüismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras)”.

Em consonância com essa concepção de linguagem, adoto aqui uma concepção de cultura que se afasta igualmente da visão substancialista, na qual cultura é algo delimitado individualmente, em suas características qualitativas e relacionais, da interpretação clássica do marxismo, na qual cultura é meramente um reflexo das relações de produção, e da visão liberal-pluralista, que a toma como conjunto de crenças, comportamentos e valores estáveis. Entendo cultura como um sistema heterogêneo e conflituoso de processos que permitem a formação e a transformação contínua das identidades e das maneiras de viver (COX ; ASSIS-PETERSON, 2006).

Refuto, desde já, a tese do “imperialismo cultural” puro e simples, segundo a qual culturas tradicionais são ameaçadas de desenraizamento pela globalização, e pelos novos meios comunicação, precisando, então, ser “nutridas e protegidas”, pois que tal tese ignora as diversas maneiras pelas quais o local refrata a suposta hegemonia do global, ou, em outras palavras, tal tese subestima o caráter produtivo da recepção de que nos fala Certeau (1984). Ao mesmo tempo, não subscrevo a visão simplista de que o “local” reconfirme eternamente sua integridade, se apropriando sempre seletiva e criticamente do mundo à sua volta, independentemente da escala e da intensidade dessa pressão homogeneizante. Em resumo, penso em cultura como algo em constante transformação, e nessa transformação como algo que um meio como as TIC, assim como as linguagens e os discursos que dele se servem, ao mesmo tempo constrange e viabiliza³.

Assim também a identidade não é aqui concebida como núcleo homogêneo ou essência interior, mas sim como “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, p.13). Tal qual o sistema lingüístico unificado, a identidade unificada, completa, estável e coerente é uma abstração, uma fantasia. Num mundo em que a elaboração de projetos individuais acontece em contextos que misturam, mais e mais rapidamente, diferentes “mundos” que se sobrepõem, e que entram em conflito, o sujeito assume identidades, ou facetas da identidade, diferentes em situações diferentes, inclui-se e exclui-se, ao menos temporariamente, quando confrontado “com uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”. Isto não significa que

³ Discutirei essa afirmação em mais profundidade no Capítulo 2, através do conceito de “mediação”.

o sujeito não possa construir para si mesmo uma cômoda “narrativa do eu”, que estabilize, em certo sentido, as identidades contraditórias que o constituem e o empurram em direções diferentes, nem que articule essa narrativa com uma certa concepção de inclusão, ou sensação de estar incluído ou excluído.

Completa a perspectiva da qual procurarei falar sobre inclusão (digital) uma visão das (novas) tecnologias também como algo essencialmente heterogêneo e em constante transformação. As tecnologias são heterogêneas no sentido de que nascem em contextos heterogêneos, e, especialmente no caso das TIC, no sentido de que misturam ou fazem convergir outras tecnologias, surgidas em outros contextos sócio-históricos. Para tomar um exemplo banal, podemos pensar no desenvolvimento da escrita. Por um lado, os registros históricos mostram que diferentes formas de escrita surgiram, por vezes simultaneamente, em contextos totalmente diferentes, para funções diferentes, e utilizando suportes e formas de representação diferentes. Por outro lado, sabe-se que essas escritas evoluíram e complexificaram-se ao longo do tempo por meio de apropriações e contaminações mútuas, como no caso da escrita alfabética desenvolvida pelos gregos para representar sua língua a partir do alfabeto fenício, ou da escrita impressa, resultante uma adaptação da tecnologia de imprimir surgida séculos antes da invenção dos tipos móveis propriamente ditos.

Os discursos da inclusão digital, no entanto, tomam as TIC, muitas vezes, como sólidas e homogêneas, ou como “caixas pretas”, no dizer de Latour (2000), e suas possibilidades de sentido e de uso como determinadas pela sua natureza essencial. Trata-se de uma visão duplamente equivocada, que refutarei, em maior detalhe, no Capítulo 2, bastando por agora dizer que delas se alimentam certas noções controversas tais como a de “analfabetismo digital”.

1.3. Uni-, multi-, inter- e trans-

Ainda que não adotasse, como exposto acima, uma perspectiva para a inclusão baseada na heterogeneidade, teria na própria heterogeneidade do tema “inclusão” uma fonte interessante para reflexão. Não são poucas, nem tampouco congruentes, as perspectivas que orientam os diversos grupos e autores que têm investigado a ID, o que reflete, de certa forma, a própria dificuldade na delimitação do conceito que minha narrativa tenta ilustrar. Para além da clássica divisão dos estudos entre os paradigmas quantitativo e qualitativo, essa diversidade de perspectivas deriva também das diferentes dimensões da experiência humana que se coadunam na idéia de inclusão. Não me refiro à crescente taxonomia que já transparece nas palavras-chave dos muitos trabalhos que consultei (inclusão social, inclusão digital, inclusão escolar, inclusão profissional, etc.), mas, em nível mais fundamental, à inclusão como algo que pressupõe uma dimensão cultural, uma dimensão social, e uma dimensão físico-material entrelaçadas de maneiras complexas.

A maior parte dos esforços governamentais e/ou das forças do capital privado relacionados à ID tem focalizado a dimensão físico-material, do acesso à infra-estrutura técnica, a qual, embora muito importante, representa apenas um ponto de partida. Felizmente, começam a crescer, em volume e qualidade, outros esforços centrados justamente nas sobrepassagens dessas três dimensões, como atestam vários dos estudos que citarei ao longo deste trabalho. Quem consulta esses estudos, entretanto, constata que também cada uma dessas dimensões pode ser abordada a partir de múltiplas perspectivas, e, por conseqüência, que ao aceitar seu entrelaçamento, estamos tornando a questão consideravelmente mais complexa.

Este trabalho parte do princípio de que a dimensão físico-material do acesso será, mais cedo ou mais tarde (provavelmente mais tarde), “equacionada”, tanto quanto possível ou necessário, pelos governos e pela iniciativa privada, porque isso está em consonância com interesses sensíveis de ambos: o que de mais interessante os estudos dessa dimensão podem mostrar no âmbito das Ciências Humanas é como esse acesso será distribuído e regulado, ao longo do tempo e do espaço, de acordo com o vai e vem daqueles mesmos interesses. Em compensação, meu

estudo tenta articular as dimensões cultural e social da ID de forma supostamente mais condizente com a complexidade do contexto sócio-histórico em que foi escrito.

Articular a dimensão social à dimensão cultural da inclusão significa articular desigualdade e diferença, cidadania e identidade, binômios com os quais as Ciências Sociais têm se debatido ao longo dos últimos dois séculos, mas que nesse momento passam por uma intensa revisão. Num mundo caracterizado crescentemente por uma nova (des)ordem que inclui, simultaneamente, o esfacelamento do Estado-nação e o recrudescimento das ideologias nacionalistas e das formas de identificação coletiva pré-modernas, tais como a religião ou a tribo, ambos os processos alimentados pela pressão do capital transnacional que, ao mesmo tempo, homogeneíza e estratifica o mundo pela via do consumo, experimentamos uma mudança radical naquilo que costumávamos entender como "comunidades". Imersos, como estamos, num fluxo incessante de pessoas, bens culturais, commodities e tecnologias vindos de todos os cantos do mundo, começamos a nos dar conta de que agora, como sempre, "cada um de nós pertence não a uma mas a várias comunidades éticas, cujas demandas são muitas vezes conflitantes " (GRAY 2000, p.24, minha tradução).

Como dar conta, então, dessa heterogeneidade que caracteriza os sujeitos e as comunidades na busca de um sentido para a inclusão? Como compatibilizar homogeneização e proliferação da diferença, delimitação e conexão, diversidade e coesão com a ação política a que, no fundo, se refere um termo como inclusão? Como já disse, não tenho a resposta correta para essa pergunta, até porque ela talvez não exista, mas minha pesquisa procura mostrar, ao menos, quais são as respostas que têm sido dadas, quais as suas implicações e contradições, e que novas perguntas podemos construir a partir delas.

A forma mais simples que encontrei para identificar e comparar esses modelos ou perspectivas de inclusão (social/digital) foi através dos prefixos que os diversos autores que consultei utilizam para descrever os processos socioculturais em curso desde a modernidade ilustrada até a era da globalização pós-industrial. Não pretendo citar ou comparar exaustivamente os argumentos e pressupostos que noteiam tais autores, mas, apenas com o propósito de familiarizar o leitor com essa terminologia, e de circunscrever a maneira como interpreto esses termos ao longo de minha própria argumentação, ofereço o diagrama abaixo:

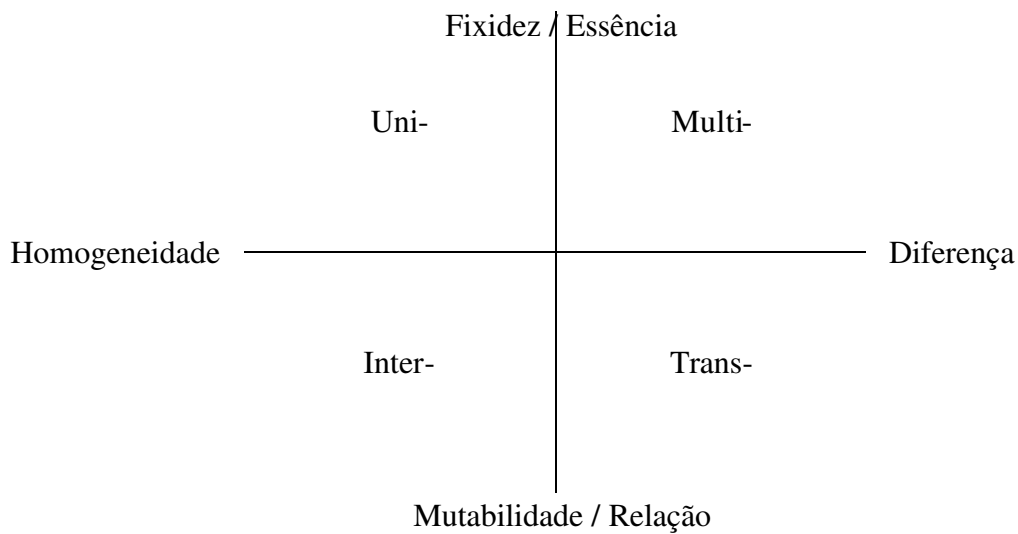


Figura 3 – Significados de uni-, multi-, inter- e trans-

É praticamente unânime, entre aqueles autores, que a modernidade ilustrada adotou como estratégia para a inclusão a **unificação**, isto é, que à mesma diversidade com a qual estamos obrigados a lidar hoje, experimentada, contudo, em escala menor, ela contrapôs processos de centralização, homogeneização, e massificação que visavam incluir a todos num espaço unificado, pelo expurgo da diferença e dos diferentes. Dito de outra forma, o projeto de inclusão na modernidade ilustrada, tal qual expresso pelo Estado-nação, deslocou o sentido da igualdade para o de padronização, apagou, reprimiu, silenciou, ou, em casos como o do Brasil, mitificou⁴ as diferenças étnicas e lingüísticas, as quais, obviamente, nunca deixaram de existir, em nome de uma coesão obtida à custa de uma forma mais abstrata/imaginada de identificação coletiva.

Dentre os desdobramentos mais recentes da modernidade, contudo, estão o desmonte de antigos blocos geopolíticos, com a concomitante emergência de outras formas de união entre países pela via do mercado (e não mais do totalitarismo), os sempre crescentes fluxos migratórios, especialmente em direção às ex-potências coloniais, e, claro, a interligação mundial dos sistemas de produção e consumo por meio de novas tecnologias de transporte e comunicação. Todos esses desdobramentos têm abalado o antigo projeto da inclusão pela via da unificação, e, em seu lugar,

⁴ Refiro-me, em especial, ao mito da democracia racial (SKIDMORE, 1992).

instaurado outros, igualmente idealizados, baseados na convivência pacífica entre os diversos do mundo sob o império de uma cidadania compartilhada com base no preceito legal (HABERMAS, 2002).

Esse novo projeto substitui o prefixo “uni-“, pelo prefixo “multi-“, isto é, substitui a noção de que a cidadania necessita ser baseada numa pseudo-homogeneidade cultural, pela noção de que as múltiplas culturas que constituem as populações devem ser reconhecidas e fortalecidas em suas especificidades, assim como atendidas diferentemente de acordo com suas necessidades, e compensadas pelo histórico de injustiças contra elas cometidas. Em suma, a nova estratégia política do ocidente para a inclusão trocou o acultramento pelo **multiculturalismo**.

1.4. Multiculturalismo: inclusão como produção da diferença

De forma sucinta, pode-se dizer que o multiculturalismo é uma estratégia política que tenta minimizar conflitos e desigualdades sociais relacionando-os a diferenças culturais, que, por sua vez, estão ligadas historicamente à distribuição desigual da riqueza e do poder político em todas as sociedades modernas. Em sua versão associada ao Liberalismo, procura integrar esses grupos ao *mainstream* com base em um acordo negociado segundo o qual práticas culturais divergentes são toleradas em domínios bem-delimitados da vida social (a educação dos filhos, a religião, e a forma de vestir-se, por exemplo), ao mesmo tempo em que os diversos grupos tidos como essencialmente diferentes sujeitam-se ao denominador comum da Constituição e de outros princípios fundantes da coesão nacional, tais como a língua nacional. Ao lado dessa estratégia política, floresce uma mercantilização da diferença cultural que redundará naquilo que Gómez-Peña (2000, p.12) chama de “multiculturalismo corporativo”, isto é, “uma forma ‘benevolente’ de multiculturalismo adotada por corporações e conglomerados de mídia que atravessam fronteiras, continentes e o espaço virtual”, a qual “suaviza artificialmente as bordas afiadas da diferença cultural, fetichizando-as de modo que se apresentem como desejáveis”.

Do ponto de vista prático, o multiculturalismo liberal fornece a base para iniciativas de inclusão centradas em políticas afirmativas (da diferença), ou de discriminação positiva tais como a reserva de quotas para determinados grupos étnicos nas universidades públicas, que têm sido alvo de muitos debates no Brasil, as quais, obviamente, refletirão na ID, ao menos do ponto de vista de como as taxas de acesso estão distribuídas na população. Por essa razão, mesmo os atores situados mais à esquerda do espectro político nacional têm defendido tais políticas, na esperança de que, em havendo acesso (à universidade, ao emprego público, à Internet, etc.) por parte desses grupos, haverá transformações estruturais mais profundas.

Independentemente de considerações práticas mais imediatas, é preciso ter em mente que o multiculturalismo, tal qual descrito acima, é uma estratégia internamente contraditória: enfatiza a diferença para promover a igualdade, estimula a fragmentação para promover a coesão, enfraquece o ideal da homogeneidade cultural que fundamenta o projeto do Estado-nação com vistas a prolongar sua própria existência. Se, por um lado, abre mão do desejo fundado nas filosofias humanistas de resolver os conflitos inerentes ao convívio dos diferentes por meio da homogeneidade e do racionalismo, por outro, apóia-se em um conceito essencialista de cultura através do qual articula o todo como uma multiplicidade de unos homogêneos⁵.

Não são poucas as críticas feitas ao multiculturalismo Liberal. Antes de mais nada, pode ser visto mais como uma forma de institucionalizar a diferença como critério de inclusão/exclusão do que como uma forma de resolver o problema real por trás daqueles termos: o fato que já estamos todos incluídos em um grande sistema injusto de trocas simbólicas, econômicas e técnicas, um sistema organizado em diversas escalas, desde a micro-escala da sala de aula ou da família até a macro-escala do mercado global. Dito de outra forma, o multiculturalismo apela à tolerância e ao respeito frente à diversidade e à diferença, mas não questiona a produção social da diferença. Cria uma nova série de dicotomias, agora entre normais e diferentes, tolerantes e

⁵ Essa transição, ainda em curso, entre o uni- e o multi- na paisagem político-ideológica do ocidente liberal, que começa a afetar países como o Brasil, pode também ser relacionada às teorias de linguagem e de letramento que começam a ser desenvolvidas a partir do terceiro quarto do século XX. Sem precipitar as discussões a esse respeito que apresentarei mais adiante, vale apenas comentar aqui que conceitos como o de multimodalidade (LEMKE, 2002) e multiletramentos (NEW LONDON GROUP, 1996) tentam justamente formular essa transição do ponto de vista das estratégias vistas como necessárias para dar-se conta da diversificação semiótica e cultural nas sociedades ocidentais. É preciso então que, a respeito dessas e outras teorias, reflitamos também sobre as contradições inerentes a uma concepção do “multi-“ visto como um conjunto de unos.

tolerados (SILVA, 2000). Além disso, em boa parte das ocasiões, lida com as diferenças como se fossem cristalizadas ou essencializadas, baseadas em atributos transcendentes, e assim fazendo, induz à reclusão ou ao entrincheiramento cultural dos sujeitos. Por essa razão, argumentam autores como Vale de Almeida (2002), assim como boa parte daqueles que vêm nas políticas afirmativas um mal necessário, mas transitório, um multiculturalismo ideal deve tomar progressivamente a forma de uma cidadania cosmopolita em face da qual o próprio termo multiculturalismo se torne desnecessário ou sem sentido.

Nesta pesquisa, procurei contrapor a essa visão de inclusão (e suas repercussões e/ou pontos de apoio nas teorias de linguagem e letramento que estudei), uma outra, fundada no conceito de hibridismo. Não o faço para defender a viabilidade de uma estratégia política fundada no hibridismo, se é que isto fora possível, mas por crer, com Friedman (2002), que o hibridismo descreve melhor a complexidade da experiência contemporânea, assim como serve para explicar alguns dos caminhos pelos quais termos como inclusão e exclusão poderiam se tornar também desnecessários ou sem sentido.

1.5. Hibridismo: inclusão como tensão criativa e transformação permanente

Enquanto o multiculturalismo liberal elabora a tensão entre diferença e desigualdade de forma disjuntiva, isto é, negociando racionalmente uma separação consensuada entre cidadania e identidade/pertencimento cultural, no interior das assim chamadas minorias, onde a diferença não é racionalmente estipulada, mas elaborada continuamente por meio de um sistema heterogeneo e conflituoso de práticas, o resultado da tensão entre tradição e modernidade, particularização e homogeneização, local e global, etc. é o hibridismo⁶. Por hibridismo pretendo

⁶ Os termos hibridismo, hibridez e hibridização serão utilizados neste trabalho de forma intercambiável, embora possam aparecer em outros discursos (da botânica à arquitetura) com sentidos diferentes. No que tange a este trabalho, os três termos se referirão igualmente a transformações culturais, semióticas e/ou tecnológicas que

me referir, com Friedman (2002, p.14), aos “fenômenos inter-relacionados de mistura biológica, linguística, cultural, espiritual, e política produzidos através de alguma forma de travessia de fronteira”. Em franca oposição às noções puristas e etnocêntricas de híbrido, visto aí como algo inferior ou ultrajante⁷, o hibridismo é hoje terrorizado como “essência da globalização” (KRAIDY, 2005), pois que remete à dimensão cultural das interpenetrações econômicas, políticas e tecnológicas que caracterizam o planeta neste momento.

O tratamento dado ao conceito nas Ciências Humanas, contudo, não é unificado, o que não deixa de ser coerente com o próprio conceito. Grosso modo, pode-se falar de hibridismo a partir de três perspectivas distintas, mas que guardam entre si fronteiras porosas. Segundo Friedman (2002), essas perspectivas resumem-se, basicamente, (1) ao hibridismo visto como fusão de dois ou mais elementos originariamente puros que gera um terceiro elemento que constitui uma ruptura com as unidades originais, (2) ao hibridismo concebido como um processo contínuo de interpenetração entre formas que, a despeito de operarem juntas, permanecem reconhecíveis como homogêneas em si, ou ainda (3) ao hibridismo postulado como algo intrínseco ou "desde sempre", isto é, como recusa radical da suposta pureza das formas "originais" e da fixação dessas formas em algum estado definitivo.

À guisa de ilustração, Friedman (op. cit., p. 17) menciona o caso do jazz, que transcrevo abaixo :

Enquanto exemplo de hibridismo por fusão, o jazz será uma forma musical inteiramente nova e perfeitamente distinta, nascido da mistura de práticas musicais oriundas da África Ocidental e da tradição anglo-europeia. Enquanto hibridismo por interpenetração, ele alia elementos da música da África Ocidental e da música anglo-europeia, facilmente identificáveis por parte do ouvido educado. Enquanto ilustração do sempre já híbrido, o jazz mistura músicas que são, elas próprias, produto de um permanente sincretismo musical existente na África Ocidental, nos Estados Unidos da América, na Europa e na Grã-Bretanha, a par de influências provenientes de outros continentes. Uma vez enraizado nos EUA, o jazz passaria, no entanto,

ocorrem em uma zona de contato entre culturas, linguagens ou tecnologias, ou que resultam da travessia de fronteiras de qualquer tipo.

⁷ As raízes etimológicas da palavra estão relacionadas ao termo latino "hubris", que se referia a um produto “não-natural” ou um ultraje à natureza.

a assumir uma grande quantidade de formas culturais dentro das fronteiras desse país, continuando, por outro lado, a evoluir sincreticamente à medida que se ia difundindo pelo resto do mundo.

A esta pesquisa pouco interessa aprofundar a discussão sobre qual dessas visões de hibridismo seria mais ou menos correta, porque, antes de mais nada, não me parecem modos de conceber mutuamente excludentes. A questão mais importante, penso, é como o hibridismo, seja qual for a modalidade teorizada, atua nas formações culturais, que papel tem na sua coesão e/ou fragmentação, reprodução e/ou transformação.

Nesse sentido, Friedman (2002, p. 17-18) explica que

o modo de atuação do hibridismo do ponto de vista cultural - em qualquer uma das três modalidades referidas - tem sido objeto de duas teorizações. Para uns (...), o hibridismo é algo que, inevitável e previsivelmente, faz parte absolutamente integrante de todas as formações culturais no seu normal trajeto desde que surgem e à medida que vão evoluindo e mudando ao longo do tempo e do espaço. (...) Para outros (...), o hibridismo apresenta-se como algo de transgressivo, como uma força criativa capaz de abalar, desnaturalizar e até mesmo derrubar as formações culturais hegemônicas.

Esses dois modos de atuação nos colocam frente a duas formas simultâneas e concorrentes de transformação que, por sua vez, remetem a uma concepção de inclusão diferente da multiculturalista, no sentido mais ortodoxo. Enquanto o multiculturalismo liberal nos leva a pensar a inclusão como uma articulação de unos homogêneos, esses dois modos de ação do hibridismo nos remetem às contaminações, sínteses e amalgamamentos, e/ou às ironias, conflitos e ambigüidades que podemos ver e experimentar no cotidiano das grandes metrópoles ocidentais (assim como em algumas do Oriente), nos produtos que encontramos no supermercado, nos relatos de amigos que foram ou voltaram da “gringolândia”, nas formas simbólicas que circulam pelo rádio, pela TV, pelos nossos computadores e celulares. Dito de outra forma, essas duas formas de ação do hibridismo nos levam da inclusão como “uni-“ ou “multi-“ à inclusão como “inter-“ e “trans-“.

Ao mesmo tempo em que se candidata a descrever a inclusão de um ponto de vista inovador, o hibridismo estabelece uma ponte sólida com as questões de linguagem e letramento que, em última instância, são o objeto dessa pesquisa e de minha formação como pesquisador. Neste sentido, retomo, nos Capítulos 3 e 5, respectivamente, esses dois modos de atuação em relação à linguagem digital e ao letramento digital. Nos Capítulos 4 e 6, respectivamente, aplico os argumentos teóricos relativos à linguagem e ao letramento a dois conjuntos de dados, na forma de dois estudos de caso exploratórios. Antes, porém, no Capítulo 2, tento formular um conceito de ID que dê apoio ao restante da pesquisa, contrapondo a heterogeneidade e o hibridismo à noção de Brecha Digital que ainda orienta muitos estudos na área. Concluo a pesquisa com o Capítulo 7, no qual apresento algumas reflexões atinentes à escolha do caminho teórico utilizado, à luz dos resultados obtidos, e aponto possíveis implicações desse olhar teórico e desses resultados para futuros estudos em inclusão digital.

Capítulo 2: Inclusão digital

Uma vez que fatos e máquinas tenham sido dotados de inércia própria (...), então é preciso inventar uma sociedade para explicar porque fatos e máquinas não se disseminam. Cria-se uma divisão artificial entre as associações mais fracas e mais fortes: fatos são amarrados a fatos; máquinas a máquinas; fatores sociais a fatores sociais. É assim que se acaba ficando com a idéia de que há três esferas: Ciência, Tecnologia e Sociedade, havendo a necessidade de estudar as influências dos impactos que cada uma delas exerce sobre as outras!

(LATOURE, 2000, p.233)

2.1. Tecnologia-sociedade-cultura: determinismo, neutralismo, mediação

Como ilustra a pequena narrativa que serve de preâmbulo a esta pesquisa, a expressão inclusão digital está ligada a discursos diversos e muitas vezes divergentes. Há, contudo, um certo sentido da expressão, incorporado ao senso comum por conta da sua freqüente reprodução nos veículos de comunicação social, segundo o qual a ID equivaleria ao acesso, preferencialmente domiciliar, de comunidades em situação de desvantagem (econômica, geográfica, física, educacional, etc.) aos artefatos técnicos (dispositivos digitais e meios de conexão às redes telemáticas) e aos bens simbólicos (bibliotecas digitais, softwares, websites, jogos de computador, bancos de dados, serviços de e-commerce, etc.) relacionados às TIC.

Tecnicamente, contudo, a idéia de que acesso equivale a inclusão é bastante problemática. Em primeiro lugar, porque no caso das TIC, acesso não é um conceito binário, do tipo "ter ou não ter". Como mostra o estudo de Sorj e Guedes (2005), a exclusão, no caso da Internet, não se manifesta apenas pela falta de acesso (como seria o caso da eletricidade e do saneamento básico), mas nas conseqüências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual do

acesso. Uma divisão binária entre os que têm e os que não têm deixa de considerar pelo menos dois fatores fundamentais: primeiro, a qualidade do acesso, isto é, as diferenças nas velocidades de conexão, nos tempos disponíveis para o uso, nos custos das conexões por diferentes canais (cabo, linha discada, rádio, etc.) e, segundo, a diversidade dos usos desse acesso e sua relevância para a qualidade de vida das pessoas. Mesmo assim, a partir da suposta equivalência entre acesso e inclusão, dois tipos de discursos, os deterministas e os neutralistas (WARSCHAUER, 2003b), são freqüentemente invocados nas discussões em torno de ID das quais participam, muitas vezes, agentes capazes de mobilizar recursos (financeiros, institucionais e técnicos) e tomar decisões políticas relacionadas ao problema.

Os discursos deterministas relacionados à tecnologia tomam por pressuposto que o seu desenvolvimento se dá por caminhos que estão além do controle cultural ou político, e, por conseguinte, que a tecnologia é capaz de exercer, de forma autônoma, inerente à sua própria natureza técnica (ou à sua inércia, como diz Latour, 2000), efeitos sobre o mundo social. Trata-se de conceber as diversas tecnologias produzidas pelo homem, inclusive ou especialmente aquelas relacionadas à linguagem e à comunicação, como o são todos os meios, digitais e analógicos, como forças auto-determinadas ou exógenas, capazes formatar grandes mudanças nas estruturas e processos macrosociais, bem como nas capacidades cognitivas individuais dos seres humanos, causando brechas (ou "divides", na literatura pertinente em inglês) entre grupos humanos ao longo da história (e da geografia). A crítica principal ao determinismo, e à noção de brecha, é a de que constituem postulados feitos a partir de uma perspectiva reducionista, que tenta isolar uma única causa relacionada a um processo social como determinante primário de tal processo como um todo.

Um bom exemplo dessa abordagem, e de suas falhas, no contexto das tecnologias da linguagem, foi a tentativa de alguns autores de estabelecer uma relação causal unilateral entre a escrita, enquanto tecnologia, e o desenvolvimento da capacidade de pensamento abstrato nos indivíduos e sociedades ditas modernas (GOODY; WATT, 1963; GOODY, 1986; OLSON, 1977). Como demonstraram mais tarde outros estudos (SCRIBNER; COLE, 1981, por exemplo), é virtualmente impossível isolar possíveis influências cognitivas da escrita, enquanto tecnologia, daquelas relacionadas à escolarização ou a outras práticas sociais em que a escrita é utilizada.

Muitos dos discursos correntes sobre a inclusão digital têm retomado, sob nova roupagem, argumentos deterministas para a relação entre as TIC e o desenvolvimento cognitivo e/ou sociocultural de indivíduos e grupos sociais, para propor o uso de tais tecnologias como solução para situações graves de desigualdade socioeconômica, seja em bolsões de miséria nos países centrais do capitalismo pós-industrial, seja nos países do assim chamado terceiro mundo (WARSCHAUER, 2003b). Parte desse *revival* da Grande Brecha do Letramento, agora sob a máscara da inclusão digital, se manifestou de forma mais claramente identificável na noção de Brecha Digital (Digital Divide).

Supostamente contrapostos⁸ aos discursos deterministas, há os discursos neutralistas ou instrumentais, isto é, aqueles em que as tecnologias, as TIC inclusive, são vistas como instrumentos neutros cujos efeitos sociais são condicionados totalmente pelas maneiras como são usados, ou pelas intenções daqueles que os usam. Frequentemente citado nesses discursos é o exemplo de uma faca, que pode ser usada de forma igualmente eficaz para cozinhar, curar ou matar. Nesse caso, as TIC são vistas como ferramentas neutras que, se usadas de forma "correta", servem para ampliar o acesso ao conhecimento de forma nunca antes imaginada. O conhecimento, também visto como neutro, se utilizado "corretamente", levaria à melhoria das condições de vida e desenvolvimento de pessoas e países indistintamente. Tudo, enfim, começa e termina na capacidade de utilizar o instrumento, e, portanto, todo excluído é, em tese, alguém incapaz de utilizar o instrumento a seu favor⁹.

O problema com os discursos neutralistas – frequentemente adotado por indivíduos e instituições na linha de frente dos desenvolvimentos tecnológicos, como o são hoje os fabricantes de software e computadores – é que não se pode ignorar que toda ferramenta, por mais simples que

⁸ Digo "supostamente" porque em verdade, como afirma Warschauer (2003b), os dois discursos se sobrepõem ao isolar o técnico do social.

⁹ Essa é certamente uma postura bastante identificável com o senso comum sobre a ID no Brasil. A título de exemplificação, veja-se esta resposta fornecida por um usuário anônimo à "Pesquisa Nacional de Inclusão Digital", realizada pelo Centro de Inclusão Digital e Educação Comunitária da Escola do Futuro da USP, cujos resultados foram divulgados em <http://cidec.futuro.usp.br/pesquisa> em 18/11/2005: "a inclusão digital é uma estupidez dos empresários que pensam que todo cidadão é desprovido de inteligência (sic) utilizar um computador é uma coisa fácil e simples, pois o computador foi projetado para ser (sic) humanos e não para gênios extraterrestres. quem (sic) pensa que utilizar um computador é complicado ou difícil, pouco entende de computadores e não passa de um ignorante incompetente, e isso é o que vocês são fazendo este tipo de pesquisa idiota".

seja, não só transforma-se e especializa-se em seu próprio design¹⁰, quando utilizada em um determinado contexto, como afeta de formas diferentes as maneiras pelas quais contextos já heterogêneos passam a mudar.

A crítica mais incisiva ao neutralismo, porém, advém da noção ingênua de tecnologia que lhe dá suporte, uma noção que ignora o fato de que todas as tecnologias reificam visões de mundo e significados existentes nos contextos em que são criadas. Feenberg (1991, n.p., minha tradução) formula essa crítica de forma clara ao dizer que "os valores e interesses das classes dominantes e das elites estão instalados no próprio design dos procedimentos racionais e das máquinas mesmo antes que lhes seja assinalada uma finalidade", estando tais valores e interesses sedimentados "em regras e procedimentos, dispositivos e artefatos que rotinizam a busca pelo poder e pela vantagem por parte dos grupos hegemônicos".

De fato, a história das TIC está repleta de exemplos ilustrativos dessa afirmação de Feenberg. Escolhas "técnicas", aparentemente neutras, tais como a utilização do inglês como base dos primeiros sistemas de codificação dos computadores¹¹, a opção de emular nos teclados de computador a disposição das teclas das antigas máquinas de escrever¹² e, mais recentemente, a introdução da metáfora da mesa de escritório ("desktop") como base das interfaces gráficas, são escolhas feitas em detrimento de outras, tecnicamente possíveis, ou mesmo mais viáveis, que fatalmente atendem às necessidades e hábitos cognitivos de pessoas já familiarizadas com o alfabeto latino, com o idioma inglês, com a técnica da datilografia, e com as disposições habituais para a manipulação, produção, armazenamento e recuperação de documentos utilizados

¹⁰ A palavra "design" é utilizada ao longo deste trabalho, especialmente em relação às TIC, para designar os aspectos materiais, estéticos e funcionais característicos de um objeto, máquina, ou sistema concebido e implementado em resposta às demandas específicas e a partir das condições materiais e dos interesses específicos existentes em um determinado contexto sociocultural. Neste sentido o design das TIC especifica não apenas a sua natureza material, técnica e estética como também o seu funcionamento, isto é, os tipos de ação que as TIC possibilitam e os interesses aos quais elas servem.

¹¹ Segundo Barton (1994) o uso de ideogramas chineses para essa finalidade poderia ser "tecnicamente" mais adequada.

¹² A disposição dos caracteres gráficos nos teclados das antigas máquinas de escrever (conhecida como "QWERTY") foi definida em função das seqüências de letras mais ou menos freqüentes nos itens lexicais do inglês. Buscava-se com isso evitar, ao máximo possível, choques entre as hastes metálicas que sustentavam os tipos gráficos. Embora teclados de computador não utilizem hastes, a disposição QWERTY foi mantida porque os potenciais usuários de computadores, imaginava-se à época, seriam sempre trabalhadores de escritório, já habituados àquela disposição de teclas. Por motivos análogos, a disposição do bloco de teclas numéricas ("Numeric Pad") localizado à direita dos teclados de computador emulou a disposição dos algarismos nas máquinas de calcular da época.

em escritórios, e assim por diante. Certamente, só se pode declarar "neutras" essas muitas opções quando se tem em mente exclusivamente o contexto em que foram criadas, e, ainda assim, quando se supõe, erroneamente, que tal contexto seja culturalmente homogêneo.

Contudo, a despeito de se poder identificar nas máquinas, computadores inclusive, traços culturais e ideológicos associáveis aos contextos em que são forjadas, não se pode cair no reducionismo de postular um determinismo social (cultural e/ou econômico) sobre a tecnologia, isto é, não se pode buscar explicar a forma e os efeitos da tecnologia pura e simplesmente com base na influência de certos "grupos de interesses" favoráveis à sua difusão. Latour (2000, p.233, *itálicos no original*) explica que essa forma de determinismo social é tão ingênuo e ineficaz quanto as diversas formas de determinismo tecnológico porque

os mesmos interesses que eles [os deterministas sociais] vêm como *causas* em suas explicações são *conseqüência* da extração e da purificação artificiais de um punhado de vínculos que provêm dessas idéias, teorias ou máquinas.

Vê-se, então, que, a despeito de serem freqüentemente interpretados como pólos contrapostos, os discursos deterministas e os neutralistas/instrumentais se sobrepõem, no sentido de que postulam sociedade e tecnologia como entidades homogêneas e isoladas, cuja inter-relação é concebida unidirecionalmente. Penso que uma abordagem da relação sociedade-tecnologia-cultura mais adequada à problemática da inclusão digital deve tomar como pressuposto que a tecnologia, a exemplo da linguagem, tanto influencia os contextos nos quais surge (ou é introduzida), como tem seu sentido, sua forma e sua função transformados no tempo e no espaço pela maneira como são praticadas em contextos heterogêneos. Nesse sentido, contraponho ao determinismo e ao neutralismo, como noção fundamental para a reflexão sobre a inclusão digital, o conceito de mediação.

O conceito de mediação aparece nos estudos da assim chamada Nova Esquerda Britânica, marcadamente no trabalho de Raymond Williams (1979). Sob a influência do pensamento de Gramsci sobre a hegemonia cultural, Williams procura rever a concepção marxista clássica de

que a infra-estrutura determina a superestrutura, ou, em outras palavras, de que a cultura reproduz ou reflete a base econômica das sociedades, ao postular que a recepção é um local de construção de significado e não de submissão total à esfera econômica.

Como explica Torres (2004, p. 8-9), nas interpretações ortodoxas do marxismo, a ideologia é concebida como um sistema de significados, valores e crenças que pode ser abstraído como uma concepção universal ou perspectiva de classe. Esta noção de ideologia deixa de fora “as consciências relativamente heterogêneas, confusas, incompletas e inarticuladas”, isto é, as consciências “dominadas” que não têm “uma ideologia, ou consciência, simples e relativamente pura”. O conceito de hegemonia de Gramsci, do qual Williams é tributário, “supera essa segregação teórica porque ele não iguala o que seria ideologia – sistema de significados, crenças e valores – com consciência e, desta forma, não exclui os processos de dominação. Ao contrário, a hegemonia comporta as relações de dominação e subordinação as entendendo como práticas do processo da vida em sua totalidade”. Assim, continua Torres, “os processos hegemônicos (...) expressam a própria cultura, mas já compreendendo nesta os conflitos, a dominação e a subordinação”, de modo que “a atividade cultural supera a dimensão estática da superestrutura, para envolver toda a dinâmica que se processa na prática social, compreendendo a profundidade e a complexidade de relações que esta contém”. Dito de outra forma, base e superestrutura (ou, em particular, tecnologia e cultura) não estão postas como instâncias isoladas e estáticas que se refletem, mas como dinâmicas que se influenciam mutuamente no sentido de construir a hegemonia.

Williams toma de Bakhtin a noção de que a linguagem satura a atividade social ao mesmo tempo em que é saturada por ela para construir uma concepção de cultura como uma força produtiva. Assim, segundo Paixão (2004, p. 2) “ao tratar a cultura como experiência praticamente vivida e espaço contraditório de construção da hegemonia, Williams cria um fluxo duplo onde antes só havia um sentido unilateral. (...). É a substituição do conceito de reflexo pelo de mediação”.

A noção de mediação, então, é ao mesmo tempo mais adequada do que o determinismo e o neutralismo no sentido de que postula uma relação de mão dupla entre cultura e infra-estrutura e, portanto, entre sociedade e tecnologia, e mais propícia a uma visão de inclusão fundada na

heterogeneidade, no sentido de que pressupõe a cultura como algo que se transforma constantemente nos e através dos meios.

Para Mazzarella (2004, p.346, 358, minha tradução),

mediação é o nome que podemos dar aos processos pelos quais uma dada ordem social [social dispensation] produz e reproduz a si mesma em e através de um conjunto particular de meios.

Isto nos leva diretamente às TIC, entendidas como um meio de comunicação global, como um fator preponderante no processo de consolidação daquilo que Castells (1999) chama de sociedade em rede. Mas não, necessariamente, à noção de que as TIC e sociedade em rede derivam um do outro ou determinam um ao outro. É o que explica Mazzarella (op. Cit., p. 358)

Uma vez que requer e permite relações sociais particulares, um meio começa a parecer como algo que define certas formas sócio-históricas – colonialismo, nacionalismo, transnacionalismo. Este processo não deve ser confundido com determinismo tecnológico. Por exemplo, se falamos da cumplicidade de um meio particular com o nacionalismo, isto não significa que a existência de um meio necessariamente ‘leva ao’ nacionalismo em qualquer sentido simplista. Ao invés disso, registramos o efeito histórico da mediação: que nem as relações sociais e histórias institucionais que reconhecemos por nacionalismo nem um meio particular são, a partir de então, totalmente inteligíveis ou reconhecíveis para nós isoladamente um do outro.

Para Mazzarella (op. cit., p. 358), os meios possuem uma ambigüidade estrutural que faz do trabalho da mediação algo potencialmente volátil:

Em um nível, quer percebido como tal por seus “usuários” ou não, um meio é uma estrutura material, que ao mesmo tempo permite e restringe um certo conjunto de práticas sociais. Assim, um meio é tão dinâmico quanto previsível. Entretanto, um meio é também uma tecnologia reflexiva e uma tecnologia reificadora. Torna a sociedade imaginável e inteligível na forma de reapresentações externas. Inseparável do movimento da vida social, e no entanto removido dele, um meio é ao mesmo tempo óbvio e estranho, necessário e misterioso, íntimo e distante.

Por conta dessa volatilidade, mesmo que “uma maneira ‘obvia’ de estar no mundo” dependa de certas práticas quotidianas de mediação, uma “ligeira mudança de perspectiva” pode fazê-las, isto é, tais práticas, parecerem arbitrárias ou impostas externamente. Assim, continua Mazzarella (op. cit., p. 347-8),

enquanto os benefícios dos meios são alardeados em primeiro plano nos debates do em voga – ‘vamos conectar o mundo’ – a mediação em si não é freqüentemente reconhecida. Esse não reconhecimento ocorre porque a idéia de mediação implica distância, intervenção e substituição [displacement]. Ela debilita o romance da identificação intuitiva, autêntica que, por sua vez, é a garantia ideológica de que tanto o capitalismo quanto a política são guiados pelos interesses do consumidor-cidadão, e não do partido-corporação.

O fato de que uma ligeira mudança de perspectiva nos permite ver a inclusão digital como estratégia de construção da hegemonia global, não implica, necessariamente, que o acesso às TIC não possa servir também à construção de uma contra-hegemonia. Mas nem por isso se pode postular que essas tecnologias são neutras, ou igualmente propícias a essas duas forças. Mais adequado seria dizer, com Mazzarella (2004, p.358), que, como todos os meios, as TIC ao mesmo tempo permitem e constroem ambos os processos:

Qualquer meio permite e limita o controle e a disseminação da informação de maneiras particulares. Meios diferentes oferecem estruturas comunicacionais diferentes: difusão ou circuito fechado, à distância ou face-a-face, um-para-um, um-para-muitos, muitos-para-muitos. O preço, disponibilidade, e complexidade do hardware combinado com até que ponto é possível para o usuário modificar ou recriar conteúdos em diferentes lugares do seu campo de circulação social vai condicionar até que ponto aquele meio se tornará o foco de usos e mobilizações ‘alternativas’ ou ‘radicais’.

Dessa perspectiva, abrem-se duas frentes complementares de reflexão e pesquisa sobre as relações tecnologia-sociedade certamente mais aptas a informar a construção de um conceito

crítico e transformador de inclusão digital do que a determinista e a instrumental. Numa dessas frentes estão estudos realizados sob o prisma da "Construção Social da Tecnologia"¹³, uma abordagem sócio-construtivista da inovação científica e tecnológica liderada por autores como Bijker e Pinch (1989) e Bruno Latour (2000), que busca identificar as maneiras pelas quais fatores culturais e socioeconômicos influenciam a direção e a velocidade da inovação tecnológica (ou o que as tecnologias devem permitir e restringir, nos termos de Mazzarella), os conteúdos e práticas que dão forma às tecnologias emergentes ao longo da história. Na outra, abre-se a possibilidade de tentar entender as maneiras e as condições pelas quais as novas tecnologias são utilizadas, apropriadas, reinterpretadas, refuncionalizadas e transformadas¹⁴ ao serem praticadas em diferentes contextos, por si mesmos já heterogêneos.

Entendo que, nessa segunda frente, existe a necessidade de que a pesquisa esteja fundamentada sobre uma abordagem sociológica coerente com a noção de que o consumo (das TIC) é uma forma de produção (da inclusão digital), ou nos termos de Williams (1979), de que a recepção é um local de construção de significado, pois só assim se poderá desvincular a noção de inclusão da de reprodução e vinculá-la com a de transformação. Nesse sentido, considero um aporte teórico interessante, dos pontos de vista conceitual e metodológico, a abordagem de Certeau (1994) para o fenômeno da inserção do homem ordinário nas estruturas de poder e das suas operações no campo disciplinar de uma economia escriturística (agora digitalizada e mundializada). A seguir, apresento sucintamente os fundamentos de tal abordagem, os quais serão posteriormente (no capítulo 6) aplicados a um estudo de caso.

¹³ Minha tradução para a expressão original em inglês "Social Construction of Technology". Para uma apresentação sistematizadas dos trabalhos dessa corrente ver Machado (2006).

¹⁴ Lembremo-nos aqui de que os computadores surgiram, em meados do século passado, como máquinas de cálculo e codificação, a serviço das elites militares e científicas do ocidente. Mais tarde, apropriados pelas grandes corporações comerciais, tornaram-se máquinas de fazer negócios (como bem expressa o nome "International Business Machines", da companhia que protagonizou tal processo) antes de, finalmente, tornarem-se as máquinas de mídia que são hoje. Uma trajetória semelhante, embora cumprida muito mais rapidamente, aplica-se à Internet e, especialmente, àquela sua componente mais popular que conhecemos como WWW.

2.2. Inclusão digital como invenção do cotidiano

A abordagem de Certeau (1984) para o fenômeno da inserção do homem ordinário nas estruturas de poder e da suas operações no campo disciplinar de uma economia escriturística é, como espero demonstrar, extremamente congruente com a visão de inclusão digital que tento sustentar ao longo deste trabalho. Em ambos os casos, não se supõe o indivíduo como elemento autônomo cujas vontades e capacidades determinariam sua condição social, nem se crê num indivíduo como um termo determinado de relações sociais determinantes, mas busca-se identificar formas e possibilidades de agentividade, isto é, maneiras pelas quais grupos e indivíduos marginais/subalternos produzem, sob uma aparência de sujeição e conformidade, e dentro de um sistema disciplinar que não podem ignorar, formas de viver da melhor maneira possível a ordem social e a violência simbólica que lhes é imposta. Isto equivale a postular que há formas de inclusão que não se igualam à padronização, e formas de diferenciação que não implicam o isolamento.

Tributário crítico da tradição francesa de análise social (leia-se principalmente Michel Foucault e Pierre Bourdieu), Certeau (1994) argumenta que, embora as Ciências Sociais tenham conseguido ao longo dos últimos cem anos avançar muito no estudo dos comportamentos e estruturas simbólicas e formas de reprodução sociais, não estava consolidada, até então, uma teoria formal voltada à descrição das maneiras pelas quais indivíduos e grupos se reapropriam de objetos sociais nas situações cotidianas. Daí seu projeto de trazer as práticas (simbólicas e vivenciais) ou "maneiras de fazer" dos grupos subalternos para a linha de frente da análise sociológica, não como exaltações da "cultura popular", nem como levantamento de formas de resistência a regimes/dispositivos disciplinares, mas retratando e problematizando a sua produção do social, uma produção que não se contrapõe àquela das elites, mas que a subverte e reinventa pela via dos usos.

O método certeuniano

O interesse de Certeau em dados quantitativos sempre foi muito limitado. Para o tipo de pesquisa a que se dedicava, não eram relevantes as quantidades de coisas feitas ou de tempo gasto fazendo coisas (por exemplo, quantas pessoas tinham televisores e quanto tempo passavam assistindo

televisão), mas as maneiras como as coisas eram feitas por produtores e consumidores. O que buscou construir foram modelos analíticos que servissem para "caracterizar as trajetórias dos praticantes, entender as séries de operações encadeadas em seqüências temporais, e seguir a circulação social dos fragmentos de conhecimento privado entre amigos, parentes, vizinhos e colegas de trabalho" (GIARD, 2003, n.p.).

Para conseguir estabelecer a estrutura formal das práticas cotidianas, Certeau (op. cit.:42) combina dois tipos de investigação. Primeiro aquelas "mais descritivas, [que] deram ênfase a algumas maneiras de fazer selecionadas segundo o interesse que apresentavam na estratégia da análise, e em vista de obter variantes bem diferenciadas; práticas de leitura, práticas de espaços urbanos, utilização das ritualizações cotidianas (...)". Segundo, investigações "da literatura científica suscetível de fornecer hipóteses que permitiam levar à lógica desse pensamento que não se pensa". Dentro dessa segunda linha de investigação vamos encontrar a justificativa da centralidade que as teorias da enunciação, da recepção e os estudos sociolinguísticos acabaram assumindo no trabalho do autor, ou pelo menos nas maneiras pelas quais ele encaminha e ilustra suas análises.

Segundo Giard (2003), Certeau jamais pretendeu compilar um inventário de práticas, mas apenas propor modelos analíticos capazes de explicá-las formalmente a partir de três níveis: o das modalidades de ação, o das formalidades das práticas e o dos tipos de operação especificados pelas maneiras de fazer. A mesma diversidade de fontes teóricas e práticas-objeto que encontramos na proposta fundadora da pesquisa de Certeau se estende às particularidades dos trabalhos de seus colaboradores Pierre Mayol e Luce Giard. Mayol estudou as práticas dos espaços público e privado em três gerações de uma família de trabalhadores de Lyon enquanto Giard interessou-se pelas práticas femininas de comprar comida e cozinhar em relação á sua suposta responsabilidade pelos cuidados com os corpos das pessoas na família. Não encontrei na literatura, entretanto, uma sistematização clara ou uma tentativa de prescrição relacionada à proposta de pesquisa de Certeau que pudesse ser utilizada diretamente por aqueles que pesquisam as práticas digitais.

Menciono essa multiplicidade de aplicações, referências e objetos, em contraste com a maneira relativamente flexível e pouco prescritiva pela qual Certeau expõe seu método, para justificar a

adoção de suas idéias como inspiração (e não como modelo). Penso que a presença de Certeau na fundamentação metodológica da pesquisa em ID serve mais para justificar a postura de trazer para o centro da atenção os sentidos e as operações dos usuários de tecnologia supostamente entregues à passividade e à disciplina, do que estruturar empiricamente de investigação. Nesse sentido, são de especial interesse para mim certos conceitos certeunianos que nos permitem relacionar práticas, objetos, pessoas, contextos e estruturas de poder enfatizando a criatividade e a agentividade do sujeito social.

Parâmetros conceituais

Da extensa e complexa rede de conceitos apontados por Certeau (op. cit.) como relevantes para a análise da produção do cotidiano, destaco os três pares mais relevantes para o contexto da minha pesquisa, os quais, por sua vez, são também os mais freqüentemente aludidos pelos comentadores do autor: *produtores e consumidores, estratégias e táticas, e lugar e espaço*.

Entendo que esses conceitos contribuem para o arcabouço que dá sustentação à pesquisa das práticas digitais, antes de tudo, no sentido de que permitirem uma síntese do contexto mais amplo no qual elas se inserem. Tenho até aqui me referido a esse contexto ora como sociedade em rede, ora como globalização, mas sempre com certa relutância devida à vaguidade desses termos na literatura e nos discursos correntes. No excerto abaixo, contudo, Certeau (1994, p. 104-5; ênfases adicionadas) fornece uma descrição bastante plausível, embora quase premonitória¹⁵, dos desdobramentos que tenho tentado assinalar através da palavra globalização, mas o faz por meio desses três pares de conceitos forjados por ele. Peço ao leitor que leia o excerto antes que eu faça a apresentação detalhada dos conceitos destacados, para que possa avaliar, retrospectivamente, sua relevância.

¹⁵ A primeira edição de "A Invenção do Cotidiano – Artes do fazer" é de 1980.

Seja como for, na escala da história contemporânea, parece também que a generalização e a expansão da racionalidade tecnocrática criaram, entre as malhas do sistema, um esfarelamento e um pulular dessas práticas antigamente reguladas por unidades locais estáveis. Cada vez mais as **táticas** vão saindo de órbita. Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscreviam o funcionamento, elas se põem a vagar por toda a parte num **espaço** que se homogeneíza e amplia. Os **consumidores** se tornam migrantes. O sistema onde circulam é demasiadamente amplo para fixá-los a alguma parte, mas demasiadamente regulamentado para que possam escapar dele e exilar-se alhures. Sendo assim o modelo **estratégico** também muda, como que perdido no seu sucesso: repousava na definição de um **próprio** distinto do resto; torna-se um todos. Seria possível que, aos poucos, esgotasse as suas capacidades transformadoras para constituir somente o **espaço** (tão totalitário como o cosmos de tempos idos) onde se ativaria uma sociedade de tipo cibernético, entregue aos movimentos brownianos de **táticas** invisíveis e sem-número. Haveria uma proliferação de manipulações aleatórias e incontroláveis, dentro de uma imensa rede de coerções e seguranças sócio-econômicas: miríades de movimentos quase invisíveis, operando na textura sempre mais fina de um **lugar** homogêneo, contínuo e próprio a todos? Seria já o presente ou ainda o futuro da grande cidade?

Produtores e Consumidores

Certeau (op. cit.) classifica como *produtores* aqueles grupos ou classes de indivíduos capazes de criar, impor e manter espaços disciplinares e prescrever formas de ordenamento e representação sociais. Concretamente estariam entre os produtores (as pessoas ligadas a) os governos, as corporações de negócios, os poderes judiciários, as instâncias de planejamento urbano, as elites acadêmicas, os fornecedores de serviços públicos (saneamento, eletricidade, telecomunicações, etc.), as corporações profissionais, e assim por diante. Entre os *consumidores* estão todos aqueles constrangidos a viver (supostamente) de acordo com as formas de ordenamento e disciplina impostas pelos produtores e por meio dos produtos (físicos e simbólicos) que lhes são oferecidos.

Aqui, entretanto, as palavras *produtor* e *consumidor* não devem ser interpretadas ao pé da letra, isto é, binariamente, como se apenas os produtores produzissem e como se os consumidores apenas assimilassem passivamente o que lhes é oferecido. A diferença entre *produtores* e *consumidores* não é uma diferença entre quem produz e quem não produz, mas entre quem produz de forma centralizada, racionalizada, expansionista e estratégica e quem o faz de forma

astuciosa, dispersa e tática, não através da "fabricação" de produtos próprios, mas através das maneiras de empregar os produtos impostos pela ordem dominante. Em outras palavras, a produção dos *consumidores* é uma metaforização da ordem dominante; o produto dos consumidores é o *uso* que fazem dos discursos, artefatos, commodities, bens simbólicos, instalações e ordenamentos produzidos pela elite. Vale ressaltar, contudo, que *produtor* e *consumidor* são papéis sempre relativos, isto é, que em uma sociedade complexa, há *produtores* em um determinado contexto que são *consumidores* em outros contextos e vice-versa.

Essa noção de *uso* como produção Certeau (op. cit.) vai buscar na problemática do enunciado que trás à baila a noção de pragmática em contraposição à de semiótica. Comprar e caminhar, ler e habitar, falar e cozinhar, vistos no contexto da ação, são igualmente operações, formas de atualizar as possibilidades de um sistema, maneiras de apropriar-se e inserir-se em um rede de relações assim como enunciar é uma forma de apropriar-se da língua e implantar um interlocutor e um contrato relacional. Assim sendo, investigar a invenção do cotidiano é inventariar e relacionar essas operações nos âmbitos das diversas práticas que põem em contato *produtores* e *consumidores* através das suas produções.

Estratégias e Táticas

Estratégia e *tática* são conceitos de que o autor lança mão para descrever as relações de força que caracterizam a produção como imposição ou como *uso* nas práticas quotidianas. Por *estratégia* Certeau (op. cit., p. 99) concebe

o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exercito, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.

Estreitamente ligada à noção de estratégia está a de *próprio*.

A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização 'estratégica' procura em primeiro lugar distinguir um 'ambiente' um 'próprio', isto é, o lugar do poder e do querer próprios.

Estratégia é, assim, a arte do forte, é a ação autônoma do forte sobre um espaço que lhe é próprio ou propriamente delimitado. A definição de *tática*, o autor (op. cit., p. 100) constrói em relação às de *estratégia* e *próprio*. *Tática* é, conseqüentemente, a arte do fraco que se realiza no espaço do forte, “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”.

As *estratégias*, por possuírem um *próprio*, permitem capitalizar vantagens conquistadas e preparar expansões futuras, mas, ao mesmo tempo, estão amarradas à sua visibilidade, são facilmente identificáveis e mapeáveis. As *táticas*, ao contrário, aproveitam a ocasião, operam golpe a golpe, aproveitam as falhas na vigilância do *próprio* para defletir a influência das *estratégias*. Não permitem capitalizar vantagens ou prever expansões, mas, ao mesmo tempo, são virtualmente imapeáveis. Seu poder está justamente na sua imprevisibilidade. Isto implica que um projeto de pesquisa que vise mapear *táticas* é antes de tudo um contra-senso, mas não impede que se postule certos *usos* e *táticas*, isto é, certas formas de reapropriação do *próprio* a favor do fraco como caminhos ou modalidades de inclusão.

É importante notar que *usos* e *táticas* não se confundem com resistência, pois a formulação da *estratégia* é, em geral, uma resposta aos *usos* e *táticas*. Em outras palavras, são os *usos* e *táticas* que freqüentemente definem os contornos e limites das estratégias e não o contrário, como no caso da resistência pura e simples.

Lugares e Espaços

Para Certeau (op. cit., p. 201-2)

um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do 'próprio': os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar 'próprio' e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Já *espaço* é

o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (...) Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um 'próprio'.

Retomando o problema da enunciação como modelo, Certeau (op. cit., p. 202) explica que

o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas.

Em suma,

o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito.

Um exemplo: a leitura como operação de caça

Uma das aplicações mais conhecidas e reconhecidas da teoria da invenção do cotidiano a uma prática específica foi a caracterização da leitura apresentada em Certeau (1994). Nessa análise, o autor contesta a idéia do leitor como um ser passivo, um "assimilador de informação", que com tanta frequência aparece também nos discursos sobre inclusão digital. Depois de caracterizar a modernidade ilustrada como a era de uma economia escriturística, Certeau (op. cit., p. 261; *itálicos no original*) ressalta que

a idéia de uma produção da sociedade por um sistema 'escriturístico' não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se *imprimir* pelo texto e como o texto lhe é imposto.

Contestando essa convicção do senso comum, o autor (op. cit., p. 264-5) mostra que a leitura é, na verdade, uma atividade desconhecida. Mesmo sem recorrer explicitamente ao conceito de letramento, argumenta que ler o sentido e decifrar letras correspondem a atividades diversas e que, portanto, o leitor/consumidor não é passivo. Um texto, argumenta, é “uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido”. Por isso, “ler é peregrinar por um sistema imposto (o do texto, análogo à ordem construída de uma cidade ou um supermercado)”.

Em outras palavras, o texto é um *lugar*, um *próprio* que quando praticado pelo leitor se transforma em *espaço*. Descrever a leitura enquanto prática, então, não é algo que se possa fazer calculando as correlações entre objetos lidos, lugares sociais e lugares de frequência, mas focalizando “a própria operação de ler, suas modalidades e sua tipologia”.

Essas operações, segundo Certeau (op. cit., p.266-7, *itálicos no original*), dão sentido ao texto

por um jogo de implicações e de astúcias entre duas espécies de 'expectativa' combinadas: a que organiza um espaço legível (uma literalidade) e a que organiza uma *démarche* necessária para a *efetuação* da obra (uma leitura). O que torna o texto um próprio é a instituição social que sobre-determina sua relação com o leitor. A utilização do livro por pessoas privilegiadas o estabelece como um segredo do qual somente eles são os 'verdadeiros' intérpretes (...) Oferecendo-se a uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça, o pretexto de uma lei que legitima, como 'literal', a interpretação de profissionais e de clérigos socialmente autorizados.

Assim como no passado, diz Certeau (op. cit., p. 268), “ hoje há os dispositivos sócio-políticos da escola, da imprensa ou da TV que isolam de seus leitores o texto que fica de posse do mestre ou do produtor”, mas há também “a atividade silenciosa, transgressora, irônica ou poética, de leitores (ou telespectadores) que sabem manter sua distância da privacidade e longe dos 'mestres'”. Logo, se escritores são *produtores*, fundadores de um lugar próprio, leitores são caçadores nômades circulando em terras alheias.

Vemos nesse relato sucinto como a leitura se encaixa no arcabouço criado por Certeau. Ele a concebe como uma operação de caça, uma maneira de consumir em que o leitor fabrica um *espaço* dentro de um *lugar* imposto pelo autor e pela estrutura social. Descreve as noções de "informar" e de "sentido literal" como *estratégias* as quais o leitor subverte através de certas *táticas* tais como os jogos de antecipação e hipotetização, e o acionamento de memórias e modelos mentais próprios. Mostra que as maneiras modernas de ler (em silêncio, em privacidade) aumentam as possibilidades que o sujeito tem de ali circular, de habitar o texto em lugar de ser por ele habitado.

Mas o que dizer, em relação a esse exemplo, sobre inclusão digital? O que muda quando a "informação" e o "sentido literal" ainda são *estratégias*, mas o *próprio* se estende por uma rede de lugares concretos e virtuais, quando a operação de caça se estende aos *próprios* de múltiplas culturas e instituições que se entrecruzam no espaço desterritorializado da Internet, quando astúcias e *táticas*, assim como todas as formas de "make do", ganham o status de norma na construção do conhecimento “on demand” ou “just-in-time”? Se queremos respostas certeunianas para essas perguntas temos que, como ele (op. cit., p. 268), buscá-las nas práticas

sociais, contando com o fato de já existir, “multiforme embora sub-reptícia ou reprimida, uma outra experiência que não é a da passividade”.

Ao mesmo tempo, temos que levar em conta, com Marcus (1993, p.4, 6) que, hoje, a configuração particular de cotidiano que embasava a pesquisa de Michel de Certeau e seus colaboradores pode ser "mais uma fantasia nostálgica do que um referente mais ou menos acurado da realidade na qual a integridade desse cronotopo depende", isto é, que está cada vez mais evidente a noção de um cotidiano pós-moderno no qual "ações localizadas, delimitadas no tempo-espaço, aqui-e-agora como sítios simbólicos ou essenciais do cotidiano – a casa, o local de trabalho, a rua, etc. – são cada vez mais vistas como estórias muito parciais".

Em outras palavras, embora a idéia de que os grupos subalternos produzem seu cotidiano (ao mesmo tempo em que são por ele produzidos) permaneça válida, a delimitação do quotidiano não pode mais ser pensada em termos de um espaço geográfico absoluto. A compressão do espaço-tempo, a dinâmica intercultural, a voracidade dos fluxos de informação, produtos, pessoas e formas simbólicas típicos do que se entende como o contexto da globalização são fatores que os investigadores têm sido forçados a considerar, e aos quais têm reagido de formas variadas.

No âmbito da pesquisa corrente em inclusão digital, percebem-se esforços na direção de conhecer os usos e os significados das TIC em diferentes contextos sociais e culturais, traduzidos em alguns estudos que abordarei a seguir. Nota-se, contudo, que parte desses estudos parece utilizar uma concepção de contexto que vai de encontro à perspectiva da heterogeneidade e da dinamicidade, razão pela qual procuro citá-los, por vezes, de forma crítica.

2.3. Ciclo virtuoso?

Inspirado pela abordagem da "Informática Comunitária", a qual, segundo McIver (2005, p. 65-7), define "um campo emergente, interdisciplinar, relativo ao desenvolvimento e gerenciamento de sistemas de informação concebidos com e por comunidades para resolver os seus problemas",

Mark Warschauer (2003b), pesquisador da Universidade da Califórnia, tem dado importantes contribuições para deslegitimar o assim chamado "Digital Divide" e, ao mesmo tempo, para situar a inclusão digital na intersecção entre as TIC (vistas como infra-estrutura tecnológica) e a inclusão social (vista como objetivo político ao qual tal base tecnológica deveria estar subordinada).

No trabalho de Warschauer, a inclusão digital é concebida como um "ciclo virtuoso" no qual recursos sociais pré-existentes (disponibilidade de conexões de eletricidade e telefonia, acesso a bens e a serviços, mecanismos de organização e mobilização social, línguas faladas na comunidade, letramentos ali praticados, etc.) contribuem para um "uso efetivo"¹⁶ das TIC, as quais, por sua vez, fortaleceriam e amplificariam os recursos sócio-culturais da comunidade, promovendo, dessa forma, inclusão social.

Por inclusão social Warschauer (2003b, p. 8, minha tradução) entende, com Stewart (2000), "não apenas uma distribuição adequada de recursos, mas também a participação na determinação das perspectivas individuais e coletivas de vida"¹⁷. Essa forma de conceber a inclusão social é um avanço importante, pois, em geral, o senso comum caracteriza inclusão social de forma binária, limitada à posse ou não de capital econômico, e, portanto, reduz a questão a apenas uma de suas dimensões. Para Warschauer (op. cit.) desigualdades de renda (e portanto diferenças entre classes sociais) e inclusão/exclusão são conceitos que se sobrepõem, mas que não se equivalem. O autor procura demonstrar essa não equivalência levantando, do ponto de vista quantitativo, a existência de mecanismos de exclusão baseados em gênero, idade, etnia, aptidão física, língua materna, educação formal, etc. dentro de uma mesma classe social.

Sorj e Guedes (2005) realizam um trabalho que vai na mesma direção utilizando dados de um estudo misto (quantitativo e qualitativo) realizado em favelas cariocas. Os autores mostram, por

¹⁶ Warschauer atribui à expressão um sentido particular, qual seja, o de usos das TIC que levam à melhoria das oportunidades de vida da comunidade.

¹⁷ Na sociologia européia contemporânea, o termo "perspectivas de vida" (tradução do termo em inglês "life chances") refere-se aos prospectos de longo prazo definidos por escolhas a partir das opções disponíveis e de acordo com os objetivos pessoais dos indivíduos. Para Dahrendorf (1979 *apud* CARDOSO; NASSAR, 2003) essas perspectivas subdividem-se em meios de acesso ("entitlements"), opções materiais ou escolhas possíveis entre bens e serviços disponíveis na comunidade ("provision"), e laços sociais ("ligatures") oferecidos por instituições tais como família, localidade, religião, partido político e classe social.

exemplo, que o acesso a computadores e Internet no trabalho é ao mesmo tempo um fator de exclusão digital para a mulher favelada, cujo trabalho, em geral, está ligado a serviços domésticos ou de limpeza e conservação patrimonial, e de inclusão digital para os homens, cujos empregos, ainda que humildes, como contínuos ou porteiros, lhes permitem contato com computadores. Já no caso da população negra das favelas, o trabalho serve como fator de compensação para a taxa de acesso ou posse de computadores em casa bastante menor nesse grupo em relação à da população branca nos mesmos locais.

Aos estratificadores como gênero e etnia, autores como Warschauer (2003b) e Sorj e Guedes (2005) adicionam, com bastante ênfase, o grau de escolaridade das populações. Não se trata apenas da forte correlação entre maiores graus de escolaridade e maiores taxas de acesso (o que, a princípio, poderia ser devido a diferenças de renda), mas de considerar que há uma relação forte entre graus de instrução e relevância do uso das TIC no cotidiano das pessoas. Aqui estamos diante do problema da fetichização da informação como algo concreto, autônomo, que muitos discursos sobre a inclusão digital reforçam. Sorj e Guedes (op. cit.) mostram que a relevância e a utilidade da informação só existem dentro dos processos de construção de conhecimento (inclusive mas não somente nos escolares), algo que a noção binária de acesso não alcança.

Essa extensão da problemática do acesso para fatores culturais tem se traduzido em uma grande variedade de estudos que focalizam diferentes canais ou agências de inclusão digital tais como a educação formal (WARSCHAUER, 2003a), os locais de trabalho (STAM *et al*, 2004), a família (SNYDER *et al*, 2002), bem como as diferenças entre gêneros (HARGITTAI; SHAFER, 2006), grupos étnicos e faixas etárias (ROJAS *et al*, 2004). Duas conclusões que aparecem freqüentemente nesses trabalhos, ou são diretamente inferíveis deles, merecem destaque: a primeira é a de que o mero acesso às TIC não determina a ampliação das oportunidades de vida dos indivíduos e comunidades marginalizados; em verdade, sob certas circunstâncias, a introdução das TIC pode intensificar consideravelmente as disparidades sociais já existentes em lugar de diminuí-las (PETERS, 2003; SORJ; GUEDES, 2005). A segunda é a de que, superada a necessidade inicial de provisão de acesso às TIC, elas serão integradas às normas, valores e disposições dos grupos onde são introduzidas, amplificando tais recursos (WARSCHAUER 2003a, 2003b; SNYDER, 2002).

É a partir deste ponto que creio ser necessário lançar sobre tais trabalhos um olhar mais crítico. Embora sejam extremamente úteis no sentido de mostrar que as TIC promovem maiores oportunidades de vida prioritariamente para indivíduos e grupos que o senso comum já chama de incluídos, isto é, indivíduos e grupos que compartilham valores, interpretações e estilos de vida com as elites, e embora tentem estratificar o acesso em termos de categorias socioculturais para trazer à tona a relação entre desigualdade e diferença, suas conclusões parecem estar calcadas no pressuposto de que a norma social ou cultural precede a prática social e a determina.

Retomando as concepções básicas de linguagem, cultura e sujeito que norteiam minha reflexão, é possível criticar tal pressuposto. Em primeiro lugar, qualquer contexto ou categoria estratificadora utilizada nesses estudos deve ser visto em si mesmo como heterogêneo. Todos esses contextos são atravessados por diferenças de gênero, idade, etnicidade, grau de escolarização, e, em cada contexto, há diferentes maneiras de ser local, mulher, negro ou brasileiro, diferentes identidades que se transformam continuamente dependendo da maneira como as pessoas são interpeladas ou representadas nos sistemas culturais que as rodeiam. Em segundo lugar, ainda que se possa abstrair uma norma social ou cultural comum a todos esses sujeitos em um determinado contexto, em um determinado momento, o contexto continua a transformar-se por meio das práticas e da hibridização (BAKHTIN, 1982, 1988).

Uma maneira simples de explicitar a influência desses pressupostos em boa parte das pesquisas correntes sobre inclusão digital, e, ao mesmo tempo, de criticá-los, é tomar para análise as metáforas que utilizam. A metáfora do ciclo, adotada por Warschauer, e por diversos outros autores, é útil neste sentido. Para além da idéia de repetição, um ciclo implica confinamento (a uma trajetória), não somente reprodução, mas também delimitação. Neste sentido, traduz-se muito facilmente em uma visão de história e sociedade como conjuntos de espaços ou estados (culturais, sociais, econômicos, semióticos, ocupacionais, cognitivos, etc.) homogêneos em que os indivíduos e os grupos podem ser introduzidos, ou dos quais podem ser expelidos, e na noção de que as possibilidades de vida desses indivíduos e grupos estão determinadas pela sua própria habilidade em penetrar ou permanecer em espaços dados por um sistema que se move sozinho.

Outros estudos tomam para si metáforas mais em voga, como a da rede. Entretanto, esses autores não chegam, necessariamente, a incorporar a heterogeneidade e o conflito como algo inerente ao

sujeito e ao contexto. Este parece ser o caso de García Canclini (2005, p.17, *italicos no original*), no excerto abaixo:

A reformulação da ordem social e de grande parte das interações nacionais e internacionais, por causa das inovações tecnológicas e do neoliberalismo econômico modifica o sentido do diferente e do desigual. A passagem da primeira modernidade, liberal e democrática, com projetos integradores dentro de cada nação, a uma modernização seletiva e abertamente excludente em escala global coloca-nos diante de outro horizonte: agora importam as diferenças integráveis aos mercados transnacionais e acentuam-se as desigualdades, vistas como componentes 'normais' para a reprodução do capitalismo. (...) As diferenças e desigualdades deixam de ser fraturas a superar, como queria, com a ingenuidade que conhecemos, o humanismo moderno. A relativa unificação globalizada dos mercados não se sente perturbada pela existência de diferentes e desiguais: uma prova é o enfraquecimento desses termos e a sua substituição por esses outros, *inclusão* ou *exclusão*. O que significa o predomínio deste vocabulário? A sociedade, antes concebida em termos de estratos e níveis, ou distinguido-se segundo identidades étnicas ou nacionais, agora é pensada com a metáfora da rede. Os incluídos são os que estão conectados; os outros são os excluídos, os que vêm rompidos seus vínculos ao ficar sem trabalho, sem casa, sem conexão.

Tal como a metáfora do ciclo, a da rede pode ser estendida, além do sugerido pelo autor, para revelar o pressuposto que lhe subjaz. Nesse caso bastaria ter em mente que toda rede, por definição, contém outras redes. Assim cada nódulo participa simultaneamente de diferentes redes, nunca está totalmente desconectado, nem totalmente integrado. Em cada nódulo, não estão diferentes dos outros que são iguais entre si, mas diferentes entre si, que podem estar conectados aos outros de outras maneiras.

Não penso, contudo, que a metáfora da rede, ou o pensamento desse autor, em particular, sejam desprovidos de valor para uma reflexão sobre inclusão baseada na heterogeneidade. Na verdade, guardadas as devidas restrições, ambos fornecem um bom ponto de partida para uma reflexão sobre inclusão que parta do uni- e do multi- em direção ao inter- e o trans-.

2.4. O paradoxo da inclusão na globalização

Embora sejamos apenas mais um dos países ditos "emergentes", e portanto ocupemos uma posição relativamente periférica na nova ordem globalizada de que nos falam incessantemente a mídia, as ciências sociais e os analistas econômicos, quem busca entender a problemática da inclusão social no Brasil, assim como no restante da América Latina, hoje, não pode se dar ao luxo de virar as costas para essa nova (des)ordem, marcada pelo enfraquecimento do Estado-nação, pela crescente interpenetração de bens físicos e simbólicos entre os territórios e, especialmente, para a crescente submissão dos mecanismos estatais de criação e distribuição de renda às regras e demandas do capital transnacional.

Não se trata apenas de considerar a conjuntura política e econômica mais ampla como forma de situar o país no rol dos mais ou menos injustos, ou de traçar estratégias de crescimento econômico condizentes com o futuro, mas de compreender como os mecanismos de inclusão e exclusão social já conhecidos, aqueles que dizem respeito às desigualdades sociais engendradas por um histórico de trocas assimétricas entre grupos culturais diferentes, passam a ser operacionalizados agora, e, mais importante, como interagem com novos mecanismos (tecnológicos, políticos, lingüísticos, etc.) de exclusão.

Para ilustrar a problemática aí implicada a partir de um caso bastante específico, cito alguns excertos do artigo jornalístico "Parceria entre ministérios promete levar Internet e software livre a aldeias ", publicado na revista ComCiência do dia 31/03/2006¹⁸:

Acordo celebrado entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Saúde promete levar, a 220 Pólos Base de Saúde Indígena, antena para acesso à Internet via satélite e programa federal de inclusão digital. (...)

Os delegados indígenas manifestaram preocupação com o impacto que o acesso à Internet pode ter em suas comunidades. O acesso à rede poderia ser um fator de desagregação dos grupos locais, já que o número de máquinas não será suficiente para atingir a toda a população. (...)

¹⁸ Texto disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=3enoticia=82>, consultado em 31/03/2006. Agradeço a Flavia Amaral Rezende por ter identificado a relevância desse texto para meu trabalho e, conseqüentemente, me encaminhado uma cópia do mesmo.

Os indígenas também mostraram-se receosos com relação aos efeitos do acesso à Internet para os costumes locais e tradicionais. Os membros do Gesac, por sua vez, responderam afirmando que a Internet é um meio de comunicação capaz não só de receber, mas também de enviar informações, e que os computadores podem ser usados para fomentar alianças entre os povos indígenas e para cobrar medidas das autoridades. (...)

O excerto ilustra as linhas gerais em cujo entrecruzamento podemos situar a inclusão digital como um problema político, de acordo com García Canclini (2005): desigualdade, diferença e conexão. Com a transição do uni- para o multi- na lógica que orienta a inclusão social no capitalismo do século XXI, a inclusão de um grupo considerado “diferente”, tal como uma comunidade indígena, não pressupõe sua aculturação. Ao contrário, sua diferença é agora, muitas vezes, um trunfo que pode ser utilizado para garantir melhores oportunidades de vida subsidiadas pelo Estado. Contudo, uma parte importante do que se entende como sendo melhores oportunidades depende da sua conexão, voluntária ou não, com as redes telemáticas das quais depende o próprio capitalismo, e a partir das quais o Estado procura se reinventar por meio de uma nova “economia escriturística”, e novas formas de “rastreadibilidade”.

Tanto dentro como fora da comunidade pairam suspeitas de que essa conexão (1) macule a pureza da sua diferença, dilapide esse “asset”, e (2) traga para dentro da comunidade o mesmo tipo de desigualdade que o capitalismo moderno só faz acentuar-se. Por outro lado, a desconexão significa a falta de acesso a determinados repertórios culturais, de saúde, por exemplo, e a certos canais de articulação e mobilização política em nome de uma espécie de “museificação” ou cristalização da identidade que condena os diferentes a reproduzirem, ou muitas vezes reconstruírem, com base no passado, representações de si produzidas pelo imaginário do “mainstream”. Vê-se, então, que a verdadeira disputa em torno do sentido político da inclusão já não é exatamente pelo reconhecimento da heterogeneidade e pelo direito à diferença, mas pela maneira como se constrói a nova relação entre heterogeneidade e poder: o global-hegemônico-conectado articula-se como heterogêneo confinando os diferentes a compartimentos estanques. Parte dos diferentes corrobora essa construção por que vê nela uma estratégia de inclusão, mas, em contra-partida, entende a conexão, necessária para tal “inclusão”, como ameaça.

É disso que se alimenta o que podemos chamar de “paradoxo da inclusão” na era das TIC e da globalização. Incluir-se , segundo essa lógica, é, ao mesmo tempo, conectar-se e excluir-se, afirmar-se homogêneo para participar de uma heterogeneidade maior, abstraída e fixada politicamente. Autores como García Canclini (op. cit., p.43-44) tentam questionar esse arranjo tomando por argumento o fato de que onde há heterogeneidade e conexão haverá, necessariamente, contaminação e hibridização:

Nesta época, nosso bairro, nossa cidade, nossa nação são cenário de identificação, de produção e reprodução cultural. A partir deles, no entanto, apropriamo-nos de outros repertórios disponíveis no mundo, que nos chegam quando compramos produtos importados no supermercado, quando ligamos a televisão ou passamos de um país para o outro como turistas ou migrantes.

Assim,

de um mundo *multicultural* – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro, *intercultural* e globalizado. Sob condições multiculturais, admite-se a diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que freqüentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação ou entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: *multiculturalidade* supõe aceitação do heterogêneo; *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.

Ao contrastar o multi- e o inter- como modos de produção do social, no entanto, o autor se filia àquela segunda concepção de hibridismo, sugerida por Friedman (2002), como um processo contínuo de interpenetração entre elementos que, a despeito das operarem juntos, permanecem reconhecíveis como homogêneas em si. Nesse sentido, mesmo formulando a inclusão como um processo conflituoso, não a vincula à aceitação da heterogeneidade como algo constitutivo do próprio “local”, nem a postula como fator de subversão dos arranjos de poder que produzem a desigualdade.

Podemos contextualizar a abordagem de cunho mais antropológico de García Canclini acerca da inclusão na globalização com a análise de cunho mais sociológico oferecida por Manuel de Castells, a quem se atribui a paternidade da expressão "sociedade em rede". Castells (1999) descreve a globalização como a passagem para um novo modo de desenvolvimento¹⁹, o Informacionalismo, no qual o elemento fundamental na promoção da produtividade seriam as novas tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação simbólica, i.e. as TIC. Os modos de desenvolvimento, na visão do autor, modelam toda a esfera de comportamento social, inclusive a da comunicação simbólica, razão pela qual, com o Informacionalismo, devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social, relacionadas, em última instância, à íntima ligação entre cultura e forças produtivas no modo de desenvolvimento informacional.

Os mais apressados poderiam descartar rapidamente a mensagem de Castells (op. cit.), interpretando-a como uma leitura marxista, no sentido tradicional, das novas condições de produção, isto é, como a reafirmação de interpretações ortodoxas do marxismo que pressupõem a superestrutura como reflexo ou determinação da infra-estrutura, assunto ao qual já me referi quando tratei do conceito de mediação. A utilidade maior de sua análise, contudo, do ponto de vista desta pesquisa, não está em proposições sobre a relação tecnologia-sociedade, mas na explicitação sistemática de certos "padrões sociais" que parecem emergir nos diversos setores da vida, e que são viabilizados, na prática, pela disponibilidade das TIC. Dentre tais padrões, ao menos três interessam-nos especialmente em relação à problemática da heterogeneidade como algo fundamental para uma teoria de inclusão digital.

O primeiro desses padrões é o da emergência de novas formas de sociabilidade e novas formas de vida urbana adaptadas às possibilidades das TIC. O segundo, o da sociabilidade para além dos limites socialmente e geograficamente definidos do auto-reconhecimento. Finalmente, interessamos o padrão que diz respeito à transformação no conceito de comunidade, isto é, a substituição do conceito idílico de comunidade como cultura unificada e espacialmente bem definida pelo de

¹⁹ Para Castells (1999), modos de desenvolvimento são os processos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a matéria para gerar o produto, sendo cada modo de desenvolvimento definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo produtivo. No "modo agrário", tais elementos fundamentais seriam a mão-de-obra e as terras agricultáveis; no "modo industrial", importariam as fontes de energia e a capacidade de descentralização do uso da energia ao longo dos processos de produção e circulação.

“comunidades pessoais”, redes sociais de indivíduos, algumas com poucos membros e laços fortes e outras com centenas de membros e laços fracos.

O primeiro padrão nos leva a pensar sobre a relação entre tecnologia e inclusão social pelo questionamento de até que ponto as novas formas de sociabilidade digital são "socialmente inclusivas". Não me refiro aqui apenas às várias formas de comportamento "anti-social" facilitadas pela comunicação mediada por computadores (isolamento social, relações afetivas rompidas por conta de romances online, boatos e campanhas de difamação operacionalizadas por e-mail, etc.), mas, num sentido mais amplo, ao fato de que essas novas formas de sociabilidade virtual vêm possibilitando novos e cada vez mais eficientes modos de interdição e a segregação no espaço concreto das grandes cidades (BAUMAN, 2000). Em outras palavras, penso no fato de que enquanto alguns passam a incorporar formas de sociabilidade que se dão em espaços fluidos, fantasiosos e abertos à pluralidade dos ambientes virtuais, outros (a maioria) se vêm condenados a habitar os espaços interditórios e massificantes dos ambientes urbanos, com suas "arquiteturas expulsivas" (FLUSTY, 1997 *apud* BAUMAN, 2000) e seus mecanismos de segregação baseada na capacidade de consumir.

A força dessa estratégia, no sentido certereuniano, de quebra dos laços de solidariedade com aqueles que estão fisicamente mais próximos em função de uma nova ordem que aproxima os antes distantes por meio do consumo está claramente expressa não apenas nas rampas anti-mendigo e nos passa-pizzas dos prédios de classe média, na "privatização" das vias de acesso físico/financeiro a certos locais de encontro, mas também nos mecanismos de interação entre o cidadão e as instituições. A presença física é um ônus com o qual passa a arcar quem for mais fraco (penso aqui no frequentador do centro comunitário que não pode marcar hora para usar o computador por telefone, mas também no cliente de banco que fica grato por poder executar seus serviços bancários – antes a cargo de um funcionário – via Internet para evitar a fila da agência).

Há, contudo, um outro lado da moeda das novas sociabilidades digitais, aquele que favorece o contato entre pessoas e grupos até então interditados pela distância geográfica ou pela falta de acesso aos meios tradicionais. Nesse sentido, Castells (*op. cit.*) ressalta o potencial da Internet para novas formas de mobilização política que têm sido utilizadas por grupos tão díspares como os Fundamentalistas Cristãos norte-americanos e os Zapatistas no México. Poderíamos

acrescentar hoje, à lista de Castells, também as mensagens políticas da Al-Qaeda que se difundem pela Internet e pela TV a cabo, os blogs de jovens iraquianos relatando o dia-a-dia da invasão de seu país, a organização via Internet e celular de protestos de rua por jovens franceses de origem magrebina, a articulação global das várias frentes nacionais anti-globalização, e assim por diante²⁰.

O segundo e o terceiro padrões identificados por Castells (op. cit.) nos levam a questionar a noção de Inclusão Social atrelada aos espaços (geográficos, políticos, econômicos e culturais) nacionais, baseados na e ao mesmo tempo estruturadores da modernidade ilustrada. Tomemos como exemplo a abordagem da Informática Comunitária, com sua ênfase na utilização das TIC para a superação de problemas locais. Quando pensamos em ID como desenvolvimento e gerenciamento de sistemas de informação concebidos com e por comunidades para resolver os seus problemas, o que exatamente estamos chamando de comunidade? Que há exatamente de **comum**, hoje, entre as pessoas que habitam o espaço geográfico de uma cidade como São Paulo, ou de um país como o Brasil? Não estaria uma família de classe média paulistana, digamos, a família Bianchi²¹ – que mora no Brooklyn paulista, frequenta a Disney World nas férias de julho, assiste ao Discovery Channel, faz refeições no Applebee's, regadas a vinho Concha Y Toro, e envia aos amigos que forma trabalhar no Japão, por e-mail, as fotos da festa de aniversário tiradas com uma câmera digital chinesa – mais "próxima" de Boston ou Miami do que de Teresina ou do Capão Redondo? Teria essa família brasileira mais em comum com os Smith de qualquer cidade americana ou com os Silva que cozinham e limpam em seus edifícios? Teriam os Silva mais em comum com os Souza de Teresina, os Bianchi de São Paulo, ou com o trabalhador braçal mineiro assassinado pela polícia no metrô londrino?

Dito de outra forma, embora habitem fisicamente um território geográfico politicamente definido como homogêneo, pessoas como os Bianchi e os Silva não compartilham o que se poderia até então chamar mais confortavelmente de um espaço comum, ou comunidade. A cidade, o bairro, o país, enfim, são também heterogêneos em termos de tempos e espaços. Em relação a um

²⁰ Embora menos relevante no contexto da análise que estou desenvolvendo aqui, vale a pena mencionar também formas individuais ou microsociais de rompimento com restrições locais/físicas à interação tais como, os diários online, ou de blogs de diversos tipos (pessoais, políticos, artísticos, jornalísticos, religiosos, etc.), o telesexo, o comércio eletrônico, e assim por diante.

²¹ Nome fictício alusivo à forte herança cultural italiana na cidade de São Paulo

conceito mais conseqüente e transformador de inclusão digital, a emergência dessa nova concepção de comunidade não pode ser interpretada como um efeito das novas tecnologias, mas sim como um processo histórico em que as novas tecnologias ajudam a materializar, ou ao menos a evidenciar, algo que a modernidade ilustrada e o ideal do Estado-nação tentaram em vão apagar, isto é, que "nenhum de nós é o sujeito humano radicalmente situado da teoria comunitária, [pois] cada um de nós pertence não a uma, mas a várias comunidades éticas, cujas demandas são muitas vezes conflitantes [e que] mesmo aqueles que pertencem a apenas uma maneira de viver têm a opção de migrar para outra" (GRAY, 2000, p.24).

Castells (1999) situa com bastante clareza essa nova percepção da heterogeneidade no universo simbólico da comunicação de massa quando enfatiza que os novos meios não divergem das culturas tradicionais, mas absorvem-nas, seja captando a maioria das expressões culturais em toda sua diversidade num mesmo domínio (mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação; persuasão e educação), seja integrando todas as mensagens em um “padrão cognitivo comum”: noticiários construídos como espetáculos teatrais, julgamentos transmitidos como se fossem novelas, música acústica composta para a MTV, jogos esportivos coreografados como filmes de ação, etc.²².

É precisamente devido à sua versatilidade, segundo o autor, que o novo sistema de comunicação global se insinua como "inclusivo", isto é, como capaz de abarcar igualmente todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações dos diversos países, culturas e grupos participantes de conflitos sociais. Mas, ao mesmo tempo, adverte que o preço a ser pago por essa forma de inclusão no sistema é a adaptação à sua lógica, à sua linguagem, a seus pontos de entrada, à sua codificação e decodificação. Estamos aqui, novamente, frente ao que chamei de “paradoxo da inclusão”, mas agora explicado na forma de dois processos simultâneos e aparentemente antagônicos: diferenciação e homogeneização. Stuart Hall (2003, p. 45-6) explica:

²² Cabe notar, contudo, que Castells parece ver nesse “padrão cognitivo comum” uma forma de homogeneização, mas despreza, ao mesmo tempo, o potencial dessa convergência para a contaminação e a hibridização.

há dois processos opostos em funcionamento nas formas contemporâneas de globalização, o que é em si mesmo algo fundamentalmente contraditório. Existem as forças dominantes de homogeneização cultural, pelas quais, por causa de sua ascendência no mercado cultural e de seu domínio do capital, dos 'fluxos' cultural e tecnológico, a cultura ocidental, mais especificamente, a cultura americana, ameaça subjugar todas as que aparecem, impondo uma mesmice cultural homogeneizante – o que tem sido chamado de 'McDonaldização' ou 'Nike-zação' de tudo. (...) Mas bem junto a isso estão os processos que vagarosa e sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, levando a uma disseminação da diferença cultural em todo o globo. (...) Essas 'outras' tendências não têm (ainda) o poder de confrontar e repelir as anteriores. Mas têm a capacidade, em todo lugar, de subverter e 'traduzir', negociar e fazer com que se assimile o assalto cultural global sobre as culturas mais fracas. E já que o novo mercado consumidor global depende precisamente de sua assimilação para ser eficaz, há certa vantagem naquilo que pode parecer a princípio como meramente 'local'. Hoje em dia, o 'meramente' local e o global estão atados um ao outro, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é a condição de existência do outro.

Dadas essas duas tendências simultâneas, para as quais bem poderíamos emprestar de Bakhtin (1988) os qualificadores “centrípetas” e “centrífugas”, é possível pensar na inclusão como um processo criativo e conflituoso pelo qual global e local negociam seus sentidos entre si, e, inevitavelmente, se ironizam e se contaminam. Ou seja, é possível pensar em inclusão como hibridização.

2.5. Inclusão digital como hibridização

Pressupor a contaminação de mão dupla entre o global e o local como novo cenário da inclusão (entendida como objetivo político) não significa ignorar a brutal assimetria de poder existente entre os grupos heterogêneos que, à guisa de simplificação, chamamos de “o global” e “o local”, mas apenas pressupor que o arranjo da hegemonia-subalternidade pode ser desestabilizado pelas forças tradutórias da cultura.

Miguel Vale de Almeida (2002, p. 69) descreve este processo de mão dupla tal como se dá hoje nas ex-metrópoles coloniais da Europa, às quais se dirigem fluxos contínuos de migrantes das

ex-colônias (e por que não extender seu raciocínio às megalópoles da América Latina e aos migrantes que habitam suas periferias?) ao explicar que:

a ‘contaminação’ - o fim dos puros, o nascimento dos híbridos - dá-se em dois sentidos. Num deles, produtos culturais do imigrante/minoria étnica/diásporas contaminam a sociedade de acolhimento: comida, música, dança, estão na linha da frente, e não por acaso, pois entram pela porta do corpo e dos sentidos, não pela da racionalidade e da ordem social. No outro, as instituições e leis da sociedade de acolhimento contaminam os grupos chegados de fora. Este último sentido é, obviamente (mas ao contrário do que o pensamento xenófobo crê) mais forte e complexo: vai da repressão policial até à cultura dos direitos humanos e de cidadania; vai da exploração no trabalho, até aos benefícios de segurança social; vai dos discursos racistas até à exposição ao pensamento crítico (quantos movimentos anticoloniais não foram gerados nas metrópoles, por coloniais que freqüentavam as universidades ocidentais?)

Naquelas sociedades, contudo, comenta o pensador português, o que se concebe como resultado dessas contaminações é o gueto ou a assimilação plena, a aculturação ou o separatismo. Não se aceita a superação das antigas dicotomias do tipo dentro ou fora, nacional ou estrangeiro, branco ou não-branco, isto é, “a transculturação, a condição ‘traduzida’, cosmopolita, ‘in-between’”. Isto nos coloca, novamente, frente às diferentes concepções de hibridismo descritas por Friedman (2002), e ao sentido particular que cada uma delas pode emprestar à inclusão.

Pensar a inclusão como hibridização tomando esta como fusão que resulta num terceiro elemento apartado dos dois originais não nos ajuda a transcender as dicotomias que nos trouxeram até aqui. Essa visão só pode nos levar a dois extremos: ou sobrevaloriza-se o contato com *o outro*, adota-se esse contato como fonte de “purificação”, como fizeram os ideólogos do “clareamento da raça” no Brasil do século XIX, ou demoniza-se *o outro*, qualifica-se a transculturação como perda cultural e, portanto como espoliação daquele trunfo que a politização da raça e da etnia coloca, agora, nas mãos dos subalternos do mundo.

Tão anacrônica quanto possa soar, essa visão subsidia boa parte do que se diz sobre inclusão no Brasil, por exemplo, quando se critica a compra de uma antena parabólica ou a montagem de um laboratório de Internet em uma aldeia indígena, como se isto fosse fazer os índios deixarem de ser índios, ou, em sentido inverso, quando se afirma que o acesso às TIC, à música clássica, ou

qualquer outra forma simbólica valorizada pela elite “não vai tirar a criança da favela mas vai tirar a favela da criança.”

O hibridismo como interpenetração, por sua vez, não demoniza *o outro* nem faz da contaminação uma forma de perda. Ao contrário, nos permite conceber os mecanismos “naturais” de transformação do global por meio dos códigos locais como uma forma de inclusão que não sucumbe nem ao entrincheiramento nem à subalternidade: um ganho, não uma perda cultural. Essa modalidade de hibridismo lança luz sobre algumas iniciativas interessantes na área de inclusão digital no Brasil e no mundo, embora não se possa afirmar que seus produtores tomem necessariamente o hibridismo como posicionamento político e estratégico consciente. Tomo como exemplo de análise nessa perspectiva o projeto Tabuleiro Digital²³, da Universidade Federal da Bahia, no qual computadores ligados à Internet disponibilizados à população universitária e das comunidades ao seu redor foram acomodados sobre tabuleiros (e não quiosques, cabinas ou cubículos, como se faz em outros lugares), por referência ao tradicional comércio popular de itens da culinária baiana nas ruas de Salvador, e ao tipo de atividade social/prática cultural que acontece a seu redor. A idéia parece ser a de fazer do computador um ponto de encontro entre as pessoas (e não de isolamento num suposto “cibermundo”), tomá-lo como algo que se amalgama ao local e o serve, em lugar de transformar o local e ser por ele servido. Trata-se, enfim, de fomentar, em torno dos computadores, uma atitude aberta, mas não subalterna, de apropriação ou “vernacularização” da tecnologia pela força dos códigos locais, uma maneira de fortalecer tais códigos sem cristalizá-los, e de integrá-los sem os homogeneizar. Esta atitude, entretanto, não pressupõe a ausência de conflitos, uma vez que o próprio “local” é irremediavelmente heterogêneo, sendo certos usos ou formas de apropriação de cada grupo “local” potencialmente conflitantes com os de outros²⁴.

²³ Mais informações sobre este projeto podem ser obtidas em <http://www.tabuleirodigital.org>, consultado em 02 de julho de 2006. Não pretendo aqui emitir qualquer tipo de opinião a respeito do projeto, simplesmente por não conhecê-lo em profundidade, mas apenas ilustrar uma das maneiras pelas quais o hibridismo pode inspirar um olhar explicativo sobre as deferentes iniciativas de ID que se multiplicam no País e no mundo.

²⁴ No projeto Tabuleiros Digitais, em particular, segundo relato de um de seus idealizadores que me foi feito em comunicação pessoal, a tensão tem sido gerada pelo fato de que os freqüentadores oriundos das comunidades circunvizinhas utilizam os computadores para jogar, para comunicarem-se com amigos, e para acessar conteúdos que parte dos acadêmicos vêem como impróprios, como, por exemplo, sites de pornografia. Como em qualquer contexto heterogêneo, parece haver aí não apenas um conflito em torno do acesso às tecnologias, mas também, e talvez mais significativamente, em torno de seu significado e a sua função.

É especialmente em García Canclini (2003, 2005) que encontrei essa modalidade de hibridismo teorizada em relação à inclusão. Para o autor, a inclusão é sinônimo de apropriação e reconversão: um mesmo objeto pode transformar-se através de usos e apropriações sociais, e isto vale tanto para o poderoso quanto para o subalterno. Quando uma panela indígena é comprada por um não indígena que a usa como vaso de flores, diz García Canclini (2005, p.42, *italicos no original*)

não há porque argumentar que se perdeu o significado do objeto: *transformou-se*. (...) O que ocorreu foi que mudou de significado ao passar de um sistema cultural a outro, ao inserir-se em novas relações sociais e simbólicas.

O exemplo do que acontece com o artesanato indígena nas metrópoles sul-americanas instiga-nos a pensar, guardadas as devidas diferenças, no que acontece com o computador quando este é apropriado pela escola ou pela comunidade. O ponto chave para essa visão de inclusão, portanto, não é a **preservação** (da tradição, que poderia eventualmente servir como moeda de troca), nem tampouco a **substituição** (da tradição pela modernidade), mas a **reconversão** (do tradicional para incluir-se nas novas condições globais e do moderno pela força sincrética do local).

Em termos de ID, isto corresponde a enfatizar não apenas as diferentes formas e canais de acesso às TIC, mas compreender como são apropriadas, que tipo de significado passam a ter quando adentram novas relações sociais e simbólicas diferentes daquelas vigentes entre as elites globais, e que conflitos instauram ou instanciam nos contextos em que passam a existir. É o próprio García Canclini (2005) quem adverte, porém, que essa visão de inclusão, calcada na interculturalidade, não será útil nem completa se não levarmos em conta as relações de poder que, em última análise, dividem este novo mundo “intercultural” entre os que dispõem de maior ou menor força para modificar a significação dos objetos (simbólicos ou materiais) dos outros e para reforçar a significação de seus próprios. Dito de outra forma, acomodar um computador sobre o tabuleiro da baiana não traz, necessariamente, como contrapartida, que o acarajé passe a ser servido no MacDonaldis ou nos escritórios da Microsoft. E mesmo que assim fosse, o sentido do acarajé provavelmente seria outro, passaria de trivial a exótico, de “pretexto nutricional” para o tempo da convivência afetiva a solução nutricional “exótica” dos sem tempo para o afeto.

O hibridismo como interpenetração pouco nos diz sobre como tais arranjos de poder podem ser desestabilizados, porque parte da noção de que os contextos originais são relativamente estáveis e homogêneos (ao menos em algum núcleo essencial). O que dele se depreende é apenas a certeza de que a tão temida homogeneização cultural do mundo não acontecerá: os diferentes permanecerão diferentes, embora as diferenças sejam continuamente reelaboradas na relação com *o outro*. Logo, para uma visão de como o hibridismo perturba as relações de hegemonia-subalternidade, há que se recorrer àquela terceira modalidade apontada por Friedman (2002), isto é, o hibridismo “desde sempre”.

A rigor, o hibridismo “desde sempre” é incompatível com a noção de inclusão/exclusão no sentido de que toma por pressuposto que culturas e identidades nunca são fechadas ou homogêneas, isto é, todas as culturas já estão, de uma forma ou de outra, incluídas nas outras, por meio de processos históricos dos quais em geral não temos mais consciência. Se o que se quer dizer com inclusão é a superação das desigualdades sociais, essa modalidade de hibridismo nos diz que tal superação é, para além de apropriação e reconversão, uma questão de desestabilização e subversão das estruturas de poder que se legitimam pela hierarquização das diferenças e dos diferentes.

Este potencial subversivo, desestabilizador, do hibridismo é teorizado de forma mais freqüente e incisiva pelo assim chamado pós-colonialismo, uma perspectiva crítica que tomou impulso inicial na análise de trabalhos literários, mas cujo ferramental teórico tem sido amplamente utilizado por autores que discutem a globalização, o racismo, os movimentos diaspóricos e o multiculturalismo (HALL, 2003). A crítica pós-colonial aborda o hibridismo do ponto de vista da representação, utilizando as teorias da linguagem/discurso de Mikhail Bakhtin e de Jacques Derrida para questionar o essencialismo, isto é, para mostrar que as identidades culturais, assim como os significados, não são determinadas por alguma realidade objetiva, imediata, mas produzidas ativamente e dialogicamente dentro dos sistemas institucionais e representacionais que habitamos.

Porque a identidade e a diferença cultural são estritamente dependentes da representação, e porque a representação não é um meio transparente de expressão, mas depende de sistemas arbitrários, questionar a relação entre poder e diferença é equivalente a questionar os sistemas de

representação que dão suporte a ambos. Entre os teóricos chave nesta linha de pensamento está Homi Bhabha (1994), que mostrou, com sua crítica da literatura colonial britânica, que o hibridismo perturba a relação de hegemonia-subalternidade estabelecida entre colonizador e colonizado ao produzir ambivalência em ambos os lados. Como explica Souza (2004), a crítica pós-colonial não utiliza o hibridismo em uma tentativa de acomodar diferenças culturais, mas, isto sim, reconceptualiza a diferença cultural em uma tentativa de redefinir a própria cultura como algo sempre inevitavelmente híbrido. Dessa perspectiva, as diferenças culturais, que na teoria cultural ortodoxa definem finalmente quem *nós* somos por oposição a quem o *outro* é, não são derivadas da natureza objetiva, mas são produzidas por uma suspensão das dimensões histórica e sociocultural da representação que permite aos grupos hegemônicos fixar seus próprios valores como naturais ou neutros. Tal qual vista pelo pós-colonialismo, a identidade cultural não existe a priori, mas é construída discursivamente na "contínua interface e intercâmbio de performances culturais que por sua vez produzem um reconhecimento (ou representação) mútua e mutável da diferença cultural" (GRAVES, 1998, parágrafo 3, minha tradução).

Para explicar este estado de permanente abertura das culturas e das identidades, autores pós-coloniais recorrem freqüentemente ao conceito de *différance*, de Derrida. Para Derrida (1982, parágrafo 25, minha tradução)

só pode haver arbitrariedade porque o sistema de signos é constituído unicamente de diferenças entre termos, e não pela sua plenitude. Os elementos da significação funcionam não devido à força compacta de seus núcleos, mas por virtude da rede de oposições que os distingue, e que então os relaciona um ao outro.

Différance, portanto, designa “o movimento de acordo com o qual a língua, ou qualquer código, qualquer sistema de referenciação, em geral, é constituído ‘historicamente’ como uma trama de diferenças”, sendo que a palavra “movimento” nessa definição implica a impossibilidade de fixar-se o significado de um signo permanentemente. Dito de outra forma, não há significado definitivo assim como não há significado “original” ou “verdadeiro” para um signo.

Autores como Bhabha (1994) e Hall (2003) argumentam que as culturas, como as línguas, são construídas pela *différance*, isto é, cultura é para eles uma semiose aberta na qual o hibridismo é a regra. O hibridismo, a que aqueles autores também se referem como tradução cultural²⁵, acontece naquilo que Bhabha (1994, p. 37; minha tradução) chama de terceiro espaço, isto é, um “lugar discursivo ou circunstâncias que asseguram que os significados e os símbolos da cultura não têm nenhuma unidade ou fixidez primordial; que os mesmos signos podem ser apropriados, traduzidos e rehistoricizados novamente”. É comum que se exemplifique o terceiro espaço de que fala Bhabha com as comunidades diaspóricas que habitam as metrópoles européias, pois, nesses espaços, é mais evidente a co-presença de sujeitos e elementos culturais previamente separados por disjunturas geográficas e históricas. Mas o termo não se refere necessariamente a esses espaços: o terceiro espaço é, em verdade, o *locus* de enunciação, o espaço entre significante e significado em que cada intérprete necessita se colocar a fim de construir sentidos, um *locus* sempre atravessado por elementos ideológicos, lingüísticos e culturais contraditórios, que não são naturalmente fixos, mas que podem ser neutralizados ou silenciados por meio de categorizações e fechamentos de fronteiras (SOUZA, 2004).

A vida na zona de contato, a experiência de cruzar a fronteira que caracteriza as diásporas, ou a imersão em espaços discursivos tão marcados pela heterogeneidade como a Internet, faz aflorar o terceiro espaço, perturba os mecanismos ideológicos que garantem, em outros contextos, a ilusão de uma homogeneidade original ou de uma estabilização definitiva dos sentidos. É essencialmente por isso que o hibridismo “desde sempre” é subversivo: ele desconstrói as categorizações binárias (entre global e local, tradicional e moderno, étnico e Branco, gay e hetero, nacional e estrangeiro, social e técnico, incluído e excluído, etc.), e imprime um caráter dinâmico e agonístico à noção tradicional de cultura. Faz de cultura não um substantivo, mas um verbo (STREET, 1993; BHABHA, 1994 apud SOUZA, 2004), e de identidade e diferença não competência inata, mas performance, não sistema abstrato, mas enunciação concreta.

Conseqüentemente, o hibridismo “desde sempre” só pode informar uma noção de inclusão, com a qual, a rigor, é incompatível (tendo em vista que incluir e excluir acarretam fechamentos), da

²⁵ Os autores pós-coloniais utilizam a palavra “tradução” não para referirem-se ao encontro de correspondências entre dois sistemas lingüísticos fixos, mas a processos de deslocamento ou “translação” de sentidos.

mesma maneira que o multiculturalismo deveria, em tese, nos conduzir a uma situação ideal em que tal termo seja desnecessário (VALE DE ALMEIDA, 2002). Dito de outra forma, o hibridismo “desde sempre” não nos serve como sinônimo de inclusão, mas como subsídio para uma definição de democracia como um espaço genuinamente heterogêneo (HALL, 2003) e para promover uma confrontação incessante de todas as formas de fechamento e, portanto, de inclusão e exclusão absolutas ou definitivas.

Vemos, então, que a ID pensada a partir do hibridismo é uma noção até certo ponto contraditória, assim como o seria se pensada a partir do multiculturalismo liberal, mas é sobretudo uma noção voltada para a transformação. Se, por um lado, descreve um processo natural pelo qual grupos humanos se apropriam de artefatos e símbolos do *outro* e os vernacularizam, por outro, enfatiza os conflitos, as ironias, os impasses na significação que inevitavelmente resultam desse contato. Porque não pretende negar a contradição e o conflito como condição natural da inclusão, nem tampouco sucumbir à noção simplista de que tais conflitos serão superados pela imposição do consumismo como língua-franca, esta noção contraditória serve também aos propósitos deste trabalho.

Chamarei, então, de inclusão digital, daqui por diante, **um processo contínuo e conflituoso, marcado pela tensão entre homogeneização e proliferação da diferença, tradição e modernidade, necessidade e liberdade, através do qual as TIC penetram contextos sócio-culturais (sempre heterogêneos), transformando-os, ao mesmo tempo em que são transformadas pelas maneiras como os sujeitos as praticam nesses contextos.**

Essa forma de tratar da ID não esgota suas dimensões ou suas condições, mas pretende expressar claramente que a inclusão digital não está ou estará só na competência desses grupos para estabelecer e manter uma rede de conexões com a nova ordem capitalista, mas na sua performance por meio delas, nas maneiras como as enunciam e nas contradições envolvidas nessa enunciação. A ID, portanto, não será só a adaptação à linguagem dos novos meios como imperativo abstrato, mas seu uso tático, criativo, transformador. Não será semântica, mas pragmática. Não será mimesis, mas poiésis.

Capítulo 3: Linguagem digital

3.1. Uma visão de linguagem é uma visão de Inclusão

Ao final do Capítulo 2 caracterizei a inclusão digital como um processo conflituoso através do qual as TIC transformam contextos sempre heterogêneos ao mesmo tempo em que são transformadas por eles. Articulando tal visão com o processo sócio-histórico da globalização, procurei mostrar que a construção do “global” passa por uma estratégia contraditória que consiste na incorporação da diferença a uma norma racional e mercantil, a uma lógica de conexão, a qual, naturalmente, põe em curso processos de hibridização que a desestabilizam. Neste terceiro capítulo, procurarei articular essa maneira de pensar em inclusão com um tema que faz convergirem, naturalmente, suas dimensões cultural e social, às quais me referi na introdução a esta tese: a linguagem. Esta articulação parte da asserção de que uma visão de linguagem é uma visão de inclusão e, por conseguinte, de que ao problematizar aquilo que os estudiosos da linguagem começam a caracterizar como linguagem digital, estaremos em posição mais favorável para dar conta daquilo que pretendemos significar por inclusão digital.

Assim como a noção de inclusão digital, a noção de linguagem digital pode ser problematizada pela contraposição entre concepções fundadas na homogeneidade (inclusive a disciplinar) e na dicotomização, que têm norteado boa parte dos estudos sobre ela, e uma outra concepção, fundada na heterogeneidade, no hibridismo e na transdisciplinaridade. Contrariamente à concepção genérica de linguagem como fenômeno constitutivamente heterogêneo no qual normas sistêmicas não são um imperativo abstrato, mas forças criadoras da linguagem, que a diversificam constantemente, certas tradições de análise da linguagem digital tendem a isolá-la em modalidades ou tecnologias distintas, ora situando algumas dessas modalidades e tecnologias fora do escopo da análise, ora estendendo os métodos e a metalinguagem derivados de uma tradição para todas as outras modalidades e tecnologias, ou ainda, em casos extremos, propondo

uma ruptura completa com a tradição anterior como consequência lógica de uma alegada "virada totalitária" no arranjo das modalidades culturalmente dominantes.

Contra-pondo-me a estes pressupostos, procurarei desenvolver neste capítulo um argumento teórico a respeito da linguagem digital no qual o hibridismo entra não apenas como fato natural da linguagem, mas como força ao mesmo tempo desestabilizadora e construtora e desestabilizadora do *lugar*, no sentido cereteuniano, da globalização. Mais adiante, no Capítulo 4, aplicarei este argumento ao estudo exploratório de um discurso/artefato digital cuidadosamente escolhido nesse sentido.

3.2. Focalizando o hibridismo

Computadores são máquinas especiais porque, antes de mais nada, são máquinas de linguagem. O problema (ou solução) mais básico(a) da interação homem-computador é a necessidade do homem expressar conceitos, relações e atos culturalmente codificados em sua linguagem natural em termos de uma linguagem artificial baseada, em última instância, em dígitos binários mutuamente excludentes (1/0, Verdadeiro/Falso, ligado/desligado, etc.). Na prática, isto é possível por meio de uma cadeia de traduções realizadas por programas interpretadores e compiladores criados especificamente para este fim, e que funcionam independentemente da atenção do usuário. Por exemplo, quando se digita a palavra "copy" em um teclado de computador, está-se ao mesmo tempo acionando uma tabela de correspondências (algo como uma Pedra de Roseta virtual) embutida nesses diversos programas, através dos quais o computador converte cada um dos caracteres digitados (c, o, p, y) em um número inteiro de base hexadecimal (63, 6F, 70, 79) e, finalmente, em um número binário (1100011, 1101111, 1110000, 1111001) que o processador interpreta na forma de impulsos elétricos, isto é, associando o dígito "1" à passagem de corrente elétrica e o dígito "0" à sua ausência. É a essa representação "elétrica" (traduzível em dígitos binários) de signos culturais que, a rigor, se refere literalmente o termo "linguagem digital", embora a expressão abrangja, nos Estudos da Linguagem, muito mais do que isso.

A evolução das diversas linguagens de programação, isto é, códigos que permitem a representação elétrica de signos (verbais, visuais, etc.) complexos, utilizadas hoje pode ser descrita como uma apropriação cada vez mais sofisticada e rigorosamente protocolada da lógica aristotélica, assim como da sintaxe e do léxico das línguas naturais escritas, sobretudo do inglês, para a manipulação das capacidades de processamento do computador por meio de cadeias de "tradução", isto é, programas compiladores e interpretadores, que transformam instruções interpretáveis por seres humanos (programadores e usuários) em comandos interpretáveis pelos processadores. Falar de signos interpretáveis por seres humanos é, obviamente, falar também de imagens e gestos e, por essa razão, um dos desenvolvimentos mais significativos na história recente da interação homem-computador foi a incorporação de metáforas visuais (na forma de ícones e "janelas") às interfaces de usuário e aos ambientes de programação, bem como o desenvolvimento de artefatos táteis de manipulação da interface tais como o mouse, a caneta óptica, os diversos tipos de joy-sticks, luvas e capacetes utilizados em aplicações de Realidade Virtual, etc..

Na linha de frente desses desenvolvimentos da interação homem-computador estão hoje as pesquisas em inteligência artificial, particularmente as relacionadas à síntese de voz e ao de Processamento de Linguagem Natural, que, eventualmente, levarão à possibilidade de se utilizar ou programar um computador por meio da fala, ou alguma forma de fala muito próxima da natural. Sejam quais forem esses desenvolvimentos, entretanto, todos estarão, a médio prazo, no mínimo, ligados a programas compiladores e interpretadores elaborados predominantemente em linguagens de programação baseadas em notações escritas de línguas naturais, que, ao final do processo, continuarão a representar matematicamente, e depois eletricamente, o que o usuário diz ou faz.

Temos então que na linguagem das TIC viceja e se amplia continuamente um plurilingüismo análogo àquele já apontado por Bakhtin (1988) como sendo constitutivo da linguagem natural. Aqui também estamos diante de uma linguagem que é um sistema de linguagens, de signos que se prestam simultaneamente à expressão de mais do que uma consciência (do usuário, do designer, e do programador, mas também do processador, do programa de navegação, do servidor de rede, etc.). Assim como no caso da linguagem natural, pode-se postular a existência de um sistema abstrato e internamente coerente de formas e regras para a linguagem digital, mas

não se deve confundir esse sistema como “a linguagem”, senão como força criadora de uma linguagem híbrida e heteroglóssica, que se diversifica constantemente. Sobre cada enunciação desse sistema lógico-elétrico-matemático incidem linguagens, intenções e discursos diversos, numa rede que estabelece pontes entre interlocutores e objetos já também saturados de linguagem.

O que pretendo com este breve preâmbulo sobre o funcionamento interno dos computadores é introduzir a característica principal da noção de linguagem digital sobre a qual creio que devemos pensar na relação entre inclusão e linguagem: o seu hibridismo. Assim procedo porque, como mostrarei mais adiante, muitos dos autores que trabalham no desenvolvimento dessa noção, ainda hoje, tendem a pensar na linguagem digital em termos de rupturas: entre o digital e o impresso, a linguagem natural e as linguagens artificiais, a imagem e o verbal, o técnico e cultural, e assim por diante. A partir da constatação de que a linguagem digital, no sentido estrito, é, em última análise, uma das pontas de uma grande cadeia de traduções, compilações e apropriações de diferentes sistemas de representação cultural feitas por engenheiros e programadores, estamos certamente mais aptos a abordá-la, agora em sentido mais amplo, não como uma ruptura, mas como um processo de convergência e hibridização.

Tomemos como exemplo o caso da linguagem natural. É sabido que no desenvolvimento histórico das formas de interação humano-computador, a sintaxe e o léxico do inglês foram refuncionalizados e hibridizados com a lógica da representação elétrica do processador, expressa matematicamente, para gerar linguagens de programação que já não são nem código binário nem língua natural, mas formas híbridas com as quais ambos (humano e computador) podem lidar de forma ágil. Ao mesmo tempo, estamos presenciando movimentos no sentido contrário, isto é, penetrações de elementos típicos dessas linguagens artificiais em nossos usos quotidianos da escrita em linguagem natural (CRYSTAL, 2001) e interferências da lógica de organização e manipulação da informação do computador em nossos artefatos e práticas culturais de leitura e escrita (jornais segmentados em cadernos "navegáveis", revistas cujo layout incorpora convenções de páginas da WWW, o "bloguês"²⁶ nas legendas de filmes transmitidos pela TV a cabo, etc.). O que acontece com a imagem é análogo. Por um lado, as interfaces de computação

²⁶ "Bloguês", "internetês" e/ou "orkutês" são neologismos que se referem às formas não-padrão de escrita do português brasileiro desenvolvidas por participantes de interações síncronas e assíncronas via Internet.

se apropriam das "gramáticas" da imagem estática (ícones, metáforas visuais, perspectiva linear, etc.) e do cinema (enquadramento em "janelas", montagem, edição, etc.) para que o usuário não precise digitar comandos escritos, e, por outro, são incorporadas por práticas culturais ligadas à imagem que existiam muito antes do computador (fotocomposição digital, cinema de animação digital, design auxiliado por computador, etc.).

Conceber a linguagem digital a partir do hibridismo é, então, vantajoso em pelo menos três sentidos. Primeiro, no sentido de que essa abordagem é congruente com a caracterização da relação entre tecnologia, sociedade e cultura postulada no Capítulo 2. Segundo, no sentido de que se colabora dessa forma para a renovação transdisciplinar das concepções de linguagem e letramento reivindicadas por diversos autores contemporâneos. Terceiro, no sentido de que, tomando-se como axioma a existência de homologias entre linguagem e sociedade, i.e. a asserção de que formas simbólicas, mediadas por tecnologias ou não, carregam traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção (THOMPSON, 1995), conceber a linguagem digital como uma rede de conexões entre diferentes sistemas (técnicos, semióticos, lógicos) que se hibridizam é uma forma interessante de compreender o próprio contexto sócio-histórico da inclusão digital.

Não estou negando que as diferenças entre oral e escrito, ou entre impresso e digital existam, ou mesmo sugerindo que todas as análises centradas na explicitação dessas diferenças sejam desprovidas de valor. Muito ao contrário, creio que é normalmente pela via do contraste que se pode melhor perceber onde estão as convergências e as apropriações mútuas. Contudo, até onde possamos crer em homologias, o potencial inclusivo/exclusivo da linguagem digital não está naquilo que a afasta ou aproxima do impresso ou do natural, do verbal ou do visual, mas nas maneiras como faz integrarem-se ou agenciarem-se mutuamente esses códigos, modalidades, tecnologias e usos de linguagem.

Tomemos, como uma pequena provocação para uma análise mais aprofundada que apresentarei no Capítulo 4, o caso do bloguês, essa forma de escrita criada por pessoas que têm o hábito de publicar diários pessoais na rede ou interagir por meio de programas de mensagens instantâneas. Numa rápida visita a um desses blogs da WWW, encontrei um glossário elaborado coletivamente por blogueiros que se conheciam mutuamente e resolveram oferecer ao não-

iniciado, como eu, uma pequena porta de entrada para a sua comunidade de prática. Alguns dos itens constantes do glossário eram:

(1)	:-@ = "grito"	(4)	9dades = "novidades"	(7)	naum = "não"
(2)	}} = "face a face"	(5)	blz = "beleza"	(8)	eh = é
(3)	d+ = "demais"	(6)	abs = "abraços"		

Quadro 1 - Alguns itens de um glossário de bloguês disponível na WWW

Não pretendo discutir aqui a gramática do bloguês, nem as implicações do seu uso por adolescentes em relação ao seu domínio da língua padrão, ou execução de tarefas escolares, coisas que certamente são interessantes, mas não pertinentes para meu argumento. O que gostaria de mostrar com essa lista é que o bloguês, assim como as linguagens internas do computador, é basicamente desenvolvido a partir de hibridizações e refuncionalizações envolvendo escrita, oralidade, representação visual e elementos de linguagens técnicas/artificiais de computador. Pictogramas como (1) e (2) são conseguidos pela refuncionalização de sinais diacríticos da escrita impressa que servem para recuperar elementos paralingüísticos da fala (volume da voz, proximidade dos interlocutores, etc.). Rébus como (3) e (4) utilizam notações matemáticas para recuperar imagens acústicas que, combinadas com outras, formam cadeias fonêmicas interpretáveis como palavras. A omissão de vogais como em (5) e (6), uma estratégia empregada também em certas escritas de línguas naturais como o hebraico clássico (embora por motivos totalmente diferentes), aumenta a velocidade e diminui o esforço da digitação permitindo aos interlocutores que emulem a agilidade típica da interação oral ao mesmo tempo em que outras palavras, como (7) e (8), formam-se pela substituição de diacríticos por vogais ou consoantes criando uma pseudo transcrição fonológica que, ao mesmo tempo, torna as palavras mais longas, e com isso refuta o argumento de que o bloguês é "conseqüência" da dificuldade envolvida em digitar, e transgride a ortografia da língua padrão recuperando uma "licença poética" utilizada antigamente por telegrafistas e operadores de telex.

Podemos querer ver aí pelo menos três fenômenos: uma "ruptura" entre escrita impressa e digital, uma variedade do português que burla as distinções rígidas entre fala e escrita, ou uma instância de uma gramática de hibridizações e refuncionalizações típica da linguagem digital. Dos três pontos de vista é possível falar de linguagem e inclusão. O primeiro provavelmente nos levaria a pensar no "impacto" da tecnologia sobre a produção e circulação da informação e das consequências desse "impacto" sobre as novas formas de estratificação social (como desenvolver nesses jovens, com esses hábitos lingüísticos, o domínio da norma padrão escrita que lhes permitirá tornarem-se adultos com "educabilidade" e "empregabilidade"?). O segundo provavelmente nos levaria a refletir sobre a necessidade do respeito às preferências lingüísticas desses jovens como forma de assegurar sua cidadania (como legitimar esse seu "direito lingüístico" na estrutura social vigente? Como trazer essa variedade para a escola?). Creio serem esses dois pontos de vista válidos e relevantes para a lida com duas dimensões da inclusão/exclusão já bastante problematizadas. Porém, do terceiro ponto de vista, talvez estivéssemos melhor posicionados para perceber como um grupo de jovens obriga seus pais e professores a reformularem os mecanismos de coerção lingüística que estabelecem assimetrias de poder entre jovens e não tão jovens ao combinar coisas (línguas, modalidades, tecnologias) supostamente velhas de maneiras supostamente novas²⁷. Estaríamos então pensando sobre como o hibridismo, ao mesmo tempo, viabiliza e desestabiliza relações de poder nas quais certas formas de inclusão/exclusão são operacionalizadas via linguagem, sobre o bloguês como a força centrífuga da linguagem, e não como "impacto" de uma "nova" e diferente forma de mediação tecnológica.

Focalizar o hibridismo não é contudo uma opção metodológica simples, pois requer que se cruze fronteiras disciplinares, e que se forjem instrumentos também híbridos e vistos muitas vezes com maus olhos por analistas mais interessados em projetar suas áreas de especificidade sobre as TIC do que em reavaliar o escopo e os instrumentos de suas áreas de origem em função do que acontece nessas tecnologias de linguagem. Antes de prosseguir com meu argumento sobre a linguagem digital, creio que seja do interesse do leitor que eu aborde, ainda que breve e superficialmente, as linhas gerais dessa problemática.

²⁷ Digo "supostamente" porque coisas como pictogramas, rébus e omissão de vogais na escrita são conhecidas e utilizadas por escritas "naturais" há milênios.

3.3. O debate em torno de novas concepções de linguagem

Vários autores interessados na análise das práticas de comunicação mediadas pelas TIC em diversas esferas (artística, política, educacional, etc.), ou às relações entre tecnologia, cultura e sociedade de modo mais geral, têm utilizado termos como "linguagem digital" ou "linguagem dos novos media" para descrever "as várias convenções utilizadas pelos designers de objetos dos novos media para organizar dados e estruturar a experiência do usuário" (MANOVICH, 2001, p.7). Isto revela uma necessidade real desses teóricos de apropriarem-se de conceitos firmados na tradição dos estudos da linguagem para os mecanismos de representação constitutivos das TIC como uma "gramática", um sistema abstrato, unificado e coerente, sem, contudo, atrelarem seus métodos, pressupostos e conclusões à tradição lingüística de análise.

Na introdução de sua obra "The Language of New Media", Lev Manovich (2001, p.12, *italicos no original*), um "media theorist" ligado fortemente ao estudo da estética cinematográfica, coloca o problema de forma bastante ilustrativa quando explica que

ao usar a palavra *língua/linguagem*²⁸ [*language*] no título do livro, não pretendo sugerir que devamos retornar à fase estruturalista da semiótica para compreender os novos meios. Contudo, dado que a maioria dos estudos sobre os novos meios e a cibercultura focalizam as dimensões sociológica, econômica e política, foi importante para mim utilizar a palavra para sinalizar a diferença de foco deste trabalho: as convenções emergentes, os padrões de design recorrentes, e as formas chave dos novos meios.

Mesmo ciente da necessidade de particularizar o sentido de "language" com o qual quer trabalhar, Manovich não tem como isolar a palavra de sua história, até porque, como ele mesmo admite, o funcionamento da linguagem que pretende descrever, se não é exatamente o mesmo da linguagem natural, também não é o resultado de uma ruptura. Ocorre que, assim como a

²⁸ Como o leitor já deve saber, a palavra "language" em inglês pode denotar tanto "linguagem" quanto "língua", ficando a tradução condicionada ao contexto em que a palavra aparece. Na minha tradução explicito os dois sentidos do termo para que tal fato não passe despercebido do leitor menos familiarizado com aquele idioma.

língua/linguagem natural, a linguagem dos novos meios requer a combinação de conjuntos finitos de unidades discretas. A diferença está em que "as unidades discretas das mídias modernas não são geralmente unidades de significado como o são os morfemas, mas unidades discretas (fragmentos digitalizados de significantes) que não têm relação com a maneira como a mensagem afeta o receptor" (MANOVICH, 2001, p.64). Por que escolher a palavra "language" então? Porque a língua/linguagem dos novos media funciona justamente com base em processos de digitalização, isto é, transformando signos teoricamente contínuos, tais como fotografias, em conjuntos de elementos discretos representados numericamente, os quais são manipuláveis e recombináveis segundo regras específicas, tal qual morfemas e fonemas, para criar outros signos: haveria palavra melhor para descrever esse fenômeno do que "language"?

Ao que parece, portanto, o desconforto em torno de conceitos como "linguagem digital" ou "linguagem dos novos media" não brota de uma suposta clivagem entre o natural e o digital, mas justamente do fato de que as margens da linguagem dos novos media ao mesmo tempo não coincidem exatamente com as fronteiras da tradição de análise lingüística, nem tampouco podem ignorá-las. Por isso, ao mesmo tempo em que alguns autores buscam formas de isolar e remover o sentido "língua" do restante do significado de "linguagem", outros preferem eliminar o pacote "língua/linguagem" como um todo e substituí-lo por outros conceitos, que consideram mais apropriados. É nesse sentido que Gunther Kress (2005), afirma, em recente artigo intitulado "Gains and Losses", que estaríamos mais aptos a compreender a comunicação humana hoje apoiados no conceito de "lógica" do que no de língua/linguagem.

Kress (op.cit., p.12) argumenta que

um conceito como língua/linguagem [language] está começando a perder sua plausibilidade, por duas razões: por um lado, as diferenças materiais entre a oralidade e a escrita são tão significativas a ponto de levar a diferenças reais nos seus potenciais para a representação, uma diferença que dificilmente pode ser subentendida ou acomodada sob um desses dois rótulos; por outro lado, oralidade e escrita são em si mesmos compostos de fenômenos tão diversos que torna-se difícil considerá-los individualmente como um recurso unificado ou homogêneo.(...) O rótulo de 'língua/linguagem' [language], usado para unificar recursos já tão diversos internamente é, nesse contexto simplesmente uma abstração de utilidade duvidosa.

Isto posto, devemos, segundo Kress (op. cit.), buscar compreender a comunicação humana, que é intrinsecamente multimodal, considerando as diferentes lógicas (temporal e espacial) que fornecem a matéria prima a partir da qual os princípios de ordenação e seus significados são derivados. A sintaxe da fala, da escrita, e da representação visual seriam para o autor desenvolvimentos e elaborações desses princípios e, portanto, em lugar de compreender ou descrever os princípios em si, deveríamos considerar as diferentes possibilidades de organização dadas por cada modalidade com base nas suas naturezas materiais.

Não creio que se possa questionar a multimodalidade intrínseca da fala, da escrita, ou de qualquer sistema de representação, que em última instância é consequência da natureza material do signo, nem a interdependência entre a natureza do signo, o meio em que esse signo circula e as formas de sua organização em estruturas complexas. Concordo com o autor, assim como com Manovich (op. cit.), em que é preciso ir além da lingüística estruturalista para descrever a linguagem digital. Contudo, a premissa básica que motiva a análise de Kress, isto é, a de que estamos rompendo com uma lógica e aderindo à outra, ou rompendo com o verbal e trocando-o pela imagem, é bastante difícil de sustentar. Uma análise superficial das distinções entre a imagem e a linguagem verbal tais quais postuladas pelo autor como supostamente resultantes das lógicas (trasncendentes) do tempo e do espaço bastará para ilustrar a fragilidade de sua asserção. Nesse sentido, resumo, no quadro abaixo, as diferenças postuladas por Kress ao longo de "Gains and Losses", e as relaciono a contra-argumentos que questionam sua plausibilidade:

Afirmações de Kress		Contra-argumentos
Linguagem verbal	Linguagem Visual	
Usa-se a seqüência para construir significados (sintaxe e tessitura)	Todos os elementos estão presentes simultaneamente, apesar do leitor "percorrer" [traverse] a imagem ao longo do tempo	Há representações visuais que não apresentam todos os elementos simultaneamente, mas funcionam justamente pela sua apresentação em seqüência (cinema, linguagem de sinais, mapas rodoviários, etc.). Por outro lado, em certas instâncias, a representação verbal também pode apresentar vários elementos simultaneamente, como em um ideograma, nos turnos interpolados de uma discussão acalorada, num híbrido literário em que as vozes do autor e do personagem se justapõem num mesmo enunciado, e assim por diante.
O autor tem o poder de fazer esperar	A ação do leitor ordena os elementos presentes de acordo com seus interesses	O autor que trabalha com qualquer modalidade só tem o poder de fazer esperar se o leitor/interlocutor não for capaz de prever o elemento seguinte da cadeia de signos. Vários estudos de leitura mostram que não lemos palavra por palavra a não ser em circunstâncias muito especiais; assim também, trabalhos de análise da interação mostram que, a depender do tipo de evento, a tomada de turno pode ocorrer no início ou no meio de um enunciado. Por outro lado, mesmo na imagem estática, recursos como a perspectiva linear, o enquadramento e os jogos de figura e fundo codificam a ordem em que o observador deve percorrer a imagem. A suposta liberdade do leitor para ordenar os elementos nesse tipo de representação não é maior do que aquela do leitor de jornal que começa a leitura pela página de esportes ou a previsão do tempo. (CONTINUA)

Afirmações de Kress		Contra-argumentos
Linguagem verbal	Linguagem Visual	
<p>A fala e a escrita são mais "aptas" para a representação de ações (eventos ao longo do tempo): daí a ubiqüidade de formas de narrativa nas culturas humanas e da orientação para a representação de eventos e ações dos usos da fala e da escrita</p>	<p>A imagem é mais apta à expressão de entidades e relações. O análogo da narrativa nessa lógica é a exposição (display).</p>	<p>Se fala e escrita são mais "aptas" para a apresentação de ações, por que preferimos o "slow motion" ou o registro fotográfico à descrição verbal de uma cena de violência ou um lance duvidoso num evento esportivo? Se a narrativa é consequência do verbal, porque surdos-mudos produzem narrativas? Por que gesticulamos e manipulamos tons de voz quando descrevemos eventos narrativamente? Autores como Lemke (1998) mostram que a imagem é mais apta à expressão de <u>certos tipos</u> de entidades e relações, não todos eles. Para entidades muito abstratas e para relações em que a diferença deve ser expressa em termos de categorias, o verbal pode ser mais "apto".</p>
<p>Palavras são signos convencionais, e só existem assim (se você tirar uma seqüência sonora do seu contexto cultural e passar para outro onde ela não é usada, ela fica difícil de interpretar). Se não houver uma palavra correspondente a um significado, esse significado não é representável, não entra na comunicação, ou é mal representado, limitado pela "aptidão" do signo verbal para representar o mundo.</p>	<p>Os signos visuais não são vagos: são preenchidos de sentido e são sempre específicos. Não há um estoque finito de imagens em uma cultura: o potencial é infinito</p>	<p>Aqui Kress reduz todas as palavras a símbolos e todas as imagens a ícones. Roland Barthes mostrou exaustivamente que signos visuais são tão suscetíveis à conotação (e portanto tão "vagos") quanto quaisquer outros. O verbal, por sua vez, também pode ser icônico (como no caso de uma onomatopéia) ou indicial (como quando reconhecemos alguém pelas palavras que usa ou pela sua prosódia usual). Embora alguns significados (topológicos, por exemplo) sejam mais fáceis de representar visualmente, e outros verbalmente, todos os dias criam-se palavras para representar significados que ainda não haviam sido representados verbalmente ou imagens capazes de representar o que seria mais facilmente representável de forma verbal. O que Kress perde de vista é que tanto a imagem quanto o verbal são praticados, isto é, são manipuladas por seus interpretes de modo a criar efeitos de sentido específicos em situações diferentes. Nem sempre o mais fidedigno ou menos simbólico é o mais apto para todas essas situações e efeitos.</p>

Quadro 2 - Dicotomia verbal/visual, segundo Kress (2005) e contra-argumentos

Contestar clivagens ou rupturas tais como as postuladas por Kress, contudo, não é dizer que não haja diferenças. Ocorre que, no meio digital, a convergência entre códigos, sistemas, tecnologias e lógicas, e o tipo de hibridismo que resulta dessa convergência, ou que ela traz à luz, nos convida a repensar certas distinções tradicionais tais como oralidade/escrita, imagem/texto, e até mesmo língua/linguagem. A questão é que tanto diferenças quanto convergências devem ser buscadas para além dos sistemas de representação, ou dos artefatos técnicos; têm que ser vistas dentro das práticas em que esses sistemas aparecem (PRIOR, 2005) e dentro dos gêneros que estruturam essas práticas (LEMKE 1998, 2002), sendo essa basicamente a estratégia que utilizei para produzir os contra-argumentos oferecidos no quadro acima.

Em contraposição ao movimento de apropriação seletiva (ou expropriação) de certos sentidos de "language" por estudiosos da linguagem dos novos meios oriundos de outras tradições, observa-se ao menos duas reações por parte de autores ligados à tradição lingüística. Alguns preferem limitar o escopo de sua reflexão aos elementos que se pode mais seguramente classificar como lingüísticos, deixando os não-lingüísticos a cargo do "sonho de uma ciência dos signos" (BARTON, 1994, p.106). Outros, como Crystal (2001), desenvolvem uma caracterização da linguagem digital como um conjunto de variedades específicas (nesse caso, do inglês), utilizadas em contextos específicos de interação mediada pelas TIC, e procuram levantar tendências evolutivas da língua relacionadas a tais variedades. De qualquer forma, tais análises têm aberto caminhos para que, lentamente, a atenção de alguns lingüistas comece a se voltar também para os elementos não-lingüísticos da linguagem digital. Marcuschi (2004, p. 66), por exemplo, se pergunta "de que novo tipo de lingüística estamos precisando para dar conta de tudo o que as novas tecnologias produzem" visto que "os novos meios eletrônicos não estão atingindo a estrutura da língua"²⁹. Penso que a dificuldade de responder essa pergunta talvez esteja ligada ao pressuposto, implícito em sua própria formulação, de que a Lingüística, ou uma certa lingüística, por si só, possa dar conta de toda a semiose digital.

A pergunta de Marcuschi, no fundo, reflete um dilema mais antigo do que as TIC, sobre o qual, entretanto, elas parecem lançar uma luz renovadora. Em sua obra *Marxismo e Filosofia da*

²⁹ O autor (op. cit., p. 66) refere-se aqui a "aspectos nucleares do sistema, como a fonologia, a morfologia e a sintaxe".

Linguagem, Bakhtin (1982, p. 85, 124; ênfases adicionadas) já explicitava o problema da seguinte maneira:

Saussure parte do princípio de uma tríplice distinção: le langage, la langue (como sistema de formas) e o ato da enunciação individual, la parole. A língua (la langue) e a fala (la parole) são os elementos constitutivos da linguagem, compreendida com a totalidade (sem exceção) de todas as manifestações – físicas, fisiológicas e psíquicas – que entram em jogo na comunicação lingüística. A **linguagem** não pode ser, segundo Saussure, o objeto da lingüística. **Considerada em si mesma, falta-lhe unidade interna e leis independentes, autônomas. Ela é compósita, heterogênea.**

E, mais adiante,

A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução.(...) **A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua** nem no psiquismo individual dos falantes.

Assim, talvez se possa postular para a pergunta “de que novo tipo de lingüística estamos precisando para dar conta de tudo o que as novas tecnologias produzem” a mesma resposta de Bakhtin para o velho dilema: precisamos de uma "translingüística", isto é, precisamos tomar para análise não o “sistema” tal qual descrito em um determinado momento (a língua como objeto da lingüística ou da semiótica), mas a manifestação concreta e viva da linguagem, sua realidade extra-verbal, todo o contexto enunciativo que extrapola o verbal. Entendo que nesse contexto enunciativo destacam-se – e aí reside, talvez, o tipo de mudança mais significativo, que a análise do sistema por si só não alcança – certas especificidades da mediação tecnológica nas TIC, de sua realidade material, as quais permitem certos usos de, e agenciamentos entre, linguagens que, por sua vez, desestabilizam pressupostos das análises mais tradicionais, e trazem ao centro do palco a heterogeneidade da linguagem. Penso que uma forma de sintetizar essas especificidades em relação aos pressupostos que estão em jogo nas análises correntes da linguagem digital é discutir a relação entre linguagem, modalidade e tecnologia.

3.4. Linguagem, Modalidade e Tecnologia

O hibridismo na linguagem digital tem sido abordado, de forma geral, a partir de três ângulos distintos. A certos autores interessa apenas o hibridismo do ponto de vista lingüístico, isto é, esses autores procuram identificar as misturas entre línguas naturais e gêneros verbais que caracterizam a textualidade digital, bem como as perturbações e interpenetrações entre as modalidades oral e escrita (vistas como pólos prototípicos homogêneos) que se observam nesses discursos, freqüentemente sob a perspectiva das teorias de gênero. Uma segunda perspectiva, também freqüente na literatura, diz respeito à multimodalidade constitutiva dos discursos digitais, entendida como a combinação entre os diferentes sistemas semióticos (verbal, visual, musical, sonoro, etc.) em um mesmo texto complexo ou cadeia de textos formada por percursos de leitura não-lineares (LEMKE, 1998, 2002; KRESS, 2005; BRAGA, 2004). Finalmente, uma terceira perspectiva, consideravelmente menos explorada do que as duas anteriores, diz respeito à relação entre a linguagem natural, ou aos sistemas semióticos naturais/culturais (escrita, imagem, etc.), e as linguagens artificiais/técnicas que permitem a apresentação e o funcionamento dos textos no meio digital, questionando a suposta fronteira entre o técnico e o cultural na qual as duas perspectivas anteriores preferem não tocar (WALTON, 2004; MANOVICH, 2001).

A existência dessas três perspectivas revela que a complexidade do hibridismo na linguagem digital deriva do fato de encontrarem-se aí não apenas fusões e/ou justaposições entre códigos e gêneros, mas também entre sistemas de representação e tecnologias até então vistas como pares opositivos. Colocam-se então duas questões básicas para a investigação do hibridismo na linguagem digital. A primeira diz respeito a como integrar numa mesma visão holística essas três perspectivas uma vez que, na prática, a produção e a recepção dos discursos digitais não se dá de forma compartimentada ou polarizada. A segunda diz respeito à validade ou à utilidade da própria concepção de cada uma dessas linguagens, modalidades ou tecnologias como homogêneas em si mesmas.

No fundo, essas questões remetem não apenas ao hibridismo na linguagem digital, mas às diferentes noções de hibridismo, explicitadas na introdução desta tese, a partir das quais é possível teorizar (FRIEDMAN, 2002). Tais noções, creio, dão suporte a posturas ideológicas distintas que se prestam igualmente a uma análise da linguagem digital. O hibridismo como fusão apóia uma concepção da linguagem digital como o "mundo novo" de que falava o anúncio de computador subsidiado para o professor no Capítulo 1, algo que, supostamente, se desvincula completamente da linguagem natural e dos sistemas de representação analógicos para dar voz à "Sociedade da Informação" e a formas totalmente novas de ser e de pertencer. O hibridismo como processo de interpenetração informa uma concepção da linguagem digital como síntese ou amalgamamento entre múltiplas línguas, sistemas de representação e tecnologias que, embora apareçam juntas e mutuamente agenciadas num mesmo discurso, permanecem essencialmente distintas para o interprete que as sabe identificar. O hibridismo como recusa da essência e da pureza original dá apoio a uma concepção da linguagem digital como translação constante, isto é, como um processo sincrético contínuo entre línguas, sistemas de representação e tecnologias já resultantes de outras convergências e misturas, cuja origem não pode ser fixada, e cujo final se transfere ou adia indefinidamente.

Penso que essas três concepções ou modalidades de hibridismo descrevem, de certa forma, o que ocorre hoje na pesquisa sobre a linguagem digital. Contrapostos à tese razoavelmente difundida de que as novas formas (digitais) de mediação não alteram as línguas em seu cerne, boa parte dos estudos de que dispomos hoje privilegiem o hibridismo como fusão, isto é, caracterizem a linguagem digital como uma ruptura, ou então como interpenetração, isto é partem da noção de que a linguagem digital e as demais formas de representação cultural se combinam, dentro e fora do computador, sem efetivamente perderem suas "essências" originais. Faltam estudos que, mesmo utilizando leis abstratas (lingüísticas ou de outra natureza) como mecanismos de descrição e análise, não tomem tais normas como um imperativo, mas como forças criadoras da linguagem, que a diversificam constantemente, através de seus usos. Em especial, tendo em vista a natureza do meio digital, faltam estudos que abordem a heterogeneidade intrínseca às linguagens que participam do seu plurilingüismo, e que descrevam as maneiras pelas quais essa heterogeneidade transforma a linguagem, em sentido mais amplo, constantemente.

A utilidade desses estudos, penso, estaria em mostrar como o hibridismo, seja qual for a modalidade teorizada, “atua” na cultura e nas formações sociais, que papel tem na sua coesão e/ou fragmentação, reprodução e/ou transformação, enfim, nos processos que em última instância justificam ou deslegitimam as noções de inclusão e exclusão. Como já apontado na introdução desta tese, o hibridismo tem sido caracterizado, do ponto de vista dos seus modos de ação, tanto como algo que “inevitável e previsivelmente, faz parte absolutamente integrante de todas as formações culturais no seu normal trajeto desde que surgem e à medida que vão evoluindo e mudando ao longo do tempo e do espaço”, quanto como “algo de transgressivo, como uma força criativa capaz de abalar, desnaturalizar e até mesmo derrubar as formações culturais hegemônicas” (FRIEDMAN, p. 17-18).

No domínio dos estudos da linguagem, encontramos esses mesmos dois modos de ação descritos por Bakhtin (1988, p. 156) quando o autor postula dois tipos de hibridização que acontecem simultaneamente nas línguas naturais. Para o autor há um hibridismo natural (orgânico, inconsciente) inerente a todas as línguas, que é condição necessária para a sua sobrevivência ao longo do tempo:

no fundo, a linguagem e as línguas se transformam historicamente por meio de hibridização, da mistura das diversas linguagens que coexistem no seio de um mesmo dialeto, de uma mesma língua nacional, de uma mesma ramificação, de um mesmo grupo de ramificações ou de vários, tanto no passado histórico das línguas, como no seu passado paleontológico, e é sempre o enunciado que serve de cadinho para essa mistura.

Mas, além do hibridismo natural, há também um outro tipo de híbrido, intencional ou consciente, que se manifesta pela justaposição dialógica de duas linguagens ou duas consciências “separadas por uma época, por uma diferença social (ou por ambas)” num mesmo enunciado. Como efeito dessa justaposição, cada uma das linguagens ou consciências, isto é a linguagem que representa e a linguagem representada, percebe ou ilumina a outra, cada uma das duas vozes desmascara ou ironiza a outra, num processo agonístico que se prolonga indefinidamente, sem que haja uma resolução ou fechamento do sentido (SOUZA, 2004).

Investigar o hibridismo na linguagem digital pressupõe, portanto, considerar esses seus dois modos de atuação, ou dois tipos de híbridos. Mas, em vista da sua especificidade, isto é, do fato de que nessa linguagem participam elementos verbais e não verbais, assim como linguagens naturais e artificiais, todos eles, em última instância, traduzíveis para uma forma de representação numérica (ou elétrica), há que se estender esses dois modos do hibridismo para além do verbal-literário.

Esta não é uma tarefa simples, pois implica subverter certas simplificações, apagamentos e categorizações rígidas com que têm operado as diferentes vertentes de teorização sobre a linguagem digital. Penso, contudo, que é possível avançar nesse tipo de análise desde que esteja balizada por alguns pressupostos. Primeiro, por uma concepção de linguagem que, (1) embora não ignore os aspectos nucleares do(s) sistema(s), esteja centrada nos seus usos, e (2) reconheça na heterogeneidade da linguagem o seu traço mais essencial e na materialidade objetiva do signo a fonte radical dessa heterogeneidade. Segundo, que se tente transportar essa concepção de linguagem (e não apenas de língua) para além das fronteiras do verbal, situando a análise num nível de abstração capaz de abarcar todos os sistemas semióticos presentes nos discursos digitais, inclusive as linguagens "artificiais", até onde for possível.

O primeiro pressuposto creio estar perfeitamente atendido pela concepção enunciativo-discursiva e dialógica da linguagem encontrada em Bakhtin (1988, 2003). Com relação ao segundo, penso que na teoria da multimodalidade de Lemke (1998, 2002) encontramos um interessante ponto de partida, antes de mais nada, porque em Lemke (1995, 1998, 2002) encontramos referências, implícitas e explícitas, às formulações bakhtinianas de diálogo, intertextualidade, heteroglossia e hibridismo. Assim como Bakhtin, Lemke contrapõe em seus escritos o “significado” num sentido potencial, semântico-formal ao “significado” num sentido social, isto é, do enunciado (verbal ou não verbal) no seu contexto espaço-temporal e cultural.

Tal qual Bakhtin (1988) o postulara para a linguagem literária, Lemke (2002) vê a linguagem digital como um conjunto de gêneros intercalados e linguagens submetidas a processos de estilização e hibridização que formam uma unidade superior, a qual não pode ser identificada com ou subordinada a nenhuma das suas unidades constitutivas. Lemke, contudo, tenta pensar o “plurilingüismo” como fenômeno que abrange todos os sistemas semióticos, tomando como

premissas tanto o hibridismo natural, intrínseco a cada modalidade, como a justaposição entre modalidades nos textos digitais entendidos como enunciados complexos. Nesse sentido, move-se em direção à translingüística de Bakhtin ao mesmo tempo em que se apóia em um sistema abstrato como força criadora da linguagem.

Para viabilizar essa articulação entre o verbal e o não verbal do ponto de vista sistêmico, entretanto, é necessário pressupor que os diferentes sistemas semióticos que participam da enunciação digital possam, em algum nível de abstração, ser vistos como regidos por uma mesma gramática. Bakhtin (2003, p. 311) já apontava para tal possibilidade/necessidade, de alguma forma, ao afirmar que

todo sistema de signos (isto é, qualquer língua), por mais que sua convenção se apóie em uma coletividade estreita em princípio sempre pode ser decodificado, isto é, traduzido para outros sistemas de signos (outras linguagens); conseqüentemente, existe uma lógica geral dos sistemas de signos, uma potencial linguagem das linguagens única (que evidentemente, nunca pode vir a ser uma linguagem única concreta, uma das linguagens).

Lemke (2002) retoma (consciente ou inconscientemente) essa possibilidade/necessidade, mas por outros caminhos, por vezes dissonantes com os de Bakhtin³⁰, ao emprestar de Halliday (1978) o conceito de metafunção (conjuntos de funções relacionadas a propósitos fundamentais de uso da língua, e às escolhas que seus falantes exercem para fazer com que seus textos signifiquem), para com isso esboçar uma gramática da multimodalidade a partir da qual se pode tentar entender o hibridismo digital do ponto de vista sistêmico.

Tal gramática parte do pressuposto de que o significado potencial das construções multimodais é o produto lógico (multiplicativo) das capacidades dos sistemas semióticos participantes do texto/enunciado complexo em questão. Cada um dos sistemas contribui (isoladamente ou de forma combinada com os outros) para a construção de significados aparentes (presentational

³⁰ Não penso que essas dissonâncias inviabilizam o diálogo entre os dois autores, mas ao contrário, que abrem um caminho interessante de aprofundamento para o esboço de diálogo aqui proposto, e um convite aos que se interessarem por ele para o aprofundarem nesse sentido.

meanings, equivalentes à metafunção ideacional de Halliday), performativos (orientational meanings, equivalentes à metafunção interpessoal de Halliday) e organizacionais (organizational meanings, equivalentes à metafunção textual Halliday)³¹, os quais se manifestam simultaneamente e diferentemente a depender do contexto emoldurador. Os significados aparentes nos apresentam um estado de coisas através de processos, participantes e circunstâncias. Os significados performativos indicam o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores (nesse caso autor e leitor, ou designer e navegador) e seu posicionamento com relação ao conteúdo ideacional, isto é, aos significados aparentes da mensagem. Finalmente, os significados organizacionais estão ligados à concatenação de unidades menores em unidades maiores dentro da "mensagem". Estabelece-se aí, potencialmente, uma analogia com a visão bakhtiniana (2003) de enunciação, a qual congrega um foco temático/objetual, o posicionamento do enunciador com relação àquele conteúdo objetual e aos demais participantes (presentes, passados ou projetados) da comunicação discursiva, e uma forma composicional.

Para Lemke (2002), o potencial total dos significados aparentes de uma composição multimodal seria o produto lógico dos significados aparentes veiculados por cada uma das modalidades, o mesmo ocorrendo com os significados performativos e organizacionais. Isto, é claro, resulta num potencial semiótico praticamente infinito, numa força desestabilizante que a consciência do autor/intérprete pode perceber e usar criativamente. Contudo, lembra-nos o autor, em cada gênero (explicitamente) multimodal, assim como nos gêneros verbais (estes também necessariamente multimodais, embora frequentemente considerados como monomodais à guisa de simplificação) há convenções compartilhadas pelos interlocutores que limitam esse potencial num dado contexto cultural e/ou situacional, isto é, tal potencial ao mesmo tempo expressa e subordina-se a um componente ideológico compartilhado ou disputado pelos interlocutores. É por essa razão que fotos de jornal, gráficos ou narrativas visuais vem acompanhadas de legendas, relatórios estatísticos vem acompanhados de gráficos, e carteiras de identidade vem acompanhadas de fotos, por exemplo. A cada modalidade cabe, além de um papel expressivo, um papel coercitivo em relação às outras, que se sustenta na convenção genérica.

³¹ Adotarei a nomenclatura em português para as metafunções descritas por Lemke (2002) seguindo Braga (2004). A autora, por sua vez, utiliza a tradução dos termos "presentational", "orientational" e "organizational" sugerida pelo professor Lynn Mario Meneses de Sousa (USP- São Paulo)

É também importante notar que, por conta da configuração genérica, muitas vezes espera-se de uma modalidade que veicule especificamente um dos três tipos de significado. Por exemplo, num texto sem ilustrações, o design visual veicula basicamente significados organizacionais, isolando e hierarquizando segmentos do texto ao passo que o texto verbal veicula a maior parte dos significados aparentes e performativos. Entretanto, o potencial de cada modalidade para produzir os outros tipos de significado permanece intacto para o interprete que quiser ou que for capaz de assim realizá-lo: o design visual pode também veicular um significado performativo do tipo "o assunto desse texto é sério" ou "este texto é chato", a legenda pode veicular um significado organizacional do tipo "esta foto pertence àquela página", um ícone de computador pode veicular um significado aparente do tipo "a impressora está desligada", e assim por diante.

A justaposição das linguagens no texto multimodal, portanto, está sempre sujeita a mecanismos de coerção genérica e ideológica, mas, ao mesmo tempo, a mistura de linguagens sempre oferece um potencial desestabilizante à disposição do estilista e do intérprete. Assim como cada enunciado verbal pode conter elementos de mais de uma linguagem que, se adotados por outros locutores, levam à mudança lingüística/cultural, Lemke (2002) parece querer sugerir que o uso dos textos multimodais, nos quais os sistemas (visual, verbal e outros) participam de um mesmo enunciado complexo, cria uma força desestabilizadora das concepções de mundo impostas pela “monologia” do verbal. Logo, embora o autor não o faça de forma explícita, entendo que é possível recuperar de sua argumentação algo semelhante à noção de força (centrípeta e centrífuga) tal qual postulada por Bakhtin (1988, p. 81-2; itálicos no original). Diz o autor, a respeito das forças centrípetas:

Tomamos a língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua *ideologicamente saturada*, como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um maximum de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica. Eis porque a língua única expressa as forças de união e centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural.

E mais adiante, sobre as forças centrífugas:

Mas as forças centrípetas da vida lingüística, encarnadas numa língua ‘comum’, atuam no meio do plurilingüismo real. Em cada momento de sua formação a linguagem diferencia-se não apenas em dialetos lingüísticos, no sentido exato da palavra (formalmente por indícios lingüísticos, basicamente fonéticos), mas, o que é essencial, em línguas sócio-ideológicas: sócio-grupais, ‘profissionais’, ‘de gêneros’, de gerações, etc. (...) E esta estratificação e contradição reais não são apenas a estática da vida da língua, mas também sua dinâmica: a estratificação e o plurilingüismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se: ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrifugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação.

Aquelas mesmas forças centrípetas que atuam na centralização e unificação verbo-ideológica motivada pelos processos sociais, Lemke (2002, p. 322, *itálicos no original*) parece vê-las atuando na forma de um logocentrismo que visa garantir “maximum de compreensão mútua” e que imputa à imagem uma ambigüidade intrínseca que a tornaria inadequada para a manutenção de uma suposta inteligibilidade no convívio social. A imagem vista como linguagem social, isto é, como um sistema de signos apto a expressar determinadas visões de mundo, entraria como o componente centrípeto nos enunciados multimodais, ou, em sentido mais amplo, na consciência verbo-ideológica das comunidades discursivas em que tais enunciados passam a ocorrer com maior freqüência. É o que explica o autor no excerto abaixo:

Por que se denigre a representação visual? Suspeito fortemente que isso acontece porque escrita e imagem se contextualizam *mutuamente*, influenciando nossas interpretações de cada uma e de ambas quando combinadas, que é o poder da imagem (e de outras semióticas) para subverter e debilitar a autoridade das categorias lingüísticas e imperativos categóricos que é politicamente suprimido pelo logocentrismo e pelo purismo monomodal.

Com essa formulação da relação entre o verbal e o visual, Lemke (1998) retoma também, embora tangencialmente, o conceito de híbrido intencional de Bakhtin (1988), isto é, a noção de que duas consciências ou duas linguagens podem se iluminar ou se criticar mutuamente quanto justapostas num mesmo enunciado.

Para Bakhtin (1988), o "aclaramento" de uma linguagem pela outra pode se dar de forma concordante ou dissonante. As intenções da consciência que representa e da consciência representada podem estar em acordo (como nos casos da estilização e da variação) ou em desacordo (como no caso da estilização paródica). Nos textos multimodais de que fala Lemke (2002), também vamos encontrar essas duas possibilidades, por exemplo, concordância quando a descrição verbal de um local é acompanhada por um mapa "ilustrativo", e uma representação matemática da composição química de um planeta é acompanhada de uma espectrografia, ou discordância quando uma afirmação do político sobre a estabilidade da economia é desmentida pela sua foto "tremida" na página do jornal ou pela representação estilizada de seu rosto em uma charge.

Lemke (2002, p. 322), contudo, defende que a justaposição do verbal e do visual, a despeito dos mecanismos genéricos de coerção ou estabilização, avanta sempre a possibilidade do "desmascaramento". Nas palavras do autor:

Quando juntamos texto e imagem, sua própria incomensurabilidade, o fato de que não podem representar exatamente a mesma mensagem, lança a dúvida sobre as apreensões monológicas de ambos, mas particularmente sobre as da linguagem verbal. Uma multimodalidade mais equilibrada é potencialmente mais politicamente progressista, seja pela justaposição deliberada de textos e imagens que nunca contam exatamente a mesma história e nos levam forçosamente a uma análise mais crítica do que cada um poderia fazer isoladamente, seja pela representação de questões tais como 'raça', 'gênero/sexualidade', 'classe social', 'cultura', etc. de maneira multidimensional, em termos de graus e possibilidade em lugar de categoria e restrição.

Aqui, contudo, evidencia-se um ruído no diálogo entre Bakhtin e Lemke que venho tentando tramar. Como já mencionado, Lemke (2002) tangencia o híbrido semântico de Bakhtin, mas não o abraça completamente, simplesmente porque o aclaramento, para Lemke, advém da incomensurabilidade de dois sistemas justapostos, e não como em Bakhtin, do fato de duas consciências (dois enunciados) diferentes servirem-se de um mesmo sistema, uma mesma oração. Tal possibilidade, contudo, existe na linguagem digital, fato para o qual Lemke não chama atenção porque, como a maior parte dos autores, deixa de fora de suas análises aquela

dimensão “técnica” da linguagem digital da qual nos falamos Manovich (2001) e Walton (2004). Trata-se, como já exposto, de um sistema lógico-elétrico-matemático que pode ser enunciado de múltiplas maneiras em múltiplos contextos, algo como um componente centrífugo da linguagem digital que, embora imbuído de propriedades formais unificadas, serve, por meio da enunciação, à expressão de diferentes intenções discursivas e diferentes consciências ou visões de mundo.

Dito de outra forma, quando se toma os discursos digitais como um todo (e não apenas aquela parte deles que está visível imediatamente na tela), há que se levar em conta que o computador pode, e freqüentemente o faz, representar palavras por meio de imagens e imagens por meio de segmentos textuais. Isto é consequência, ou manifestação, daquela propriedade da linguagem digital mencionada no início deste capítulo à qual Manovich (op. cit.) se refere como “representação numérica”. Porque todos os elementos que aparecem na tela estão sujeitos à linguagem interna do computador para existirem concretamente, verbal e visual podem constituir, do ponto de vista de um certo auditório, consciente dessa possibilidade, enunciados diferentes que utilizam um mesmo sistema lógico-elétrico-matemático, tal qual os híbridos intencionais de Bakhtin.

Isto quer dizer que a incomensurabilidade de que fala Lemke não é válida para todos os interpretes, não vale, necessariamente, para o programador e/ou para o computador. Temos então que, nos discursos digitais, o hibridismo entre o verbal e o visual não serve sempre, como quer Lemke, às forças centrífugas/emancipatórias. Ao contrário, certas formas desse hibridismo servem justamente para estabelecer uma hierarquização entre programador (computador) e usuário semelhante àquela existente entre autor e personagem, estilista e eslitizado. A representação numérica é, de certa forma, o que permite ao autor de um discurso digital agenciar a linguagem do usuário, “plasmar uma imagem viva de uma outra linguagem” (BAKHTIN, 1988, p. 159).

Isto nos leva de volta à necessidade, para uma abordagem holística da linguagem digital, baseada no seu hibridismo, do engajamento, ainda que mínimo, com as linguagens artificiais que participam do seu plurilingüismo. Mas o que se pretende com esse engajamento, em última instância, não é um detalhamento técnico do seu funcionamento, senão a superação da dicotomia entre o técnico e o cultural, na qual venho insistindo desde o início deste trabalho, necessária

para que se possa relacionar a linguagem digital diretamente aos processos de inclusão e exclusão em que atua e que nela atuam. A noção de híbrido intencional, embora deslocada do seu contexto original de aplicação para abranger os demais sistemas semióticos, bem como as linguagens técnicas que determinam o funcionamento do computador, mostra-se extremamente útil nesse sentido. Mas a ela se pode acrescentar, com base no já mencionado papel da representação numérica, a noção de híbrido “transmodal”.

Em psicologia, “transmodalidade” refere-se à possibilidade de transmissão de informações obtidas por meio de um canal perceptivo para outro, como, por exemplo, quando depreendemos as características táteis de um objeto a partir da sua visualização. Já para os estudiosos de Interação Humano-Computador (IHC), o termo significa a possibilidade de transmissão de informações originariamente expressas em uma modalidade semiótica para outra, como, por exemplo, no uso de um software de síntese-de-voz para o acesso a um texto escrito por parte de uma pessoa cega³². A noção que aqui introduzo, porque me será útil na análise de um discurso digital que apresentarei mais adiante, não coincide exatamente com nenhum desses dois significados. Refere-se, isto sim, à possibilidade de um elemento participante de um texto digital comportar-se ao mesmo tempo como texto e imagem, para interlocutores diferentes (neste caso o computador e o leitor humano), que o interpelam diferentemente.

A análise que apresento a seguir visa demonstrar o funcionamento do hibridismo na linguagem digital tomando como objeto um híbrido no qual a linguagem que representa e a linguagem representada se justapõem de forma *sui generis*: um website. Entendendo o(s) autor(es) desse website como o estilista de Bakhtin, procurarei mostrar as concordâncias e dissonâncias entre a sua linguagem (representada pelo código fonte) e a linguagem do usuário/leitor (representada pela página visível na WWW), assim como os caminhos do hibridismo intencional nesses dois discursos interligados. Procurarei mostrar, também, que em ambas opera, embora de maneiras e sob circunstâncias diferentes, o hibridismo natural que caracteriza todas as linguagens. O conteúdo temático desses discursos, que serve também de pano de fundo sobre o qual comentarei os resultados da análise, pode ser descrito com a tensão entre homogeneização e proliferação da

³² Cabe ressaltar que, do ponto de vista lingüístico, a noção de que um texto construído a partir de uma concepção discursiva de escrita quando lido em voz alta (por uma máquina ou por uma pessoa) passa a ser um texto oral é no mínimo controversa.

diferença que caracteriza o contexto sócio-histórico vigente, expressa na noção de “glocalidade”. Espero com isso trazer para o plano frontal da análise não apenas o poder explicativo de uma teoria da linguagem digital fundada no hibridismo, mas a minha asserção inicial de que uma concepção de linguagem é também uma visão de inclusão.

Capítulo 4: Construindo a glocalidade via linguagem: a página digital da MTV Brasil

O conteúdo deste capítulo toma contornos de um estudo de caso exploratório, no sentido de que não se pretende obter, a partir dele, grandes generalizações ou formulações extrapoláveis indiscriminadamente para outros corpora. Trata-se, antes de mais nada, de experimentar o poder explicativo da teoria da linguagem digital esboçada no Capítulo 3 e de levantar problemas e perguntas capazes de inspirar novos estudos que venham a enriquecer o conjunto de pesquisas sobre a linguagem digital de que dispomos atualmente, cujas limitações já expus também naquele capítulo.

Tendo estabelecido esses objetivos, selecionei para a análise apenas uma parte (a página principal e seu código fonte) de um website bastante popular entre jovens brasileiros por conta de sua temática (música e entretenimento), assim como por sua ligação com um canal de televisão igualmente popular naquele seguimento de público. Não por acaso, optei por um site pertencente a um empresa de comunicação transacional, o que inscreve seu website muito claramente no pano de fundo sócio-histórico da globalização, sobre o qual tenho procurado assentar meus argumentos.

4.1. Justificativa

A MTV (Music Television) é um exemplo frequentemente citado (CASTELLS, 1999; GARCÍA CANCLINI, 2003) do novo tipo de organização transnacional do capitalismo, no qual, em lugar da reserva de mercados ou da imposição linear de padrões, métodos, materiais e design nos produtos e serviços, ganha importância a "glocalização", isto é, a adaptação de produtos e serviços concebidos nos países sede para os mercados locais nos quais tais produtos e serviços são oferecidos (KHONDKER, 2004). Conseqüentemente, o site da MTV Brasil é um discurso digital que aciona diferentes sistemas lingüísticos, modalidades semióticas e tecnologias na

construção de uma síntese entre o global e local com a qual jovens consumidores brasileiros devem, em tese, se identificar.

4.2. Método

Considerei para a análise o site localizado em “<http://mtv.terra.com.br>” tal qual se apresentava em 01/11/2005. Dada a impossibilidade de apresentar o site propriamente dito no formato impresso deste trabalho, capturei uma cópia de tela da sua página principal (*figura 3*), para que o leitor possa ter uma idéia mais precisa dos elementos da página aos quais farei referência. Será impossível que o leitor consulte a página em seu endereço virtual exatamente como se apresenta aqui, dado que a mesma é atualizada periodicamente. Contudo, sua estrutura temática bem como seu aspecto visual possivelmente permanecerão os mesmos a médio prazo. O leitor que por ventura visite o endereço eletrônico do site notará também que excluí da *figura 3* a porção superior da página na qual está localizada uma barra de navegação do portal em que a página está hospedada. Assim procedi para não dificultar demasiadamente a identificação por parte do leitor das partes da página eletrônica efetivamente analisadas.

Juntamente com a página tal qual apresentada na tela ao leitor comum (doravante denominada página visível), recolhi excertos do seu texto subjacente e estruturador (doravante denominado código fonte) que utiliza uma mistura de linguagem natural escrita e linguagens de computador (HTML, Javascript, etc.). Esse texto (código fonte), embora não seja em princípio do interesse do leitor comum, pode ser visualizado por qualquer leitor/navegador através do recurso "visualizar código fonte", disponível nos programas de navegação (browsers). Para focalizar mais especificamente o tema que estou discutindo, e para adequar a análise ao limitado conhecimento técnico sobre das linguagens de computador de que disponho, optei por selecionar trechos isolados e não seqüenciais do código fonte. Em especial, recolhi os trechos em que o enunciador (neste caso o programador ou designer responsável pela construção do código) tinha a liberdade de utilizar a linguagem natural, isto é, partes do código que não interferem no funcionamento do programa, mas apenas servem ao leitor humano do código fonte,

predominantemente para a veiculação de sentidos organizacionais (identificação e limitação de seções do código ou da página visível, por exemplo).

Para a análise da hibridização entre os sistemas lingüísticos na página visível, tomei as categorias de significado postuladas por Lemke (2002) para a análise de textos, ou “objetos significantes”, nos termos do autor, do tipo “new media”. Já no caso do código fonte, analisei adicionalmente as escolhas lexicais feitas pelo programador para nomear as diferentes seções do próprio código bem como partes do layout ou elementos visuais da página visível, buscando identificar eventuais regulações, no contexto dessas escolhas, para as hibridizações entre o inglês e o português.

Com relação à modalidade visual, examinei os tipos de imagem utilizados na página visível, e sua contribuição para a construção da temática local e/ou global, bem como a contribuição do layout para o funcionamento organizacional do texto. Mesmo não havendo imagens no código fonte, a análise levou também em conta a modalidade visual no sentido de que grande parte do código se presta justamente a determinar a estruturação visual da página visível. Foram analisadas as formas lingüísticas utilizadas pelo designer para identificar elementos imagéticos bem como formas de cerceamento e regulação da manipulação das imagens e do texto, por parte do leitor e do programa de navegação, ali estabelecidas. Para fazer jus à discussão sobre multimodalidade apresentada ao longo do capítulo anterior, identifiquei ainda as formas de hibridização entre os diferentes tipos de imagem utilizados na página visível, levando em conta sua natureza fotográfica ou vetorial.

O leitor notará que está propositalmente excluída dessa análise a dimensão do hibridismo relativa à estruturação do site por meio de links conectadas por vínculos eletrônicos (links), os quais facultam ao usuário do site construir diferentes percursos de leitura. Assim procedi por dois motivos. Primeiro, porque caso me propusesse a explorar também essa dimensão, a extensão e o nível de complexidade da análise seriam certamente desproporcionais à sua utilidade no contexto dessa pesquisa. Segundo, porque essa dimensão particular da linguagem digital já foi exaustivamente explorada por vários autores contemporâneos, dentre os quais destacam-se, entre outros, Nelson (1987), Nielsen (1990), Kaplan (1995), Aarseth (1997) e


Landow (1997), em contraposição à escassa bibliografia dedicada ao hibridismo entre modalidades e entre linguagens naturais e artificiais que minha análise pretende abordar.

4.3. Perguntas de pesquisa


Tomando por pressuposto que o website é um híbrido conscientemente e propositalmente elaborado por seus autores, o qual utiliza linguagens que por si só já são híbridas, a análise visará responder às seguintes perguntas:


- 1- Quais são e como se dão as interpenetrações e/ou justaposições entre português e inglês, visual e verbal, linguagem natural e linguagens técnicas na página como um todo (incluindo-se o código fonte)?
- 2- Essas interpenetrações obedecem a alguma regulação e/ou intencionalidade que possa ser identificada?
- 3- De que maneira o hibridismo serve à construção da ‘glocalidade’?
- 4- Como o hibridismo se relaciona com a dimensão do poder nesse discurso? Em que medida o hibridismo apresenta-se como algo transgressivo?

Dada a complexidade e a complementaridade dessas perguntas, optei por apresentar os resultados em dois blocos separados, o primeiro destinado à página visível e o segundo ao código fonte. Em cada um dos blocos discuto tópicos aglutinadores que remetem às perguntas de pesquisa contribuindo paulatinamente para a construção de respostas que, ao final da análise, retomo de maneira sintética




Disc
A seguir: 12:00 Videoclãsh
+ Veja Programação Completa +






mtv.com.br
tv
especiais
música
blogs
só no site
drops
revista mtv
loja mtv


OUÇA AS MÚSICAS DO CD



acústico



Blogs




Sexanna fora do Nightwish

A vocalista do Nightwish recebeu tarja prata numa trama cheia de mistérios. Quem é Susanna? Porque foi ejetada? Existe microfone mortada?

[Rock Estrada](#) | [Blog de Rafa](#) | [Blog de Site](#)

Só no Site

Colunas



Control Remoto
Parte do fim da peça

De Olho no Clipe: Garota de Ipanema - 15 Anos de MTV Brazil

Control Remoto: Realidade, ação ou outra?

TRASH! Depois do referendo...

VJs da MTV

Saiba mais sobre os VJs da MTV Brasil - Deixe seus comentários.

chat

oi

Capital Inicial, 01.11, às 19h00

Chat Control Freak, 23 a 25, às 20h00

2 contos de e-mail com 30 Mb cada, suporte 24h e seu nome@mtv.com.br

Login

Senha

conectar

Vencedor Promoção Oasis

Baixar o discador!


Promoções

- Concurso cultural
- Ricky Martin
- Rei Bamboecha - Fanta

mais promoções

lista de vencedores

Galeria de Fotos



Tim Festival: Show extra

Tim Festival: terceiro dia

Tim Festival: primeiro dia

VMB 2005: Covers


Busca Clipe

Artista Música

Digite o nome do artista ou música:

buscar

Drops



Entrevista: Cassel de Ser Seuy


Michael Jackson grava single beneficente

Moby volta ao punk

Resfest traz TV On The Radio a SP

Música

MTV Ao Vivo Barão Vermelho




Ouçã **Codinome Beija-Flor**, com participação de **Cazuza**

Banda Antes

Faichelecz, Suzana Flag e outras

Coluna do Clemente

Audió e Vídeó




Assista ao novo clipe de **Kem**

Aborto Elétrico: Love Song One

As músicas do **Massacration**

Estréias



Daniela Mercury

Thalia

B Negão

+ estréias

Programação

COVENANTION

Covenantion - terça, 22h00


Missão MTV - 19h30

Pulso MTV - 21h20

The Assistant - 23h30

Platéia MTV - Assista aos programas

Revista MTV




Edição # 53

A FAVOR DO ABORTO: Aborto Elétrico, está de volta com o Capital Inicial!

Assine já!

MTV Social Clube

Especiais TV



Beija Sape Gay

Beija Sape Gay - 02.11, 22h

MTV Especial Aborto Elétrico - 06.11, 19h

MTV Ao Vivo Barão Vermelho - 13.11, 19h

VMB 2005 - Conquêluche Musical Televisionada

Programação

- Horários
- Estréias de Clipes
- Amp
- Baleia MTV
- Banda Antes

+ mais

Música

- F3-Clubes
- Exclusivos
- Audió e Vídeó
- Banda Antes
- A Graça do Rock

+ mais

Especiais TV

- VMB 2005 Hotsite
- Acústico MTV
- MTV 15 Anos
- MTV Apresenta
- MTV Ao Vivo

+ mais

Só No Site

- Drops
- Ferramentas
- IMTV
- Loja MTV
- Tons MTV

+ mais

Copyright© 1990 - 2005 Abril Radiodifusão Ltda. Todos os direitos reservados. All rights reserved. Fale com a MTV - MTV no Mundo

Figura 4 - A página principal do site da MTV Brasil em 01/11/2005

4.4. A página visível

Construindo a Glocalidade

Um bom lugar para começarmos a flagrar o papel do hibridismo no jogo entre global e local que se desenrola nesse discurso é a própria forma como ele situa ou identifica o site como sendo brasileiro. Não encontramos aqui os signos convencionais que o “local” costuma utilizar para referir-se a si mesmo: a bandeira, o verde-e-amarelo, a palavra Brasil com "s", a passista da escola de samba, o futebol, etc. No topo da página, normalmente reservado nesse gênero digital à identificação da instituição à qual o site está ligado, o logotipo utilizado é o da MTV internacional. A identificação da filial brasileira é feita indiretamente, por referência ao sufixo ".br" no primeiro item da barra de navegação, à esquerda³³, ou seja, por meio da representação usual do "domínio Brasil" nos termos da linguagem técnica das URL³⁴ que, por sua vez, foi formulada com base no inglês. Ao lado do logotipo, dois elementos dividem o restante da faixa horizontal superior: uma caixa de texto dinâmico que anuncia o programa transmitido pelo canal de TV naquele momento, e um anúncio publicitário do tipo "banner". Na caixa, encontramos o item lexical "disk", que o leitor menos atento poderia tomar como inglês, mas que em verdade é uma forma "alternativa" de grafar "disque", do verbo "discar" (cujo correspondente em inglês seria "dial"). No anúncio publicitário, aparecem nomes de bandas estrangeiras que vão participar de um festival de "rock" local, o nome de uma empresa de telecomunicações brasileira que pertence a uma corporação estrangeira, e a expressão "Q", utilizada, como no bloguês, para abreviar a palavra "que" do português padrão.

³³ Isto não parece ser objeto de uma regulação estrita na relação da matriz com as filiais locais, pois nos sites da MTV Portugal, Japão, e Espanha, por exemplo, as logomarcas incluem o nome do país, em alguns casos escritos em inglês, em outros, na língua local, ao passo que nos sites da MTV China, Alemanha, Canadá ou Índia, usa-se a logomarca internacional. Particularmente interessante é a logomarca da MTV Itália que inclui em seu corpo a expressão "mtv.it". Não há espaço para especular muito em torno desse exemplo em particular, mas é interessante notar que os criadores da logomarca tenham utilizado parte de uma URL (endereço da WWW) para indicar o nome do país dentro da logomarca, criando um híbrido que funde a língua natural, a representação visual e linguagem técnica do computador para identificarem a si mesmos.

³⁴"Uniform Resource Locator", nome técnico que se refere aos endereços de sites na WWW.

Vemos então o hibridismo operando na construção de uma identificação do local por meio de outras linguagens. Mas, ao mesmo tempo, flagramos a "brasilidade" na enunciação de parte desses signos "alheios", isto é, flagramos o local enunciando essas outras linguagens à sua maneira: "disk", na língua local, não corresponde semântica ou fonologicamente – pronuncia-se ['dɪskɪ], ['dɪjkɪ] ou ['dɪske] – a "disk" na língua global; "Claro", nome próprio, enuncia-se "claro", interjeição. Em suma, do ponto de vista verbal, o local não é identificado através da língua local nem da global, mas da justaposição dessas duas consciências que cria uma ironia que o interprete purista, daqui ou de lá, talvez não consiga captar, ou não possa tolerar.

Em alguma medida, observa-se o mesmo com relação ao visual. Refiro-me especialmente à foto de Marcelo Falcão, vocalista da banda "O Rappa", que pelo tamanho e posicionamento da página se torna mais saliente do que as demais. De certa forma, essa imagem indica ao leitor que o site se refere ao Brasil, mas apenas no caso do leitor que conhece Falcão. Para os demais, não há nada em sua aparência, indumentária, pose, ou mesmo nas circunstâncias em que está representado que remeta convencionalmente ao Brasil. Seus "dreadlocks" jamaicanos, a combinação de jeans e camiseta que veste, o vagão de trem/metrô ao fundo, que encobre a paisagem, a ortografia da palavra "rappa", etc. são elementos ambíguos, daqui, de lá, de qualquer lugar. É preciso clicar na imagem para ouvi-lo, e é preciso tê-lo ouvido para situá-lo. Mas nem por isso a ambigüidade se resolve: para quem sabe como ouvir, seu reggae tem sotaque de samba, seu rap a melodia do português, ele é daqui e de lá, de ambos e de nenhum.

Assim, verbal e visual contribuem, cada um à sua maneira, para a construção discursiva de uma identidade "glocal". Nessa construção, contudo, o aparente e o performativo por vezes se contradizem, o que parece daqui comporta-se como de lá e vice-versa. Incluir-se nessa glocalidade é tomar outras linguagens, outros sistemas, e os enunciar como "nossos". Excluir-se ou excluir alguém dela é fazer o caminho inverso, é denunciar (no sentido de fazer saber/conhecer) o modo local de desempenhar o global e vice-versa.

Organizando a diversidade

Assim como dos pontos de vista aparente e performativo, o visual contribui do ponto de vista organizacional para a construção da glocalidade. O layout da página sugere uma grade, linhas

horizontais e colunas verticais que se cruzam formando nichos ou caixas (algumas visíveis na página, outras identificáveis através do código fonte), que abrigam, ao mesmo tempo em que segmentam, temas, participantes e circunstâncias locais e globais. Dentro de cada nicho, subtópicos relacionados a um tema estão abrigados por sub-nichos, identificáveis por diferentes cores de fundo ou por marcadores em forma de pequenas barras verticais, que impõem uma hierarquia interna ao espaço de cada tema. No topo da página, assim com na porção inferior, faixas horizontais segmentadas por diferentes seções ou elementos visuais colocados lado a lado indicam o início e o fim do texto, embrulham-no como um todo de sentido que o leitor deve tomar como algo coeso e delimitado.

Tal segmentação e hierarquização permitem ao leitor tomar contato com o conteúdo aparente veiculado pelas imagens de forma disciplinada, sugerem a convivência pacífica, racionalmente organizada, entre global e local, por meio da coabitação das imagens de artistas brasileiros e estrangeiros na mesma página, e acolhem simbolicamente a noção de "diversidade" reservando um nicho à bandeira do arco-íris³⁵. Do ponto de vista performativo, os muitos elementos coloridos e dinâmicos euforizam a mensagem do site, remetem-no à diversidade e ao entretenimento, enfim, a uma atitude leve e tolerante diante da vida e da convivência com o *outro*. Contudo, pode-se facilmente acionar o potencial performativo da grade que organiza o site visualmente quando se nota que a mesma remete o leitor a uma página de classificados de jornal impresso, sugerindo um procedimento sutil de hibridização entre gêneros que, em última análise, sustenta a ambigüidade tensa entre o jovem leitor do site visto como transgressor e/ou como consumidor. Percebe-se, então, que a linguagem "jovem", eufórica e transgressora das fotos e das cores está subordinada a uma outra linguagem, uma outra consciência racionalizante que a utiliza para cumprir uma agenda própria, a qual podemos descrever como a oferta de produtos, tanto de natureza simbólica (informações sobre artistas e eventos musicais, etc.) quanto de natureza mais concreta (assinaturas de revistas e outros produtos disponíveis na loja virtual que o site abriga), ao leitor. Por meio dessa justaposição de euforia e geometria, o jovem "acessa" o diverso ao mesmo tempo em que a instituição o oferece ao consumo. Sobre a linguagem ou consciência que transgride, a consciência que representa lança seu próprio gride.

³⁵ Refiro-me ao fato de a bandeira do arco-íris, entre seus muitos usos, ter sido adotada recentemente pelo movimento gay particularmente na promoção do movimento internacional de mobilização denominado "Gay Pride".

A mudança é o código

Tal como no visual, o conteúdo verbal da página visível reúne o daqui, o de lá, e o explicitamente híbrido ou ambíguo, e o faz nas três dimensões de sentido de que fala Lemke (2002). No caso dos significados aparentes encontramos frases que podemos situar no português (por exemplo, "Aborto elétrico está de volta com o Capital Inicial"), no inglês ("The assistant") e frases híbridas, que combinam o léxico das duas línguas ("Chat Control Freak, 2a a 5a às 20h00"). Nos itens cujo significado predominante é organizacional, tais como os títulos das diferentes seções da página e na barra de navegação, vamos encontrar novamente português, inglês e formas híbridas: "programação", "drops" e "Só no site", por exemplo. Finalmente, também aos significados performativos servem as três linguagens, como em "baixe o discador!", "All rights reserved" e Motoclipe: está esperando o que?".

Essa forma de falar, de transitar entre o daqui e o de lá, que representa a linguagem típica do público-alvo do site, retoma o mesmo culto à diversidade, o mesmo espírito transgressivo que a consciência que representa coopta no caso da imagem. Mas onde estaria, no verbal, o elemento correspondente à grade disciplinadora que o layout impunha sobre os elementos visuais? Basta um olhar mais atento para as formas híbridas, à escala da frase, para ver tal grade emergir no encaixe sintático entre as línguas. Em outras palavras, nota-se nas frases híbridas, como por exemplo em "Resfest traz **TV on The Radio** a SP", "Saiba mais sobre os **VJs** da MTV", ou "Michael Jackson grava **single** beneficente", que as mudanças de código ocorrem sempre nos pontos em que as sintaxes das duas línguas se alinham, ou, mais especificamente, sempre no núcleo de um grupo nominal. Novamente, como no caso da imagem, o organizacional é de certa forma performativo, afirma uma diversidade segmentada e hierarquizada, impõe uma coesão sintática (nem sempre visível a olho nu) à diversidade do léxico, instaura a mudança de código como norma da glocalidade, ou, mais precisamente, performa uma dupla regulação: instaura a mudança como o código, e codifica as possibilidades e a escala em que a mudança acontece. Esta parece ser uma das maneiras pelas quais a força centrípeta da língua nacional consegue se manifestar no híbrido (o local dentro do **glocal**): vão-se os anéis do léxico, ficam os dedos da sintaxe.

Do fotográfico ao foto-GRÁFICO

Vimos que, assim como o verbal, o visual atua, em uma certa escala (a da página), para disciplinar a diversidade. Mas o que dizer da imagem numa escala inferior à do lay-out, isto é, na escala das figuras em si, independentemente da geometria que as concatena? Não me refiro ao seu conteúdo aparente, que de certa forma já abordei, mas à sua qualidade sensível que pode ser fotográfica, isto é mais indicial ou "capturada", ou então vetorial/calculada, isto é, menos indicial, ou "desenhada", naturezas essas que o leitor pode inferir a partir de suas próprias experiências anteriores de recepção da imagem.

Em princípio, poder-se-ia tentar encaixar na primeira categoria imagens como as três fotos de artistas na seção "estréias", e na segunda categoria, imagens tais como as três logomarcas na parte inferior da página. Porém, aqui, como no caso dos itens verbais, nos deparamos com o hibridismo atuando por diferentes caminhos. Em primeiro lugar, constata-se que as imagens de aparência fotográfica são também, tecnicamente, calculadas, no sentido de que passaram por um processo de tratamento em um software de edição gráfica para terem sua aparência corrigida e seu "peso" em quilobites reduzido, visando um carregamento mais rápido no programa de navegação. Em segundo lugar, nota-se que na seção "Revista MTV", há uma imagem na qual, sobre uma camada básica constituída de uma fotografia, foram adicionados elementos vetoriais (desenhados), em camadas sucessivas, num processo criativo que Manovich (2001, 2006) denomina "compositing". São também híbridas, resultantes de processos de manipulação matemática e de "compositing", as imagens em que se pode ler os dizeres "O Rappa" e "Barão Vermelho", ao lado esquerdo e abaixo da seção "Drops". Essas, porém, apresentam a particularidade de incluir entre as camadas constitutivas da fotomontagem uma correspondente a elementos visuais que o leitor pode interpretar por meio do código lingüístico.

Esses processos de hibridização entre fotografia, desenho e texto, muito comuns não apenas em websites mas em praticamente todos os objetos "new media" (filmes de animação digital, jogos de computador, enciclopédias eletrônicas, etc.), resultam naquilo que Manovich (2006) chama de imagens foto-GRÁFICAS, isto é, imagens em que a fotografia participa apenas como uma camada, freqüentemente a inicial, de um "mix" visual mais amplo no qual atuam os processos de manipulação eletrônica. Do ponto de vista estritamente técnico, imagens fotográficas ou foto-

GRÁFICAS são igualmente meros conjuntos de números que o computador é capaz de armazenar e decodificar (assim como o são os fragmentos de texto ou segmentos sonoros constituintes do discurso multimidiático). Mas, do ponto de vista cultural, esses diferentes tipos de imagens têm valores diferentes, requerem estratégias de interpretação diferentes e sugerem modos diferentes (mais objetivos ou mais subjetivos) de conceber o mundo.

Em outras palavras, a linguagem foto-GRÁFICA põe em questão a carga ideológica da linguagem visual ao perturbar aquilo que Roland Barthes chamava de o "efeito realidade" da fotografia. Nesse sentido, assim como as hibridizações lingüísticas aparecem a serviço da construção da glocalidade, as imagens foto-GRÁFICAS nos remetem a uma outra intersecção ou zona de contato que a linguagem digital põe em evidência, e que no senso comum toma a forma de uma falsa dicotomia entre *o real* e *o virtual*. Falsa porque entendo, com Lévy (1996, 1999), que o *virtual*, enquanto nó de forças que já existem e clamam por uma solução ou efetuação, e não um conjunto possibilidades pré-determinadas, não se opõe ao *real*, mas, se temos que entendê-lo por meio de uma oposição, ao *atual*, isto é, ao acontecimento, ou àquilo que se efetua num ato.

Sem pretender ir além do que considero o estritamente necessário nessa direção de análise para assinalar o trabalho do hibridismo na linguagem digital, e dessa para a construção da glocalidade nesse discurso, penso que as imagens foto-GRÁFICAS, porque desestabilizam o paradigma da fotografia como “captura da realidade” que outras mediações nos levaram ou ajudaram a construir, cumprem, de certa forma, o papel de virtualizar o *real*, isto é, de fazer-nos tornar os olhos para os nós de tendências e forças que clamam por uma resolução na forma de uma atualização, mas que não se esgotam nas possibilidades predeterminadas e autorizadas que se lhes querem impor.

Nesse sentido, em particular, cabe notar que as imagens foto-GRÁFICAS apontam tanto para processos de hibridização entre modalidades distintas de um mesmo sistema semiótico (fotografia e desenho, por exemplo), quanto para aqueles entre sistemas de representação distintos, vistos tradicionalmente como possibilidades predefinidas e insistentes da representação (verbal e visual).

A maior parte dos estudos sobre a linguagem digital até aqui tem se concentrado em desvendar processos do primeiro tipo, especialmente no tocante à relação entre fala e escrita, ou tem focalizado as formas de interação entre os sistemas considerando-os distintos e estáveis. Mas as imagens foto-GRÁFICAS nos remetem a uma dimensão da virtualidade com a qual o estudioso da linguagem digital precisa se engajar: aquela que se refere ao fato, evidenciado na linguagem digital por força da intervenção dos sistemas de representação internos do computador, de que toda palavra é virtualmente imagem e vice-versa. O artífice dessas linguagens internas, isto é, o programador, comporta-se então como o estilista literário que cria um híbrido intencional, ou seja, justapõe duas linguagens, duas consciências, num mesmo enunciado. Mas, diferentemente do estilista literário, esse artífice precisa necessariamente explicitar a dualidade do enunciado (ou apontar para a virtualidade que o precede e que ele realimenta) para um interlocutor intermediário, e seu aliado, o computador, através de uma terceira linguagem (a do código fonte), a qual boa parte dos leitores da página não conhece. Isto de certa forma rebaixaria o leitor à posição de personagem, de cuja linguagem o artífice se serve, mas cuja consciência estaria circunscrita pelo projeto de dizer do autor, até o momento em que, manipulando-a, interagindo através dela, atualizando-a, o leitor tome consciência de tais limitações, da existência e das potencialidades daquela linguagem intermediária, e dela se aproprie.

Isto não implica, contudo, que o hibridismo que atua entre modalidades na linguagem digital seja sempre um processo consciente, explícito e reservado aos que dominam as linguagens técnicas e as usam como forma de instalar uma relação de hierárquica com o leitor. Há um outro lado da moeda, uma outra forma de transpor de forma implícita ou inconsciente a barreira entre as modalidades. Esta, contudo, é mais fácil de flagrar quando voltamos nossa atenção para uma outra escala do verbal.

Transmodalidade como transgressão

Até este ponto tenho mostrado que a página visível pode ser descrita como um híbrido intencional no qual uma linguagem ou consciência que representa, digamos, a linguagem de uma instituição comercial transnacional, agencia a linguagem ou consciência transgressora, inconseqüente e divertida do jovem usuário do site, presumivelmente também um telespectador

da MTV Brasil, na construção de uma identidade glocal. Vimos que essas duas linguagens, em princípio dissonantes, se fundem de maneira mais ou menos concordante por meio de processos de hibridização entre gêneros e códigos, tanto no sistema verbal quanto no visual. Vimos também que o autor/artífice do site, entendido como o programador que elabora o código fonte, pode manipular conscientemente o grau de explicitação das hibridizações entre os sistemas ou modalidades, fazendo-o diferentemente com interlocutores diferentes (os leitores do código fonte, incluindo o computador, e os leitores da página visível).

Mas o hibridismo aparece nesse discurso digital não apenas na sua forma intencional/consciente, o que podemos verificar mais facilmente mudando a escala de análise dos elementos verbais para a da palavra. Vamos encontrar aí diversos "empréstimos"³⁶ (por exemplo, "chat", "banner", "clipe", "clube" e "suporte") que instanciam o hibridismo natural entre português e inglês (e, obviamente, também entre esses dois idiomas e todas as demais línguas ou variedades com que já se hibridizaram ao longo da história), um tipo de hibridismo que, embora mais saliente em um primeiro momento, tende a tornar-se inconsciente para o usuário da língua com o passar do tempo.

Dentre as razões dessa inconsciência, além do esquecimento histórico, está o fato de que uma vez emprestado, o item alheio passa a ser manipulado por uma outra consciência, enunciado de outra maneira, integrado ao sistema que o recebe e sujeito às suas forças internas. Nesse processo, o item emprestado traz apenas parte da polissemia que ostentava na língua de onde foi tomado e, ao mesmo tempo, submete-se a adaptações ortográficas para manter-se próximo da pronúncia na língua original (como no caso de "clipe" e "clube"), ou a adaptações fonológicas permitidas justamente pela falta dessa reformulação ortográfica. No caso dos itens "banner" e "chat", por exemplo, perderam-se alguns sentidos que essas palavras têm em inglês tais como "estandarte" (para "banner") e "conversa informal face-a-face" (para "chat"), ao mesmo tempo em que sugeriram importantes diferenças em sua pronúncia – o falante de inglês norte-americano

³⁶ Utilizo o termo entre aspas para sinalizar as limitações dessa metáfora, primeiro, no sentido de que o item "emprestado" não é "devolvido" ao "proprietário", isto é, "o destino dos empréstimos, em qualquer momento dado, é sempre incerto: ou desaparecem, substituídos por soluções vernaculares; ou passam por transformações, quer de significante, quer de significado, e, deste modo, deixam de lado seu caráter de empréstimo para tornarem-se parte integrante do universo cultural que os acolheu. Já vernacularizados, podem vir a tornar-se novos empréstimos, agora em terceiras línguas" (AUBERT, 2003, p. 28).

diz [bæɪnəʀ] e [tʃæt], o de português do Brasil diz [bæner] ou [bæneɹ] ou [bænex] ou [bæneh] e [ʃɛti] ou [ʃati] ou [ʃɛtʃi] ou [ʃatʃi].

Em decalques como "suporte" (utilizado aqui no sentido de "assistência técnica"), a língua receptora se deixa seduzir, em parte, pela semântica da língua cedente; não empresta um significante, mas um significado, toma para si parte da própria consciência lingüística *do outro*, parafraseando-a, ampliando ou reconfigurando sua própria polissemia. O que dizer, contudo, de uma palavra como "disk", que aparece em local de destaque, no topo da página visível? Aqui não há propriamente empréstimo ou decalque do tipo usual, nada que possamos atribuir simplesmente a uma "carência" do português para representar um conceito novo, ou à submissão de um significado estrangeiro aos significantes domésticos. Tampouco há aí a ação de limites "técnicos" impostos pelas linguagens de computador, como seria o caso de uma URL que não aceita o cedilha ou o til.

Parece que "disk" nos coloca frente àquilo que Aubert (2003, p.31) chama de "antropofagia lexical", uma apropriação das "carnes" *do outro* para alimentar a nossa própria, o tipo de "violação" da relação significante/significado que flagramos na transformação de "cheese", "queijo" em inglês, em "X-", prefixo do português não-padrão que serve para nomear sanduíches com ou sem queijo. Contudo, se tal "antropofagia" ocorre, ela há de percorrer algum caminho, de refletir alguma lógica de apropriação ou hibridização. Se não podemos descrever esse caminho em termos das forças puramente lingüísticas (sistêmicas), nem tampouco das coerções técnicas, resta-nos supor que esses casos resultem de uma outra dinâmica tradutória, isto é, de um outro tipo de transporte, já não entre semânticas e fonologias de duas línguas, mas entre a dimensão semântica de uma língua e a dimensão visual (grafo-fonológica) de outra. Vistos dessa forma, "disk" e "X-" seriam produtos dessa mesma lógica de hibridização funcionando em sentidos inversos, isto é, da dimensão semântica do português para a dimensão grafo-fonológica do inglês³⁷ no caso de "disk", e da dimensão semântico-fonológica do inglês para a dimensão grafo-fonológica do português em "X-".

³⁷ Obviamente, me refiro à dimensão grafo-fonológica do inglês tal como percebida/imaginada pelo falante não bilíngüe do português, uma vez que para o falante prototípico do inglês "disk" e "X-" corresponderiam a [dɪsk] e [ɛks], respectivamente.

O caminho dessa "antropofagia", contudo, passa necessariamente por uma terceira linguagem, uma ponte entre os sistemas envolvidos, que, no caso de "disk" e "X-", é o português falado. Esse tipo de híbrido não é propriamente uma novidade semiótica, mas um procedimento poético, no sentido mais geral do termo, relativamente comum, que se observa também nas logomarcas, no hieróglifo egípcio, no bloguês, etc.. Em todos esses casos, há um trânsito entre sistemas semióticos passíveis de serem descritos como isolados, que se torna possível pela intervenção de uma ponte, um terceiro sistema, que é a chave tanto para a transgressão quanto para a desambiguação ou desmontagem do híbrido: no caso de "disk", a fonologia do português, no do bloguês, os elementos paralingüísticos da fala, no das logomarcas, a ortografia da língua escrita, e assim por diante. "Disk" é, portanto, um exemplo de hibridismo natural, nos termos de Bakhtin, que transgride a própria noção de modalidade, ou, em outras palavras, um híbrido "transmodal".

É essa, provavelmente, a razão pela qual uma palavra como "disk" incomoda os puristas, a ponto de lhes fazer imputar sua existência à ignorância do falante sobre o seu significado "verdadeiro". Mais do que estrangeirismos ou empréstimos comuns, ela gera uma espécie de curto-circuito na interpretação monológica ou monolingüística da cadeia verbal, afronta de maneira peculiar, sem um "propósito semântico", mas não sem uma função pragmática, as forças centrípetas do local e do global: atua na transversal, desloca-se lateralmente, como alguém que nada entre dois redemoinhos. Do local, toma a semântica, mas não a forma canônica de expressão gráfica. Do global, toma a grafia, mas não a consciência (semântica) sobre o mundo, importa uma "embalagem", mas reexporta um simulacro; não converte nem reverte: diverte.

A essa altura podemos voltar a pensar sobre o que faz o programador quando sugere ao leitor incauto ser só palavra aquilo que na verdade é também figura, ou ser fotografia aquilo que é ao mesmo tempo desenho e vice-versa. Tal como o programador, o falante do português que usa a palavra "disk" está em posição de fazer o estrangeiro pensar que é uma coisa o que é virtualmente outra. E tal como naquele caso, o estrangeiro só se dará conta disso quando puser aquele signo em uso, quando, interagindo com e/ou através dele, tomar contato com a sua ambiguidade. A linguagem do computador faz naquele caso papel análogo ao do português falado nesse, isto é, faz a ponte entre dois sistemas de forma implícita ou explícita, a depender da capacidade/necessidade do interlocutor. Contudo, entre os dois casos, há uma importante

diferença. No caso do código fonte, há necessariamente a intromissão de um intermediário obtuso, o computador, que não é capaz de lidar com a ambiguidade. Daí a necessidade de explicitar. No caso do hibridismo natural e inconsciente representado por "disk", a implicitude não impede o seu funcionamento discursivo, apenas perturba as interpretações obtusas, automáticas do purista, o torna um não-iniciado, o exclui por virtude dos seus próprios preconceitos.

Transmodalidade e coerção

Vemos, nos poucos exemplos do bloguês que utilizei no capítulo anterior como provocação para essa análise, bem como no caso de um híbrido como "disk", que a transgressão de modalidade desestabiliza as formas canônicas de codificação das relações de poder, cria uma ambigüidade que estupefaz o purista ao mesmo tempo em que desorienta o não-iniciado. Nada garante, contudo, que essa forma de hibridismo só atue no sentido de emancipar o oprimido/subalterno. É justamente no sentido oposto, isto é, no sentido coercitivo que vamos encontrar atuando um outro tipo de híbrido "transmodal" muito freqüente na página visível.

Refiro-me, especificamente, aos títulos das diferentes seções ou nichos da página tais como "Blogs", "Programação", "Drops", "Revista MTV", etc.. Embora sejam muito provavelmente interpretados pelo leitor/navegador desavisado como palavras digitadas, esses elementos da página visível são, em verdade, imagens vetoriais, isto é, palavras "desenhadas" num software de edição gráfica e estocados na memória do computador sob a forma de arquivos de imagem, e não de seqüências de caracteres alfanuméricos³⁸. As razões pelas quais os designers de websites criam esse tipo de híbrido são, ao mesmo tempo, técnicas e estéticas. Seu objetivo é garantir (tecnicamente) que a dimensão estética (visual) de um determinado segmento de texto, muitas vezes elaborada especialmente para aquele projeto, permaneça intacta no momento da recepção, isto é, que apareça na tela do leitor/navegador exatamente como foi concebida, independentemente do conjuntos das fontes (caracteres gráficos) estocados nesse ou naquele computador.

³⁸ A esta altura remeto a memória do leitor de volta ao comentário sobre o anúncio de computador subsidiado para o professor que fiz no Capítulo 1.

Essa opção técnico-estética tem, entretanto, efeitos coercitivos sobre o leitor/navegador. Por exemplo, essas palavras-imagens não serão reconhecidas por um site de buscas como palavras, o que implica que digitar as palavras "Blogs", "Programação", "Drops" em um motor de busca pode, em tese, não levar ao site em questão, embora naquele discurso essas possam ser palavras-chave para o leitor³⁹. Além disso, diferentemente dos segmentos alfanuméricos, essas palavras-imagens não podem ser copiadas e coladas como textos, não se permitem manipular como caracteres alfanuméricos, resistem, se fecham à copia e à citação, protegem a "propriedade intelectual" do designer/autor impondo ao copista/comentador o ônus da redigitação, ou a necessidade de acesso a um programa de edição de imagens e da capacidade para utilizá-lo.

Essa "estratégia transmodal" é, em verdade, amplamente utilizada (por programadores ou usuários de computador), muitas vezes de forma automatizada, para proteger conteúdos textuais tais como artigos acadêmicos contra "cópias não autorizadas", ou para evitar ataques de agentes automatizados (ou "bots") a bancos de dados tais como listas telefônicas on-line, cadastros de contribuintes do imposto de renda, etc. Nesse caso, tipicamente, usa-se um recurso conhecido como "capture", no qual é apresentada ao usuário que deseja acessar um banco de dados (por exemplo, alguém que queira consultar um número de telefone ou adicionar um "post" a um blog) um arquivo de imagem contendo traços e padrões visuais que um leitor humano pode interpretar como letras e números, algo que um agente automatizado (um programa denominado genericamente "bot" ou "robô") não é capaz de fazer. Essas letras e números são então digitados pelo usuário em uma lacuna e servirão como senha de entrada⁴⁰.

É também possível para o designer/programador criar imagens-texto, isto é, inserir uma imagem na página visível através de uma referência a um arquivo de texto codificado, estocado no servidor, que gerará a imagem correspondente dinamicamente, evitando que a mesma possa ser copiada ou manipulada pelo leitor/navegador⁴¹. Logo, assim como no caso das palavras-imagens, técnica e estética aparecem aplicadas nesses híbridos como forma mais ou menos direta

³⁹ Os designers contornam esse efeito, quando assim o desejem, incluindo as palavras-chave desejadas no próprio código fonte, dentro de um segmento denominado "meta-tag", especificamente destinado à "consulta" dos sites de busca.

⁴⁰ Veja-se, por exemplo, o mecanismo em funcionamento em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/index.jsp> ou <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATRJO/ConsRest/Atual.app/index.asp>.

⁴¹ De fato, boa parte das fotos que aparecem na página visível estão referenciadas indiretamente através de arquivos de texto cujo nome foi gerado automaticamente ou criptografado, como se pode ver no código fonte (anexo 1).

de instaurar ou reforçar uma ética na recepção, isto é, de sugerir ou impor ao leitor uma coerção comportamental em nome de valores tais como bom gosto, autenticidade, propriedade intelectual, etc., ou da própria segurança funcional do sistema computacional que dá suporte à página/banco de dados em questão.

Curiosamente, usuários ou programas “mal-intencionados” tais como spammers⁴² utilizam-se dessa mesma transmodalidade para contornar mecanismos de controle ou restrição de acesso, ou filtragem automatizada de mensagens escritas. Por exemplo, um especialista em segurança pode programar o computador responsável pela distribuição de mensagens eletrônicas (servidor de e-mail) para descartar automaticamente todas as mensagens cujo assunto seja “viagra” ou “free”, ou cujo corpo da mensagem contenha tais palavras. Nesse caso, tipicamente, o spammer passa a utilizar misturas de algarismos, diacríticos e letras (“V!A9RA” ou “FR33”) ou a utilizar as palavras com sua grafia usual mas na forma de arquivos de imagem (tal qual o designer da página visível). Nesse sentido, podemos dizer que, mesmo na interação entre humano e computador, a transmodalidade tem uma função pragmática.

Isto vem ao encontro de estudos de interação com textos em contextos bilíngües (BAYNHAM, 1993), bem como análises de eventos de interação mediada por computador nas quais os interlocutores dispõem de mais de canal de comunicação (SHICK *et al*, 2005), os quais revelam que mudanças de modalidade (mode-switching) não são aleatórias, isto é, em geral, tais mudanças cumprem uma função pragmática no discurso. O que exemplos como as imagens-texto e palavras-imagem que aparecem na página visível parecem sugerir é que as linguagens técnicas que atuam no discurso digital permitem ao enunciador lançar mão desse tipo de mudança de maneira velada, isto é, fazendo um mesmo elemento comportar-se simultaneamente como verbal ou visual para dois interlocutores separados: o computador e o leitor/navegador. De certa forma, essa mesma possibilidade também existe no caso de um híbrido natural como “disk”, se entendermos como dois interlocutores separados um leitor monolíngüe de inglês e outro de português do Brasil, embora não se possa dizer que alguém propositalmente tenha planejado que isto fosse assim.

⁴² SPAM (sending particularly annoying messages) é o termo utilizado pelos profissionais da Internet para descrever o envio, em grande quantidade, de mensagens de correio eletrônico não solicitadas, com fins comerciais, de difusão de vírus, ou ainda como uma forma de “vandalismo” digital. “Spammer” corresponde ao agente causador de SPAM, seja ele um humano ou um programa urdido com tal finalidade.

No caso dos híbridos digitais, a função pragmática da mudança é coibir um comportamento não autorizado (ou contorná-lo), quer seja do leitor ou do seu computador. Trata-se de um híbrido intencional, conscientemente arquitetado para exercer essa função. Esse potencial pragmático, entretanto, está velado, oculto sob a aparência de um todo integrado, e só se atualiza quando um dos interlocutores subalternos (computador ou leitor) tenta quebrar uma norma ou expectativa do seu autor. Já no caso da palavra "disk", há, potencialmente, a função pragmática de recusar uma identificação ou uma "localização" imposta de dentro para fora ou de fora para dentro. Nesse caso, contudo, o híbrido é "natural", isto é, inconsciente e obscuro, está oculto pelo próprio esquecimento das identificações e localizações passadas. Por isso, sua função pragmática só se aciona em resposta a interpretações puristas.

Isso nos coloca diante da expressão, na linguagem digital, daquela tensão entre homogeneização tecnocrática e proliferação da diferença cultural que fornece o contexto no qual estão sendo forjados os mecanismos de inclusão e exclusão próprios do nosso tempo. Através da linguagem das TIC, somos chamados a nos "abrir", a interagir com *o outro* "não previsto"; mas, ao mesmo tempo, também *o outro* tenta nos impor formas "previsíveis" de agir e interagir. Não "somos" locais como os globais nos querem fazer ser, não acolhemos os sentidos que nos imputam: "enunciamos" o local, quando interpelados, usando o que o global nos oferece ou nos impõe.

4.5. O Código Fonte

Regulações

Assim como na página visível, vamos flagrar o hibridismo atuando de forma intensa no código fonte, em diversas escalas de análise. Tomando o código como um todo, veremos, antes de mais nada, que nele estão inseridos os mesmos conteúdos lingüísticos que aparecem na página visível. Intercalados com esses conteúdos, porém, encontraremos um outro conteúdo "lingüístico" referente à programação da aparência e do funcionamento da página, codificado na forma de linguagens técnicas (HTML, JavaScript, etc.). Esta co-presença da linguagem natural e das

linguagens artificiais no código fonte obedece a uma regulação funcional que permite distinguir três diferentes interlocutores que constituem o auditório do o autor/programador: o leitor da página visível, outros designers ou programadores que pretendam interpretar o código fonte, e, finalmente, o próprio programa de navegação (browser) através do qual a página é apresentada ao leitor/navegador.

Como é sabido, as linguagens de computador são criadas, na maioria das vezes, com base no léxico do inglês. Tal como no caso dos empréstimos entre línguas naturais, o termo emprestado para uma linguagem de computador perde a maior parte de sua polissemia ao ser integrado no novo sistema, mas aqui esse processo é radical uma vez que tal linguagem será interpretada pela lógica formal e pelos sistemas de codificação de caracteres do computador: a cada termo corresponde um e apenas um sentido pré-determinado. Também a sintaxe dessas linguagens é extremamente rígida, para não mencionar o fato de que, para o computador, sua dimensão fonológica simplesmente inexistente. Dadas todas essas limitações, as linguagens de computador são extremamente inadequadas para a expressão de significados aparentes. Sua função primordial é, portanto, instruir o programa de navegação a respeito das dimensões organizacional e performativa do discurso em linguagem natural que nele será apresentado ao leitor.

No código fonte não aparecem as imagens que vemos na página visível. Estas estão estocadas na forma de arquivos independentes em algum lugar da memória do computador do usuário ou do servidor que hospeda o site, havendo no código fonte apenas uma referência textual (dêitica) a tais arquivos, que deve incluir sua localização e seu nome expresso em caracteres alfanuméricos. A dimensão visual do código fonte enquanto texto, portanto, está restrita a alguns sinais diacríticos e aos recuos (ou "indentações", no jargão dos programadores), utilizadas pelo autor no início de cada linha do programa para isolar e hierarquizar os diversos tipos de comandos que o computador interpretará. Trata-se, entretanto, de um procedimento que visa facilitar a leitura e a estruturação do código por parte do programador, não tendo repercussão no funcionamento do programa. Já os diacríticos têm, entre outras, a importante função de isolar, do ponto de vista do programa de navegação que interpreta o código, as partes do mesmo em que o autor está se dirigindo ao leitor da página visível, daquelas em que se dirige ao computador. É por essa razão que certos caracteres e/ou diacríticos (aspas, parênteses e apóstrofes, por exemplo) não podem

ser utilizados para a nomeação de arquivos ou no preenchimento de certos tipos de formulário eletrônico.

Assim, apesar de conter apenas texto e de utilizar basicamente o léxico do inglês, o código fonte é um híbrido complexo, estruturado por meio de intercalações hierarquizadas e justaposições de linguagens que se agenciam mutuamente. Diferentemente do que ocorre na página visível, contudo, o hibridismo do código fonte é estritamente regulado do ponto de vista funcional. Numa página da WWW do tipo comum, vamos encontrar, quase sempre, pelo menos três esquemas reguladores para a co-presença das línguas naturais e das linguagens artificiais, sendo cada um desses esquemas determinado por uma função ou tarefa específica, a saber:

1. *A definição da forma como o conteúdo lingüístico e não lingüístico da página será estruturado, apresentado visualmente e acessado pelo leitor.*

Essa função/tarefa é reservada às linguagens de marcação e de script que utilizam predominantemente itens lexicais emprestados do inglês, os quais aparecem delimitados por caracteres específicos (no caso do HTML, "< >"). Por exemplo: a linha " casa " será exibida para o leitor como "**casa**". A palavra "strong" que aparece delimitada por "<>" diz ao programa de navegação que o texto "casa" deve aparecer "mais forte", isto é, em negrito. Opcionalmente a palavra "" poderia ser substituída pela letra "" ("bold") ou pela abreviação "" ("emphatic"), mas, em geral, não por palavras correspondentes em outras línguas tais como <"forte">, <"negrito"> ou <"ênfatizar">. Do ponto de vista das categorias de significado postuladas por Lemke (2002), vemos que os organizacionais e performativos, correspondentes a esse primeiro esquema regulador, estão indiretamente ligados ao inglês por meio da linguagens de computador.

2. *A inserção do conteúdo verbal (texto) da página visível através da página de código.*

A menos que o site trabalhe com módulos textuais externos, todo o texto que aparece na página visível aparecerá também na página de código, sempre delimitado por "tags". Em princípio, qualquer idioma cuja escrita disponha de um sistema de codificação utilizável por computadores pode aparecer entre as "tags", pois o programa de navegação não interpretará este tipo de texto como instruções ou parâmetros. Assim, " casa ", " house ",

e "**房子**" aparecerão na página visível como "casa", "house" e "房子", sem maiores conseqüências para o funcionamento do programa de navegação. Isto significa que embora os significados organizacionais e performativos estejam fortemente ligados ao inglês (via linguagens artificiais), os significados aparentes podem, em tese, ser expressos em qualquer língua. Convém notar, porém, que do ponto de vista do designer/programador que elaborou o código fonte, no contexto dessa elaboração, os significados aparentes do conteúdo textual da página visível são irrelevantes.

3. *A inclusão de referências a elementos visuais através de identificadores, comentários e nomes de arquivos.*

Aqui aparecem palavras ou frases utilizadas pelo programador/designer para identificar, para si, para outros programadores, e para o próprio programa de navegação, elementos externos (arquivos) ou módulos internos do código fonte. Estes itens lingüísticos não constituem comandos pré-existentes na linguagem de marcação ou script, e portanto, podem ser feitos em qualquer idioma.

Os *comentários* são utilizados, normalmente, mas não exclusivamente, com um propósito organizacional, isto é, visam indicar para próprio programador, ou para outros leitores do código fonte, partes do programa referentes a ações específicas que o browser deve executar ou a partes específicas do conteúdo da página visível. Os comentários são, neste sentido, muito semelhantes às marcações e anotações que leitores de livros fazem às margens de um texto impresso em cuja compreensão estejam muito empenhados. Não fazem parte do texto original, mas referem-se a ele, complementam-no, explicitam ou parafraseiam partes do seu conteúdo aparente, ou da sua dimensão organizacional.

Os *identificadores* e *nomes de arquivos* são palavras ou números que o programa de navegação deve ser capaz de reconhecer, mas cuja escolha é feita pelo programador visando contemplar sua própria necessidade de saber, *a priori*, qual é o conteúdo interno dos arquivos a serem referenciados. Por exemplo, a opção entre os nomes "cavalo", "horse", "imagem1", ou "image1" para um arquivo de imagem é irrelevante para o programa de navegação, mas pode facilitar significativamente a identificação, pelo o programador, do conteúdo visual do arquivo. O mesmo

se poderia dizer a respeito dos identificadores de divisão, isto é, rótulos que identificam os diferentes nichos que segmentam o conteúdo imagético e lingüístico da página visível. A escolha entre `<div id= "xyz">`, `<div id= "left-col">` e `<div id="coluna esquerda">` é irrelevante para o funcionamento do programa, embora possa facilitar ou dificultar sensivelmente a identificação, por parte do programador, de que partes do código fonte estão relacionadas a que partes do layout ou do conteúdo temático da página visível.

O mesmo não se aplica, entretanto, às extensões utilizadas nos nomes dos arquivos externos aos quais o código fonte faz referência. Por exemplo, ao utilizar um arquivo de imagem do tipo GIF (Graphics Interchange Format), opção tornada explícita pela extensão que acompanha o nome do do arquivo – isto é, pela sigla que aparece no final do nome do arquivo, separada dele por um ponto, o programador realiza uma escolha que tem implicações para a aparência daquela imagem (o número de cores que entram na sua composição), para o seu funcionamento no programa de navegação (como uma imagem estática ou como uma animação, por exemplo), e especialmente para as possibilidades de recuperação, manipulação e edição da imagem facultadas ao usuário/leitor que as recebe em seu computador. Tal escolha, embora não pertinente do ponto de vista estritamente lingüístico, reflete, de um ponto de vista enunciativo, o poder do programador de impor (ou tentar, ao menos) certas possibilidades éticas e estéticas de recepção aos seus interlocutores humanos e cibernéticos.

Essa breve descrição mostra que os processos de hibridização no código fonte se dão de forma estritamente regulada. Mas há, nesse discurso, também, pequenas brechas, espaços de interlocução do programador consigo mesmo e com outros leitores do código fonte nos quais a linguagem natural reverte sua situação, isto é, de representada passa a representar: os *comentários, identificadores e nomes de arquivos de imagem* .

A análise da página visível mostrou que, havendo esse espaço, as formas de hibridização passam a atuar de maneira mais ou menos transgressiva, isto é, transitando entre os códigos de maneira relativamente previsível, mas também entre as modalidades, de maneiras mais perturbadoras. Mostrarei, a seguir, que essa força hibridizante se manifesta também nesses espaços do código fonte. Aqui, contudo, a relação linguagem/modalidade assume outros contornos, por duas razões. Primeiro, porque os itens lingüísticos analisados referem-se exclusivamente à organização

visual-espacial do conteúdo da página visível, isto é, traduzem, lingüisticamente, os significados organizacionais que a visualidade constrói na página visível. Segundo, porque, diferentemente do que ocorre na página visível, esses híbridos não respeitam uma "grade sintática" criada "inconscientemente" pela sobreposição de duas línguas, mas são regidos por uma outra sintaxe na qual uma língua dá conta do tema (ou dos significados aparentes) e a outra da conta da posição (ou dos significados organizacionais). Em outras palavras, aparece nessas partes do código fonte o avesso de híbridos transmodais tais como a palavra "disk". Lá, toma-se a dimensão semântica de uma língua e a dimensão visual da outra e se as conecta num híbrido, por meio de uma terceira linguagem (naquele caso o português falado). Aqui, usa-se a dimensão semântica das duas línguas para criar uma terceira linguagem capaz de explicitar, de maneira simultânea, as dimensões verbal e visual de um todo híbrido.

O hibridismo natural dentro do código fonte

Como já dito, dentro do código fonte aparece, intercalado com as linguagens artificiais, todo o conteúdo lingüístico da página visível. Uma vez que já o analisei anteriormente, desprezarei tal conteúdo nas considerações que se seguem, e me concentrarei no conteúdo lingüístico gerado pelo designer para si mesmo e para os demais leitores do código, nos casos em que a linguagem natural foi utilizada.

O quadro 3 mostra que entre os *nomes de arquivos de imagem, os identificadores, e os comentários* ocorre a mesma co-presença de inglês, português e formas híbridas que caracteriza o conteúdo lingüístico da página visível. Classifiquei certas formas ali encontradas como ambíguas no sentido de que não se pode claramente circunscrever suas partes constituintes a um ou outro sistema lingüístico, isto é, itens cognatos tais como "audio", "video" e "menu", empréstimos recentes do inglês tais como "banner", "blogs" e "links", ou casos de hibridização entre lexemas ou abreviações tais como "outrosdrops", "barra-btn", "logo" e "img". Há ainda entre os ambíguos os casos curiosos das palavras "drops" e "flash" que, embora reconhecíveis como parte do português brasileiro, isto é, como plenamente vernacularizados, quando utilizados em certo sentido ("flash" referindo-se a um dispositivo fotográfico de iluminação, ou a um breve

anúncio jornalístico na TV a respeito de um evento em curso e "drops" referindo-se ao confeito com sabor de menta ou hortelã), aparecem nesse discurso com sentidos diferentes destes ("flash" refere-se a um elemento visual da página criado através do software homônimo e "drops" refere-se a breves anúncios ou pequenas notas informativas) que os empurram novamente para a condição de empréstimo ou decalque.

Os itens introduzidos pelo designer nos espaços do código em que a linguagem natural é permitida, tendo em mente outros interlocutores que não o leitor comum da página visível, correspondem basicamente a palavras compostas segundo um conjunto de regras a que me referirei como "gramática de nomeações". No caso dos *comentários*, é difícil estabelecer generalizações para essa "gramática" dada a pequena quantidade de comentários recolhidos. Salta aos olhos, porém, o fato de que certos termos do inglês tais como "start" e "end" podem ser combinados tanto com elementos do mesmo sistema lingüístico como com itens lexicais do português. Já o termo correspondente a "end" em português, isto é, a palavra "fim", aparece exclusivamente combinada com itens do português.

Um mecanismo análogo parece funcionar com relação às palavras "banner" e "barra", isto é, "banner" aparece combinada a itens de ambas as línguas (dentro de um mesmo comentário), ao passo que "barra" só aparece combinada a itens lexicais do português. Mas aqui se impõe uma dificuldade que persistirá pelo restante da análise: "banner" é um item lexical do inglês que foi incorporado ao português para referir-se ao tipo de anúncio publicitário que aparece no topo da página visível. Sua identificação com uma ou outra língua só se faria possível caso dispuséssemos da pronúncia empregada, ou de um contexto em que a palavra aparecesse com um sentido do qual não dispõe em português.

Estamos, então, diante de uma ambigüidade que se instala nos interstícios da gramática de nomeações, uma ambigüidade evidenciada também pelo trânsito de "start" pelos dois sistemas, nesse contexto discursivo, assim como em outros⁴³ menos associados ao domínio técnico.

⁴³ A título de ilustração, trago este trecho de um artigo publicado na versão eletrônica do jornal Folha de São Paulo em 15/07/2005: "Vesgo afirma que as declarações da atriz apenas confirmam que ela não tem nada de modesta -- merecendo, portanto, calçar as sandálias da humildade. 'Ela deu o 'start' para pegarmos no pé dela. Agora, vai ter de calçar', diz o humorista".

Comentários		
<!-- start col 1 -->	<!-- start row 2 -->	<!-- start banners do terra -->
<!-- start col 2 -->	<!-- footer nav -->	<!-- end banners do terra -->
<!-- start col 3 -->	<!-- / footer nav -->	<!-- ## barra do terra ## -->
		<!-- ## fim da barra do terra ##-->
Nomes de arquivos de imagem		
tit_blogs.gif	tit_musica.gif	tit_revista.gif
tit_sonosite.gif	tit_estreias.gif	tit_especiais.gif
tit_drops.gif	tit_programacao.gif	tit_cardapio.gif
Identificadores das seções/nichos		
<i>Grupo A (inglês)</i>	<i>Grupo D (português- português)</i>	<i>Grupo F (inglês-português)</i>
<div id="firstpanel">	<div id="especiais-outros">	<div id="more-especiais_tv">
<div id="frontpage">	<div id="programacao-outros">	<div id="more-musica">
<div id="onlater">	<div id="revista-outros">	<div id="more-programacao">
<div id="onnow">	<div id="sonosite-colunas">	<div id="more-so_no_site">
<div id="secondpanel">	<div id="sonosite- outrascolunas">	
<div id="thirdpanel">	<div id="sonosite- outrasgalerias">	<i>Grupo G ("ambíguos")</i>
<i>Grupo B (inglês-inglês)</i>	<i>Grupo E (português-inglês)</i>	<div id="audiovideo">
<div id="footer-content">	<div id="audiovideo-content">	<div id="bandanova-logo">
<div id="footer-nav">	<div id="barra-content">	<div id="banner">
<i>Grupo C (português)</i>	<div id="barra-layout">	<div id="barra-btn">
<div id="agora">	<div id="cardapio-content">	<div id="blogs">
<div id="cardapio">	<div id="colunas-text">	<div id="blogs-img">
<div id="especiais">	<div id="drops-content">	<div id="blogs-links">
<div id="estreias">	<div id="especiais-content">	<div id="blogs-text">
<div id="miolo">	<div id="estreias-content">	<div id="drops">
<div id="musica">	<div id="estreias-threesome">	<div id="outrosdrops">
<div id="programacao">	<div id="miolo-container">	<div id="outrosdrops-content">
<div id="promocoes">	<div id="miolo-content">	<div id="programacao-logo">
<div id="revista">	<div id="miolo-footer">	<div id="menuflash">
<div id="rodape">	<div id="miolo-header">	
<div id="sonosite">	<div id="musica-content">	
	<div id="programacao-text">	
	<div id="promocoes-text">	
	<div id="qqcoisa-text">	
	<div id="revista-content">	
	<div id="rodape-content">	
	<div id="sonosite-right">	
	<div id="sonosite-content">	
	<div id="sonosite-left">	

Quadro 3 – Excertos do código fonte

Com relação aos *nomes de arquivos de imagem*, encontram-se aí as contrapartes das palavras-imagens que exercem a função de título nas diferentes seções da página visível. Nota-se, contudo, que diferentemente do que ocorre na página visível, aqui a transmodalidade desses itens está claramente sinalizada pelo programador através do prefixo "tit-", abreviação de "título" ou "title". Vemos funcionando, nesse caso, a faceta mais importante do discurso que o designer usa na interlocução consigo mesmo e com outros designers: a explicitação da natureza verbal ou visual dos diversos elementos a que o código fonte faz referência, bem como a verbalização do significado aparente dos arquivos de imagem, quando necessário.

Este fato está em pleno desacordo com a atitude do designer em relação à transmodalidade quando seu interlocutor é o leitor comum, da página visível. Lá, a transmodalidade é velada porque a terceira linguagem (a do computador), que faz a ponte entre o visual e o verbal, está escondida. Aqui, no lugar próprio daquela terceira linguagem, aparece a chave que desambigua o híbrido, a qual o programador guarda para si e para os iniciados na sua linguagem. Lá, na página visível, há algo como uma tolerância ou uma indiferença do designer/programador para com a natureza do sentido que esses elementos assumem para o leitor/navegador. Aqui, no código fonte, há um rígido controle, uma intolerância contra a indeterminação da sua natureza modal. Não se trata, contudo, ao menos no que se refere ao prefixo "tit-", de uma demanda do computador ou do programa que interpretará o código, mas uma escolha do próprio programador que lhe dá uma vantagem sobre o leitor comum, que o constitui como a consciência que representa.

Mostrarei, a seguir, que ao servir-se da linguagem natural nesse exercício de explicitação e instauração da sua "autoridade", o designer lança mão da língua local, da língua global e de formas híbridas ou intermediárias segundo uma gramática própria, de forma semelhante ao que faz o autor da página visível quando combina os elementos visuais que lá encontramos, isto é, acolhendo o local, o global e o ambíguo, mas utilizando-os segundo uma sintaxe que atende à sua própria maneira/necessidade de representar o mundo racional e previsivelmente.

Regras de nomeação nos identificadores de divisões

Das três classes de expressões que analisei, a dos *identificadores* é sem dúvida a mais instigante, pois é nela que aparece mais claramente a gramática de que o designer/programador lança mão para explicitar verbalmente a natureza funcional dos elementos que compõem a página. Tendo como referência que os identificadores cumprem a função de localizar as partes do código correspondentes às diferentes áreas da tela (divisões, nichos ou seções), algumas tendências de combinação parecem emergir, às quais optei, como já dito, por chamar de "gramática de nomeações". A lista, ordenada segundo os propósitos de análise, fora da ordem em que aparecem no código, mostra, como nos demais itens analisados, a co-presença do português e do inglês, mas especialmente formas híbridas ou ambíguas bastante reveladoras da tensão entre o cultural e o técnico sobre a qual o designer/programador precisa construir a sua obra.

As expressões simples em inglês (*Grupo A*) nomeiam as delimitações visuais do layout que não estão associadas a um título ou tema em particular, isto é, referem-se à estruturação "cartográfica" da página na forma de nichos dentro dos quais os conteúdos temáticos/lingüísticos serão abrigados. Essas áreas não são, na maioria das vezes, explicitadas visualmente para o leitor/navegador, residindo aí uma outra forma de velar ou obscurecer as relações entre o verbal e o visual que estruturam a página visível.

Já as expressões em português (*grupo C*) nomeiam as áreas referentes aos diferentes nichos que estão identificados por conteúdos temáticos, por referência a seus títulos (exceto no caso da palavra miolo, que discutirei mais adiante).

Do contraste entre os *grupos A* e *C*, se pode abstrair uma primeira regra da "gramática de nomeações":

Regra 1: elemento estrutural → inglês :: elemento temático → português

A Regra 1 tende a ser respeitada nos casos em que o programador criou palavras compostas combinando as duas línguas. No *grupo E* (português-inglês), nota-se que, em geral, o primeiro termo da expressão faz referência a um elemento temático e o segundo aos elementos estruturais dentro de um elemento temático. Assim, as combinações nesse grupo tendem a obedecer a uma regra de combinação, expressa provisoriamente como:

Regra 2 (provisória): elemento temático (português) + elemento estrutural (inglês)

Nos itens do *grupo F* (inglês-português), a ordem das línguas aparece invertida. Porém, note-se que esses identificadores referem-se aos pequenos nichos (cujas bordas são invisíveis na página principal, mas reconhecidas pelo programa de navegação) que abrigam os links "+mais", que aparecem dentro das áreas temáticas "Programação", "Música", "Especiais" e "Só no site" na parte inferior da página. Vemos então que o programador trocou a palavra "mais" pela palavra "more" em seu identificador, sem que isso fosse necessário por nenhum motivo "técnico", relacionado à linguagem HTML. Trata-se de uma escolha do programador, mas não de uma escolha totalmente aleatória, pois, ainda que a ordem dos elementos seja invertida, a troca caracteriza os links "+mais" como elementos estruturais, e, portanto é consistente com a regra 1.

Isto nos permite pensar que a Regra 2 admite variação na ordem dos termos (isto é, no eixo da continuidade), mas não admite variação na relação entre a função do termo e a língua em que se apresenta (isto é, no eixo da seleção). A *Regra 2* pode, então, ser reescrita definitivamente como:

Regra 2: elemento (temático/estrutural) (português/inglês) +
elemento (estrutural/temático) (inglês/português)

Dos *grupos B* (inglês-inglês) e *D* (português-português) pode-se abstrair uma terceira regra que dá conta das relações de subordinação entre itens de uma mesma classe. No *grupo D*, todos os termos se referem a elementos temáticos aninhados (note-se em especial que a palavra "colunas" na lista não se refere a um elemento estrutural do layout, mas ao título de uma seção temática, isto é a "colunas de opinião"). De forma análoga, as combinações que aparecem no *grupo B* (inglês-inglês) representam elementos estruturais subordinados uns aos outros.

Temos, assim, uma Regra 3 que não só é consistente com as Regras 1 e 2, como também permite a sua inferência.

Regra 3: elemento (estrutural/temático) principal (inglês/português) +
elemento (estrutural/temático) subordinado (inglês/português)

A essa altura caberia fazer uma ressalva importante. Não estou afirmando aqui que o designer tenha se proposto a conscientemente construir um conjunto de regras de nomeação (embora não

descarte a possibilidade disso ter ocorrido), nem mesmo que essas regras sejam compartilhadas por outros designers, ou mesmo que se repitam em outros discursos desse mesmo designer. A título de precaução, submeti a análise aqui apresentada a um experiente programador de sistemas de atendimento bancário baseados na Internet e lhe pedi que averiguasse eventuais incorreções "técnicas" no tocante ao que pretendia afirmar sobre o código fonte. Dentre os comentários que me enviou, este programador incluiu o de que costuma insistir com os programadores a ele subordinados para que façam suas nomeações no código fonte de acordo com alguma regra identificável por outros programadores, pois isto seria uma "boa prática", geradora de eficiência e produtividade na construção de software. Esse informante, contudo, não fez qualquer comentário com relação especificamente à combinação entre dois idiomas diferentes nessas nomeações.

Com a explicitação dessas "regras", quero apenas argumentar que, embora a combinação entre línguas e entre modalidades seja tão constitutiva desse discurso quanto o é no caso da página visível, no código fonte ela se dá de forma mais previsível ou "regulada". O exame das "exceções" e dos "termos ambíguos", que faço a seguir, mostrará, contudo, que assim como na página visível, as escolhas "culturais" do designer/programador, por mais identificáveis, explícitas, e orientadas-à-padronização que sejam, refletem a natureza híbrida da sua identidade cultural e da sua língua materna.

Exceções reveladoras

Com relação às "exceções", encontramos, no *grupo A*, os termos "onnow" e "onlater", os quais aparentemente representam elementos temáticos e não estruturais, e que, portanto, deveriam estar em português. No *grupo C*, ao contrário, aparece a palavra "rodapé" que, por supostamente indicar um elemento estrutural, deveria estar em inglês. Finalmente, no *grupo E*, aparecem as expressões "miolo-container", "miolo-content", "miolo-footer" e "miolo-header", que, em tese violariam a *regra 1*, pois não há nenhuma seção temática da página intitulada "miolo". Essas ocorrências, embora aparentemente anômalas, podem ser explicadas facilmente se levarmos em conta que o discurso do designer transita não apenas entre dois códigos lingüísticos, mas também entre dois modos de representar a página visível, quais sejam, a representação visual da página tal qual vista pelo leitor comum, e a sua própria representação ou mapeamento visual da página, no qual aparecem nichos e demarcações que ele sabe existirem, mas que não estão marcados visualmente para o leitor comum.

No caso das palavras "onnow" e "onlater", verifica-se que os identificadores referem-se aos pequenos nichos que abrigam os elementos "Central" (nome do programa que está no ar naquele momento) e "A seguir", no topo da página, ao lado da logomarca da emissora. Assim sendo, a "mudança de código" ocorre aqui por motivo análogo ao observado no caso do elemento "+mais", nomeado como "more" no código, isto é, o inglês foi usado para caracterizar tais elementos, na representação visual-mental da página com a qual o designer trabalha, como estruturais.

Já o caso da palavra "rodapé" parece mais complexo, mas é certamente revelador, pois o termo correspondente a rodapé de página em inglês, "footer", aparece, também excepcionalmente, indicando um elemento temático no *grupo B*. Não me ocorre outra explicação aqui do que sugerir que, na verdade, a palavra "footer", assim como vários outros itens lexicais do inglês relacionados à prática de webdesign (banner, loader, link, etc.), tornou-se, no contexto desse discurso, não uma tradução do termo "rodapé", mas seu sinônimo. Deparamo-nos, então, com um empréstimo lingüístico operando dentro da gramática de nomeações criada pelo designer, isto é com um termo que já não se deixa caracterizar como pertencente exclusivamente a uma língua ou à outra. Em outras palavras, na linguagem social da qual esse designer partilha, "footer" já tem status análogo ao de palavras como "drops" e "flash" no português padrão, já se vernacularizou.

Vê-se, agora, que os itens do *Grupo G* se desambiguam quando se admite que há nele itens que pertencem não ao inglês, nem ao português, mas a ambos, ou a uma intersecção dos dois sistemas que é constitutiva da língua do designer. Vistas dessa forma, as expressões passam a se encaixar nas regras que regem os demais grupos, isto é, "audiovideo", "banner", "blogs", "drops", "outrosdrops", e "menuflash" passam a denotar áreas identificadas tematicamente (*Regra 1*) ao passo que "bandanova-logo", "barra-btn", "blogs-img", "blogs-links", "blogs-text", "outrosdrops-content" e "programacao-logo" passam naturalmente a instanciar a *Regra 2*. Tal como na página visível, aparecem aqui elementos cujo pertencimento a um ou outro sistema lingüístico só pode ser imposto de fora para dentro. Do lado de dentro, isto é, da posição ocupada pelo designer/enunciador, tal distinção simplesmente não se aplica. Assim como nas escolhas que fez para nomear os *arquivos de imagem*, o pertencimento a um determinado sistema lingüístico desses termos não é um traço relevante e, portanto, a ambigüidade que os caracterizaria para o leitor purista não existe.

Resta, finalmente, discutir o caso especial da palavra "miolo". O termo "miolo" aparece no código em referência à área central da página (entre a barra de topo e o rodapé da página) dentro da qual estão inseridos os diversos nichos temáticos. Logo, as expressões "miolo-container", "miolo-content", "miolo-footer" e "miolo-header" representam subordinações entre elementos estruturais, as quais, em tese, obedeceriam a *Regra 3*. Ocorre que o uso de uma palavra em português ("miolo") para nomear um elemento estrutural viola a *Regra 1*. Obviamente poder-se-ia argumentar que o designer escolheu a palavra "miolo" neste caso simplesmente por não conhecer o termo equivalente em inglês, isto é, poder-se-ia usar esta escolha do designer como um índice de sua suposta "incompetência lingüística". Mas isto seria uma forma incrivelmente tola de forçar um encaixe desse discurso, no qual a variação e a hibridização são a norma, numa concepção de língua rígida e etnocêntrica.

Assim, prefiro pensar que aqui, nos interstícios do código fonte, aparece algo com "disk", uma transgressão em que o designer juntou duas linguagens (sua gramática de nomeações e o inglês) por meio de uma terceira, não explícita para o leitor comum. A ponte, nesse caso, está no português coloquial, não-técnico, que permite para a palavra miolo tanto o sentido de conteúdo (a massa contida em alguma coisa sólida) quanto o de continente (o espaço vazio no interior de alguma coisa) e que, portanto, a qualifica para funcionar, simultaneamente, como indicativa de tema ou de elemento estrutural. Ali onde uma visão purista-racionalista da gramática de nomeações vê a sua ignorância, prefiro ver que o designer, tal como o redator do conteúdo verbal da página visível, deu a si mesmo uma licença poética, encontrou uma forma de transitar, sem ser sugado, entre os redemoinhos do técnico e do cultural, acionou uma outra inteligência, que nem o purista, nem o computador alcançam.

Essa inteligência, isto é, essa forma de dar inteligibilidade ao mundo, ironiza a consciência do mundo que a modernidade ilustrada implantara por meio de identidades monolíticas e delimitações rígidas entre línguas, culturas, mas também entre tecnologia e cultura. Na página visível, a hibridização reflete uma apropriação da precariedade, do movimento, da mudança-como-código que caracteriza essa nova forma de diáspora que a comunicação mediada pelas TIC instância, essa diáspora que ocorre sem que se vá a lugar nenhum, porque o lugar onde se está já não é exatamente lugar algum. No código fonte, o hibridismo reflete a necessidade da racionalização, da regulação e da explicitação/segregação das diferenças (entre códigos,

modalidades, e conteúdos) que a racionalidade tecnocrática pretende re-projetar sobre esse novo cenário, mas, ao mesmo tempo, instala nos interstícios da racionalidade tecnocrática os paradoxos criativos e desestabilizadores da cultura.

4.6. Sumário dos resultados

O *Quadro 4* (próxima página) resume os resultados da análise da página visível e do código fonte. De forma menos sumarizada, retomando as perguntas norteadoras da análise, podemos agora respondê-las da seguinte forma:

1) Quais são e como se dão as interpenetrações e/ou justaposições entre português e inglês, imagem e verbal, técnica e cultura na página como um todo (incluindo o código fonte)?

O senso comum nos faria, em princípio, contrapor página visível e código fonte como instâncias de dois domínios discursivos isolados, o cultural e o técnico. Contudo, a análise mostrou que nem a página visível nem o código fonte são homogêneos, e que há entre eles uma fronteira porosa. Há elementos de linguagens técnicas presentes na página visível que servem para o leitor identificar a “localidade” do site, assim como há partes do código fonte em que o programador utiliza linguagens naturais para construir para si uma representação técnica da página visível.

Entre português e inglês o hibridismo se manifesta de forma “natural” ao nível lexical, por meio de empréstimos e decalques, tanto na página visível quanto no código fonte. Ao nível da frase, na página visível, as hibridizações respeitam as coincidências “naturais” entre as sintaxes das línguas. Não há uma distribuição funcional rígida, podendo ambas as línguas, assim como misturas entre elas, veicular significados aparentes, organizacionais e/ou performativos.

Página Visível	O verbal	<p>- Não há regulações funcionais estritas para os sistemas lingüísticos do ponto de vista das categorias de significado (aparente, organizacional e performativo). Parece haver, contudo, uma regulação sintática para as hibridizações ao nível da oração na qual pode-se postular um funcionamento centrípeto da língua nacional</p> <p>- Hibridismo natural entre português e inglês ao nível dos itens lexicais</p> <p>- Mudança de código é a “norma”, mas se dá sempre no encaixe das duas sintaxes. (Função pragmática: ser local sendo global e vice-versa).</p>
	O visual	<p>- Ideacional: mostrar a diversidade; organizacional: diferentes convivem de forma organizada; performativa: oferta de produtos e serviços (classificados)</p> <p>- Hibridização na forma de “compositing” (fotografia e imagens vetoriais)</p>
	Entre as modalidades	<p>- Hibridização transmodal: logomarcas, “disk”, imagens vetoriais. Algumas palavras não funcionam como “texto” para o computador</p> <p>- Transmodalidade pode ser usada para “controlar” o leitor, que dela só se conscientiza por meio da ação ou da interlocução.</p>
Código Fonte	Linguagem natural (cultura) versus linguagem artificial (técnica)	<p>Distribuição funcional rígida: linguagens artificiais (baseadas no inglês) apenas para significados performativos e organizacionais; linguagem natural para os três tipos de significado</p> <p><u>Gramática de nomeações</u>: programador cria uma sintaxe que combina português e inglês para articular ideacional com organizacional na sua representação “técnica” da página visível.</p> <p>Regra 1: estrutural → inglês :: temático → português Regra 2: temático (português) + estrutural (inglês) Regra 3: (estrutural/temático) principal (inglês/português) + (estrutural/temático) subordinado (inglês/português)</p> <p>Hibridismo natural funciona dentro dessa gramática, à revelia da racionalidade do programador</p>
	Entre as modalidades	<p>Hibridismo transmodal: programador usa representação numérica para regular o comportamento do leitor e do programa de navegação. Hibridização “pensada” no código fonte se manifesta na página visível quando o usuário age/interage.</p>

Quadro 4 - Resumo dos resultados da análise do website da MTV Brasil

No código fonte, as línguas estão distribuídas funcionalmente de maneira rígida. Em escala mais ampla, às linguagens artificiais baseadas no inglês estão reservados significados organizacionais e performativos. As linguagens naturais (português e inglês) veiculam os três tipos de significado quando considerado o conteúdo lingüístico que aparece também na página visível, mas se combinam de maneira específica para veicular significados organizacionais que só interessam, em tese, ao programador e ao computador. Nesse caso há uma distribuição funcional rígida (o inglês designa elementos estruturais e o português elementos temáticos) e regras de combinação

entre as línguas que obedecem a uma “gramática de nomeações” criada pelo programador. O hibridismo natural observado ao nível lexical na página visível também aparece no código fonte, nas partes daquele discurso em que o programador tem liberdade de utilizar a linguagem natural, mas, ao mesmo tempo, o programador cria híbridos intencionais, combinando as duas línguas segundo uma sintaxe específica, que servem para plasmar para si, e para um outro auditório, uma imagem da página visível.

Também na modalidade visual encontram-se hibridizações em diversas escalas. Ao nível dos elementos pictóricos, misturas entre fotografia e outras linguagens visuais criam signos FOTOGRÁFICOS. Tais signos aparecem separados em nichos, organizados por uma grade que serve de estrutura organizacional sobre a qual imagens de conteúdo aparente bastante diverso podem se acomodar formando um todo supotamente coeso. Essa forma de organização visual, por sua vez, estabelece uma ligação com um gênero impresso (uma página de classificados de jornal) que ilumina o “querer dizer” dos autores do site e posiciona o usuário/leitor/navegador como consumidor.

Quando os dois discursos são justapostos, a página visível e o código fonte, percebe-se que há também hibridizações entre as modalidades, isto é, que certos signos são simultaneamente imagens e palavras, aparentam ser uma coisa, mas funcionam como outra. Novamente aí encontram-se híbridos naturais tais como a palavra “disk”, mas também híbridos intencionais, assim construídos pelo programador para impor ao leitor e ao computador certas possibilidades de interpretação e ação. Na página visível, esses híbridos transmodais não estão explicitamente sinalizados, isto é, o leitor olha e não os vê necessariamente como tal: sua identidade ambígua só se manifesta quando são chamados à performance. No código fonte, ao contrário, esses híbridos estão explicitamente identificados por meio de rótulos lingüísticos. Não se podem manifestar como híbridos frente a um intérprete obtuso, o computador, e frente a uma racionalidade organizadora que define o designer/programador como artífice consciente.

2) Essas interpenetrações obedecem a alguma regulação/intencionalidade que possa ser identificada?

Na página visível, há situações diferentes envolvendo verbal e visual. Não há regulações outras para as misturas lingüísticas que não as próprias forças sistêmicas das línguas naturais (sua

sintaxe e sua fonologia), as quais possibilitam vernacularizações e/ou mudanças de código. Qualquer um dos sistemas lingüísticos, assim como as formas híbridas, pode aparecer a serviço de significados aparentes, performativos e organizacionais. Para as misturas visuais, encontramos dois tipos de regulação. Na fusão entre imagens fotográficas e imagens vetoriais (imagens fotográficas), atua a lógica do “compositing”, com a fotografia ocupando uma camada mais básica sobre a qual são adicionados outros elementos visuais ou verbais de natureza vetorial/calculada. Na composição da página como um todo, os diversos elementos visuais aparecem organizados por uma grade, algo como uma regulação “geométrica”, que os isola entre si e, ao mesmo, os concatena com elementos verbais específicos (títulos e subtítulos) que “ancoram” seu significado aparente.

Identificou-se também na página visível formas híbridas transmodais tais como os logotipos da emissora e do festival de rock no topo da página, e dos diversos títulos de seções que, embora legíveis como texto, são arquivos de imagem. Em todos esses casos, observa-se que a construção e a interpretação/desambiguação do híbrido depende de um(a) terceiro(a) linguagem ou sistema chamado(a) a atuar como ponte: no caso dos logotipos, as ortografias do inglês, do português e do bloguês; no caso da palavra “disk”, a fonologia do português que adiciona uma vogal de apoio à palavra fazendo-a soar como “disque”; no caso dos arquivos de imagem que funcionam como fragmentos de texto e vice versa, a representação numérica utilizada pelo computador. Nessa face do discurso em questão, o trânsito entre os sistemas, o cruzamento de fronteiras, é a norma.

No código fonte encontramos uma forte regulação funcional para as línguas assim como uma gramática criada pelo programador que combina português e inglês para gerar uma representação exclusivamente verbal da dimensão visual página visível. A intenção por trás dessas duas formas de regulação é ao mesmo tempo organizacional e performativa, visa instruir o computador sobre como devem estar dispostos os elementos temáticos da página visível, assim como induzir ou restringir formas de sua manipulação por parte do leitor e de outros computadores. O autor cria para si, e para parte de seu auditório, uma gramática *ad hoc* que regula as maneiras de nomear.

3) De que maneira o hibridismo serve à construção da glocalidade?

A glocalidade, tomada como intencionalidade pressuposta da página visível, é construída de duas maneiras: primeiro, pela articulação de elementos lingüísticos e visuais diversos, globais e locais num “todo” discursivo. Segundo, pela utilização (consciente ou não) de imagens e palavras ambíguas, potencialmente daqui, de lá, de qualquer lugar. A fusão/justaposição desses elementos obedece sempre a uma lógica, quer seja a geometria do lay-out, quer seja a sintaxe das línguas (naturais e artificiais) envolvidas.

O hibridismo natural, que também se manifesta na página visível, não obedece a um plano lógico ou projeto de dizer que pretenda articular global e local de forma intencional. Nele atuam forças sistêmicas que vernacularizam o global, ou que dele se apropriam seletivamente. O jovem leitor do página visível encontra (ou constrói) ali um espaço fronteiro, uma borda comum às forças centrípetas do local e do global, do real e do virtual.

Também no código fonte, flagramos o hibridismo natural em funcionamento toda vez que o programador fala consigo mesmo ou com outros programadores. E nessa linguagem social encontramos também uma força centrífuga que faz de “footer” uma palavra do português, e de “miolo” uma palavra “técnica”. O programador, então, utiliza o hibridismo para articular o técnico e o cultural, mas nem por isso estabelece uma barreira entre os dois domínios. É justamente no trânsito ou da fronteira porosa entre esses dois domínios que ele fala, e por isso seu discurso tem sentidos diferentes para esses dois auditórios (de um lado o leitor comum, de outro o computador e os demais programadores) simultaneamente. Assim, a contrapartida da glocalidade, ou o seu duplo velado, não é, como querem muitos, o expurgo da cultura “local” para dar lugar à tecnologia “global”, mas uma maior interpenetração entre cultura e tecnologia. O código fonte mostra que essa fusão tanto pode se dar de maneira coercitiva, opressora ou centrípeta quanto de maneira criativa, transgressora, ou centrífuga, ou melhor, que se dá dessas duas formas simultaneamente.

4) Como o hibridismo se relaciona com a dimensão do poder nesse discurso? Em que medida o hibridismo apresenta-se como algo transgressivo?

Uma primeira forma de acessar a dimensão do poder – entendido como a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses (THOMPSON, 1995, p. 199) – neste discurso, seria estabelecer um contraponto entre a página visível e o código fonte. Em tese, o autor do código

fonte, por estar em posição de definir como o discurso será organizado e performado pelo computador, exerce poder sobre os leitores/usuários, cuja linguagem “cultural” estaria à mercê de sua estilização.

Ocorre que o programador não tem, ao menos tendo em conta esse auditório mais amplo, o poder de definir o conteúdo aparente do site, nem de estabelecer as categorizações e hierarquizações que organizam tais conteúdos, os conectam ou os isolam uns dos outros. Este poder podemos atribuir à instituição transnacional, por meio de seus editores, e ao “mercado global”, cujos mecanismos definem em grande medida que temas, músicas, e artistas “merecem” ser mostrados, e em que categorias de consumo se encaixam. Temos então que o técnico e o burocrático agem conjuntamente na projeção e na construção de um discurso como o do site da MTV Brasil. Ao leitor/usuário, caberia, por este prisma, apenas consumir ou receber este discurso, transitando por escolhas pré-configuradas, e executando ações pré-definidas.

Ocorre que o leitor/usuário da linguagem digital, como qualquer leitor, não é um mero consumidor. Ele lança mão daquilo que Certeau (1984) chama de usos e táticas, isto é, se apropria daquilo que lê de maneiras peculiares, enuncia a seu modo o espaço legível organizado por outrem, por vezes de maneira transgressiva, irônica ou poética. Tome-se, por exemplo, as coerções impostas pelo designer à manipulação das imagens no site. Mesmo que não possa copiar e colar uma daquelas imagens “protegidas” no site, um usuário minimamente experiente pode facilmente obter um instantâneo de tela (print screen), recurso, aliás, utilizado para a inserção da página visível neste mesmo documento, e, editando-o em um programa adequado, publicá-la em seu próprio fanzine⁴⁴. Cabe ressaltar, porém, que escolhas frequentemente justificadas como técnicas e/ou estéticas, tais como a escolha de um formato particular de arquivo para a inserção de uma imagem na página visível, constituem formas de impor coerções comportamentais ao leitor/navegador que visam situá-lo na posição de “consumidor” e que, com diferentes graus de eficácia, de fato lhe dificultam sobremaneira sua apropriação da linguagem digital na posição de autor ou “produtor”.

⁴⁴ Fanzine, abreviação de “fan magazine”, é uma publicação, em formato impresso ou eletrônico, produzida por e para fãs de um determinado gênero musical ou literário, com a finalidade de compartilhar interesses e informações, sem motivação comercial.

Mas justaposta a essa forma coercitiva de utilização da linguagem digital, e em tensão com ela, está também a forma tática como o jovem “consumidor” do site também pode lançar mão dos conteúdos verbais da página visível a seu modo, por exemplo, quando, tomando a ortografia do inglês e a fonologia do português, que o site tenta articular dentro de uma “norma”, criam, no bloguês, itens lexicais como “tow” (estou) ou “kem” (quem).

Assim o hibridismo (na forma de transmodalidade e em outras) parece participar ativamente do mesmo jogo de tática e estratégia que reúne produtores e consumidores de qualquer texto, como quer Certeau (1994). Mas da análise desse corpus digital específico resulta que tal jogo ganha contornos particularmente interessantes com a intervenção das linguagens técnicas (enquanto meios tradutórios) e do computador (enquanto interlocutor intermediário).

Conclui-se, então, que o hibridismo pode estar a serviço tanto de forças coercitivas quanto desestabilizadoras, mas que atua de forma diferente nos dois casos. Serve à disciplina quando conscientemente arquitetado e explicitamente sinalizado pelos que buscam formas racionais de gerenciar e hierarquizar a diversidade. Serve à transgressão quando instala, de maneira inconsciente, a dinâmica sincrética da cultura nos interstícios daquela mesma racionalidade técnica.

4.7. Conclusão: incluídos na fronteira

Ao final do Capítulo 2 caracterizei a inclusão digital como um processo conflituoso através do qual as TIC transformam contextos sempre heterogêneos ao mesmo tempo em que são transformadas por eles. Articulando tal visão com o processo sócio-histórico da globalização, procurei mostrar que a construção do “global” passa por uma estratégia contraditória que consiste da incorporação da diferença a uma norma racional e a uma lógica de conexão, a qual, naturalmente, põe em curso processos de hibridização que a desestabilizam.

No Capítulo 3, procurei problematizar a linguagem digital, chamando ao diálogo concepções por vezes dissonantes dela. Procurei mostrar que, embora tal linguagem seja heterogênea, diferentes

tradições de análise tendem a isolá-la em modalidades ou tecnologias distintas, ora situando algumas dessas modalidades e tecnologias fora do escopo da análise, ora estendendo os métodos e a metalinguagem derivados de uma tradição para todas as outras modalidades e tecnologias, ou ainda, em casos extremos, propondo uma ruptura completa com a tradição anterior como consequência lógica de uma alegada "virada totalitária" no arranjo das modalidades culturalmente dominantes. Contrapondo-me a estes pressupostos, procurei desenvolver um argumento teórico no qual o hibridismo entra não apenas como fato natural da linguagem, mas como força desestabilizadora, e procurei fazê-lo de modo a permitir uma análise não dicotômica.

No capítulo que agora encerro, apliquei este argumento à análise de um discurso digital, procurando mostrar como aquela estratégia contraditória que identificara como central na construção da hegemonia do "global" tenta se servir da linguagem digital e, ao mesmo tempo, como essa linguagem constitui um meio denso que a deflete e renegocia. A análise desse discurso mostrou que a glocalidade, um conceito que podemos associar fortemente àquela estratégia de inclusão/construção da hegemonia, ao mesmo tempo em que se serve do hibridismo, é por ele desvirtuado.

Até onde possamos sustentar a analogia entre linguagem e inclusão que tomei como pressuposto de minha análise, o hibridismo se apresenta, simultaneamente, como uma estratégia do "global-hegemônico", e uma tática dos "locais-subalternos" (nesse caso representados pelos jovens consumidores brasileiros) que, usando a seu próprio favor a instabilidade/ambigüidade instalada pela globalização, desancoram-se da ditadura do local, não para entregarem-se passivamente à lógica do outro, mas para vagar livremente entre aqui e lá, para incluírem-se na fronteira.

Capítulo 5: Letramento e Inclusão na era digital

No Capítulo 2, tracei um panorama das várias concepções de inclusão digital em circulação no momento, e dos discursos relativos à relação entre tecnologia e sociedade que lhes dão sustentação. Criticando as abordagens reducionistas e reprodutoras da questão, postulei uma visão de ID como um processo pelo qual as TIC penetram contextos sócio-culturais e os transformam ao mesmo tempo em que são transformadas pelas maneiras como os sujeitos as praticam nesses contextos. Nos Capítulos 3 e 4, esbocei uma caracterização da linguagem digital centrada no hibridismo e procurei mostrar caminhos para desvendar homologias entre os discursos digitais e o contexto sócio-histórico da globalização, objetivando evidenciar a necessidade de uma concepção de inclusão digital centrada na articulação entre tecnologia, poder e cultura, e de ações norteadas por essa concepção. Ao chamar a atenção para a ID como algo que se realiza por meio da ação, obrigo-me, necessariamente, a estender essa reflexão sobre a linguagem digital à problemática do letramento digital, isto é, ao problema da prática social dessa linguagem e suas tecnologias nos processos de inclusão e exclusão.

Se uma visão de linguagem é uma visão de inclusão, também a toda visão ou modelo de letramento está necessariamente atrelada uma concepção de linguagem e uma concepção de sociedade. Por exemplo, o assim chamado modelo autônomo do letramento (STREET, 1984), isto é, aquele segundo o qual o letramento é uma variável autônoma determinante de impactos cognitivos e socioculturais nos indivíduos e grupos em que é introduzido, está diretamente ligado a uma concepção de linguagem fundada num objetivismo abstrato que separa a língua da fala, ou o sistema dos seus usos. Congruente com essa concepção – ou subjacente a ela – está uma noção linear e homogênea de sociedade, que desconsidera a heterogeneidade dos contextos nos quais a escrita é praticada como fator de refração dos significados, efeitos e configurações de poder nela imbricados.

Assim, a questão que este capítulo buscará responder é “que concepção ou modelo de letramento pode ser postulada como congruente com as visões de linguagem e sociedade utilizadas nos capítulos anteriores?”. Para começar a pensar sobre isso, convido o leitor a refletir comigo a

respeito de como cultura, tecnologia e poder aparecem entrelaçados nas práticas sociais de leitura e escrita, isto é, nas práticas de letramento, e a comparar a relação entre inclusão e letramento na era da modernidade ilustrada e do capitalismo industrial com essa mesma relação hoje, na era da sociedade em rede e do capitalismo informacional.

5.1. Alfabetização ou letramento?

A razão pela qual temos necessariamente que pensar em letramentos digitais quando refletimos sobre a inclusão digital não é tão trivial quanto pode parecer à primeira vista. Não se trata apenas de reconhecer que o acesso às TIC pressupõe a capacidade de receber e produzir informação por meio da escrita utilizada em dispositivos digitais, algo que o senso comum sobre a inclusão digital costuma denominar "alfabetização digital". Trata-se de ampliar qualitativamente o conceito de inclusão, como se fez e se tem feito em relação à escrita em sentido amplo, contrastando a idéia mais restrita de alfabetização com a noção mais ampla e socialmente significativa de letramento.

O que se quer dizer com "alfabetização digital" nos estudos direta ou indiretamente ligados ao tema da inclusão digital pode variar enormemente de acordo com o contexto disciplinar em que o termo aparece, e mesmo dentro de um mesmo trabalho complexo, realizado por um grupo de autores. Tomando, por exemplo, o "Livro Verde da Sociedade da Informação" (Takahashi, 2000)⁴⁵, veremos que "alfabetização digital" aparece definida ora como "processo de aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores, redes e serviços de Internet" (glossário), ora como "a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também

⁴⁵ O Livro Verde é um documento que reúne as diretrizes do Programa Sociedade da Informação (SocInfo), do ministério da Ciência e Tecnologia, o qual visa "integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global." (<http://www.socinfo.org.br/sobre/programa.htm>, objetivo, acesso em 03/05/2005). Foi elaborado por diversos acadêmicos, técnicos e gestores oriundos de diferentes instituições ligadas à gestão, pesquisa e difusão das TIC no país, organizados em grupos de trabalho aos quais coube propor diagnósticos, diretrizes e estratégias nas áreas de Administração Pública, Ações Empresariais, Conteúdos e Identidade Cultural, Cooperação Internacional, Divulgação à Sociedade, Educação, Infra-estrutura de Redes e Backbones, Integração e Regionalização, Pesquisa e Desenvolvimento, Planejamento, Processamento de Alto Desempenho e Trabalho.

que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania" (p. 31, ênfase adicionada).

Já no capítulo dedicado à Educação (p. 45 a 56) nessa mesma obra, a “alfabetização digital” aparece em referência a um nível ou etapa inicial de capacitação para o uso das TIC que contempla apenas o seu “uso”, no sentido mais básico, mas não as possibilidades de sua “aplicação” nos diferentes campos produtivos da economia e da construção de conhecimento, e para a “geração” de novas tecnologias por parte de pesquisadores e técnicos brasileiros. Os autores deste capítulo advertem, para esses dois últimos objetivos, ser indispensável integração das TIC, como meio e como objeto, aos processos educativos de níveis médio, superior e pós-graduado. Tendo em mente essa distinção entre “uso”, “aplicação” e “geração”, ressaltam a limitação do conceito de “alfabetização digital” que outros autores dentro da mesma obra por vezes tomam como suficientemente abrangente, e a ela contrapõem o conceito de “fluência em TIC”, postulado pelo Committee of Information Technology Literacy, dos EUA, como “capacidade de reformular conhecimentos, expressar-se criativa e apropriadamente, bem como produzir e gerar informação (em vez de meramente compreendê-la)”.

Independentemente de considerações mais rigorosas a respeito do sentido técnico de "alfabetização" no campo dos Estudos da Linguagem, a própria variação nos significados do termo dentro do Livro Verde aponta para uma consciência emergente, se não ainda totalmente formulada ou explicitada pelos diversos grupos e disciplinas que tomam a inclusão digital como objeto (direta ou indiretamente⁴⁶), de que, tal qual no caso da alfabetização no sentido tradicional do termo, a apropriação de uma tecnologia, seu uso, transformação e aplicação em favor de interesses e necessidades individuais e comunitárias requer muito mais do que a capacidade de codificar e decodificar mensagens mediadas por um determinado código e por determinados dispositivos técnicos.

⁴⁶ Nesse sentido é importante notar que o Livro Verde não utiliza, sequer uma única vez, o termo “inclusão digital”, embora apareça na formulação de seus objetivos a expressão “inclusão social”, a partir da qual podemos, com Warschauer (2003b), estabelecer uma clara ligação. A atenção para este fato, assim como para as contradições relativas à noção de alfabetização digital existentes no Livro Verde, me foi sugerida pela professora Maria Helena Silveira Bonilla, da Universidade Federal da Bahia, a quem agradeço.

No caso dos Estudos da Linguagem, essa tomada de consciência, que também não se pode considerar como pervasiva e totalmente explícita ou definitivamente formulada, está expressa pelo contraste entre a aquisição de habilidades básicas para a codificação e decodificação de mensagens por meio de uma certa tecnologia (nesse caso a escrita alfabética), à qual chamamos convencionalmente de "alfabetização" – e a utilização social dessas habilidades e tecnologias para finalidades específicas, em contextos específicos, à qual nos referiríamos mais propriamente como um conjunto de letramentos.

Para não nos limitarmos ao Livro Verde, podemos tomar, como indício da importância dessa distinção entre alfabetização e letramento, os excertos abaixo, retirados de McIver (2005, p. 71, 75; ênfase adicionada), onde são discutidos objetivos e condições da Informática Comunitária:

O analfabetismo é outro fator importante para a DMNU⁴⁷, bem como o Desenvolvimento Humano em geral, que pode potencialmente ser abordado por meio da aplicação de TIC avançadas. (...) Tanto o áudio quanto o vídeo podem ser agora utilizados em plataformas computacionais relativamente baratas. Elas podem oferecer meios alternativos para **entregar informação** que, de outra forma, seria inacessível aos adultos analfabetos. Adicionalmente, o uso simultâneo do áudio e do vídeo-texto poderia ser explorado para reduzir a taxa de analfabetismo funcional entre os adultos

e, mais adiante,

está claro, com base nas experiências no âmbito mais geral do desenvolvimento das TIC, que os países em desenvolvimento precisam de métodos de análise de sistemas e design que sejam **customizados especificamente às suas limitações** econômicas, sua experiência e suas necessidades de treinamento.

Aqui temos uma uma outra faceta da relação entre alfabetização, TIC e desenvolvimento. Não se trata, aparentemente, de estender o conceito de alfabetização à linguagem digital e aos dispositivos digitais, mas, ao contrário, entende-se a linguagem digital, e suas tecnologias

⁴⁷ Declaração do Milênio das Nações Unidas

associadas, como uma forma de promover a alfabetização, no sentido tradicional, de modo mais rápido e eficiente do que se faria com meios usuais, ou como canal através do qual populações "mais desenvolvidas" podem contornar o analfabetismo tradicional, que em última instância resulta da incapacidade do país como um todo (e especialmente dos governos em todos os seus níveis de organização), para "entregar informação" para populações "menos desenvolvidas" por meio de linguagens supostamente mais "acessíveis" e "transparentes".

Há aqui uma série de pressupostos, que se não derivam deste autor ou campo de estudos em particular, tomado aqui de forma superficial e fragmentada, e apenas como exemplo, nem tampouco podem circunscrever ou invalidar sua perspectiva, clamam, de qualquer forma, por uma discussão. Há, por exemplo, o perigo de agir sobre o pressuposto de que a informação é neutra e independente dos meios técnicos e/ou semióticos que a codificam. Parece haver também a aceitação tácita de que o desenvolvimento cognitivo e sociocultural dos indivíduos e grupos está necessariamente atrelado a etapas de um processo linear que vai da oralidade à escrita, da escrita aos meios eletrônicos e desses aos digitais. Há a sugestão de que a simplificação, ou a redução das possibilidades das TIC a um mínimo denominador comum tem o potencial de universalizá-las, mas, aparentemente, não a percepção de que cada uma das "limitações" locais implica também uma forma diferente de apropriação futura delas.

Há, sobretudo, em uma grande variedade de discursos sobre a alfabetização digital, não percepção explícita de que tanto a alfabetização no sentido tradicional, quanto qualquer outro conjunto de conhecimentos e habilidades necessários para a codificação e decodificação de mensagens, só leva ao desenvolvimento (pessoal ou coletivo, cognitivo ou político-econômico) por meio de práticas sociais e finalidades específicas em que esses conhecimentos e habilidades são postos em uso, isto é, por meio de letramentos.

Com esta introdução, não pretendo prescrever as escolhas lexicais dos que tomam a inclusão digital direta ou indiretamente como objeto de estudo ou de ação política, mas apenas introduzir a questão central que abordo neste capítulo, qual seja, a de que a relação entre inclusão e linguagem na era das TIC será melhor abordada como uma questão de letramento, com todas as implicações daí decorrentes. Partirei, em direção a esse objetivo, da concepção de letramento proposta por Kleiman (1995, p.19) como "um conjunto de práticas sociais que usam a escrita,

enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” e, ao longo do capítulo, utilizarei o termo "letramento" tanto no singular quanto no plural. Quando utilizado no singular, denotará o fenômeno em seu aspecto histórico e/ou macrosocial, ou caracterizado como um processo de aquisição da escrita em suas diferentes formas. Quando no plural, denotará tanto os diferentes conjuntos de práticas e tecnologias associados à construção de sentidos compartilhados socialmente, quanto às diferentes maneiras pelas quais essas práticas sociais ganham significado e função nos diferentes contextos socioculturais em que existem (STREET, 1984).

5.2. Perspectivas históricas de letramento e inclusão

A era do estado-nação

A análise que aqui apresento toma como ponto de partida um momento histórico dessa relação entre linguagem, tecnologia e inclusão que se estende do final do século XVIII a meados do século XX: a gênese e implantação do Estado-nação no Ocidente. Urdido no bojo da modernidade ilustrada e das revoluções burguesas, o projeto político do Estado-nação consistia basicamente na implantação de novas formas de identificação e pertencimento capazes de garantir a coesão de formações sociais cultural e lingüisticamente heterogêneas atreladas a um determinado território e sob a autoridade de um mesmo Estado. Nesse processo, a linguagem, e as tecnologias em torno dela, foram fatores cruciais para um certo tipo de inclusão que pressupunha o apagamento de diferenças culturais. Segundo Habermas (2002, p.157),

foi apenas uma consciência nacional propagada por intelectuais e sábios, que se espalhou lentamente a partir da burguesia urbana culta e se cristalizou em redor da ficção de uma ascendência comum, da construção de uma história compartilhada e de uma língua escrita, gramaticalmente simplificada, aquilo que certamente transformou os súditos em cidadãos politicamente conscientes, que se identificam com a constituição da república e com seus fins declarados.

A reconfiguração da relação entre linguagem, identidade e cidadania associada à emergência do Estado-nação inclui, portanto, a emergência da noção de "língua nacional", objeto de coerções e regulações explícitas que alçam ao status de "padrão" uma língua ou dialeto de prestígio dentro de um espaço geográfico delimitado. Essa mesma reconfiguração institui no domínio da modalidade escrita da língua nacional uma pré-condição para o exercício da cidadania no Estado-nação, fundamentada na letra da Lei.

A gênese do Estado-nação é marcada, portanto, pela manifestação de forças de centralização verbo-ideológica impulsionadas por um acoplamento entre o Estado burguês emergente e um ideal identitário unificado, forças às quais podemos, com Bakhtin (1988), chamar de centrípetas. Tais forças unificantes e estabilizadoras, obviamente, necessitavam servirem-se de uma base material/tecnológica para atuar. Se para haver estado nacional era necessário haver uma língua nacional, para que aquele se mantivesse coeso, essa deveria, tanto quanto possível, ser protegida de "corrosões" causadas por usos incultos, desviantes, ou mesmo subversivos, isto é, para que fosse capaz de resistir aos processos naturais de descentralização e desunificação lingüística que, novamente com Bakhtin (1988), podemos chamar de forças centrífugas, a língua nacional deveria ser fixada materialmente e difundida ao longo do novo tempo-espaço da nação unificada.

Disponível para esse e outros fins, a tecnologia de imprimir é tomada como própria pelas instituições em posição de estabelecer e fazer cristalizar-se a norma lingüística, e desta apropriação resulta, muito claramente, uma divisão dos usuários da língua em dois grupos: letrados/alfabetizados e iletrados/analfabetos. Abre-se, então, o caminho para a dicotomização entre as próprias modalidades do verbal (oralidade e escrita), que, eventualmente, acabariam associadas à racionalidade, à civilização, e ao desenvolvimento científico, no caso da escrita e dos seus praticantes, e ao estigma da irracionalidade, do déficit cognitivo, e da disfuncionalidade social, etc., no caso da oralidade e, portanto, dos analfabetos e povos ágrafos.

Cabe notar, contudo, que a tecnologia de imprimir não nasce nessa época e nem com esse propósito, isto é, que já existia bem antes da invenção dos tipos móveis propriamente ditos, os quais, por sua vez, são resultado de adaptações e translações daquela tecnologia. Como explica Maingueneau (1995), as mutações na linguagem escrita, sobretudo de natureza tipográfica, que se observam aquele período manifestam, na materialidade do texto, as transformações político-

ideológicas em curso. A normalização da ortografia reflete e reforça a pretensa homogeneidade da "massa" de leitores. A pontuação unívoca permite ao leitor recitar para si mesmo e impõe à leitura a primazia da relação com o idêntico e não com *o outro*. Surge o parágrafo como elemento estruturador dos textos que faz coincidir com a articulação visual da página a articulação intelectual ou discursiva que virá a tornar-se "própria da escrita". Sobretudo, leitura e escrita passam a ser atos de foro privado, permitem registrar pensamentos ou prazeres proibidos, imiscuem-se com as noções de moralidade, privacidade, individualidade e identidade, e, com isso, tornam-se fatores chave de uma nova subjetividade.

Do ponto de vista econômico, a possibilidade de reprodução técnica da escrita em larga escala redundou na emergência de um mercado editorial e, com ele, na possibilidade da compra/consumo de textos pela população, algo impensável na era dos manuscritos reproduzidos e guardados a sete chaves nos mosteiros medievais. Assim, em combinação com a forte tendência de normatização da língua, os mecanismos de inclusão/exclusão via linguagem passam também a ser fortemente influenciados por fatores de "classe" e de valoração econômica, dando vulto a uma outra dimensão do "acesso" na relação entre letramento e inclusão: a capacidade financeira de consumir textos que, em última instância, definiam os temas e difundiam as narrativas centrais na esfera pública do Estado-nação.

Concomitantemente à emergência desse mercado das letras, o desenvolvimento dos diversos mecanismos estatais de imposição e manutenção da disciplina⁴⁸ dentro do Estado-nação redundou naquilo que Certeau (1984, p. 222) chama de "aparelhos escriturísticos", i.e. um amplo e pormenorizado sistema de registro e gerenciamento de informações relacionadas à educação, saúde pública, justiça, etc. dentro dos estados nacionais. A instituição desse sistema é "indissociável da 'reprodução' possibilitada pela imprensa" e, ao mesmo tempo, "acompanhada pelo duplo isolamento do 'Povo' (em relação à 'burguesia') e da 'voz' (em relação à escrita)". Por um lado, fortalecem-se os mecanismos que fazem da escrita "um princípio de hierarquização social que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata" (CERTEAU, 1984, p. 230). Por outro, a dependência desses "aparelhos escriturísticos" obriga também o Estado a prover mecanismos e canais de acesso ao letramento tais como escolas e bibliotecas públicas.

⁴⁸ Utilizo a palavra "disciplina" no sentido proposto por Foucault (1977), isto é, para me referir às estratégias de controle e domínio da energia produtiva do indivíduo por parte dos poderes constituídos.

A educação formal – instância privilegiada de seleção e difusão do letramento na maior parte dos estados nacionais⁴⁹, mas também de controle e seleção de formas autorizadas ou desejáveis de prática da leitura e da escrita nas sociedades modernas – passa a ter um papel fundamental na solidificação dos aparelhos escriturísticos do Estado-nação, torna-se uma instância na qual se busca estabilizar e normatizar as relações entre certos tipos de linguagem/letramento e possibilidades autorizadas de participação política e “mobilidade social” do cidadão. Em outras palavras, frente às forças centrífugas da cultura popular e das formas culturalmente heterogêneas de apropriação da escrita nas comunidades, a escola adquire, no Estado-nação, um papel essencialmente centrípeto, não apenas pela via da massificação da norma padrão, mas também pela definição dos tipos de prática de leitura e escrita que efetivamente contam como letramento, no sentido oficial da palavra, isto é, como “capacitação” do jovem para o exercício da cidadania.

As relações entre linguagem/letramento e inclusão vistas sob o prisma da educação formal, contudo, revelaram-se extremamente dúbias no sentido de que, sob a aparência de sistema meritocrático capaz de preparar os indivíduos oriundos de diferentes grupos sociais para uma inserção mais vantajosa nas relações legais, de trabalho e de consumo no Estado-nação, a escola vai também se constituindo, ao longo da história, num mecanismo institucionalizado de exclusão daqueles que nela chegam sem o domínio dos códigos culturais e sem as disposições atinentes à escolarização que caracterizam as elites. Como bem demonstraram Bourdieu e Passeron (1977), a escola, por meio de suas práticas, inclusive as de letramento, aprofunda a marginalização das classes populares e/ou grupos culturais periféricos, enquanto privilegia sujeitos que já dispõem dos capitais econômico, cultural e social⁵⁰ que lhes assegurarão a manutenção de posições sociais privilegiadas.

⁴⁹ Embora este pareça ter sido o padrão no Ocidente, há contra-exemplos que devem ser considerados, como por exemplo o caso da Suécia, país no qual o movimento de alfabetização “em massa” da população se deu de forma desvinculada da escolarização (MARCUSCHI, 2005).

⁵⁰ Me refiro a essas três formas de capital com base em Bourdieu (1986), para quem o termo “capital” designa qualquer recurso ou bem, material ou simbólico, que permita a seu possuidor apropriar-se de lucros decorrentes de sua participação em determinada arena social. Grosso modo, podemos entender por “capital cultural” a familiaridade do indivíduo, adquirida em sua socialização primária, com os códigos culturais, inclusive o lingüístico, e com certas predisposições culturais das classes dominantes. Por “capital social” entende-se uma rede mais ou menos durável de relacionamentos, conhecimento e reconhecimento mútuos de que um indivíduo dispõe e que lhe faculta a obtenção de “crédito”, nos vários sentidos da palavra, em sua comunidade.

Soma-se à problemática da relação entre letramento e escolarização na era do Estado-nação o fato de que a escola vai necessariamente incorporando, por força de sua condição institucionalizada, necessidades, discursos e orientações ideológicas impostas pelo próprio modo de desenvolvimento capitalista em suas diferentes etapas. Collins e Blot (2003), por exemplo, relatam a forma como esse processo se deu nos Estados Unidos, forma que podemos, grosso modo, estender praticamente a todos os países capitalistas do ocidente. Os autores mostram que já no final do século XVIII havia na mentalidade das elites norte-americanas uma forte associação entre práticas específicas de letramento e participação social do cidadão. A utilização de jornais de prestígio como subsídio para o debate público sobre os destinos do país, por exemplo, era vista como uma forma fundamental de participação cívica, da qual, entretanto, excluía-se as mulheres e os negros sob o pretexto de que tais grupos não dispunham da "capacidade racional" ou da "capacitação" necessárias para dela participar.

Das primeiras escolas públicas abertas às camadas populares (camponeses, imigrantes e operários brancos), denominadas genericamente "charity schools", não se esperava que desenvolvessem tais "capacidades racionais", mas apenas que inculcassem nas classes "incultas" os hábitos e valores da obediência, da pontualidade, da economia, da higiene pessoal, etc., tidos como necessários para a "inclusão" dos sujeitos nos modos de vida da elite urbana culta. Ao longo dos séculos XIX e XX, embora os excluídos tradicionais (mulheres e negros, por exemplo) fossem paulatinamente incorporados a um sistema escolar universalizado, os letramentos praticados na família, na comunidade, na igreja, nos locais de trabalho, etc., foram fortemente deslegitimados em função do letramento escolar, cada vez mais caracterizado como um sistema integrado e estandardizado, baseado em textos oficialmente aprovados, e marcado por mensurações, avaliações e ranqueamentos que iam estabelecendo, desde cedo, uma separação entre sujeitos "aptos" para a educação humanística nas artes liberais, e aqueles fadados à educação "técnica" para o emprego na cadeia industrial. Seguiu-se, então, no bojo de um processo a que Collins e Blot (2003) se referem como "corporitização" da América, uma grande valorização, no âmbito da escola, dos ideais da eficiência técnica, da descrição quantitativa da realidade e do planejamento racional, os quais fizeram cristalizar-se, naquele contexto, a noção de letramento como condição de "funcionalidade" do indivíduo, noção essa que, nos dias de hoje, vemos estendida ao domínio das TIC por meio de um conceito como o de "alfabetização digital".

O exemplo dos Estados Unidos ilustra um processo mais geral no Ocidente, através do qual uma concepção etnocêntrica de letramento fê-lo funcionar muito mais como um mecanismo de exclusão do que de inclusão. Foi apenas a partir de importantes estudos que buscaram investigar as práticas de letramento escolar em relação às práticas ditas paroquiais (na família, na igreja, e na comunidade, etc.), e em contextos culturais bastante distintos entre si, que, já no final do século XX, autores como Heath (1983), Street (1984) e Scribner e Cole (1981) conseguiram trazer à luz a forte dependência entre letramento e contexto sociocultural, e, dessa forma, abrir caminho para uma nova concepção da relação entre letramento e desenvolvimento.

A perspectiva sociocultural

Com efeito, a perspectiva de letramento adotada por estudos como Heath (1983), Street (1984) e Scribner e Cole (1981) é parte de um movimento mais amplo de mudança de enfoque nos estudos de letramento, que passam a priorizar eventos coletivos nos quais a escrita exerce um papel significativo e sua relação com a prática social em sentido amplo (GEE, 2000). Essa perspectiva sociocultural resultou, em grande parte, de influências mútuas entre diversas áreas do conhecimento tais como a Antropologia, a Sociologia, a Análise Conversacional, a Etnografia da Fala, a Psicologia Social, etc., e traduziu-se, na prática, em diversas correntes ou movimentos que buscaram reagir à tendência "cognitivista" que tomara conta das discussões relacionadas ao letramento e à escolarização nas décadas anteriores. Assim sendo, tal perspectiva contrapõe-se fortemente às teorias de cunho determinista, nas quais o letramento é visto como uma variável autônoma, responsável por uma clivagem profunda entre indivíduos/grupos/culturas civilizados ou incivilizados, racionais ou selvagens, modernos ou pré-modernos (GOODY; WATT, 1963; GOODY, 1986; OLSON, 1977) e às teses sobre impactos genéricos e previsíveis da alfabetização e do letramento no desenvolvimento cognitivo e socioeconômico de indivíduos e grupos sociais.

Boa parte da produção acadêmica daí resultante está identificada com os assim chamados Novos Estudos sobre o Letramento ou "New Literacy Studies" (NLS), uma vertente bastante ampla que se desenvolveu a partir dos trabalhos seminais de Heath (1983) e Street (1984). Segundo Street

(2003, p. 1) os Novos Estudos sobre o Letramento representam uma tradição oposta às abordagens dominantes no sentido de que pensam o letramento como uma prática social e não um conjunto de habilidades, "problematizando o que conta como letramento em cada lugar ou tempo específicos e questionando 'de quem são' os letramentos dominantes e 'de quem são' os marginalizados ou os que resistem".

Dois marcos conceituais dos Novos Estudos sobre o Letramento são as distinções entre os modelos "autônomo" e "ideológico" do letramento (STREET, 1984), e entre "evento de letramento" e "prática de letramento" (HEATH, 1983; STREET, 1988). A distinção primeira remete a um questionamento da crença de que o letramento, por si só, isto é, autonomamente, teria efeitos previsíveis sobre o desenvolvimento cognitivo ou sociocultural de indivíduos e grupos. "Na prática", diz Street (2003, p. 1) "o letramento varia de contexto a contexto e de cultura a cultura e, portanto, também variam os efeitos de diferentes letramentos em diferentes condições". O modelo ideológico do letramento o caracteriza como sempre enraizado em visões de mundo particulares e propõe que o engajamento com o letramento é sempre um ato social. A segunda distinção, entre "eventos de letramento" e "práticas de letramento" remete à necessidade de descrever as maneiras como o letramento acontece em situações específicas e os padrões de atividade ao redor desses eventos em relação à concepção cultural mais ampla das maneiras particulares de pensar e fazer a leitura e a escrita. Heath (1983, p. 93) define evento de letramento como "qualquer ocasião na qual um texto escrito está integrado à natureza das interações entre os participantes e seus processos interpretativos". Street (1988) propõe que os "eventos de letramento" são modelos sociais do letramento a que os participantes recorrem em certos eventos que lhes dão sentido. Na abordagem dos Novos Estudos sobre o Letramento há a pressuposição de que práticas de letramento podem ser conceptualizadas pela observação participativa em eventos de letramento.

Uma das conseqüências mais importantes do enfoque nos "eventos de letramento", que Heath (1983) propôs com base no conceito análogo da Etnografia da Fala, é que ele faz implodir a dicotomia entre oralidade e escrita até então tomada como pressuposto. Ocorre que, nos eventos de letramento, oralidade e escrita aparecem sempre entremeadas, diferentes códigos/registros lingüísticos e modalidades semióticas se misturam, de modo que os sentidos da escrita são negociados e construídos interativamente, a despeito da natureza "fixa" do texto. As maneiras

pelas quais essas combinações se dão e esses sentidos são construídos podem variar enormemente de grupo para grupo, e tendem a ser aprendidas desde cedo, no seio das comunidades, bem antes da intervenção da escola. Heath (1983) mostrou que a imposição de um desses padrões de combinação no ambiente escolar (o da classe média branca anglo-saxônica) como se fosse neutro, levava, em última instância, a que certos educadores e pesquisadores imputassem indevidamente déficits cognitivos e comportamentais aos indivíduos oriundos dos grupos étnicos/culturais subalternos expostos à escolarização.

A superação definitiva da crença numa relação causal e autônoma entre letramento e desenvolvimento cognitivo, porém, se deveu ao clássico estudo de Scribner e Cole (1981) sobre as práticas de letramento do povo Vai, da Libéria, e suas conseqüências cognitivas naquele contexto. Como explica Warschauer (2003b, p. 43), aqueles autores mostraram que não há qualquer fundamento na suposição de que a escrita separa as pessoas em dois campos cognitivos diferentes, mas que certos tipos e graus de letramento, atrelados a certas finalidades, estão relacionados ao desenvolvimento de certas capacidades cognitivas. Em outras palavras, o letramento não causa ou determina desenvolvimento cognitivo ou social, mas letramento e desenvolvimento social são entrelaçados e co-constituídos. Em geral, as habilidades de raciocínio lógico-abstrato que autores anteriores concebiam como conseqüência do letramento são, na realidade, conseqüência da escolarização, isto é, de práticas de letramento específicas, com finalidades específicas, que acontecem ao longo do processo educativo, ou da inserção do sujeito letrado num ambiente urbano, e portanto nos letramentos ali praticados, em contraste com sujeitos inseridos num contexto rural. Em última instância, se há "conseqüências cognitivas" associadas ao letramento, tais como o desenvolvimento de uma habilidade cognitiva em particular, estas são sempre determinadas pelo tipo de prática de que o sujeito participa, e das finalidades específicas com as quais a escrita é utilizada em tais práticas.

Resumindo, então, os principais pressupostos da perspectiva sociocultural dos estudos de letramento, podemos dizer que, para os autores dessa vertente, letramentos são práticas sociais, plurais e situadas, que combinam oralidade e escrita de formas diferentes em eventos de natureza diferente, e cujos efeitos ou conseqüências são condicionados pelo tipo de prática e pelas finalidades específicas a que se destinam. Também podemos dizer que a definição de quais letramentos são válidos como formas de "inclusão" reflete os valores culturais e os hábitos

lingüísticos dos grupos mais poderosos no contexto social em que são praticados, e que a aquisição dos letramentos dominantes por grupos subalternos pode constituir-se um processo conflituoso e simbolicamente violento, cujas repercussões são muito pouco previsíveis.

É de se esperar que, assim como contribuiu para um forte questionamento do modelo autônomo e das perspectivas cognitivistas que serviram de pilares para toda uma concepção da relação entre letramento e inclusão no contexto do Estado-nação, a perspectiva sociocultural seja adequada para que pensemos criticamente sobre a relação entre letramento e inclusão num cenário sócio-histórico em que (1) a idéia de Estado-nação e seus pressupostos está fortemente abalada, e (2) novas tecnologias e novos usos da linguagem pertinentes a esse contexto começam a reconfigurar o que entendíamos como letramento.

Mas, para isso, é também preciso vê-la com olhos críticos, em dois sentidos. Primeiro, retomando as concepções de linguagem, cultura, identidade e contexto que norteiam este trabalho, é preciso construir a noção de que letramentos não apenas são diferentes em diferentes contextos, como também os contextos e os letramentos que ali se desenvolvem são fundamentalmente heterogêneos. Em segundo lugar, é preciso pensar na própria heterogeneidade do conceito de letramento, isto é, nos limites impostos, especialmente pela mediação das TIC, à viabilidade de reservar-se tal conceito apenas para textos codificados na forma da letra.

Desdobramentos do mundo pós-nacional

Vivemos hoje uma nova fase do Capitalismo, identificada por diferentes autores como pós-industrial, pós-nacional, pós-materialista, etc., na qual a fórmula do Estado-nação tem sido ameaçada pelos muitos processos de integração e interpenetração econômica, cultural, tecnológica e ideológica entre os países, um processo ao qual vários autores se referem como globalização.

Mais do que uma simples disputa por espaços de mercado, ou um aumento exponencial dos fluxos globais de pessoas, mercadorias e bens simbólicos, a globalização pode ser concebida

como “o adensamento, em todo o mundo, de relações que têm por consequência efeitos recíprocos desencadeados por acontecimentos tanto locais quanto muito distantes” (GIDDENS, 1990, p.60 *apud* HABERMAS, 2002, p.144). Este adensamento se traduz pela noção de “condensação espaço-temporal do mundo” (HARVEY, 1989) , a qual, por sua vez, implica “ um movimento de distanciamento da idéia sociológica clássica da ‘sociedade’ como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1990, p.63 *apud* HALL, 2005, p.68).

Esta nova perspectiva afeta o Estado-nação em duas dimensões essenciais para aquilo que, grosso modo, entendia-se como inclusão. Por um lado, ocorre um “afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforço de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do Estado-nação” (HALL, 2005, p.73); por outro, surge a necessidade de uma reconfiguração da noção de cidadania, isto é, “torna-se problemática a figura do cidadão como membro de uma comunidade nacional limitada” e coloca-se frente aos estados nacionais o desafio de “reconfigurar o indivíduo político em relação a condições de globalização” (POSTER, 2004, p. 321).

Para muitos, o que está em curso é simplesmente uma nova onda de homogeneização cultural, dessa vez em escala planetária, a qual, entretanto, não se realiza, como no passado, pela construção de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983), mas sim pela emergência de “‘identidades partilhadas’ – como ‘consumidores’ para os mesmos bens, ‘clientes’ para os mesmos serviços, ‘públicos’ para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo” (HALL, 2005, p.74).

Esta nova homogeneização por meio do consumo, a que muitos se referem como “MacDonaldização” do mundo, ao mesmo tempo se aproxima e se distingue daquela promovida por mecanismos tais como uma língua nacional regulamentada e fixada pelas tecnologias do impresso. Em lugar de serem apagadas, nessa nova onda homogeneizante, “as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de *língua franca* internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas” (HALL, 2005, p.76). Dito de outra forma, com sua apropriação da nova base tecnológica, a elite global não pretende apagar as diferenças,

mas codificá-las nos termos de sua linguagem “mercadológica”, traduzi-las em produtos “étnicos” à disposição no supermercado cultural do mundo.

Entretanto, porque vão conectando inexoravelmente espaços sociais e culturais até então separados em territórios geográficos diversos, as TIC viabilizam não apenas a fantasia (ou pesadelo) da MacDonaldisação, mas também novas formas de conexão entre os “diferentes” do mundo, que agora reivindicam de forma crescentemente coordenada o direito de serem, ou voltarem a ser, étnicos, orgânicos, “situados”. É a linguagem das TIC, em última instância, que fornece a “gramática” através da qual as diferentes identidades e tradições culturais vão sendo codificadas de modo a poderem ser consumidas globalmente (Castells, 1999). Mas são também as novas formas de conexão e contato com *o outro* viabilizadas pelas TIC que se contrapõem à guetização e à cristalização das identidades culturais do mundo, são elas que abrem possibilidades de fertilização cruzada e de contaminação mútua que se antepõem à estigmatização e ao isolamento de outrora.

A despeito do “livre flutuar das identidades” (HALL, 2005), tanto nos espaços cosmopolitas das metrópoles ocidentais quanto nos espaços virtuais da comunicação mediada pelas TIC, e na ausência de mecanismos políticos supranacionais capazes de promovê-la efetivamente (POSTER, 2004), a cidadania permanece uma noção dependente da forma política do Estado-nação. Porém, ganha força, sobretudo nas ex-potências coloniais que agora recebem um fluxo incessante de imigrantes das ex-colônias, uma nova concepção de inclusão “com sensibilidade para as diferenças” (HABERMAS, 2002, p.170), isto é, começa a acontecer, no ocidente liberal, seja por vontade política, seja por força das circunstâncias, um desacoplamento entre cidadania e homogeneidade cultural⁵¹. Habermas (2002, p.172) adverte que “o processo doloroso do desacoplamento não deve dilacerar a sociedade numa miríade de subculturas que se enclausuram mutuamente”, de modo que, por um lado, “a cultura majoritária deve se soltar de sua fusão com a cultura política geral (...), caso contrário, ela ditará *a priori* os parâmetros dos discursos de auto-entendimento” e, por outro, “as forças de coesão da cultura política comum (...) devem continuar a ser suficientemente fortes para que a nação dos cidadãos não se despedace”.

⁵¹ Uma das formas mais visíveis desse desacoplamento é o assim chamado Multiculturalismo Liberal (HALL, 2003), embora a noção de multiculturalismo que subjaz a idéia de “inclusão com sensibilidade para as diferenças” discutida por Habermas (2002) seja, em tese, mais ampla do que esse modelo específico, e aberta a outras formulações políticas.

Esse processo de reformulação das formas de ser sujeito e cidadão em virtude do duplo movimento de complexificação interna e conexão externa nas sociedades modernas tem sido teorizado em certos círculos por meio do conceito de “transculturalidade” (WELSCH, 1999; EPSTEIN, 2005). Em nível macro-social, a transculturalidade, isto é, o emaranhamento e a interdependência entre culturas e formas de vida num mesmo território e/ou espaço de comunicação simbólica, redundando em formações culturais híbridas, ou, de forma mais incisiva, põe à mostra o hibridismo constitutivo de todas as culturas que processos políticos anteriores buscaram apagar, ao mesmo tempo em que favorece a emergência de uma nova consciência comum, em nível planetário, sobre temas tais como direitos humanos, feminismo, deterioração ambiental do planeta, etc.. Ao nível dos indivíduos, o conceito de transculturalidade enfatiza as múltiplas conexões culturais (não apenas em termos étnicos, lingüísticos ou de origem nacional, mas também de gênero, classe, faixa etária, etc.) que caracterizam os sujeitos pós-modernos, assim como o fato de que esses sujeitos transitam quotidianamente, física ou virtualmente, por diferentes “mundos sociais” nos quais esses componentes identitários ganham sentido e relevância.

Todos esses fatores convergem no sentido de demandar uma noção de inclusão diferente daquela identificada com o Estado-nação. Antes de mais nada, aos direitos políticos, culturais e sociais, que em sociedades como a brasileira jamais chegaram a ser implantados completamente, somam-se agora aqueles que García Canclini (2005, p.103) chama de “direitos conectivos”, isto é, o direito à participação dos sujeitos, e de seus repertórios culturais, até então “situados”, nas redes de intercâmbio que caracterizam a sociabilidade contemporânea.

Alguns autores começam a apontar que essas mutações na identidade, na cidadania, e na idéia de inclusão afetam também dois pilares das teorias de letramento de cunho sociocultural. Primeiro, o de sujeito “situado”, enraizado num mesmo lugar e/ou num espaço cultural homogêneo no qual florescem laços de solidariedade e visões de mundo compartilhadas (KLEIMAN; VIEIRA, 2006). Segundo, o de contexto cultural como algo delimitável territorialmente, tendo em vista as possibilidades ampliadas de trânsito e construção, física ou simbólica, de espaços cosmopolitas, reconhecidos e afirmados como culturalmente híbridos (WELSCH, 2002).

Some-se a isso a constatação de que o embate entre as forças centrípetas e centrífugas se dá em e através de um novo meio, as TIC, o qual está longe ainda de estabilizar-se ou de esgotar seu potencial de inovação. No âmbito da linguagem, podemos dizer que, tal como fizeram com a imprensa na gênese do Estado-Nação, as elites, agora globais, se apropriam crescentemente dessas tecnologias para impor mecanismos de controle e codificação da informação, assim como para legitimar uma consciência verbo-ideológica que lhes é “natural”. Entretanto, porque são fundamentalmente híbridas, e porque estabelecem conexões em direções e velocidades que as elites simplesmente não conseguem controlar, as TIC servem igualmente às forças centrífugas, isto é, às forças de descentralização e desunificação que abrem novas possibilidades de inclusão e exclusão. Dito de forma mais simples, na era da globalização, a inclusão é paradoxal; incluir-se é afirmar-se diferente; ser igual é não ser padronizado. Da mesma forma, as TIC são simultaneamente centrípetas e centrífugas: enquanto o código de barras no unifica, o bloguês nos separa e vice-versa.

Com isto não pretendo afirmar que estejamos vivendo uma ruptura com as formas tradicionalmente estabelecidas de articulação entre linguagem, tecnologia, identidade e cidadania sob o impacto “autônomo” das TIC, mas apenas que tal articulação se constrói, agora, de maneiras mais complexas, e por vezes mais flagrantemente contraditórias. Entendo que uma maneira interessante de explicitar e refletir sobre tais relações é fazê-las convergir num mesmo construto teórico, qual seja, o conceito de letramento(s) digital(is)⁵².

5.3. Letramento(s) Digital(is): problematizando o conceito

Soares (2002, p. 151, *itálicos no original*) define letramento digital como

⁵² Pode-se postular, como farei mais adiante, que assim como no caso do letramento dito tradicional, há letramentos digitais diferentes praticados para finalidades diferentes em contextos diferentes. Por essa razão, a partir deste ponto, sigla LD referir-se-á tanto à expressão letramento digital, no singular, quanto ao seu plural, letramentos digitais, a depender do contexto frasal em que aparece.

um certo *estado* ou *condição* que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do *estado* ou *condição* – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel.

Tal definição abre caminho para uma linha de investigação que procura identificar de que forma

as práticas de leitura e de escrita digitais, o letramento na Cibercultura, conduzem a um estado ou condição diferente daquele a que conduzem as práticas de leitura e de escrita quirográficas e tipográficas, o letramento na cultura do papel.

Essa maneira de conceituar e abordar o LD é congruente com a que têm utilizado diversos outros autores (SNYDER, 1997; KRESS, 2005; BOLTER, 1993) preocupados em delinear “rupturas” entre os letramentos tradicional e digital e avaliar as repercussões sociais dessas rupturas, em especial no contexto da educação. Em geral, estudos dessa vertente focalizam os mesmos dois aspectos em que está centrada a análise de Soares (2002): a mudança no espaço de escrita, da página para a tela, e os novos mecanismos de produção, reprodução e difusão dos textos eletrônicos, denominados genericamente como (tecnologias de) hipertexto. Cabe notar ainda que a emergência de gêneros digitais tem também sido objeto de muitas pesquisas (vários trabalhos em MARCUSCHI; XAVIER, 2004 e em COSCARELLI; RIBEIRO, 2005, entre outros), havendo muitas vezes em tais estudos, contudo, uma argumentação no sentido oposto ao de Soares (2002), isto é, a postulação de uma continuidade entre os dois tipos de letramento, a despeito das mudanças na superfície da escrita e nas formas de produção e difusão de textos.

De forma bem sucinta pode-se dizer que, do ponto de vista do espaço da escrita, os estudos têm buscado caracterizar os LD em função da utilização de diversos tipos de telas eletrônicas sobre as quais o texto e/ou imagens aparecem organizado(s) na forma de janelas que se aninham ou se sobrepõem espacialmente, ou se sucedem temporalmente. Este novo “suporte”⁵³ ou superfície da

⁵³ A utilização do termo “suporte” para fazer referência às telas eletrônicas é tão freqüente na literatura quanto problemático. É problemático no sentido de que a tela não é um lócus no qual se inscreve a escrita, mas apenas um

escrita é tido como fortemente relacionado não apenas à grande flexibilidade e multilinearidade na progressão da leitura e da escrita, como também a uma utilização muito mais intensa de imagens⁵⁴, sob suas diversas formas (ícones, imagens fotorealistas, vídeos digitais, animações vetoriais, emoticons, etc), e com funções variadas (não apenas ilustração, mas também navegação, organização, referenciação, etc.), nos textos contemporâneos. Apoiados nessas análises, muitos outros estudos têm buscado descrever e avaliar as diferentes aplicações e implicações dessa nova "textualidade digital" em diferentes âmbitos como, por exemplo, no da produção de materiais didáticos (BRAGA 2004), no da comunicação jornalística (PALÁCIOS; MIELNICZUK, 2002.), e no da formação de leitores críticos (LEMKE, 1998).

Do ponto de vista dos mecanismos de produção, difusão e reprodução dos textos digitais, os autores simpáticos à tese da ruptura têm destacado o fato de que os textos eletrônicos multilineares, ou hipertextos, produzidos, estocados e lidos em computadores e/ou redes telemáticas espacialmente distribuídas, enfraquecem o princípio da "autoria", isto é, que facultam ao leitor um papel muito mais ativo na construção dos percursos de leitura e portanto das suas interpretações. Assim também o fato de muitos desses textos estarem abertos à construção coletiva é visto como um fator de fragilização da fronteira, mais facilmente imposta nos textos impressos, entre autor e leitor e, no limite, entre leitura e escritura (LANDOW, 1997).

A combinação dessas mudanças tanto na superfície da escrita, quanto nos mecanismos de produção, reprodução e difusão dos textos é, não raro, vista como tendo importantes repercussões cognitivas e epistemológicas. Atribui-se aos textos digitais a propriedade de tangibilizar o conceito de intertextualidade e de desfavorecer os discursos monológicos típicos do livro impresso (LEMKE, 1998), e destaca-se como característica importante dessa nova textualidade a impossibilidade de se eleger um centro privilegiado de significação no universo virtualmente

dispositivo através do qual se pode ter acesso a textos (escritos ou de outra natureza) que estão inscritos em outra linguagem (elétrica/magnética) em suportes propriamente ditos (isto é, discos rígidos, tabletes de silício, etc.) não legíveis por seres humanos. Agradeço à Professora Roxane Rojo, da Universidade Estadual de Campinas, por chamar minha atenção para esse problema de nomenclatura cujas implicações conceituais não podem ser desconsideradas.

⁵⁴ Embora essa proliferação da imagem atinja praticamente todos os textos contemporâneos, e não apenas os eletrônicos, convém notar que barreiras tais como o custo elevado reprodução de imagens coloridas e a dificuldade de acesso a repositórios de imagens de boa qualidade gráfica por parte do leitor/escritor comum têm sido grandemente amenizadas pelas TIC. Basta citar como exemplo os milhões de telefones celulares com câmaras digitais que agora circulam nas mãos de boa parte dos 90 milhões de brasileiros "conectados" a esses serviços, e que podem ser quase que instantaneamente compartilhadas e difundidas por meio de outras redes, tais como a WWW.

infinito de conexões disponíveis. Esses dois fatores, entre outros, têm sido apontados como geradores de uma nova relação da humanidade com o conhecimento visto agora mais claramente como essencialmente instável e construído coletivamente (LÉVY, 1999).

Sem questionar o mérito dessas análises, penso que ainda há muito a ser feito na construção de uma perspectiva sociocultural do LD que possa efetivamente nortear a pesquisa em inclusão digital tendo em vista a complexidade das transformações pelas quais passam os sujeitos e os contextos hoje.

Em primeiro lugar, é necessário encontrar mecanismos de análise que, em lugar de enfatizar, ou de refutar, descontinuidades ou rupturas entre letramento tradicional e letramento digital, ou, de forma mais abrangente, entre “cultura da tela” e “cultura do papel”, desnudem os modos da convergência, do conflito, da heterogeneidade e das contaminações mútuas entre esses conjuntos não claramente separáveis de textos e práticas. Penso que um passo importante nesse sentido seria dar-se menos ênfase ao “suporte” ou superfície da escrita a partir da constatação de que, por serem praticados ou discursados, superfícies nas quais se fixam (ainda que temporariamente) sistemas de representação como a escrita, sejam telas ou páginas, não têm necessariamente a força determinante que muitos estudos lhes atribuem. Não se trata, contudo, de postular um continuum entre tradicional/digital, como já se fez para relação entre oralidade e escrita, pois que tal formulação tende a sugerir a existência de pólos homogêneos, o que, sabemos, não se aplica nem aos textos impressos/analógicos, nem aos digitais (BAKHTIN, 1988; LEMKE, 2002).

Em segundo lugar, as pesquisas muitas vezes objetivam descrever impactos do LD sobre as comunidades, instituições e/ou indivíduos em detrimento do movimento em sentido contrário, isto é, das formas como diferentes grupos/instituições se apropriam desses letramentos e lhes conferem significados, finalidades e valores diversos, algo que Street (1984) já apontava em relação ao letramento dito “tradicional”.

Em terceiro lugar, é preciso enfatizar que os novos mecanismos de produção, reprodução e difusão dos textos eletrônicos são fatores chave não apenas de uma nova relação com o conhecimento, mas também para a construção da transculturalidade. Pode-se mesmo argumentar que as novas possibilidades de conexão entre sujeitos remotos engendradas pelas TIC (ou em sentido mais amplo, a compressão espaço-temporal da globalização que as TIC operacionalizam)

estão produzindo uma mutação na noção tradicional de “contexto” com a qual uma perspectiva sociocultural do LD precisa lidar. Não me refiro apenas ao reconhecimento da heterogeneidade como algo intrínseco a qualquer contexto, mas à própria noção de que o contexto seria uma espaço-temporalidade que precede a prática social, ou que a envolve, como um contêiner. A esse respeito, vale a pena fazer uma pequena digressão para que o leitor possa avaliar as implicações dessa discussão para a construção de um conceito de letramento digital.

Autores como Harvey (1996), Lefebvre (1991) e Soja (1996) têm postulado que o espaço e o tempo (ou “tempoespaço”, como preferem os mais rigorosos) não existe fora dos processos sociais, assim como, em qualquer processo social, não há apenas um único e singular espaço ou tempo. Dito de outra forma, espaço e tempo são produtos de relações sociais, culturais, políticas e econômicas e não seus pré-requisitos. Entretanto, como explicam Graham e Healey (1999), é ainda predominante, inclusive entre planejadores urbanos, a visão de que o espaço age como um contêiner externo dentro do qual a vida social é encenada, como espaço euclidiano no qual relações e processos são implantados. Desse ponto de vista, uma cidade (ou um país) é uma porção de espaço autocontido, feito de partes integradas e separado de outros espaços, como por exemplo as áreas rurais (ou outros países), pelos efeitos da distância e do tempo que se leva para viajar de um ao outro. O que temos aí não é apenas uma forma de conceber a geografia de uma cidade (ou país), mas também uma forma de sustentar conceitos políticos tais como a emancipação e a soberania que estão atrelados a sistemas de particionamento entre jurisdições e ao crescimento da competição econômica entre cidades, regiões e países.

Também o tempo é, segundo esses mesmos autores, freqüentemente tomado como um contêiner singular e universal dentro do qual os eventos fluem de maneira linear e unidirecional quando, em realidade, o tempo é um fenômeno múltiplo (muitos “tempos” diferentes se desenrolam simultaneamente na cidade: o tempo instantâneo, intenso e global dos mercados financeiros e dos meios de comunicação global, o tempo dos ritmos da vida cotidiana, o tempo “glacial” das mudanças na paisagem e nos sistemas ecológicos, etc.) e não-linear (como revelam a mecânica quântica e a maneira como fazemos historiografias, o futuro pode influenciar o passado).

À concepção tradicional de tempoespaço contrapõe-se, então, uma concepção **relacional** que leva em conta que as diferentes noções, experiências e representações de tempo-espaço em um

contexto colidem e repercutem continuamente umas nas outras, sendo essa, em verdade, a essência da complexidade na vida urbana moderna, ou, numa escala mais ampla, naquelas parcelas do mundo que participam da globalização. Estamos aqui, novamente, às voltas com a sociedade em rede de Manuel Castells (1999) não apenas como metáfora da organização social, mas agora como crise na relação entre geografia e pertencimento. O lugar, enquanto signo, e enquanto produto da atividade social, não mais adquire seu sentido por contraste com lugares adjacentes ou por referência a tempos de viagem, mas por sua posição na rede produtiva. Não é que o lugar deixe de ser importante no mundo globalizado: ocorre apenas que as interligações entre lugar, cultura, instituições e tecnologias não se dão da mesma forma. Nessa época de metrópoles multiplexas e redes sociotécnicas pervasivas ficou mais claro que os processos de configuração social geram seus próprios espaços e tempos, e que esses espaços e tempos podem ou não coincidir uns com os outros.

Retomando a argumentação, então, temos que aos três fatores-chave para a montagem do letramento digital enquanto construto teórico já citados, quais sejam, a ênfase demasiada no “suporte”, o privilégio dado às formas como os letramentos afetam contextos em detrimento das maneiras como os contextos transformam letramentos, e a noção de contexto espaço-temporal como contêiner pré-fornecido para a prática social, somam-se ainda dois outros que, se não especificamente ligados ao LD, ganham com ele forte relevância. Um diz respeito à noção ampliada de letramento como prática social que envolve outros códigos e tecnologias além da escrita tradicional, isto é a letramentos como “conjuntos de práticas sociais associadas a sistemas simbólicos particulares e as tecnologias a eles relacionadas” (BARTON, 1994, p. 32; minha tradução). Creio que, no caso do LD, essa noção ganha especial relevância em razão da rápida convergência das mensagens, e portanto dos códigos e sistemas de representação, para uma mesma matriz tecnológica (as TIC) e para um mesmo sistema global interligado de produção e circulação de textos (grandes corporações transnacionais de mídia que fazem convergirem e suplementarem-se suas produções para TV a cabo, Internet, mídia impressa, jogos digitais, etc.). O outro fator diz respeito à necessária articulação entre LD e letramento crítico.

O desejo de articular todos esses pressupostos por meio do conceito de LD esbarra, entretanto, nas taxonomias já consagradas na literatura. Em geral, essas taxonomias classificam o LD como um subtipo de letramento (seja este visto como prática social, capacidade pessoal, ou

estado/condição do indivíduo) cuja especificidade residiria em ser o computador (ou a tela eletrônica) o meio tecnológico de que depende. Nesse sentido, o LD figuraria como par opositivo do letramento impresso (print literacy), assim como a escrita digital estaria oposta à escrita tipográfica (SOARES, 2002).

Ocorre que a literatura estabelece como componentes do LD outras categorias de letramento, as quais nem sempre não estão necessariamente subordinadas ao meio digital. Me refiro, por exemplo, a categorias tais como letramento de tela/interface [screen literacy] (SELFE, 1999) e letramento de máquina [computer literacy] (PAPERT, 1980), mas também letramento de mídia [media literacy] (SILVERBLATT, 1995), letramento numérico [numeracy] (LEMKE, 1998) e o letramento visual [visual literacy] (BOLTER, 1998). Além disso, as pesquisas em LD também fazem referência a categorias de letramento baseadas no propósito, disposição ou atitude diante do texto, tais como o letramento de informação [information literacy] (GLISTER, 1997), e o letramento crítico [critical literacy] (LANKSHEAR; KNOBEL, 1998), que, em tese, não estão subordinadas a formas específicas de mediação, nem a sistemas de representação particulares.

A incidência dessas diversas categorias sobre um mesmo conjunto de práticas e tecnologias não é restrita ao caso do letramento digital, como atesta a emergência, em anos recentes, do conceito de multiletramentos [multiliteracies]. Cunhado por um grupo de pesquisadores que se auto-denominou New London Group (1996), o termo multiletramentos refere-se às estratégias pedagógicas vistas como necessárias para dar-se conta do aumento da complexidade dos textos (impressos, digitais ou de outra natureza) que circulam nas sociedades contemporâneas. Tal complexidade, para aqueles autores, resulta de dois fatores básicos, quais sejam, a proliferação de textos multimodais, com o concomitante declínio do modelo tradicional de texto escrito, e a maior saliência dos fatores culturais envolvidos na produção e interpretação de textos, ocasionada pela diversificação cultural das sociedades ocidentais, assim como pelas novas formas de conexão entre grupos e/ou culturas até então vistas como isoladas (a que, há pouco, me referi como “transculturalidade”).

Poder-se-ia, com base nesses autores, pensar nos LD também como multiletramentos, nesse caso multiletramentos que têm em comum o fato de dependerem da mediação digital. Mas isso, de fato, nem resolveria o problema da pouca consistência do par opositivo digital/impresso a que já

me referi, nem faria jus ao hibridismo que caracteriza os letramentos digitais, isto é, ao fato de que a convivência desses “múltiplos” resulta em entrelaçamentos, ambigüidades, conflitos e refuncionalizações. Refiro-me, por exemplo, à utilização de caracteres alfanuméricos como pictogramas que emulam componentes paralingüísticos da fala numa interação síncrona via mensageiro instantâneo, à mistura de convenções da escrita acadêmica com estratégias da oralidade informal que ocorre em listas de e-mail acadêmicas, ao uso de recursos da “gramática do cinema” (cortes, câmara subjetiva, panorâmicas e close-ups) nas interfaces gráfico-textuais dos sistemas operacionais, à existência de palavras na tela que o computador trata, internamente, como se fossem imagens e vice-versa, à necessidade/capacidade de avaliar criticamente os resultados oferecidos por um site de buscas em resposta a determinadas palavras-chave, e assim por diante.

Penso, em outras palavras, que “multi-“ é um passo à frente no sentido de que afasta o conceito de letramento do uni- fundado na letra e na Cultura com “c” maiúsculo; porém, em vista das discussões aqui apresentadas a respeito da linguagem digital e das noções de cultura e identidade que lhes dão fundamento, penso que o LD está melhor caracterizado pelo “inter-“ e/ou o “trans-“⁵⁵. Nesse sentido, um critério de especificidade para o LD supostamente mais plausível do que a utilização da tela eletrônica, e menos influenciado pelo pluralismo idealizado do que o de multiletramentos, é a sua propriedade de deixar ou fazer hibridizarem-se, ou revelarem-se híbridas, por virtude de um sistema subjacente de linguagens técnicas que traduz todos os códigos culturais para numa mesma forma de representação numérica/elétrica (MANOVICH, 2001), e porque apóia-se em redes telemáticas que ampliam nosso dialogo com os outros, (1) formas de mediação (tais como a imprensa, o vídeo, a fotografia, o rádio, o cinema, etc.), (2) sistemas de representação (tais como a escrita alfanumérica, as diversas linguagens imagéticas, os diversos tipos de cartografia e infografia, a música, etc.), (3) gêneros, oriundos de diferentes esferas de atividade social e diferentes tradições culturais, e, finalmente, (4) atitudes ou disposições frente ao texto (ler para procurar informação, ler para criticar, ler para se divertir, etc.).

Assim como já exposto em relação ao conceito de inclusão, a idéia de multiplicidade ou diversidade não dá necessariamente conta das contaminações e entrelaçamentos que caracterizam

⁵⁵ Isto nos leva de volta à chave interpretativa para “uni-“, “multi-“, “inter-“ e “trans-“ proposta no Capítulo 1. Por uma questão de economia, peço ao leitor que se reporte diretamente àquela discussão, caso necessário, em lugar de repeti-la aqui.

os letramentos digitais, tampouco enfatiza o fato, altamente relevante, de que esses letramentos estabelecem zonas de fronteira em que os “diferentes” do mundo (assim como seus letramentos) têm a possibilidade de se encontrar de forma muito mais freqüente e intensa do que no caso dos letramentos ditos tradicionais (exceto, é claro, no caso daqueles letramentos que já existiam em zonas de fronteira no sentido geográfico).

Tal como o fiz nas discussões sobre inclusão e sobre linguagem (Capítulos 2 e 3, respectivamente), creio que se deva pensar em pelo menos dois modos de teorizar o hibridismo para construir um conceito de LD. Se tomarmos o hibridismo como interpenetração, a segunda modalidade postulada por Friedman (2002), podemos pensar no LD como uma rede de letramentos. Letramentos digitais específicos seriam, então, não apenas ou necessariamente aqueles “situados” num contexto cultural/institucional particular (nesse caso, por força da concepção de hibridismo adotada, vistos como tendo um núcleo essencial relativamente homogêneo), mas configurações específicas de nós dessa rede que são acionadas em situações, para finalidades e/ou em por sujeitos/grupos específicos. Ao mesmo tempo, porque promovem a interpenetração de contextos, isto é, porque conectam sujeitos remotos espacial e temporalmente, inclusive por meio de “mundos sociais” representados eletronicamente, os letramentos digitais funcionariam como formas discursivas de construção do tempo-espço, ou cronotopos, para utilizar um termo bakhtiniano, que ampliam as zonas de contato entre *nós* e *o outro*. Letramentos digitais, seriam, portanto, sempre potencialmente letramentos interculturais.

Pensar o LD dessa forma não significa simplesmente contornar um “problema taxonômico” que se nos apresenta na literatura: é, na verdade, uma forma de não sucumbir a ele, ou de transcendê-lo, utilizando as categorias estabelecidas como ponte, de forma “tática”, chamando-as ao diálogo e à interpenetração. Aqui, como no caso da palavra “inclusão”, reconhecer e utilizar categorias não é necessariamente aceita-las, mas um passo para desconstruí-las.

É isso que nos leva a concluir a terceira modalidade ou concepção de hibridismo postulada por Friedman (2002), que nos diz que os textos, contextos, sujeitos e linguagens são desde sempre já híbridos, e, portanto, radicalmente heterogêneos. Visto assim, o hibridismo nos convida, de forma mais imediata, a desconstruir a noção de letramento como algo homogêneo que tem na letra, isto é, na escrita, ou de forma mais ampla no verbal, uma essência. A premência dessa desconstrução

pode ser avaliada pela dificuldade que, ainda hoje, muitos autores brasileiros e portugueses enfrentam para utilizar as palavras leitura e letramento quando se referem à significação que envolve outros códigos que não a língua escrita. Na literatura de língua inglesa, a palavra "literacy", cuja tradução como "letramento" foi introduzida por Kato (1986), em função de seu trabalho com a escrita verbal, é utilizada para designar quaisquer conjuntos de práticas sociais envolvendo o uso de sistemas de representação, tecnologias e significados partilhados socialmente (BARTON, 1994; LEMKE, 1998). No Brasil, muitos autores optam por substituir a palavra "letramento" pelos termos "educação" ou "alfabetização" em referência a tais práticas ("alfabetização digital", "alfabetização audiovisual" e "educação para a mídia", por exemplo).

Mas para além dessa desvinculação entre letramento e letra, o hibridismo "desde sempre" nos chama também a desconstruir todas as categorias de letramento que, a despeito daquela vinculação, proliferam na literatura, inclusive a de letramento digital, da qual eu mesmo me utilizo no momento. É preciso, entretanto, tomar cuidado nesse processo com a tentação de alçar o digital à posição de categoria superordenada que reconfiguraria todas as outras, em lugar de desconstruí-las, pois isso simplesmente nos levaria de volta à estaca zero.

Nesse sentido, penso que letramento digital, assim como inclusão digital, é um conceito problemático, mas necessário politicamente, fadado ao esquecimento a partir da construção de uma outra consciência da heterogeneidade, mas, por enquanto, útil quando somos interpelados por representações dicotômicas do técnico e do cultural, das TIC enquanto máquinas e enquanto linguagem, e assim por diante. Dito de outra forma, é preciso que encontremos um caminho teórico para o fim da categoria "digital" que se assemelhe aos caminhos da "inclusão" entendida como passagem do multi- ao trans- , e, assim, talvez, caminhar para noção de transletramentos⁵⁶.

Um possível ponto de partida para esse caminho pode residir na atenção àquilo que Kostogriz (2004) chama de letramentos transculturais. Para o autor, tais letramentos são um fenômeno das zonas de contato, isto é, "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação" (PRATT, 1999, p. 27). Em sentido mais concreto, podemos entender

⁵⁶ A formulação dessa questão por meio do termo "transletramentos" me foi sugerida pela Professora Roxane Rojo, do IEL/UNICAMP, a quem agradeço.

esses espaços como aqueles do colonialismo, do escravagismo, das diásporas, e migrações, mas, de forma mais abstrata, também como o espaço de contestação e entrelaçamento que surge quando transcendemos a nós mesmos (nosso Self, nossa consciência) em direção *ao outro* e vice-versa, não para nos fundirmos com ele em algum tipo de unidade, mas para nos situarmos numa totalidade aberta. Assim, porque são potencialmente voltados para o contato com *o outro*, mas também porque se entrelaçam e se contestam continuamente em zonas de contato como a Internet, podemos dizer que os letramentos digitais são, potencialmente, letramentos transculturais.

A partir desses pressupostos, e tendo como pano de fundo a problemática da inclusão, proponho uma visão dos letramentos digitais como **redes complexas de letramentos (práticas sociais) que se apóiam, se entrelaçam, se contestam e se modificam mútua e continuamente por meio, em virtude e/ou por influência das TIC.**

Ao mesmo tempo em que os especifica, essa definição busca não dicotomizar os letramentos digitais em relação aos letramentos ditos tradicionais. Por serem híbridos, isto é, por reunirem conjuntos de códigos, modalidades e tecnologias que se entrelaçam e modificam mutuamente, os LD são inevitavelmente instáveis, de modo que, assim como no caso do letrado no sentido tradicional, a condição de letrado digital está sempre restrita a situações e finalidades específicas. Ao mesmo tempo, por serem redes de práticas sociais, e não variáveis autônomas, assim como o são os letramentos ditos tradicionais, os letramentos digitais tanto afetam os contextos nos quais são introduzidos, ou que ajudam a construir e transformar, quanto por eles são afetados, de modo que seus efeitos sociais e cognitivos variarão em função dos fatores socioculturais e finalidades envolvidos na sua apropriação.

Note-se, contudo, que, mesmo não postulando uma ruptura, essa definição não afirma uma continuidade linear entre o digital e o tradicional. Em vez disso ela aponta para um processo contínuo de transformação por meio de entrelaçamentos e hibridizações entre elementos que até então se preferiu ver como separados ou polarizados. Isso vai ao encontro de estudos que têm apontado, particularmente, a necessidade de superação da suposta clivagem entre o on-line e o off-line, ou entre digital e o não-digital, no estudo dos novos letramentos. Dentre esses estudos,

destaco o de Leander e McKim (2003) que, creio, vale a pena resumir aqui antes de retomar a linha principal de minha argumentação.

Partindo de uma concepção relacional de tempo-espço, e com base em diversos trabalhos etnográficos relativamente recentes, esses autores reúnem sete argumentos básicos em favor de uma abordagem dos letramentos digitais como práticas que entrelaçam o on-line e o off-line, e, portanto que desconstroem a dicotomia real/virtual que sobre a qual trabalhos anteriores muitas vezes se apoiavam. São eles:

1. *Experiências "virtuais" nem sempre são vistas como excepcionais pelos que delas participam.*

Aqui os autores se apóiam na observação de Miller e Slater (2000) de que os habitantes de Trinidad não distinguem práticas digitais e não-digitais (comércio tradicional/eletrônico, bate-papos face-a-face/via ICQ, instrução religiosa presencial/por e-mail) em termos de “real” versus “virtual”. Naquele grupo, práticas digitais são experimentadas como práticas ordinárias e a transição entre identidades e espaços sociais on-line e off-line é menos marcada do que muitos autores supõem.

2. *As pessoas constroem o significado de suas experiências no entrecruzamento de espaços on-line e off-line*

Nesse caso é Sherry Turkle (1995) quem mostra que enquanto alguns sujeitos usam ambientes de socialização virtual (tais como MUDs) como entretenimento, muitos outros os utilizam em busca de apoio emocional, isto é, para fazer auto-avaliações ou para encenar seus problemas da vida "real". No sentido oposto, Turkle descobriu que freqüentar esse tipo de ambiente freqüentemente causa um aumento da ansiedade no mundo "off-line" do sujeito em questão⁵⁷. Também Dodge e Kitchin (2001) argumentam que embora haja pessoas que criam identidades virtuais fantasiosas, ou buscam o on-line para proteger seu anonimato, a maioria das pessoas se engaja de forma

⁵⁷ Aqui talvez pudéssemos acrescentar a observação de que, por vezes, diferentemente do que ocorre nas interações face-a-face, na comunicação mediada por computador o silêncio pode mais facilmente ser interpretado erroneamente como falta de solidariedade. Quando alguém não nos responde um e-mail em que fizemos um pedido, uma reclamação ou um desabafo, a falta de pistas contextuais torna mais incerta – e portanto mais geradora de ansiedade – a interpretação do silêncio como uma ruptura fática ou emotiva.

rotineira e laboriosa na construção de vínculos entre suas identidades virtuais e suas identidades corporificadas.⁵⁸

3. Práticas sociais mediadas pela Internet modelam práticas de identificação realizadas off-line

Novamente Miller e Slater (op. cit.) reforçam um argumento de Leander e McKim (op. cit.) ao mostrarem que entre os adolescentes de Trinidad, formas de reconhecimento e referencia aos outros estão associadas a estágios marcados pelos tipos de práticas digitais de que participam ou que consideram mais ou menos valorizadas. Para Leander e McKim (op. cit.) pode haver aí a sugestão de que certas categorias identitárias reconhecidas off-line (adolescente, homem, mulher, pobre, lésbica, intelectual, etc.) tendem a ser associadas com certos tipos ou estágios de práticas digitais.

4. O uso das tecnologias on-line estende os relacionamentos off-line em lugar de substituí-los

As práticas digitais são geralmente parte de uma rede maior de práticas e eventos comunicativos que ajudam a manter e expandir relações sociais pré-existentes (reuniões, telefonemas, ordens de serviço, fofoca, etc.). Miller e Slater (op. cit.) mencionam também que o e-mail, especialmente a troca de fotos por esse meio, é, para os trinidadianos, uma maneira muito significativa de manter contato com familiares na diáspora.⁵⁹

5. Lugares off-line são incorporados e reproduzidos em ambientes de socialização on-line

Aqui Leander e McKim (op. cit.) recorrem à análise de mundos virtuais tais como o popular Alpha World⁶⁰ estudado por Dodge e Kitchin (2001), que podemos comparar com o popular Second Life, cuja utilização entre jovens e mesmo empresas brasileiras vem crescendo. Nesse “locus virtual”, os participantes tomam posse de “territórios” e constroem suas próprias representações tridimensionais de estruturas arquitetônicas. Eles têm, para tanto, a possibilidade de imaginar e implantar qualquer tipo de representação arquitetônica. No entanto, na maioria dos casos, usam-se formas convencionais dos subúrbios em que os usuários moram. Leander e

⁵⁸ Isto ficará bastante evidente na análise dos letramentos que apresentarei no Capítulo 6, particularmente no que tange o uso, naquele contexto, do site de relacionamentos Orkut.

⁵⁹ Exemplo semelhante será citado no estudo de caso que apresento no Capítulo 6, que descreve o uso do mensageiro instantâneo por uma dona de casa da comunidade para manter contato com seu filho que está trabalhando no Japão.

⁶⁰ A versão atual desse mundo virtual pode ser acessada em <http://www.activeworlds.com/worlds/alphaworld/>.

McKim (op. cit) sugerem que um fator decisivo para as escolhas dos construtores era obter mais conexões com as demais estruturas e usuários por meio de ambientações familiares e caminhos de exploração mais fáceis de percorrer. O que vemos aí pode ser expandido também para outros tipos de representação digital tais como websites e jogos de computador. A tensão entre inovação e reprodução ou metaforização do mundo off-line nesses objetos-significantes (websites estruturados como páginas de jornal ou índices de livros, jogos de computador que simulam tão verossimilmente quanto possível espaços geográficos e arquitetônicos existentes no mundo off-line, etc.) é sempre diretamente proporcional ao risco de que não sejam devidamente apreciáveis por não serem facilmente navegáveis. Isso, a meu ver, reforça o ponto de Leander e McKim (op. cit.) no sentido de que o que os designers conservadores pretendem com seus websites e jogos realistas é estabelecer relações com o maior número de pessoas possível, isto é, estreitar, em lugar de alargar, o suposto fosso entre o real e o virtual.

6. Identidades nacionais são praticadas no ciberespaço

Dentre os exemplos de Leander e McKim (op. cit.) para esse argumento, destaca-se o notório caso da babá britânica Louise Woodward, acusada de assassinar a criança de quem cuidava, filha de pais norte-americanos, e sentenciada à prisão perpétua em Massachusetts. Mais especificamente, os autores se referem à verdadeira "guerra" de nacionalismos estabelecida entre pessoas dos dois países por meio de sites da WWW e campanhas pró e contra a ré veiculadas por e-mail. O interessante aqui é notar que o caso Woodward depõe contra a injunção de que a Internet é um fator sem precedentes de homogeneização cultural. Neste caso, em particular, a controvérsia que se alastrou pela Internet teve origem no fato de que a babá utilizou, no depoimento que eventualmente resultou na sua prisão, uma expressão na língua supostamente comum aos dois países ("pop the baby in bed") a qual, no entanto, americanos e britânicos interpretaram de maneiras diferentes ("jogar o bebê na cama" para os americanos e "colocar o bebê na cama para os britânicos").

7. Espaços on-line e off-line são co-construídos e interpolados dinamicamente

Em seu estudo etnográfico das relações entre gêneros realizado em um tradicional cibercafé de Londres, Wakeford (1999) mostrou que em um espaço físico de sociabilidade organizado ao redor de redes de computadores (tal como um cibercafé ou um telecentro) as práticas

relacionadas à Internet são culturalmente distribuídas. A proposta do lugar, tal qual expressa por suas fundadoras, era construir um espaço em que o acesso à Internet não fosse influenciado por relações de gênero, e no qual as mulheres se sentissem encorajadas a identificar-se com as práticas digitais. Essa proposta libertária e "progressista" era reforçada simbolicamente pela decoração do ambiente onde os clientes tinham acesso aos computadores, estilizada ao gosto das sub-culturas da noite londrina, e também pela "paisagem on-line", isto é, pelas práticas visuais e textuais novas e flexíveis possibilitadas pelas telas de computador.

Trabalhando como atendente do cybercafé por alguns meses, contudo, a autora percebeu que as práticas e as interações entre clientes, computadores, atendentes, administradores e pessoal técnico eram reguladas por normas sociais e culturais bastante ortodoxas. Assim, as práticas do pessoal técnico criavam uma "paisagem" diferente daquela praticada por clientes e atendentes, uma paisagem feita de hardware, software e atividades necessárias à manutenção das máquinas. Esse grupo, composto exclusivamente de homens, se isolava em uma sala decorada de forma ortodoxa no segundo andar, a qual as atendentes não freqüentavam por considerá-la repugnante (suja e mal-cheirosa). Por fazerem parte de uma paisagem diferente, a paisagem das traduções na qual produziam e interpretavam a Internet em favor dos clientes, as atendentes precisavam utilizar a escada para negociar e ajustar o funcionamento do café fora das vistas dos clientes. Isto ocorria porque o espaço da administração, ocupado por duas mulheres, lhes era interdito pela diferença de poder, enquanto o espaço masculinizado dos técnicos lhes era interdito pelo que lhes parecia repugnante na masculinidade. Os clientes, por sua vez, mesmo ligados à paisagem on-line, utilizavam o espaço de maneira "sexista", recorrendo a atendentes femininos para pedir café e a atendentes masculinos para resolver problemas de funcionamento dos computadores.

O que o estudo de Wakeford (1999) mostrou, portanto, é que práticas digitais não podem ser vistas como objetos isolados de outras práticas sociais, porque os próprios recursos (simbólicos, materiais, humanos) que supostamente as definiriam como algo à parte estão sujeitos a regulações socioculturais (não custa lembrar aqui que esse mesmo princípio é inferível dos resultados do estudo da página digital da MTV apresentado no Capítulo 4).

Resumindo os argumentos de Leander e McKim (op. cit.) sobre a implausibilidade de conceber-se real e virtual como contextos isolados, podemos dizer que os diversos estudos nos quais os

autores se baseiam documentam, na prática, mais uma dimensão do hibridismo (entre local/global, impresso/digital, nacional/estrangeiro, verbal/visual, etc.) que tenho postulado como central para uma abordagem da inclusão digital, e agora para os letramentos digitais. Isto posto, retorno à linha principal de minha argumentação para explicar de que forma essa concepção de letramento digital estaria vinculada à noção de letramento crítico.

Nesse sentido recorro novamente a Bakhtin (1988), ou mais especificamente, à sua concepção de híbrido intencional. Para Bakhtin, a justaposição consciente e dialógica de duas linguagens num mesmo enunciado cria uma situação em que uma linguagem percebe ou ilumina a outra, uma voz desmascara ou ironiza a outra e, dessa forma, estabelece-se um conflito, um processo agonístico, através do qual as diferenças são mutuamente iluminadas sem que se caminhe para uma resolução ou fechamento do sentido. Ao postular os letramentos digitais como essencialmente inter e transculturais, reconhecemos o seu potencial para a justaposição dialógica de linguagens e vozes, e, com isso, para a instalação dos processos desestabilizadores das interpretações canônicas ou fechamentos de sentido.⁶¹

Há, nesse sentido, uma conexão entre LD e inclusão que se estabelece por meio da consciência crítica suscitada pela transculturalidade, e pelos conflitos que ela pressupõe, pelo encontro com a voz do outro nas novas espaço-temporalidades que as TIC ajudam a viabilizar. Como explica Epstein (2005, n.p., minha tradução),

toda cultura tem suas idiossincrasias, manias, fobias, pressupostos e restrições ideológicas, modos de doutrinação e filtros de informação. Ao transcender os limites dessas culturas ‘naturais’ ou ‘de primeira ordem’, a dimensão transcultural abre o próximo estágio da liberação humana, agora das dependências simbólicas e inclinações ideológicas que nos pertencem enquanto membros de um certo grupo cultural.

Entendo, com os elaboradores das orientações curriculares para o ensino médio no Brasil (MEC, 2006, p. 96), que a base da exclusão está na defesa da homogeneidade e que, portanto, “uma

⁶¹ Outra forma de explicar o mesmo fenômeno seria caracterizar os letramentos digitais como “terceiros espaços”, de Bhabha (1994), um conceito a que não recorro aqui para não estender e complexificar demasiadamente esta argumentação .

visão da inclusão é inseparável de uma consciência crítica da heterogeneidade e da diversidade”. Porque são polifônicos, transculturais, híbridos e dialógicos, embora, é claro, as TIC sempre possam ser praticadas de forma monológica e etnocêntrica, os LD, em tese, favorecem a percepção da heterogeneidade, e, portanto, colocam o sujeito em posição não apenas de relativizar a onda homogeneizante da globalização, como também de despertar para a heterogeneidade que constitui a sua própria “localidade”.

Obviamente, entretanto, a criticidade não estará no texto nem no meio, por mais híbridos que sejam ambos, mas sim na forma como este é interpelado e aquele praticado. Logo, entre o potencial desestabilizante que os LD ostentam e a formação efetiva de leitores e cidadãos críticos, se interpõem as concepções de inclusão digital e letramento digital que nortearão a ação da escola, da família, da comunidade, do Estado e, crescentemente, de outras formas de organização e redes de solidariedade acima e abaixo do nível do Estado-nação. Partindo da revisão bibliográfica que dá sustentação à introdução e ao Capítulo 2 desta tese, e baseado nos contatos que tive com diferentes lideranças e participantes de projetos de inclusão digital ao longo desta pesquisa, procurei esboçar os contornos de algumas dessas concepções, os quais apresentarei e discutirei, brevemente, a seguir.

5.4. Significados do letramento e concepções estratégicas de inclusão digital

Tendo em vista as considerações sobre letramento e inclusão dentro de uma perspectiva sócio-histórica aqui esboçadas, é possível avaliar criticamente pelo menos três concepções estratégicas para a inclusão digital que se fazem presentes simultaneamente no Brasil hoje. Uma dessas concepções, aquela que talvez goze de maior prestígio no senso comum, estende ao LD a perspectiva ortodoxa da relação entre letramento e inclusão que resultou dos processos de normalização, quantificação, e graduação valorativa impostos pela escolarização sobre os letramentos sociais ao longo da história do Estado-nação, mas agora com vistas a atender novas necessidades práticas do capitalismo transnacional, ou, nos termos de Collins e Blot (2003), algo como uma nova “corporitização” que avança sobre o mundo.

Tal alternativa acarreta uma noção de inclusão (digital) como ajustamento e/ou conformação às estruturas sócio-econômica e às desigualdades vigentes e vindouras, e continua a depositar no sujeito individual e/ou nos grupos (digitalmente) iletrados, o estigma da disfuncionalidade. Esta parece ser a concepção mais freqüentemente adotada por instituições oficiais tais como o sistema escolar e os programas de requalificação profissional promovidos pelos governos dos países ditos emergentes, tais como o Brasil.

Uma segunda concepção estratégica, radicalmente oposta à primeira, visa fomentar a apropriação crítica das TIC como forma de auto-afirmação cultural e de conscientização e mobilização político-ideológica para a transformação da sociedade. Tal visão coaduna-se com a perspectiva da educação crítica (não necessariamente conduzida pela escola) e acarreta uma noção de inclusão digital como um processo de conscientização e emancipação político-ideológica do sujeito através da tecnologia. Não por acaso, tal concepção tem sido posta em prática majoritariamente pelos assim chamados “movimentos sociais” e organizações não-governamentais dedicadas à educação popular, ao menos no caso do Brasil.

Mas há ainda uma terceira concepção para a inclusão digital que, embora não se possa, a rigor, chamar de estratégica, se apresenta como extremamente significativa especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos do mundo. Neste terceiro sentido, a inclusão digital não é nem um estado de adequação às novas estruturas de poder, nem o resultado da aplicação da racionalidade crítica a formas organizadas e disciplinadas de conscientização e resistência, mas um processo criativo, conflituoso e, até certo ponto, auto-gerido de apropriação e “enunciação” das TIC, o qual não se reduz aos limites e às maneiras de ser projetadas pelo local-tradicional, nem se rende passivamente à hegemonia do global-moderno. Podemos incluir, no amplo leque dessas manifestações, desde as formas de expressão artística mediadas por tecnologias digitais criadas por jovens que habitam as favelas do Rio, São Paulo, Recife ou Salvador, até a apropriação do *flash mob* ou do *telemarketing* por facções criminosas instaladas nos presídios do País.

O fato dessas três concepções operarem no País (e no mundo) ao mesmo tempo não chega a ser contraditório quando temos em conta que o País em si é heterogêneo e, portanto, contraditório, isto é, que convivem aqui, às vezes no mesmo subúrbio ou no mesmo edifício, o pré-moderno, o

moderno e o pós-moderno. Com efeito, não é improvável que um mesmo sujeito, digamos, um jovem que frequenta a escola pública, participa de um projeto de inclusão digital promovido por algum movimento social, e possui um telefone celular privado, experimente essas três maneiras de ser “incluído” simultaneamente. A pesquisa em inclusão digital, portanto, também não será efetivamente útil ao País se estiver baseada em um modelo autônomo e homogêneo, nem tampouco se tiver por finalidade “prescrever” qualquer uma dessas concepções em detrimento das outras.

Assim também é preciso ter em mente que conceituar o LD com uma rede acarreta certos pressupostos para a pesquisa e para a ação em ID. Em primeiro lugar, é preciso ter bem clara a distinção entre a rede enquanto morfologia, que a partir de um simples deslocamento do nosso olhar desde as coisas até as relações entre elas que sempre podemos postular, e a rede enquanto uma dinâmica, isto é, enquanto o “como”, a maneira como essas relações se atualizam por meio das práticas. Dito de outra forma, não se pode plausivelmente afirmar que determinados elementos (sejam eles pessoas, signos, máquinas, ou letramentos) são uma rede apenas por que é possível, para um observador, estabelecer relações entre eles, com base em atributos partilhados. Uma rede pressupõe um modo de ação e de configuração que só se estabelece efetivamente quando há fluxos (de bens, informações, textos, sentidos, etc.) que a percorrem. Atores que têm atributos em comum (pessoas/instituições com os mesmos interesses, máquinas com os mesmos princípios de funcionamento, letramentos que partilham os mesmos códigos e *scripts*, etc.) participam potencialmente de uma rede, que o olhar atento e a mente aberta podem detectar. Tal rede, porém, passa a ser efetiva apenas a partir do momento em que esses atores passam a agir uns sobre os outros. Quem não tiver isso em conta, corre o risco de cair naquilo que Martinho (2001, s.p.) chama de “ilusão morfológica”.

Logo, pesquisar, ensinar, promover ou criticar o que chamamos de letramentos digitais implica desvendar os “comos”, os fluxos e os modos de interação entre sujeitos e letramentos que configuram essas redes de práticas. Fazer inclusão digital, igualmente, implica não só promover esses fluxos, mas também ter o olhar atento e a mente aberta para encher as relações entre pessoas, signos, máquinas e letramentos que estão espalhados à nossa volta.

Capítulo 6: Estudo de caso exploratório: Casa Brasil Água e Vida

6.1. Introdução e Pressupostos

Este estudo toma por base teórico-metodológica a noção de inclusão digital como invenção do cotidiano explorada no Capítulo 2, e por objetivos básicos ilustrar as discussões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores e levantar novas hipóteses e perguntas, sugeridas por esse mesmo olhar teórico, que eventualmente poderão ser aproveitadas em futuros estudos.

Trata-se de um estudo sucinto que tenta tangibilizar a terceira concepção estratégica de inclusão digital mencionada no final do Capítulo 5 (ou seja, a ID como um processo criativo, conflituoso e, até certo ponto, auto-gerido de apropriação e enunciação das TIC), com alguma ênfase na análise dos letramentos existentes no contexto escolhido para a pesquisa, de modo que a concepção de letramento digital proposta naquele capítulo possa ter seu poder explicativo e sugestivo de novas investigações igualmente avaliado.

Na concepção deste estudo de caso, foram, portanto, considerados os seguintes pressupostos:

Pressuposto I: A inclusão digital, em qualquer contexto, será marcada simultaneamente por apropriações e conflitos.

Pressuposto II: Os sujeitos envolvidos em um projeto de ID podem ser vistos como *produtores* e *consumidores*. Os *produtores* (os criadores, patrocinadores e administradores do projeto) criam uma *estratégia* de inclusão que pode ser traduzida na forma de um sistema disciplinar. Essa *estratégia* deverá levar a um tipo de inclusão que não favorece a transformação das relações de poder que, em última instância, levam à exclusão social. Os *consumidores* (pessoas da comunidade que são atendidas pelo projeto) defletem e subvertem a estratégia dos produtores por meio de *usos* e *táticas*. Esses *usos* e *táticas* podem constituir formas de inclusão não previstas e

eventualmente não desejadas pelos *produtores*, mas que têm um potencial transformador. As posições de *produtor* e *consumidor* não são absolutas, mas relacionais. Um mesmo sujeito pode atuar como *produtor* e/ou *consumidor* em contextos diferentes, ou sob o ponto de vista de relações diferentes.

Pressuposto III: A inclusão, no contexto sócio-histórico corrente, justapõe homogeneização cultural e proliferação da diferença. A inclusão digital de uma comunidade será tão mais evidente, quanto mais for possível identificar usos das TIC que reflitam essas duas tendências simultaneamente.

6.2. Perguntas de pesquisa

Tendo em vista estes pressupostos, defini quatro perguntas que o estudo de caso deveria ajudar a responder ou, eventualmente, a reformular:

1. Como uma comunidade considerada "excluída" se apropria das TIC nas suas práticas quotidianas em um telecentro?
2. Em que medida e de que maneiras essas apropriações reproduzem ou subvertem padrões e/ou expectativas que constituem o senso comum acerca da ID?
3. Quais são os conflitos relacionados a essa apropriação?
4. Que letramentos são praticados no centro comunitário e de que maneiras estão relacionados entre si e com tais apropriações e conflitos?

6.3. Paradigma de pesquisa

Orientam o estudo o paradigma interpretativo da pesquisa social e a tradição etnometodológica dos estudos de letramento. A perspectiva interpretativa na etnometodologia reconhece que o ator social não é exclusivamente guiado por um sistema de normas sociais internalizadas, mas norteia suas ações igualmente em função das relações que estabelece com outros indivíduos, as quais o auxiliam na identificação do seu papel social. Dado que o processo fundamental da interação tem base na interpretação, é necessário, nesse paradigma, que o pesquisador se coloque na posição do ator, e que perceba o mundo ao seu redor do ponto de vista do ator (COULON, 1995). Nesta perspectiva, segundo Ponte (1994, p. 8) “uma idéia central é a de que a atividade humana é fundamentalmente uma experiência social em que cada um vai constantemente elaborando significado (*meaning making*). A investigação procura reconstruir essa experiência, usando para isso métodos que nela se baseiam diretamente ou que dela se aproximam”.

É importante ressaltar que este estudo, especificamente, não pode ser considerado uma etnografia das práticas digitais, no sentido estrito e completo do termo. Uma etnografia, no sentido clássico da palavra, tal qual sugerido nos manuais de metodologia, precisa dar conta de ao menos três tarefas: (1) produzir aquilo que Clifford Geertz chamou de "thick description", isto é, explicitar detalhadamente o contexto e o sentido de uma ou mais práticas para um observador externo àquela cultura e (2) explicitar as múltiplas perspectivas dos participantes nos contextos estudados e (3) evitar ir a campo com hipóteses a serem comprovadas, mas, em vez disso, construir a teoria de dentro para fora, a partir de processos inter-relacionados de coleta e análise de dados.

Nesse sentido, o trabalho que apresento aqui caracteriza-se muito melhor como sendo um estudo "de cunho etnográfico". Segundo Kleiman (1998, p.66), essa expressão, na tradição dos estudos em Linguística Aplicada, serve para "caracterizar o parentesco com a metodologia de coleta de dados, em contextos naturais, mas a caracterização poderia muito bem referir-se ao caráter híbrido da pesquisa quanto ao papel da teoria na construção e análise do problema".

6.4. Método

Segundo Ponte (1994, p. 2),

um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um curso, uma disciplina, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu 'como' e os seus 'porquês', evidenciando a sua unidade e a sua identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global do fenómeno de interesse.

Yin (1984) acrescenta que consideradas as perguntas clássicas da investigação científica (o que, quem, por que, como, quando e quanto) o estudo de caso é mais indicado quando a pesquisa tem por objetivo “por que” e “como”.

Também Yin (1984 *apud* HOLANDA, 2003) classifica os estudos de caso como *descritivos*, *exploratórios* ou *explanatórios*. Os *descritivos* visam basicamente descrever a natureza dos fenómenos que caracterizam uma certa realidade social, na plenitude de suas múltiplas e complexas manifestações. Sua realização pressupõe que o pesquisador disponha de antemão de uma teoria descritiva capaz de cobrir a profundidade e o escopo dos fenómenos a serem descritos. Os estudos *exploratórios* buscam, sobretudo, levantar hipóteses e perguntas relevantes que possam orientar futuras pesquisas. São, em geral, conduzidos como preparação para estudos mais aprofundados e/ou de maiores dimensões sobre aquele mesmo conjunto de fenómenos. Finalmente os estudos *explanatórios* procuram identificar as hipóteses que melhor explicam o conjunto de eventos sob estudo, ou então problematizar seu objeto de modo a construir uma nova teoria ou a confrontar teorias já existentes.

Tendo em vista essa classificação, o estudo aqui apresentado pode ser definido como predominantemente *exploratório*. Em parte, visa ilustrar a natureza da inclusão digital com base na teoria descritiva apresentada nos capítulos iniciais desta tese. Mas tem especialmente um

caráter de sondagem, no sentido de que pretende levantar questões para futuras investigações em maior escala e profundidade.

6.5. Procedimento de coleta dos dados

Nos estudos de caso realizados dentro do paradigma interpretativo são utilizadas diversas técnicas e instrumentos qualitativos, os quais podem ser complementados ou contextualizados por dados quantitativos, quando disponíveis e relevantes. Dentre tais instrumentos e técnicas destacam-se as observações (simples ou participante), entrevistas casuais ou em profundidade, questionários, grupos de discussão, assim como a coleta de artefatos, documentos e notas de campo.

Neste estudo em particular os dados foram obtidos ao longo de cinco visitas à Casa Brasil Água e Vida, durante os meses de outubro e novembro de 2006 na forma de:

- Observações não-participantes de uma sessão de “uso livre”, de aproximadamente uma hora, e de uma aula do curso de introdução em informática, com duração de duas horas;
- Entrevista casual, não estruturada, com uma voluntária do telecentro, e coleta de depoimentos de diversos usuários do serviço de “uso livre”;
- Duas entrevistas em profundidade com o coordenador do projeto, uma não estruturada, no início da pesquisa, e uma após a preparação do esboço do estudo, e estruturada a partir desse esboço, para discussão dos resultados e levantamento de eventuais incorreções.

Complementam os dados notas de campo colhidas durante as visitas à Casa Brasil Água e Vida, assim como outras notas de campo tomadas em visitas ao telecentro Jardim Maninos e à Casa de Cultura Tainã, em preparação para esse estudo. Foram consideradas ainda, na concepção do estudo, mensagens eletrônicas trocadas com um implementador social do GESAC⁶², que será descrito oportunamente como um dos sujeitos da pesquisa.

⁶² O programa GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), do Governo Federal, tem como meta disponibilizar acesso à Internet, preferencialmente por meio de antenas de conexão via satélite, assim como um

6.6. Tratamento dos dados

Os períodos de observação assim como as entrevistas foram gravados em áudio na íntegra. Realizei então uma “leitura” vertical dessas gravações, identificando núcleos temáticos com base nos quais os arquivos de áudio foram posteriormente segmentados e relacionados entre si e com as notas de campo.

Para sistematizar a análise desses segmentos, de tal forma que fossem contempladas as questões de pesquisa, defini as seguintes categorias analíticas:

- Apropriações
- Usos, táticas e estratégias
- Conflitos
- Letramentos

Procurei aplicar essas categorias à identificação de como os sujeitos que contribuíram para a pesquisa elaboram o significado da ID tal qual ela se dá no seu mundo social mais imediato, e então relacionar tais interpretações ao arcabouço teórico desenvolvido nos capítulos anteriores.

6.7. Contexto do estudo

A seleção do local

Para a escolha do local no qual seria realizado o estudo, foram levados em conta os seguintes critérios:

conjunto de serviços e ferramentas tecnológicas a comunidades consideradas “excluídas” em todo o território nacional.

- local de acesso público que atenda população em situação de desvantagem socioeconômica;
- perfil dos frequentadores deve ser heterogêneo em termos de gênero, idade, grau de escolaridade, etc. para possibilitar matizações e relativizações dos resultados em função de fatores socioculturais outros que não apenas o nível de renda;
- tamanho da comunidade atendida deve ser grande o bastante para permitir variedade na escolha de sujeitos voluntários, mas suficientemente pequeno para garantir a existência de laços sociais fortes no grupo pesquisado;
- tanto quanto possível, o local deve ser um contexto em que a apropriação dos letramentos ocorre de forma livre de pressões institucionais tais como as presentes em escolas e empresas.

Com base nesses critérios, foi selecionado inicialmente o Telecentro Jardim Maninos, localizado na Zona Norte de São Paulo e mantido pela prefeitura municipal. É a esse local que se refere a narrativa que constitui o preâmbulo dessa tese. Foram realizadas três visitas informais a esse local nos meses de março e abril de 2006, nas quais colhi notas de campo que ajudaram a delinear melhor o tipo de observação possível num telecentro, os papéis envolvidos (coordenadores, voluntários, implementadores, instrutores, conselho gestor, etc.), e as atividades típicas daquele tipo de iniciativa. Não houve, contudo, a possibilidade de desenvolver o estudo de caso naquele local por falta de retorno, por parte da administração municipal, bem como da empresa terceirizada responsável pela sua operacionalização, às minhas tentativas de contato e pedido de autorização.

Ainda como preparação para este estudo de caso, visitei o telecentro instalado na Casa de Cultura Tainã, na Vila Padre Manoel da Nóbrega, região noroeste do município de Campinas, no mês de setembro de 2006. Lá fui recebido pelas lideranças do projeto que, embora subsidiado, em parte, pelo governo federal (é um dos “Pontos de Cultura” do programa federal Cultura Viva), é administrado de forma autônoma pela comunidade, tendo obtido auto-sustentabilidade por meio da realização de shows e oficinas culturais para o público externo. Tendo por objetivo a conscientização crítica da população por meio do fortalecimento da identidade cultural, esse projeto tenta articular o acesso às TIC ao resgate histórico e cultural da identidade afro-

descendente, servindo, inclusive, de núcleo formador de implementadores sociais do projeto GESAC.

Embora não houvesse possibilidade de realizar o estudo ali, em virtude da distância entre o local e minha residência, o contato com aquelas lideranças, complementado por uma troca de correspondência por correio eletrônico com um implementador do GESAC por eles indicado, foi fundamental para a identificação das três concepções estratégicas de ID mencionadas no Capítulo 4. A partir de uma entrevista concedida pelo implementador social a uma revista especializada, tomei conhecimento da existência da Casa Brasil Água e Vida, localizada em Gopoúva, bairro da periferia do município de Guarulhos. Tendo constatado que o projeto atendia aos critérios de seleção, e obtendo prontamente a autorização e a cooperação de seu coordenador, decidi realizar naquele contexto o estudo de caso.

A Casa Brasil Água e Vida

Instalada na periferia de Guarulhos, em uma região densamente povoada (aproximadamente 220.000 pessoas), mas de baixíssimo índice de desenvolvimento humano, ao lado de um hospital público especializado no tratamento de hansenianos, num pequeno edifício térreo, construído nos anos 1930, que, no passado, cumpriu a função de entreposto comercial no qual visitantes vindos de outras cidades compravam mantimentos e presentes para os pacientes a serem visitados, a Casa de Cultura Água e Vida (CBAV) é uma organização não-governamental, criada há aproximadamente cinco anos, que congrega diversas iniciativas de desenvolvimento comunitário, tanto de forma autônoma, como por meio de parcerias com entidades governamentais (por exemplo o programa saúde da família, programas educacionais em meio aberto e programas de alfabetização de adultos). Dentre os projetos existentes na entidade está um telecentro, obtido através do projeto Casa Brasil, uma iniciativa do governo federal que reúne diversos ministérios, órgãos públicos, bancos e empresas estatais sob a coordenação do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação).

O documento que descreve oficialmente a iniciativa (ITI, 2006, p. 2), disponibilizado em formato eletrônico no website do ITI, destaca como seu propósito mais geral “implantar, junto às

comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte”. Para tanto, o projeto propõe “o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação visando capacitar os segmentos excluídos da população para a inserção crítica na Sociedade do Conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza”. Tal objetivo está expresso na missão/slogan “conhecimento e cidadania morando juntos”, afixado em letras de bom tamanho no hall de entrada da casa.

Dentre os objetivos específicos listados no mesmo documento, estão:

- Viabilizar a apropriação autônoma e livre das novas tecnologias;
- Estimular o desenvolvimento da cidadania ativa;
- Fortalecer as ações das organizações da sociedade civil e a participação popular;
- Promover a integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Proporcionar um espaço para a manifestação cultural local e regional;
- Estimular e difundir o hábito de leitura;
- Divulgar a ciência;
- Promover inclusão digital e preparação para o mundo do trabalho através dos Laboratórios de Montagem e Manutenção de Equipamentos de Informática;
- Proporcionar à comunidade a oportunidade de criar e editar conteúdo multimídia;

Para a consecução de todos esses objetivos, os centros comunitários nos quais as Casas Brasil são instaladas, aproximadamente cento e trinta locais já em funcionamento em todo o País, deverão reunir diversos “módulos”, que podem ser implantados simultaneamente ou em etapas, a critério do conselho gestor local, constituído por pessoas eleitas da própria comunidade. Dentre esses módulos, além de telecentros, como aquele no qual foi desenvolvido este estudo de caso, o projeto também prevê auditórios, sala de leitura, espaços multimídia; oficinas de rádio; laboratórios de divulgação da Ciência; unidades bancárias e módulos de representação do Governo Federal.

Nos telecentros, montados com no mínimo dez e no máximo vinte microcomputadores conectados à Internet, nos quais são instalados, exclusivamente, softwares livres, são desenvolvidos, basicamente, três tipos de atividades:

- Uso livre
- Cursos de introdução à informática
- Oficinas especializadas

No telecentro da Casa Brasil Água e Vida, os freqüentadores do uso livre podem utilizar os computadores durante uma hora por dia, necessitando, em geral, reservar tal horário com antecedência, em virtude da grande procura por essas vagas. Tal reserva pode ser feita pessoalmente, por telefone ou por meio de amigos que eventualmente passem pelo centro. Não há o que se poderia chamar de monitoramento ou controle das atividades realizadas pelos usuários na modalidade uso livre, embora exista, por parte do coordenador e dos voluntários, a orientação para que os freqüentadores não acessem conteúdos inadequados tais como sites dedicados à pornografia, jogos de azar, racismo, apologia ao ódio e à violência, etc.. Assim por uso “livre” devemos entender usos cujo propósito não foi estabelecido *a priori* pelos formuladores do projeto, mas que no entanto obedecem a certos limites éticos e práticos (tempo, disponibilidade de computadores e papel para imprimir, etc.) impostos pelos responsáveis pelo centro, assim como certas finalidades impostas aos usuários por outras pessoas ou situações, tais como fazer lição de casa ou utilizar o computador para elaborar e enviar um currículo.

Nos cursos de introdução à informática, que, no caso aqui descrito, duram vinte horas, com sessões diárias de duas horas de aula, os freqüentadores familiarizam-se com conceitos básicos da informática (software e hardware, software livre e software proprietário, etc.) e com aplicativos de uso mais freqüente tais como processadores de texto, planilhas de cálculo, programas de edição de imagens e navegadores de Internet. Mas também com orientações informais relativas ao mundo do trabalho, ao funcionamento de processos de seleção para empregos e estratégias de requalificação profissional. Ao final do curso, aqueles cuja freqüência e participação são consideradas satisfatórias recebem um certificado oficial emitido pela Casa Brasil, e entregue em uma cerimônia de formatura realizada no centro comunitário. No momento em que este estudo foi conduzido, havia cinco turmas, de quatorze pessoas cada, em andamento.

As oficinas especializadas podem estar relacionadas tanto à produção de conteúdo multimídia (websites, animação gráfica, edição de áudio/vídeo) quanto à programação de computadores, ou ao desenvolvimento de sistemas aplicativos. Há ainda, esporadicamente, oficinas de “metareciclagem”, nas quais os participantes aprendem a montar computadores reciclados a partir de partes de computadores velhos doadas por empresas. À época deste estudo, não havia nenhuma oficina especializada em curso, tendo a mais recentemente realizada naquele local sido dedicada à construção de websites utilizando a linguagem HTML. O material resultante daquela oficina não estava disponível para minha consulta por ocasião deste estudo. Em vista desses dois fatores, não houve outra alternativa senão descartar a modalidade “oficina” das observações e análises que participam desse estudo.

O telecentro da Casa Brasil Água e Vida é freqüentado por pessoas de diversas faixas etárias, algumas das quais residem a uma distância considerável (alguns quilômetros) do local. A maior parte dos freqüentadores, entretanto, é composta por jovens em idade escolar e adultos desempregados, em busca de qualificação profissional. Há também donas de casa e idosos que procuram o telecentro para fazer o curso de introdução à informática, ou para acompanhar seus filhos e netos nos horários de uso livre. Não raro, aparecem no centro crianças pequenas, em idade pré-escolar, trazidas por suas mães que não têm com quem as deixar enquanto lá estão.

Entre os desafios atuais enfrentados pela CBAV, elencados por seu coordenador, está, antes de mais nada, a necessidade de obter sua auto-sustentabilidade financeira, visto que o subsídio do governo federal está disponível por um período máximo de dois anos. Também são foco de preocupação a evasão relativamente alta nos cursos de introdução à informática, que redundam numa subutilização dos recursos disponibilizados, e a obtenção de uma antena do GESAC para acesso à Internet via satélite, que embora prometida, ainda não foi entregue, fazendo com que a entidade tivesse que contratar o acesso pago à Internet por meio da companhia telefônica local. A demanda da população pelos serviços do telecentro é crescente. Segundo seu coordenador, no primeiro ano de funcionamento foram cadastradas/atendidas cerca de quatro mil pessoas. O coordenador levantou espontaneamente o tema da evasão, que parece preocupá-lo bastante, e mencionou uma estimativa de cerca de seis pessoas que desistem do curso de introdução à informática sem concluí-lo a cada quatorze que o iniciam.

6.8. Os sujeitos

S., o coordenador, é um homem de quarenta e cinco anos, que reside em um bairro mais central, e de perfil sócio-econômico mais alto, no município do Guarulhos. Com formação profissional e experiência corporativa de vinte anos na área de informática, já possuiu uma pequena empresa de serviços daquele tipo. Juntou-se ao projeto um ano antes da realização desse estudo por uma decisão pessoal, de foro íntimo, que o motivou a “transferir esse conhecimento” para um projeto de inclusão. É responsável pelo projeto desde o seu início, e o desenvolveu sob a orientação dos implementadores sociais designados pelo governo federal. Foi levado a Brasília, juntamente com outros coordenadores de todo o país, para um treinamento inicial no qual recebeu diretrizes básicas para a implementação do projeto. Realizou parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para a instalação do telecentro, promoveu sua divulgação na comunidade e, no momento, coordena os trabalhos, além de ministrar alguns dos cursos.

A. é voluntária do projeto e está sendo treinada por S para assumir parte dos cursos de introdução à informática. Foi ela quem conduziu a aula do curso de introdução à informática para adultos que observei. Com dezoito anos de idade no momento em que foi realizado este estudo, A. cursava o último ano do ensino médio. Frequentadora do projeto Água e Vida desde a infância, A. foi eleita para o conselho gestor da Casa Brasil. A. não tem formação específica na área de informática além da que obteve no próprio curso oferecido pelo telecentro.

T., estudante de quatorze anos, é frequentadora assídua do uso livre, ao qual chega por volta das 13h00, logo após o período escolar, e, quando possível, acompanhada de uma prima e algumas colegas da mesma escola. Quando a abordei, durante minha observação de uma sessão de uso livre, estava utilizando o site de relacionamentos Orkut⁶³ e, ao mesmo tempo, interagindo via

⁶³ O Orkut é um website de relacionamentos pertencente à companhia Google. Leva o nome de seu projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro de nacionalidade turca. A particularidade que fez do Orkut um grande sucesso, especialmente no Brasil, é que só pode se tornar membro das comunidades virtuais que o site abriga o usuário que receber um convite de outro usuário já cadastrado.

MSN⁶⁴ com uma amiga sentada à frente de outro computador no mesmo laboratório. Declarou freqüentar o telecentro basicamente para realizar pesquisas escolares e para utilizar o Orkut. Naquele site, pertencia a aproximadamente cento e trinta comunidades temáticas, sobre as quais conversou comigo longamente.

P. é um jovem jogador profissional de futebol, negro, aparentando não mais do que vinte anos. Quando a abordei, durante minha observação de uma sessão de uso livre, estava consultando um site especializado em esportes, no qual quis me mostrar os resultados dos jogos dos quais participara no ano anterior, por uma equipe profissional do interior do estado. P. era uma das cinco pessoas, entre as quatorze ali presentes, que não estava utilizando o site de relacionamentos nem o mensageiro instantâneo, razão pela qual o abordei.

E. é uma estudante egressa do ensino médio, aparentando aproximadamente vinte anos, que encontrei preenchendo o formulário eletrônico de inscrição para o vestibular de uma faculdade privada da cidade de Guarulhos. Seu modo de vestir e de falar a destacava um pouco dos demais usuários ali presentes. Aparentava vir de uma família de classe média, e, de fato, usava o telecentro apenas porque seu computador doméstico estava quebrado. Revelou que começara a freqüentar o telecentro há pouco tempo, e que o fazia com o propósito específico de pesquisar opções de faculdades e cursos aos quais poderia se candidatar. Acabara de se inscrever para o vestibular de Letras numa faculdade particular de Guarulhos.

Dona T., trinta e oito anos, desempregada, e seu filho **W.**, dez anos, estudante do ensino fundamental, vinham ao telecentro juntos, com certa freqüência. Na data em que os conheci, estavam em salas separadas. Dona T. me pediu ajuda para acessar um website, relacionado a um programa de televisão do qual era expectadora assídua, cuja URL tinha trazido anotada em um pedaço de papel. Disse que seu filho, que geralmente a auxilia, tinha sido designado para a outra sala. Declarou ter feito um curso de informática há muitos anos, quanto trabalhava em uma grande empresa de distribuição de alimentos, mas que, à época, só utilizava o computador para preencher e imprimir etiquetas que necessitava afixar aos produtos. Não tinha, portanto,

⁶⁴ MSN ou Microsoft Service Network é um conjunto de serviços oferecidos pela Microsoft, empresa produtora do sistema operacional Windows, que permite a comunicação síncrona por meio de texto, voz e imagem através da Internet. A sigla designa, informalmente, um programa de mensagens instantâneas muito popular entre os usuários da Internet, que informa quando outros usuários conhecidos estão on-line e permite a comunicação com esse outro usuário simultaneamente à realização de outras tarefas no computador.

familiaridade com a interface gráfica do programa de navegação. Conversamos longamente sobre o que a trouxera ao telecentro, e sobre o papel do computador na vida de seu filho W.. Este encontrava-se na sala ao lado, consultando o serviço de busca de imagens do Google. Declarou fazer duas coisas basicamente no telecentro: freqüentar sites de jogos, especialmente os relacionados a canais de desenhos animados, e pesquisar, por conta própria, sobre “carros envenenados”.

B. é um implementador social do GESAC. Seu trabalho consiste basicamente em ministrar oficinas em diversos telecentros espalhados pelo Brasil, a pedido das comunidades. B. é conhecido por seus pares como “agitador da inclusão digital”, por conta de seu entusiasmo e do vigor com que conduz os projetos que lhe são designados. Em meu contato com B., por e-mail, pude perceber que possui convicções políticas bastante definidas, que eu qualificaria como anti-capitalistas, e uma crença sólida no potencial contra-hegemônico das TIC, por meio do software livre, para a mudança social.

6.9. Discussão dos resultados

Apropriações:

Em sua entrevista inicial, S. deixa claro que o objetivo maior do telecentro é fazer com que a comunidade se aproprie da informática, ou, mais especificamente, da combinação entre uma infra-estrutura de acesso disponibilizada gratuitamente, e um recurso intangível de grande valor, o software livre, para o fortalecimento da sua cidadania. Neste sentido, sua interpretação da ID coincide com aquela delineada pelo Projeto Casa Brasil. Para S., assim como para as instâncias governamentais que patrocinam o projeto, a evidência dessa apropriação estaria, primeiro, na demanda contínua da população pelos serviços do centro e, segundo, na obtenção de sua auto-sustentabilidade, para o qual a comunidade deverá se mobilizar. Podemos dizer, então, que a apropriação das TIC pela comunidade constitui a principal *estratégia* daqueles que podemos

qualificar como os *produtores* do projeto, mas que estes entendem tal apropriação de forma bastante específica.

Para efeito de análise, tomo emprestada de Rodrigues (2006, p. 38, ênfases adicionadas) a seguinte definição de apropriação:

*a capacidade de tomar para si, de **assimilar** e, ampliando um pouco mais esta concepção, de **compreender e transformar**, estabelecendo **quais usos o objeto apropriado pode ter e quais são os efeitos que este uso acarretará para si e para o grupo**. É um movimento que acontece em um processo dinâmico, que pode envolver momentos de adaptação e **reinvenção de significados**.*

A noção de que a apropriação é um processo dinâmico parece estar incorporada ao projeto, quando se olha para as três modalidades de acesso oferecidas à população. Nos cursos de introdução, que S. diz serem fundamentais para atender uma população composta em sua maioria de “analfabetos tecnológicos”, busca-se fomentar os estágios iniciais, de assimilação e compreensão das TIC naquela população. Nas oficinas, procura-se diversificar e aprofundar, de forma intensiva, o conhecimento sobre os usos que as TIC podem ter, e estimular a sua aplicação na consecução de projetos “reais”, no dizer de S., isto é, na produção de artefatos e competências que possam ser transformadas em formas de ganhar a vida, ou de melhorá-la. No “uso livre”, o que se pretende é dar à comunidade a oportunidade de utilizar o computador e a Internet de forma “autônoma”, para se apropriar do conhecimento relevante para a sua participação ativa, crítica e cidadã. Mais especificamente, espera-se que a população utilize essa modalidade de acesso não apenas para atividades de entretenimento e contatos pessoais, mas também para a utilização de serviços oferecidos por órgãos governamentais, pesquisas escolares e busca de emprego.

Solicitei de S. sua avaliação de como essa apropriação estaria ou não acontecendo, em termos das práticas concretas que observava no cotidiano do telecentro. S. relatou, como evidência de que a apropriação tem acontecido, casos de pessoas que conseguiram, através do curso de introdução à informática, ingressar no mercado de trabalho. Por exemplo, uma das jovens que fez o curso de introdução à informática, levou o certificado, oferecido pela Casa Brasil, para seu empregador. A moça fazia distribuição de panfletos nas ruas de Guarulhos para uma empresa de publicidade. Seu

empregador, impressionado com sua iniciativa, e convencido de que o curso a qualificava para uma promoção, a transferiu para o escritório, a “tirou da rua”, como ressaltou S., para que passasse então a coordenar o trabalho dos colegas que continuariam na mesma função.

Este exemplo parece sumarizar uma das interpretações vigentes na comunidade acerca dos usos que o computador pode ter, e dos efeitos desses usos em suas vidas. Boa parte das pessoas que recorrem ao curso de introdução não o fazem por curiosidade, ou por perceberem nas TIC um instrumento “transformador”. As pessoas recorrem ao serviço, segundo S., motivadas por uma necessidade específica, ou por cultivarem uma esperança de melhoria em suas condições de vida a partir de alguma proposta ou oportunidade profissional na qual o domínio rudimentar do uso do computador entra como condição necessária.

Para as pessoas que procuram o telecentro sem um propósito profissional ou educacional definido, S. diz ser necessário promover uma “conscientização” inicial.

A gente deixa claro, desde o início, que o curso não é apenas o curso pelo curso (...) falamos também pra eles o que é o mercado de trabalho e como é que o mercado está absorvendo as pessoas, porquê conhecer tecnologia, porquê conhecer informática é importante, mas que aquilo é um começo. Ele não vai fazer o curso e lá na frente já vai ter um emprego esperando por ele.

Essa “conscientização”, segundo S., é necessária, porque boa parte das pessoas tendem a fracassar ou abandonar o curso. Na sua visão,

isso é uma cultura muito relacionada com o formato de educação que é dado no Brasil. Por que é que a pessoa não dá continuidade às coisas? Porque ela não foi formada para isso (...) Eu diria que em torno de uns 40% faz o curso, muitas vezes, por fazer...porque ainda não se situaram no mundo mercadológico. Mas uma boa parte faz, então uns... uns 60%, faz já definindo que aquilo é que ele quer, que ele precisa daquilo.

É o caso, por exemplo, de um jovem que teve uma oferta de emprego em uma pizzaria, efetivamente obtido após o curso, e de uma jovem mãe, cujo filho de oito meses ficou aos cuidados das voluntárias do projeto durante a realização do curso, que tinha uma oferta de emprego na área de telemarketing. S. relatou também casos em que as pessoas são motivadas por outros fatores “externos”, alheios à própria vontade. Houve, por exemplo, uma pessoa que sofrera um acidente neurológico, e que viera ao telecentro por recomendação médica, como forma de recuperação de funções cognitivas. Para S., ao que parece, a apropriação das TIC só vai resultar em “inclusão” no caso dos frequentadores aprenderem a lhes dar um sentido *estratégico* em suas vidas.

Por conta dessa interpretação, S. acredita que o verdadeiro trabalho a ser feito na ID não é apenas de capacitação, mas de “formação da pessoa humana”.

A idéia é: vamos tentar formar a pessoa humana pela sua consciência, né, pelo seu caráter, pela sua ética, cê entendeu? (...)Então o grande desafio é esse: mostrar para um ser humano, de uma comunidade excluída, que ele não é excluído, que ele é excluído porque ele quer, porque muitas vezes ele não parou pra cobrar porquê ele não teve as oportunidades que deveria ter, e que ele não tem que ficar esperando uma oportunidade, ele não tem... Ele tem que parar de ficar na mesmice, parar de ficar assistindo Sinhá Moça, o programa do Huck...buscar essas coisas aí e tentar... pode buscar, assiste Sinha Moça, mas busca o teu plano de vida, o teu planejamento. Porque a fila tá andando filho, a fila tá andando...

Pode-se afirmar, portanto, que os produtores da CBAV, representados por S., interpretam como “inclusão” apropriações das TIC que levam à inserção do sujeito nas relações de produção e consumo já estabelecidas, à sua “absorção” pelo mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, consideram fator chave para tanto que o sujeito se engaje em um conflito consigo mesmo, contra os hábitos ou disposições pessoais ou perfis culturais, que, na sua visão, necessitam ser modificados.

Talvez por essa razão não aponte como formas de apropriação, e conseqüentemente, de inclusão, a maior parte das práticas que observei no uso livre, isto é, fora da intervenção “pedagógica” prevista para as oficinas e do curso introdutório⁶⁵. Essas formas de apropriação, secundárias, na visão de S., podem ser resumidas, com base em minhas observações na CBAV e no telecentro Jd. Maninos, bem como nos relatos de S. e das voluntárias, a alguns padrões, dentre os quais se destacam:

- Realização de trabalhos escolares
- Redação de currículos e o preenchimento de fichas de cadastro em agências de emprego on-line
- Prática de jogos on-line
- Consulta a sites relacionados a programas de televisão
- Uso do site de relacionamentos Orkut
- Uso do comunicador instantâneo

Em princípio, esses padrões não parecem refletir formas de transformação ou reinvenção de significados das TIC. De fato, em muitos casos, o que se nota neles é uma atitude meramente responsiva a certas demandas impostas por setores hegemônicos tais como os canais comerciais de televisão e as empresas nas quais as pessoas da comunidade necessitam se empregar. S. relatou, nesse sentido, o caso exemplar de uma senhora que se matriculou no curso de introdução à informática na expectativa de poder obter receitas culinárias no site de uma apresentadora de programas femininos de TV.

Em verdade, a televisão parece ter um papel bastante importante na aproximação inicial da comunidade com as TIC. Segundo S., muitas pessoas da comunidade sentem-se motivadas a aprender informática e a freqüentar o uso livre para dar continuidade a, ou para suplementar, seu hábito de consumir televisão. Entre as várias comunidades temáticas do Orkut das quais participava, T. parecia ter especial interesse em uma dedicada a criticar um certo programa de jornalismo esportivo, o qual, segundo ela, tinha uma atitude parcial, contrária ao time de sua preferência. Também participava de uma comunidade dos fãs de um seriado em desenho

⁶⁵ Cabe notar, entretanto, que boa parte das práticas observadas na modalidade “uso livre”, tais como a pesquisa escolar, não estão isentas de outros tipos de intervenção pedagógica (nesse caso, da própria escola), mas apenas precedem ou ultrapassam as intervenções de S. e de sua equipe de voluntários no âmbito do projeto.

animado. W. me disse que uma das suas atividades preferidas no uso livre era a prática de jogos disponibilizados no site de um canal de televisão especializado em desenhos animados. Quando abordei Dona T., mãe de W., ela estava tentando acessar o website de um programa de televisão de cunho religioso. Esses são apenas alguns exemplos de como a televisão atua como um vetor que aponta para o telecentro naquela a comunidade.

Essa influência da televisão (e de outras mídias tradicionais) na apropriação das TIC pela comunidade está também documentada por Rojas *et al* (2004), no seu estudo em uma comunidade de imigrantes mexicanos nos EUA, entre outros estudos. Mas, mesmo parecendo constituir uma forte tendência, esta ligação entre televisão e usos das TIC na comunidade não se dá necessariamente de forma padronizada ou submissa. T. e seus amigos do Orkut fazem daquele site um espaço alternativo de debate e crítica ao conteúdo de um programa televisivo notório por sua parcialidade. Quando o sinal dos canais especializados em desenhos dos quais gostava, que fora disponibilizado temporariamente em rede aberta pela operadora de TV a cabo da região, foi tirado do ar, W. encontrou nos jogos disponibilizados nos websites daqueles canais uma maneira de contornar a retirada do sinal, e continuar “usufruindo” daqueles mesmos conteúdos que lhe agradavam, sem ter que pagar por isso. Já sua mãe, Dona T., declarou estar interessada no website do programa religioso por dois motivos. Primeiro, porque precisava dividir o tempo da televisão com W., que preferia desenhos animados, e não conseguia assistir ao programa todos os dias, como desejaria. Nesse sentido, agiu de forma idêntica a W.. Segundo, porque achava importante acompanhar W. no seu desenvolvimento cognitivo/educacional, e encontrara naquele website uma “porta de entrada” para o “mundo da Internet”, no qual W. já ingressara. Nesse sentido, agiu de maneira tática, sobre a qual discorrei mais detalhadamente na próxima seção dos resultados.

Quando se contextualiza melhor os padrões de uso apontados por S., portanto, aparecem nuances de uma apropriação mais criativa e crítica do que sua fala nos faria supor existirem. P., o jogador de futebol, por exemplo, revela em seu depoimento que o significado da Internet em sua vida, nesse momento, ao menos, é bastante específico. Trata-se de uma maneira de buscar informações relativas ao seu projeto profissional que não estão disponíveis, para ele, em outras fontes. Jogador profissional de um pequeno time do interior do estado, P. não aparece nos programas ou páginas de esportes da TV ou dos jornais locais, mas encontra na WWW uma maneira de contabilizar

seus resultados, avaliar suas possibilidades futuras e de demonstrar à família, aos amigos, e até a estranhos como eu, a concretização de seu “sonho” de ser jogador profissional. Sem um empresário que represente seus interesses, ou que promova sua imagem, esse rapaz se apropriou da Internet de forma *estratégica*, como quer S., mas não de forma meramente responsiva a uma pressão ou oportunidade externa. Ele a usa para construir a sua história, narrar-se a si mesmo, registrar uma trajetória de vida que, por enquanto, não interessa às páginas esportivas ou aos programas de TV.

Na minha troca de e-mails com B., o implementador social do GESAC, que foi feita em preparação para este estudo, tomei contato com uma postura semelhante, embora direcionada a outros objetivos. Argumentei que minha pesquisa seria útil para divulgar o trabalho que ele e seu grupo desenvolvem, e que por isso valia a pena marcar uma entrevista comigo. B. me respondeu que não estava interessado em divulgar o trabalho através de uma pesquisa acadêmica: “Pessoas como eu, pessoa 1 e pessoa 2 (outras lideranças, não citadas neste estudo), procuramos escrever a nossa história com nossas próprias mãos... sem intermediários”. E complementou: “Odeia a mídia? Seja a mídia!”.

Embora boa parte dos adolescentes utilizem o comunicador instantâneo no telecentro para “bater papo”, às vezes com amigos que estão dentro do mesmo laboratório, uma senhora, mencionada por S. em sua primeira entrevista, relatou ter aprendido a utilizar o comunicador instantâneo para poder estar em contato mais frequentemente com seu filho, que, como muitos brasileiros, mora no Japão, empregado na indústria daquele país. Aqui a apropriação também obedece a uma motivação externa – o custo dos interurbanos, a distância imposta entre mãe e filho por conta do encolhimento do mercado de trabalho no País, etc. – mas resulta numa transformação da espaço-temporalidade a que a senhora estava subordinada, incompatível, até então, com a do seu filho. As TIC não entram na sua vida como ponte para a “sociedade do conhecimento”, mas como ponte para o já conhecido, como algo que faz entrelaçarem-se em seu cotidiano os tempos-espacos daqui e do Japão.

E., a estudante que freqüentava o telecentro apenas para consultar sites de universidades, ao contrário de P. e dos “orkuteiros”, parece encaixar-se perfeitamente no que S., o coordenador, descreveria como um uso “inclusivo”. Seu caso, porém, parece apenas ilustrar um dado que estudos

como os de Rojas *et al* (2004) e Snyder *et al* (2002) trazem: não foram as TIC que a levaram a conceber o aumento de seu “capital cultural” como uma estratégia de inclusão. Foi sua participação num determinado tipo de capital cultural (estudante universitária de classe média) que a trouxe, forçosa e seletivamente, às TIC. Dito de outra forma, E. utiliza as TIC porque já está incluída, no sentido de inclusão que parece nortear as interpretações de S..

Um bom contra exemplo, isto é, um exemplo interessante de apropriação das TIC ligada ao conhecimento que surge espontaneamente, pela agentividade do sujeito, se refere ao buscador de imagens do Google. O que normalmente se poderia descrever como uma apropriação “assimiliativa” daquele serviço, é que o usuário buscasse ali representações de um objeto, pessoa ou conceito determinado por uma palavra chave específica, para ilustrar, ornamentar ou complementar os resultados de uma busca textual. E, de fato, é assim que parte do usuários que observei procediam ao fazerem suas pesquisas escolares no telecentro. Entretanto, quando abordei W., filho de Dona T., ele acabara de fazer uma busca de imagens utilizando como palavra-chave a frase “carros envenenadíssimos”. Quando lhe perguntei o que fazia com as imagens de carros que obtinha, W. retrucou “pesquisei o nome deles”. Dentre as imagens obtidas, selecionava as que mais lhe agradavam, e, clicando sobre elas, era levado a algum site no qual descobria o nome do carro em questão. Em nova busca de imagens, utilizando agora o nome de um carro específico (naquele dia especificamente, usou a frase “sobre o Zonda”), obtinha imagens detalhadas, de diversos ângulos e partes específicas do automóvel, desenhos técnicos, gráficos de desempenho do carro, e assim por diante. Caso tivesse feito a mesma consulta no buscador textual, algo que fiz eu mesmo, mais tarde, encontraria, misturadas às do carro, informações sobre um tipo de vento que assola periodicamente uma província Argentina, e sobre um frequentador de um fórum de discussão sobre tecnologia, cujo nome é Zonda.

W., então, parece ter compreendido o potencial do buscador de imagens para desenvolver um tipo específico de pesquisa, que, diferentemente da normalmente pedida pela escola, combina fruição estética e conhecimento técnico/factual altamente sofisticado, a partir de um interesse pessoal da criança. W. percebeu o melhor potencial do buscador de imagens, em relação ao textual, para a coleta e desambiguação do tipo de informação que lhe interessava e o transformou numa espécie de enciclopédia visual na qual encontrava informações não disponíveis nas enciclopédias normais.

O que todos esses exemplos mostram é que a intervenção “pedagógica” de S. e de sua equipe de voluntários não é necessariamente uma pré-condição para uma apropriação mais transformadora das TIC, embora, é claro, não deva ser descartada. Em verdade, no próprio discurso de S. a idéia de transformação é controversa, muitas vezes assume o sentido de conformação às demandas impostas sobre a comunidade pelo governo, pelos empregadores ou, em nível mais geral e abstrato, pelo que S. denomina a “sociedade do conhecimento”. Por essa razão, decidi observar uma instância dessa intervenção na forma de uma aula do curso de introdução à informática para adultos da comunidade, ministrada por A.. Esses dados mostram, curiosamente, certas apropriações para as quais S. talvez não estivesse atento, mas que afetam de maneira considerável o sucesso da estratégia que está tentando implementar.

S. deu início à aula me apresentando aos participantes como uma pessoa que veio da UNICAMP para conhecer o trabalho do telecentro. A ênfase no nome da instituição não passou despercebida pelos participantes, que se ajeitaram imediatamente nas cadeiras, um tanto tensos. Em seguida, pediu aos alunos novos (aquela era apenas a segunda aula do curso) para se apresentarem, e fechou sua participação naquele dia com o seguinte comentário:

Aproveitem, comecem a fazer amizade (entre vocês). (...) Quando a gente tiver falando de mercado de trabalho, que envolve a parte de currículo e tudo mais a gente vai falar sobre isso aqui ó (anota a palavra ‘networking’ no quadro). Gravem isso! Se vocês puderem, na casa de vocês, pesquisar o que significa isso aqui ó, néti uôrkin (networking), a gente vai falar um pouco sobre isso. Isso aqui vai ser a chave das oportunidades que vocês podem ter na vida profissional.

Diferentemente de S., A. nasceu e foi criada na comunidade, tendo freqüentado a Casa de Cultura Água e Vida, como criança assistida, por muitos anos. Minha presença na aula a deixou um tanto desconfortável, no início, segundo ela mesma, por estar se sentindo insegura na posição de instrutora do curso, que acabara de assumir. Notei desde o início que, naquele evento, diferentemente do que observara nas sessões de uso livre, vigorara uma espécie de “script” escolar a estruturar as ações dos participantes. A. assumira um tom professoral, postada à frente dos alunos, junto a um quadro negro.

- A...: Agora nós iremos trabalhar com a área de désqui tópi. Quem sabe o que é?
- Participante: Désqui quem?
- A...: Dêsq tópi (anota a palavra “desktop” no quadro)
- Participante: Désqui... ali é um ‘k’?
- A...: É. Dêsq tópi.
- Participante: Sinceramente, na minha época que eu estudei... (meneando a cabeça)
- A...: É essa telinha que vocês tão vendo aí... significa ‘área de trabalho’. Na área de désqui tópi, nós iremos aprender a abrir janelas e criar pastas. Quem sabe abrir uma janela?
- Participante: Eu (abrindo a janela da sala que estava às suas costas, provocando risos).

Esse pequeno excerto, bastante representativo do que observei durante todo o evento, mostra que A. e os participantes adultos se apropriaram da estrutura discursiva “iniciação-resposta-avaliação”, típica do contexto escolar (SINCLAIR;COULTARD, 1975), para construir uma situação de ensino-aprendizagem naquele contexto. A maneira como A. utilizava o quadro para representar esquematicamente a interface do computador, as anotações feitas pelos participantes, à mão, em pequenos cadernos escolares, o “plano de aula” preparado por S. e seguido à risca por A. durante aquelas duas horas, todos esses dados indicam essa apropriação, e ajudam a encaixar essa instância de uso do telecentro na estratégia “educativa” que S. revelou.

Mas a brincadeira do aluno junto à janela, a forma vacilante como A. pronunciava a palavra “desktop”, o discurso inicial de S. sobre “networking”, todos esses usos da linguagem que observei, parecem evidenciar também que, naquele contexto, o foco da apropriação é mais amplo do que o computador enquanto “ferramenta”. Para por em prática sua visão estratégica de inclusão digital, S. quer que a comunidade adquira um conceito do mundo dos negócios, algo que fizera sentido na sua própria experiência pessoal (S. conseguiu emprego na CBAV através de um amigo). É improvável que as pessoas da comunidade desconheçam o conceito em si, isto é, a noção de que ter uma rede de contatos sociais ajuda na busca de emprego. Mas S. pretende “conscientizar” os participantes de que ampliar e manter essa rede é uma estratégia, da qual devem lançar mão. A palavra que vem de fora (dos manuais de “job-hunting”, dos seminários de negócios, etc.) entra no plano de S. como uma forma de iluminar esse outro significado, estratégico, das relações sociais de vizinhança, amizade, compadrio, etc. existentes na comunidade, uma forma de “conscientizar” a comunidade de seu valor estratégico.

A. e o aluno junto à janela parecem estar igualmente tentando se apropriar de novos significantes (como se escreve? como se pronuncia?) para velhos significados (a tela, a área de trabalho), e novos significados para velhos significantes (o que querem dizer “janela”, “gabinete”, “pasta”, etc., agora?), mas não da maneira estratégica como quer S. O que se vê atuar aí é uma apropriação tática, um processo de vernacularização que não constitui exatamente uma forma de resistência, mas de refração daquilo que vem de fora por meio de usos táticos, criativos, imprevistos da linguagem. Assim, o que S. gostaria, estrategicamente, de ver florescer na comunidade, está de fato florescendo, mas não necessariamente sob seu controle. As pessoas buscam ativamente decifrar as TIC, mas decifrá-las segundo seus próprios códigos, por meio de *scripts* conhecidos, ou por meio de outros códigos e *scripts* que, entretanto, não correspondem às expectativas de S.. Afinal, não seria exatamente “networking” o que os “orkuteiros” do uso livre mais fazem?

T., por exemplo, participa de mais de uma centena de comunidades no Orkut, através das quais me contou ter feito inúmeras novas amizades.

- Pesq.: Nossa é amigo pra caramba... e esses cento e dois (pessoas listadas como amigos de T. em sua página do Orkut) você já conhecia?
- T.: Não, tem alguns que eu conheci...
- Pesq.: Você chegou neles através do Orkut.
- T.: Isso... esse aqui já foi meu diretor da minha escola, que já mudou
- Pesq.: ah, é o professor...
- T.: esse aqui é o namorado dela (moça sentada em frente a outro computador na mesma sala). Tem um monte!(...)
- Pesq.: Ah, quer dizer que a galera do bairro também tem uma comunidade aí?
- T.: Tem. Aí eu fico conhecendo as pessoas do bairro às vezes
- Pesq.: Ah, tá. Tem cara que mora aí e você nem conhecia, mas você fica sabendo por aí.
- T.: Isso!

Sem que S. notasse, T. estava expandindo sua rede de contatos muito além das quatro paredes do laboratório, o que vai ao encontro de seu esforço estratégico, mas não necessariamente com a finalidade “utilitária” de conseguir um emprego. Por exemplo, entre as comunidades de que T.

participava, duas, pelo menos, reuniam canhotos que, como ela, enfrentam problemas de acessibilidade numa sociedade totalmente orientada para as necessidades dos destros. Encontrei, mais tarde, no site de relacionamentos, cento e vinte e oito comunidades dedicadas a esse tema. Algumas das descrições, ou declarações de propósito, dessas comunidades, mostram parte do significado que T. está construindo para o seu próprio “networking”:

Comunidade para os canhotos que resolveram sair do armário, e também para os simpatizantes dessa causa. Não precisamos mudar para sermos aceitos pela sociedade! Discriminação é crime!!; Sonhamos com um mundo no qual os canhotos não serão mais queimados na fogueira ou sofrerão piadinhas imbecis...”; “Você se dá mal com tesouras, abridores de lata, e afins??? Qdo. escreve suja toda sua mão porque ela passa pela tinta fresca da caneta??? Tem dificuldade em tocar violão??? Na escola tem que sair em busca de uma cadeira p/ canhoto??? E ainda disputar no palitinho as poucas que existem??

Através dessas comunidades, portanto, T. não apenas expande e fortalece laços afetivos ou cultiva “contatos” que, mais tarde, podem vir a ser úteis para que consiga um emprego, mas também se inscreve naquela tendência geral de luta pelo reconhecimento da diferença que, de acordo com Hall (2003), se contrapõe à padronização ou à homogeneização no cenário sócio-histórico contemporâneo. T., assim, se apropria do Orkut, por caminhos não previstos por S., e de forma não induzida “pedagogicamente”, para realizar aquele tipo de reflexão crítica que ele declara ser fundamental para a inclusão quando afirma, sobre os sujeitos “excluídos” que procuram o telecentro, que “muitas vezes ele não parou pra cobrar porquê ele não teve as oportunidades que deveria ter”.

Usos, táticas e estratégias

A fundamentação oferecida por Certeau (1994) nos ajuda a prever que, em contraposição à forma centralizada, racionalizada, e estratégica com que os produtores do telecentro tentam fomentar as apropriações, a comunidade o fará de forma astuciosa, dispersa e tática, através de maneiras não previstas de empregar as TIC e o próprio projeto. Os dados, porém, parecem sugerir que é preciso

ir além de uma segmentação binária entre tática e estratégia para fazer tal descrição, pois que tanto S. quanto a comunidade utilizam o telecentro, simultaneamente, de forma tática e estratégica.

Colocado em uma posição especialmente propícia para tanto, entre as demandas dos patrocinadores e as dificuldades que caracterizam o cotidiano da comunidade, S. tirava proveito do ordenamento imposto pelo próprio lugar (a própria arquitetura da casa), das modalidades de atividade previstas pelos patrocinadores, e das limitações práticas que lhe eram impostas (a quantidade de equipamentos, os limites orçamentários, a proibição da comercialização de qualquer serviço ou produto gerado pelo telecentro, etc.), para produzir, de forma dispersa e não planejada, certos comportamentos que julgava positivos para o sucesso do projeto, a partir de concepções próprias. Ele me contou, por exemplo, que freqüentemente aproveitava a restrição ao número de folhas que podiam ser impressas para incentivar as pessoas a utilizarem o editor de textos, algo que, em sua visão pessoal, constitui um passo mais efetivo para a “alfabetização digital” da comunidade do que outros usos que ali observei:

Se você ensinar o caminho das pedras uma vez, já era. (...) A gente sempre faz eles buscarem o seguinte recurso: copia... seleciona o que você tem aí na tela do computador, abre o editor de texto, cola lá, daí você diminui o tamanho da letra – porque a gente também trabalha com a questão da impressão gratuita, né?, não se cobra nada, nem pelo papel, nem por toner nem nada – e daí eles começam a aprender, sem querer, como é que mexe com o editor de texto e essas coisas, pra poder economizar, entendeu?

De maneira semelhante, S. aproveita as ocasiões em que os freqüentadores se deparam com a barreira lingüística do inglês em seus percursos de navegação na Internet para ensiná-los a utilizar a ferramenta de tradução automática do Google. Ou ainda, ensina as crianças que têm dúvidas quanto à fidedignidade das fontes de pesquisa que encontram na Internet quando engajados numa tarefa escolar a confrontar o conteúdo da fonte com o verbete correspondente ao

mesmo tema na Wikipedia⁶⁶. Essas “dicas” de S., segundo me contou A., acabam sendo compartilhadas pelos usuários, que se ajudam mutuamente e terminam compensando a falta de diretrizes ou estratégias de aprendizagem que a escola deveria fornecer àqueles jovens, mas, segundo S., não fornece.

Outra restrição que S. utiliza taticamente é a própria insuficiência no número de computadores disponíveis. Porque o uso livre é feito com hora marcada, e porque há uma tolerância máxima de dez minutos caso um usuário com hora marcada se atrase, as pessoas costumam chegar mais cedo para garantirem seu lugar. S., então, aproveitando-se dessa restrição, implantou uma “regra” não prevista pelo projeto, segundo a qual as pessoas devem esperar na sala de leitura (uma mini biblioteca composta basicamente de literatura nacional de ficção e de referência, de que todas as Casas Brasil dispõem). O que pretende com isso é, basicamente, transformar a energia produtiva represada pelo tédio da espera em “gosto pela leitura” nos jovens frequentadores do centro, algo que acredita pessoalmente ser um instrumento importante para a sua “inclusão”.

A essa altura cabe fazer notar que, ao se colocar na dupla posição de consumidor em relação aos patrocinadores do projeto, e de produtor do próprio projeto em relação à comunidade, S. realiza um intrincado jogo no qual transparecem concepções que não são nem dos patrocinadores nem da comunidade, mas suas próprias, ligadas às suas experiências particulares de vida, interpretações e valores relacionados a inclusão, aprendizagem, trabalho, desenvolvimento, e assim por diante. Isto, em princípio, é inerente a uma certa interpretação do seu próprio papel institucional como sendo o de “incluir o outro”, ou, ao menos, “facilitar” sua “inclusão”, mas não algo determinado finalmente por esse papel. Não se trata, contudo, de algo que aconteça apenas com um coordenador de um projeto como a CBAV, mas, de forma talvez muito mais frequente e significativa, em todas as escolas do país, nas quais professores estão colocados de forma semelhante, como produtores/consumidores, negociando diariamente prescrições curriculares e coerções institucionais com necessidades ou desejos individuais ou comunitárias dos seus alunos – inclusive, vale a pena ressaltar, no que tange o uso das TIC nos processos de ensino-aprendizagem – ao mesmo tempo em que imprimem de forma tática e estratégica suas próprias convicções a esse trabalho. Não cabe a essa pesquisa, obviamente, julgar quais dessas convicções

⁶⁶ Wikipedia é uma enciclopédia multilíngüe online construída colaborativamente por especialistas e pessoas “comuns” de diversas regiões do mundo, todas elas voluntárias. A consulta aos verbetes da Wikipédia é gratuita e um engenhoso processo de verificação e revisão coletivas de seu conteúdo garante a sua confiabilidade.

próprias desses atores são mais ou menos adequadas, mas ela talvez seja útil no sentido de explicitar essa conexão entre tais atores, ao mesmo tempo em que explicita as críticas mútuas que muitas vezes os fazem isolarem-se.

Da mesma forma, usuários e voluntários parecem utilizar o telecentro ora tática ora estrategicamente a partir de concepções pessoais de inclusão que não passam necessariamente pelo domínio avançado das TIC. A., por exemplo, usa o telecentro nesse sentido. Porque tem uma irmã casada que dispõe de um computador e uma conexão em banda larga em sua casa, A. não necessitaria, em tese, freqüentar o telecentro. Quando perguntei se a informática fazia parte de seus planos profissionais futuros, me respondeu que não, categoricamente. O que deseja é cursar uma faculdade de Design de Moda, pela qual, infelizmente, ainda não tem condições de pagar. Seu trabalho voluntário no telecentro é então uma maneira de manter-se em contato com pessoas, valores e com um lugar que foram muito importantes na sua infância, quando participou do projeto “Cantinho Feliz” (alimentação, recreação, reforço escolar e atividades artísticas para crianças das favelas da região, dos quatro aos dezesseis anos).

Eu completei a idade de sair. E quando eu estava saindo, começou a Casa Brasil.

A. tornou-se membro do conselho gestor, uma atividade que ao mesmo tempo estabelece um vínculo com a Casa, e através da qual se afasta das brigas e da violência que marcam os outros lugares de convivência de que dispõe: casa, a escola, a rua.

A.: Aqui não tem “constritura”
Pesq.: Não tem o quê?
A.: Conflito.

Não é que a Casa Brasil seja um espaço livre de conflitos, diz, A. Já houve casos de pais que invadem a Telecentro para espancar em seus filhos, por exemplo. A diferença é que, aproveitando a ordem institucional imposta pelo projeto, a experiência prática de participar de um conselho, A.

encontrou uma oportunidade, assim como certas ferramentas discursivas, para lidar de forma mais produtiva com os muitos conflitos que os cercam. Fez daquele *lugar* um *espaço* e desse *espaço* um refúgio.

A.: Qué dizê, tem vários conflitos, mas aqui a gente resolve tudo, a gente entra em acordo.

Perguntei como seus pais viam sua participação no projeto:

Meu pai pode até ser que fique meio desconfiado. Mas ele trabalha o dia inteiro, acho que não se importa. Minha mãe fala pra eu vir pra cá, ela acha que é uma boa, melhor do que ficar em casa, que você não tá aprendendo nada. Só ficar olhando pra televisão não vai levar pra lugar nenhum.

Perguntei sobre sua irmã..

Minha irmã teve filho, casou e parou tudo. O computador que tem na casa dela só quem usa é o marido, e eu quando vou fazer trabalho de escola.

Em suma, a maneira como A. utiliza o telecentro pouco tem a ver com o que poderiam supor os idealizadores do projeto, ou mesmo S.. Não como estratégia de desenvolvimento profissional, mas como espaço de convivência e de aprendizado para a administração de seus afetos, conflitos e frustrações. Se na casa de sua irmã poderia igualmente obter acesso às TIC, no telecentro obtém acesso a uma outra forma de tocar a vida, outras construções de identidades femininas, diferentes das mais frequentes na sua família e vizinhança, e assim por diante.

O depoimento de Dona T. também ilustra de forma interessante a mescla de tática e estratégia que norteia apropriações do telecentro e das TIC por parte de alguns sujeitos. Não se sentindo identificada com o computador, ou seduzida pelas possibilidades de uso que lhe haviam sido apresentadas até então, Dona T. me contou que fora forçada a aprender “o básico” sobre

informática, mais especificamente, a preencher etiquetas de preço no computador e imprimi-las para afixá-las em produtos, quando se empregou em um centro de distribuição, no final dos anos 80. Atualmente, com o ingresso de W. na escola, e com o interesse do menino por computadores, se viu novamente às voltas com a informática como um ordenamento dominante, do qual, sabe, dependerão as oportunidades de vida de seu filho. Ela não se preocupa, contudo, como se poderia supor inicialmente, em garantir que W. domine as TIC como forma de garantir um emprego, i.e. saber o que é necessário para poder trabalhar. E a julgar pela forma como W. tem se apropriado delas, é provável que tenha razão.

- Dona T.: Ele é muito curioso...
- Pesq.: Mas você gosta também, você se interessa.
- Dona T.: Não, meu interesse é só por uma coisa concreta assim, que me interessa assim, por exemplo assim... (aponta para o site do programa de TV de cunho religioso)
- Pesq.: Quer dizer, você acha que se não tivesse assim, por exemplo, um site desse programa que você gosta...
- Dona T.: Eu vinha, mas, só pra aumentar meu conhecimento pra poder ensinar pro meu filho...porque ele cada vez mais tá ...ainda ele ainda está pequeno, mas vai chegar um dia que se eu não souber, como eu vou explicar as coisas pra ele?

Perguntei que tipo de coisa ela achava que deveria estar preparada para explicar:

É que o mundo vai se modificando cada vez mais, cada vez mais, cada vez mais, a tecnologia vai aumentando cada vez mais, mas falta o principal. (...) Ele (refere-se a W.) vai aprender tudo, ele vai ser um doutor, mas ali, ali vai faltar o principal. (...) Eu sinto necessidade de passar para ele quem é Deus, porque se não...

Dona T., assim, usava o telecentro basicamente com dois propósitos. Primeiro, taticamente, para prolongar sua experiência televisual vinculada a um programa religioso, algo difícil de fazer em casa, frente às demandas de seu marido e seu filho por seus serviços e pelo uso da TV. Acompanhar o filho lhe permitia, ao mesmo tempo, fazer seu papel de mãe e contornar as restrições domésticas à fruição de um determinado tipo de conteúdo que lhe era prazeroso. Mas

para além disso, de maneira estratégica, Dona T. pretendia investigar o potencial das TIC (no caso, um site religioso) como instrumento capaz de ir inculcando cumulativamente nas convicções de W. o mesmo apego à religião que lhe dava conforto frente a um quotidiano cheio de restrições, algo que já não conseguia fazer através da TV.

Em suma, tal qual S., Dona T tem certas convicções sobre inclusão, e tenta apropriar-se das TIC de forma estrategicamente vinculada a essas convicções. No entanto, tática e subrepticamente, boa parte dos sujeitos a quem ambos pretendem incluir já estão incluindo-se e/ou excluindo-se a si mesmos, à sua maneira, dentro e fora, simultaneamente, das estruturas, normas, *scripts* e convicções que lhes são impostas a despeito das TIC, ou por meio delas.

Penso que alguns dos usos e táticas que observei, como os que acabo de relatar, são fortes indícios de que a comunidade está transformando aquele lugar num espaço, isto é, o está levando a funcionar “em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 1984, p. 202). Essa transformação pode ser vista como um indício de que a apropriação pela qual S. e os patrocinadores do programa anseiam está acontecendo, embora não da forma por eles prevista.

Conflitos

A., assim como S., faz referências a pequenos conflitos que perpassam o quotidiano do telecentro, sobre os quais não necessito me alongar muito. Mais interessantes, para a análise aqui proposta, são dois temas conflituosos que aparecem, mais ou menos explicitamente, em praticamente todos os eventos que observei e registrei. O primeiro diz respeito à relação entre software livre e software proprietário. O segundo, à relação entre o um projeto como a CBAV e a escola.

Software livre versus software proprietário

O software livre tem um papel central nas atuais políticas públicas de inclusão digital no Brasil, com implicações não apenas para o Projeto Casa Brasil, como para todos os demais programas promovidos pelos ministérios da Cultura, da Educação e da Ciência e Tecnologia. É comum que essa opção seja interpretada pelos menos avisados como uma mera escolha técnica, ou uma maneira de economizar recursos destinados à compra de licenças e ao desenvolvimento de sistemas, mas essa é uma visão bastante reducionista da questão.

Embora essas sejam vantagens que de fato o software livre apresenta, seu uso remete à discussão ou ao conflito sobre a noção controversa de propriedade privada do conhecimento, e da imposição (ou resistência a tal imposição) do papel de consumidor passivo, e não de co-autor ou produtor, ao usuário das TIC, quer seja no âmbito de um projeto como o aqui abordado, ou em outros. Em pelo menos um desses outros âmbitos, qual seja, o das políticas públicas voltadas para a ampliação do consumo privado de computadores pessoais pela população, os relatos da mídia fizeram ganhar saliência apenas o que poderíamos chamar de uma face mais mundana, de caráter comercial/financeiro, desse conflito, trazida à tona durante o processo de implantação do programa Computador Para Todos, no qual a empresa fornecedora do software proprietário Microsoft Windows pressionou as instâncias governamentais responsáveis pela configuração inicial dos computadores que seriam vendidos a preços mais acessíveis – por meio da redução de impostos, entre outras medidas – a incluírem no pacote uma versão simplificada e bastante limitada de seu produto, a ser então oferecido com opção ao sistema operacional Linux (um software livre), previsto inicialmente como padrão.

A análise aqui apresentada não ignora a existência desses conflitos de caráter comercial/financeiro, até porque não é possível separá-los dos outros, mas entende estes como apenas uma face, possivelmente a mais percebida pelo senso comum, mas nem por isso a mais significativa, do verdadeiro conflito: aquele que se refere ao posicionamento do usuário das TIC, quer seja ou não atendido por um projeto como a Casa Brasil, na fronteira porosa entre os papéis de produtor (ativo) e consumidor (passivo) da tecnologia.

Sérgio Amadeu da Silveira (2001, n.p.), ex-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) sintetiza as implicações econômicas, sociais, políticas e ideológicas desse conflito ao afirmar que⁶⁷:

Um divisor crescente entre os projetos de inclusão digital girará em torno das opções tecnológicas, proprietárias, subordinadas aos monopólios do localismo globalizante (...), versus as soluções não-proprietárias, livres e desenvolvidas de modo compartilhado por coletivos inteligentes e dispersos pelo planeta

Minha análise procura, então, mostrar como alguns usuários do telecentro tomam contato com o divisor a que se refere Silveira (2001), e que interpretações sobre software livre e software proprietário circulam naquele contexto. Mas o faz, como já exposto, a partir de uma concepção certauniana de “produtor” e “consumidor”, e com um olhar crítico para o conceito de divisor. Para que o leitor menos familiarizado com o conceito de software livre possa acompanhá-la, entretanto, faz-se necessário sumarizar alguns de seus rudimentos e implicações.

O site do Comitê Técnico de Implementação de Software Livre do Governo Federal define software livre (free software) como “o software disponível com a permissão para qualquer um usá-lo, copiá-lo, e distribuí-lo, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo”⁶⁸. Contrariamente ao que pessoas pouco familiarizadas com o conceito costumam supor, não se trata de programas gratuitos (embora se possa em boa parte dos casos obter programas deste tipo gratuitamente, assim como é o caso, bem menos freqüentemente, de softwares do tipo proprietário sob certas condições de licenciamento e garantia). O termo livre refere-se, em verdade, a quatro tipos de liberdade de que gozam legalmente seus usuários, liberdades que constituem a distinção fundamental entre software livre e software proprietário, e que devem ser preservadas por qualquer produtor que eventualmente venha a utilizá-lo para o desenvolvimento de novos programas.

O website da Free Software Foundation define essas liberdades da seguinte forma⁶⁹:

⁶⁷ As citações aqui inseridas foram retiradas da versão disponibilizada no website do ITI, razão pela qual não cito os números das páginas.

⁶⁸ <http://www.softwarelivre.gov.br/SwLivre/>, acesso em 10/02/2007.

⁶⁹ <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt.html>, acesso em 10/02/2007

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade no. 0)
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade no. 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade no. 2).
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade no. 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

Como consequência dessas liberdades, e , ao mesmo tempo, como fator que as fortalece, o software livre representa – para além de uma opção potencialmente mais viável economicamente, e de uma opção técnica de qualidade comprovadamente alta para uma grande gama de finalidades (o que pode ser atestado pela sua crescente adoção por empresas/instituições de prestígio tais como a NASA e o serviço de buscas Google, entre outras) – um novo paradigma nos processos de desenvolvimento de software e de inovações tecnológicas dependentes de software.

Raymond (1999) oferece o que talvez seja a descrição mais popular desse novo paradigma ou modelo de desenvolvimento por meio da metáfora do bazar em contraposição à catedral, que representaria o modelo proprietário. No modelo bazar, o do software livre, os programadores liberam versões preliminares de seus programas, juntamente com seu código fonte, na Internet, idealmente diariamente, de modo que qualquer um que se interesse por eles, e que tenha o conhecimento necessário para tanto, possa estudar o código e participar do processo de desenvolvimento do software de forma voluntária. Essa rede de programadores distribuída por todo o planeta trabalhando sobre o código é, em geral, capaz de depurar o programa de maneira muito mais rápida e eficiente do que o faria uma equipe pequena, trabalhando sob sigilo, e seguindo direções definidas a priori (como no modelo proprietário), que visam não apenas desenvolver o programa, mas também formas de fazer seus processos internos funcionarem de maneira velada para o usuário, e assim, de preservar o que julgam ser a fonte de valor econômico de seu produto: a propriedade privada do conhecimento por ele representado. Além disso, no modelo bazar, porque não há um controle centralizado ou um caminho pré-concebido para essa

depuração, frequentemente um programa assim desenvolvido gera diversos outros programas, distribuições específicas do programa, ou possibilidades novas de aplicação do programa que, novamente, podem ser desenvolvidos coletivamente.

Outra diferença importante, gerada em última instância pelas quatro liberdades, entre software livre e software proprietário, agora do ponto de vista do que poderíamos chamar de “usuário comum”, é que os sistemas proprietários, em geral, não explicitam totalmente suas ações internas à medida em que as realizam. Em geral, pedem ao usuário que acione um botão ou ícone e realizam suas tarefas de forma automática e velada, apresentando apenas o resultado positivo ou falha decorrente daquela ação do usuário. Mesmo que um usuário disponha do conhecimento necessário para compreender o que faz sua ação provocar aquele resultado, ou o que fez o programa apresentar aquele erro, este não terá acesso às linhas de código a partir das quais poderia construir essa compreensão. No caso do software livre, uma vez que o código é aberto, o usuário competente para tanto tem sempre a opção de saber como o programa está produzindo um certo resultado ou erro, e de aprender com essa forma de exploração das linguagens que constituem os sistemas. Isto não implica, como alguns erroneamente ainda supõem, que sistemas de software livre sejam incapazes de realizarem suas tarefas de forma automatizada, caso o usuário não disponha do conhecimento necessário, ou não deseje compreender de forma mais aprofundada o funcionamento do programa, e que portanto sejam programas acessíveis apenas para *experts* ou usuários muito experientes.

Essas características do software livre permitem a autores como Silveira (op. cit. n.p.), por exemplo, formular diversos argumentos em favor da opção pelo software livre nas políticas públicas de ID, dentre os quais destaco o de que

O uso do software livre nos telecentros e unidades de inclusão digital pode ser um grande incentivo ao surgimento de inúmeras empresas locais capacitadas a configurar e até a desenvolver soluções adequadas aos interesses das empresas e órgãos públicos locais. As duas vantagens mais destacadas no uso do software livre para o desenvolvimento econômico e social local são o código aberto e na inexistência do pagamento de royalties pelo seu uso. O código aberto permite que qualquer programador habilidoso crie soluções que melhor atenda às

necessidades do seu cliente. A inexistência de royalties permite que toda a renda gerada pela empresa local de suporte e desenvolvimento fique com ela.

e também o de que

não é correto utilizar dinheiro público para formar e alfabetizar digitalmente os cidadãos em uma linguagem proprietária de um monopólio privado transnacional. Mesmo que as licenças de uso de um sistema operacional proprietário sejam doadas gratuitamente para os programas de inclusão digital, na realidade, o Estado estaria pagando seus professores, monitores e instrutores para adestrar e treinar usuários para aquela empresa.

Em consonância com esses argumentos, o Projeto Casa Brasil especifica da seguinte forma os objetivos de formação tecnológica a que o telecentro está atrelado (ITI, 2006, p. 3):

a capacitação técnica deve ser realizada de maneira conceitual preparando os cidadãos para utilizar as tecnologias da informação e comunicação, e não somente determinados aplicativos. O ensino técnico será direcionado para o entendimento da lógica de utilização e funcionamento do sistema operacional, das interfaces gráficas, dos aplicativos de maneira geral e demais tecnologias digitais. Dessa forma o usuário aprenderá a utilizar as tecnologias de forma autônoma e genérica.

Para B., o implementador social, assim como para S., o software livre está diretamente ligado a uma apropriação mais efetiva e transformadora da tecnologia. É isso que B. explica no excerto abaixo, retirado de uma entrevista concedida por ele a uma revista especializada (com ênfases adicionadas):

O nosso maior problema, na inclusão digital, é desconstruir um discurso que se prolonga há décadas. É o discurso do ‘somente use’; Quem quer, realmente, interferir socialmente, no processo de inclusão digital, vai bater com isso, que é desconstruir esse discurso. Vai ter de discutir o que é esse fácil? Esse fácil vai deixar você dependente. **Nós queremos você autônomo, independente.** (...) Mas, quando a comunidade aprende a aprender, desenvolve-se rapidamente. Os alunos pegam qualquer programa, vão mexendo, fica fácil. A lógica do software proprietário impede isso. Porque a lógica dele é: você só aperta aqui, que a gente

faz tudo. Quando a pessoa vai lidar com outra ferramenta, tem dificuldade. Quem usa Windows e vai mexer com Linux enfrenta um problema. Há quem diga nas oficinas, de brincadeira: se mudar a cor do mato, o burro passa fome.

Assim, a opção pelo software livre na Casa Brasil (assim como em outros programas derivados de políticas públicas de ID no País) tem claramente o propósito de situar o usuário do projeto como potencial produtor das TIC, e não apenas um consumidor passivo delas, ou um freguês em potencial para determinadas empresas do setor. Mas cabe ao analista perguntar-se se, imbricada nessa opção, não estaria também, até onde é possível aferir pelos documentos oficiais e discursos acadêmicos e não acadêmicos que lhe dão sustentação, o pressuposto de que o software livre não apenas viabiliza esse posicionamento, mas o induz.

É a essa interpretação que dão margem, ao menos, os fragmentos enfatizados na fala de B. citada acima, assim como na formulação do conceito de software livre que aparece no website do ITI (com ênfases adicionadas):

é um programa de computador que pode ser usado, copiado e distribuído livremente. Essas liberdades possibilitam que a comunidade possa aperfeiçoar os programas de acordo com a sua realidade e necessidade. Também **propiciam o desenvolvimento da inteligência coletiva, dando autonomia ao cidadão.** Além disso, o software livre pode gerar economia do valor das licenças de uso do software.

Advirto o leitor de que minha análise não terá o poder de revelar se essa interpretação é ou não compartilhada pelos produtores da Casa Brasil Água e Vida, antes de mais nada, porque não contempla, por motivos práticos, alheios à minha vontade, as oficinas especializadas, as quais seriam, segundo a lógica do projeto, o lócus privilegiado para a construção dessa autonomia do cidadão por meio do software livre. Mas considero que, também nesse caso, poder-se-ia avançar mais a partir do conceito certauniano de “consumidor”, isto é, poder-se-ia investigar, para além da efetividade ou não do software livre enquanto estratégia para a construção dessa autonomia, os processos táticos de uso do software proprietário que essa estratégia induz, ou que ajudam o

consumidor a compreender o software livre como estratégico para si mesmo. É isso que tento fazer aqui.

Às pessoas que fazem o curso de introdução à informática na CBAV são expostas desde o início as vantagens do software livre. Durante o curso de introdução à informática, A. tentou explicar essas vantagens, primeiro, lendo uma descrição anotada no plano de aula fornecido por S.:

‘Software livre é um software cujo código fonte é liberado pelo seu desenvolvedor para que qualquer pessoa possa usá-lo, estudá-lo, alterá-lo e distribuí-lo. A única restrição é que, ao fazer melhorias neste programa, ninguém pode fazer restrições que neguem a outros as liberdades anteriores’.

E mais adiante, através de uma analogia:

Por exemplo, você vai na padaria, pede uma receita do bolo. Eles falam que não vão dar, e se der, vão ter que cobrar. É a mesma coisa dos sistemas proprietários.

Todo o software utilizado no telecentro é do tipo livre, mas, quando abordei o assunto em uma de nossas entrevistas, S. me falou com especial entusiasmo sobre a distribuição Ubuntu do sistema operacional Linux. O sucesso do Ubuntu, segundo constatei em comunicação pessoal com profissionais de informática, tem sido atribuído não apenas à sua qualidade técnica, mas também ao fato de que sua interface se assemelha à do sistema proprietário Windows (embora seu funcionamento interno seja considerado bastante mais eficiente), residindo aí parte da razão de seu sucesso, isto é, constituindo essa semelhança um fator facilitador para que os usuários do Windows, que ocupa cerca de 95% dos computadores pessoais no Brasil, frequentemente em versões piratas, se habituem ao novo programa e percebam suas vantagens. Creio que, desse ponto de vista, é possível afirmar que os produtores desse software livre fazem um uso tático do software proprietário, sem o qual teriam mais dificuldade de levar o usuário comum a perceber as vantagens do próprio sistema.

A maior parte dos frequentadores do curso de introdução que acompanhei, entretanto, tomavam naquela ocasião um primeiro contato com a informática e com o próprio conceito de software, fato que, segundo prevê a estratégia dos produtores da CBAV, os colocaria teoricamente em posição de adentrarem esse “mundo” de maneira mais “autônoma”.

Mais tarde, durante nossa entrevista, porém, A. me contava que costumava utilizar softwares proprietários na casa de sua irmã, concomitantemente com os programas de software livre no telecentro, e que não via grandes dificuldades em transitar pelos dois sistemas, embora compreendesse e valorizasse as diferenças que caracterizam o software livre, quando uma outra voluntária nos interrompeu perguntando se eu saberia explicar-lhe o que é “PowerPoint” (um software proprietário utilizado em apresentações de negócios). A moça tinha conseguido um emprego ou estágio (não cheguei a perguntar) numa empresa que utilizava softwares proprietários, e estava preocupada porque alguém lhe dera a incumbência de inserir uma determinada imagem (a planta de um edifício) numa apresentação de PowerPoint. Eu lhe expliquei, tanto quanto possível, como deveria fazê-lo utilizando como exemplo o editor de apresentações (equivalente ao programa proprietário em questão) disponível no computador do telecentro, programa que ela não chegara a utilizar até aquele momento.

Tal moça, aparentemente, sentiu-se aliviada ao perceber que seria facilmente capaz de executar o trabalho que lhe estavam solicitando a partir de um modelo mental de que já dispunha, algo que o depoimento de A. permite supor que se aplicava também ao seu caso. O problema da voluntária que me pediu ajuda, ao que parece, não residia na falta de um conhecimento procedural, genérico sobre interfaces de computador: sua ansiedade, é possível inferir, advinha da falta de referências (e/ou experiências) específicas a partir das quais pudesse transpor para o software comercial em questão esse mesmo modelo, uma vez que não lhe fora possível, contrariamente ao que aconteceu no caso de A., conhecer e experimentar o software proprietário sobre o qual me perguntara. Era, digamos, um problema de referência, de conhecer o outro programa, saber o que ele era e como ele era, e não de saber inserir uma imagem em um documento que está sendo editado.

Essa pequena narrativa ilustra bem a forma como, ao se apropriarem da informática no telecentro, mas também fora dele, as pessoas são chamadas a se posicionarem não exatamente em um dos lados do divisor a que se refere Silveira (2001), mas em um dos nós de uma trama mais complexa

e conflituosa que precede essa apropriação. A forma como A. descreve para os participantes o conceito de software livre revela um ponto de vista sobre essa trama, que, quando confrontado com o da voluntária, resume a complexidade inerente a esse posicionamento.

Assim, é preciso ter consciência de que o software proprietário vai contra a concepção de inclusão postulada por essa tese. Mas é patente que estar familiarizado com ele também pode abrir possibilidades de uso tático, portas de acesso a empregos de que a comunidade necessita, ou portas de acesso a modelos mentais que já existem nas comunidades, através dos quais o próprio software livre pode penetrar nos espaços hoje ocupados pelo software proprietário. Esses dois significados para o software proprietário estarão presentes simultaneamente ao longo do processo de apropriação, assim como os dois tipos de software estão presentes no cotidiano de A. Trata-se, certamente, de uma instância da tensão entre liberdade e necessidade que postulei teoricamente, no Capítulo 2, como característica da ID, uma tensão que, como toda tensão, pode favorecer a criatividade e a transformação. Nesse sentido, cabe pensar com mais profundidade se aqui, como no caso da linguagem digital tal qual apresentado nos capítulos 3 e 4, a verdadeira problemática da inclusão talvez não se reduza a uma escolha entre dois pólos, mas no trânsito ou na fronteira entre eles.

O tema do software livre versus software proprietário, é, contudo apenas uma faceta da questão mais profunda da propriedade privada do conhecimento que aparece no telecentro por meio de outros avatares. Quando pedi a B. que me apresentasse a uma comunidade assistida por um projeto de ID, expliquei que a pesquisa resultante desse encontro poderia, potencialmente, auxiliar professores engajados em formar alunos mais transformadores por meio da tecnologia. Em sua resposta a meu pedido, B. escreveu:

LÁ (numa ocupação de um edifício abandonado no centro de São Paulo) esta rolando a construo de uma escola popular com uma turma de quatro pessoas e nem sempre todo mundo vai na aula. @s educador@es usam um material didatico feito pela (nome de uma organização não governamental) e esse material foi feito atraves de pesquisas como essa sua... o livro custa abusrdo de caro... nao pode tirar copia pois é crime...

Já na CBAV, durante a aula de introdução à informática ministrada por A., presenciei o seguinte impasse:

- Aluna1: A gente não vai ficar com uma apostila dessa não?
A...: Não...
Aluna1: Você emprestaria para a gente tirar xerox?
A...: Eu posso conversar com o S.. Eu acho que ele empresta sim.
Aluna1: É porque não dá pra copiar e ficar prestando atenção. Depois a gente podia ler em casa, pra recordar o que você ensinou.
Aluno 2: Concordo. A gente tira xerox com o dinheiro da gente mesmo, e depois devolve a apostila. Um de nós fica responsável.
A...: É porque aqui na Casa Brasil nós não podemos cobrar nada, né? Mas a gente também não tem condições de fazer apostilas pra dar pro pessoal do curso.
Aluna1: Não dava para a gente dar um real cada um e vocês tirarem cópia pra gente?
A...: O problema é que nós não podemos cobrar nada, nem pedir nada pra vocês.

Quando se confronta a posição de B. com esse diálogo entre A. e seus alunos, percebe-se as maneiras pelas quais os supostamente “excluídos” acabam muitas vezes tragados pelo turbilhão resultante das tensões entre estatismo e mercantilismo, globalismo e anti-capitalismo, que caracterizam a cena política brasileira, e como essas tensões se negam a uma resolução na forma de regras binárias, incompatíveis com a heterogeneidade das próprias comunidades. Na CBAV, não é raro encontrar numa mesma turma do curso de introdução à informática um jovem favelado, um adulto desempregado e um idoso de classe média, em busca de objetivos distintos, com níveis distintos de interesse por computadores, programas e seu funcionamento. Da mesma forma, qualificam-se a si mesmos igualmente como projetos de ID iniciativas populares totalmente desvinculadas de qualquer estratégia institucional, operações de “responsabilidade social” patrocinadas por fornecedores de tecnologia que buscam angariar simpatia para suas marcas, esforços da sociedade civil encampados por uma estratégia governamental, como é o caso da CBAV, e uma miríade de outras iniciativas, por todo o país. Penso que uma virtude da teoria de ID esboçada nessa tese é que ela não aborda a inclusão do ponto de vista desses *produtores*, embora identifique, no final do Capítulo 5, as principais concepções estratégicas por eles obedecidas. Ao pensar a ID do ponto de vista dos *consumidores*, como um processo de

apropriação crítica e transformação de significado, essa teoria é, em tese, menos suscetível a tais maniqueísmos, e mais apta a promover a desconstrução de certas concepções binárias.

Como já dito, o tema do software livre versus software proprietário é apenas um dos que se encaixam na categoria analítica “conflitos”. Um segundo tema, tão importante quanto aquele, mas talvez menos claramente identificado como conflituoso pelo senso comum, é a relação entre projetos como a CBAV e a escola, vistos, ambos, como agências de inclusão.

O telecentro e a escola

Ao mesmo tempo em que parece haver uma estreita, embora não oficializada, conexão entre o telecentro e as escolas da região, quer seja na forma de tarefas escolares que constituem um dos padrões mais significativos de “uso livre”, da apropriação de padrões discursivos e procedimentais típicos da escola pelos instrutores voluntários, ou ainda do fato de que o telecentro funciona, do ponto de vista dos pais dos frequentadores mais jovens, como um prolongamento espaço-temporal da escola (em oposição à casa ou à rua), há também desconexões significativas entre essas duas instâncias de prática, assim como pontos de tensão. Um desses pontos aparece de forma mais explícita na crítica de S. à maneira como certas escolas lidam com o acesso de seus alunos às TIC:

É sabido que em muitas escolas estaduais, e escolas municipais, da região, existem laboratório de informática, e nos pesquisamos junto aos alunos que vêm aqui como é que eles estão utilizando esses laboratórios. Alguns alunos dizem que os professores não deixam os alunos terem acesso, porque eles vão quebrar o computador. Por outro lado, outros dizem também que não tem ninguém pra ficar acompanhando, pra ficar dando o devido suporte às crianças. Outros dizem que utilizam uma vez por mês, e tudo mais. Parece que a coisa ainda tá meio deficiente, não tá... não tá legal. (...) Nós sabemos de casos por exemplo, não me lembro onde, no norte ou no nordeste, por exemplo, não me lembro exatamente agora, mas num debate que teve aqui, uma pessoa contou que o cara, o diretor da escola, ele murou. Ele murou! O laboratório que tinha lá ele fechou a parede pra ninguém mexer nos computadores! Outros lugares, o diretor põe cadeado. É só ele que abre, só ele que mexe, entendeu?

Na visão de S., inclusão digital e educação formal são intimamente interligadas, antes de mais nada, pela questão do letramento (S. não utiliza o termo, mas se remete diversas vezes ao conceito). No caso de muitas pessoas da comunidade, o fracasso da escolarização não impede que se apropriem das TIC por meio da CBAV, mas limita sensivelmente o potencial criativo e crítico dessa apropriação.

Tem criança da sétima série que não sabe ler e escrever... que está estudando em escola estadual (...) Aí você tem que conciliar a vontade dela, o querer dela, (...) com essas dificuldades. Aí o que nós fazemos? Ela entra, e fica brincando, quer dizer, ela vem pro acesso livre, e nós sugerimos alguns sites pra que ela possa estar desenvolvendo a leitura, desenvolvendo a matemática, desenvolvendo, né?

S., entretanto, acredita na escola como agência de inclusão, e utiliza sua posição de liderança de forma condizente com essa crença. Presenciei, mais de uma vez, eventos em que admoestava crianças freqüentadoras do uso livre para saber se estariam ou não em horário de aula, se haviam terminado as tarefas escolares que vieram executar no telecentro antes de conectarem-se ao Orkut e assim por diante. Talvez por isso mesmo tenha um interesse especial, e crítico, pelas atividades escolares que os jovens trazem ao telecentro

Uma vez uma menina falou aqui que a professora pediu... como trabalho de escola, o resumo da novela das oito. Eu falei ‘tem certeza?’, ela falou ‘tenho’, ‘por incrível que pareça ela me pediu isso’. (...) Eu falei assim ‘não é a sua tia não, que está pedindo o resumo?’ Ela me provou por a mais b que era trabalho mesmo. Então, eles pedem umas coisas absurdas, sabe, umas coisas que a gente não entende dentro do contexto histórico mundial, nacional, é..., ‘cidadal’, ‘bairral’ (risos), sabe, umas coisas que não dá pra entender porque que o professor pediu aquilo.

Obviamente não se pode aferir, apenas por esse depoimento, a qualidade ou validade do trabalho feito pelas escolas da região. Mesmo no caso específico mencionado por S., seria preciso conhecer o contexto em que se insere a tarefa. Por exemplo, a professora poderia estar trabalhando com o “gênero” resumo, tentando discutir as formas de transposição de uma narrativa audiovisual para a escrita, ou ainda utilizando o resumo como um objeto para discussão

ou leitura crítica retirado do próprio cotidiano da comunidade. A rigor, não cabe a S., nem mesmo a essa tese, procurar ou demandar uma justificativa “pedagógica” *a priori* para o uso desse resumo. Isto seria de fato uma forma de tentar prescrever a maneira como a professora pode ou deve apropriar-se das TIC (e também da televisão e da novela) em sua prática, o que obviamente não cabe a S., ou a este autor.

O ponto mais significativo desse excerto, contudo, não é a adequação ou não da tarefa, mas o fato de ele aponta para o fato de que S., e seus voluntários, assim como os professores da escola, estão em posição de influir – dos pontos de vista prático e político – na configuração da rede de letramentos que a comunidade constrói para si. É dessa rede que W. trouxe as “palavras-chave” que o ajudaram a construir um novo *script* de pesquisa, baseado no buscador de imagens, ou que A. e seus alunos trouxeram mecanismos discursivos tradicionais que lhes permitem fazer funcionar o curso de introdução à informática (mesmo sem um “professor” no sentido lato), e é provavelmente de letramentos que praticam no telecentro que os jovens da comunidade levarão outras questões, linguagens, e modos de lidar com o texto para a escola. Contudo, ao menos nesse caso, escola e telecentro não estão, correntemente, em condição de colaborar estrategicamente e conscientemente entre si para a configuração e o fortalecimento dessa rede. São atores que um observador externo – por exemplo, um pesquisador ou um formulador de políticas públicas – pode ver como relacionados em rede. Mas não constituem, ao menos neste caso, atores que interagem conscientemente entre si, por meio dos fluxos de jovens que vão e vem de lá e de cá. Mais do que isso, são atores que, por vezes, se avaliam e se julgam mutuamente, sem, entretanto, efetivamente terem a oportunidade ou sentirem a necessidade de negociar entre si os sentidos de suas práticas.

Não se trata, obviamente, de um conflito de valores ou interesses, pois telecentro e escola compartilham, basicamente, o objetivo da “inclusão” daqueles sujeitos (seja qual for a concepção de inclusão utilizada) por meio de práticas educativas. Mas talvez se trate de um conflito de prioridades, i.e. ao acesso, no caso do telecentro, ou a certas pré-condições consideradas indispensáveis ao acesso, mas ainda não contempladas, no caso da escola. Os letramentos digitais, como procuro mostrar a seguir, constituem um lócus especialmente revelador desse conflito nas relações entre diferentes *produtores* engajados na inclusão digital dos mesmos *consumidores*.

O que resultará dessas migrações, avaliações e intervenções recíprocas naquela comunidade? Em que medida a apropriação criativa e crítica das TIC que S. e os patrocinadores do projeto pretendem fomentar repercutirá, ou não, numa apropriação mais crítica e criativa da própria escolarização, de seus recursos e discursos? Em sentido oposto, como estratégias pedagógicas mais transformadoras, fundamentadas nos princípios da educação crítica, em visões menos maniqueístas de linguagem, aprendizagem, sociedade e inclusão, que começam a ser enfatizadas na escola, podem ser incorporadas nas diferentes formas de intervenção pedagógica que são praticadas nos telecentros espalhados pelo país⁷⁰? Essas são algumas das questões que este estudo de caso sugere necessitem de futuras investigações, e para as quais a base teórica aqui construída pode lançar um olhar interessante.

Letramentos

Destaco nessa seção não propriamente os padrões de uso ou diferentes letramentos que observei existirem naquele contexto (em alguma medida já abordados nas seções anteriores), mas a maneira como certos letramentos digitais ali existentes apontam para uma concepção de inclusão digital fundada na transformação, na agentividade e na subversão de mecanismos de ampliação e reforço de certas hierarquias de poder que, em última análise, são produtoras da exclusão. Trata-se de uma seleção restrita, mas, creio, extremamente significativa do sentido exploratório do estudo em questão, e do seu potencial para a geração de novas perguntas e temas de pesquisa.

Como se pode depreender das análises até aqui apresentadas, o contexto em que se realizou este estudo de caso é heterogêneo do ponto de vista de categorias como gênero, idade, atividade profissional, grau de instrução, faixas de renda, background étnico, etc.. Essa heterogeneidade, aliada às diferentes modalidades de uso das TIC ao redor das quais o cotidiano do telecentro se organiza, resulta, obviamente, numa variedade de práticas nas quais as TIC assumem valores e funções diferentes.

⁷⁰ Essa pergunta não pressupõe que já não haja intervenções pedagógicas desse tipo em funcionamento em muitos dos projetos de ID espalhados pelo Brasil (fato aliás já documentado por diversos autores, inclusive internacionais, como Warschauer, 2003b), mas apenas que a conexão entre telecentros e escolas talvez possa ter um papel importante na sua disseminação e sofisticação.

Nas seções anteriores, já explicitarei certos padrões de uso do computador e da Internet que aparecem nas sessões de uso livre assim como o tipo de prática de leitura e escrita que observei no curso de introdução à informática (nesse caso, muito semelhante ao que se observa num contexto escolar típico). Pode-se dizer, com Barton (1994, p.38), que esses padrões constituem diferentes letramentos. As diferentes configurações de práticas que se estabelecem de forma relativamente estável e coerente naquele contexto – os “orkuteiros” do uso livre, os desempregados em busca de qualificação do curso de introdução, as crianças que utilizam os jogos on-line e off-line, as donas de casa que consultam sites relacionados a seus programas de TV, etc. – representam diferentes letramentos digitais que podemos explicitar e correlacionar. Isso é possível porque, como já disse, o contexto em si é heterogêneo, mas também porque as TIC facilitam a convergência de diferentes códigos, gêneros e discursos, ao mesmo tempo em que quebram barreiras espaço-temporais que tradicionalmente serviam para isolar diferentes domínios específicos de uso da linguagem tais como a escola, a casa, a igreja, o trabalho, etc..

Estudos de letramento dito tradicional que adotam uma abordagem “ecológica”, tais como os comentados por Barton (1994), mostram que mesmo quando os domínios correspondentes a diferentes letramentos estão bem isolados do ponto de vista espaço-temporal, os letramentos “vazam” de um contexto para outro, assim como se sobrepõem do ponto de vista dos códigos, tecnologias e significados que os constituem. Ao definir os letramentos digitais, no Capítulo 5, procurei ser congruente com esse pressuposto, mas, ao mesmo tempo, chamar a atenção para o hibridismo resultante desses vazamentos e sobrepagens. Destaco, então, para análise nessa seção, não propriamente cada letramento que notei existir naquele contexto (em alguma medida isto já foi feito nas seções anteriores), mas a maneira como alguns desses letramentos digitais parecem fazer apoiarem-se, entrelaçarem-se, contestarem-se e modificarem-se mutuamente outros letramentos que convergem ou colidem entre si no telecentro e/ou as próprias TIC.

Pegando receitas no site do programa de TV

De acordo com S., a televisão é um dos vetores que orientam a aproximação da comunidade com o telecentro, algo que pude também constatar a partir dos depoimentos de Dona T., fã de um

programa religioso cujo site procurava acessar no dia em que a conheci, e de seu filho W., que relatou freqüentar sites relacionados a canais de TV dedicados ao público infantil. S. relatou, um tanto decepcionado, o caso típico de uma senhora que buscara o curso de introdução à informática com o intuito de poder obter receitas culinárias no website de uma famosa apresentadora de programas matinais dedicados ao público feminino. Mais tarde, visitei o website em questão e descobri que, além de receitas culinárias, ele contém seções dedicadas a artesanato, beleza, jardinagem, moda, saúde e variedades. Tanto do ponto de vista temático quanto do ponto de vista formal (sua estrutura organizacional e sua aparência gráfica) o site se assemelha a certas revistas impressas dedicadas ao público feminino de classe média, às quais as donas de casa do telecentro possivelmente não têm acesso em suas casas. Diferentemente dessas revistas, porém, os conteúdos das diferentes seções estão ordenados cronologicamente em função das datas em que aqueles temas/casos foram apresentados no programa de TV, o que estabelece uma conexão inequívoca entre o on-line e o off-line no cotidiano de certas pessoas, e um caminho de “acesso” mapeado por referência a esse cotidiano.

Na seção dedicada à culinária, encontram-se as receitas apresentadas em forma de texto, cuja forma composicional respeita a tradição daquele gênero (título, ingredientes, modo de preparo), mas também clipes de vídeo digital que reproduzem o preparo da receita tal qual executado no programa. Ao lado, ferramentas de busca e recursos de indexação tais como uma caixa de seleção por título de receita e um menu de consulta por categorias (carnes, massas, saladas, etc.), estão à disposição da telespectadora/internauta. Este mesmo padrão (texto + clipe + ferramentas de busca e indexação) está presente em todas as seções do website. Note-se que são recursos típicos de interfaces da Web, presentes também em interfaces de acesso a bancos de dados tais como sites de bibliotecas, lojas virtuais ou sites de serviços bancários, algo que nem a TV nem as revistas impressas do mesmo gênero podem oferecer.

Vemos, então, que entrelaçam-se nesse website diferentes gêneros, alguns familiares à potencial usuária do telecentro, outros não. O mesmo pode-se dizer dos letramentos envolvidos nessa prática. Tradicionalmente, o telespectador de um programa culinário de TV assiste a uma demonstração visual do preparo da receita enquanto toma nota, dentro do possível, dos ingredientes e das quantidades utilizadas. Ao final dessa demonstração, nos programas tradicionais, o(a) apresentador(a) dita a receita oralmente, freqüentemente apoiado(a) pelo texto

correspondente exibido na tela da TV, enquanto o telespectador toma nota. A receita é ditada de modo quase ritual, a uma velocidade aquém da velocidade da fala usual, cada frase sendo repetida, para que a telespectadora não perca nenhuma palavra. Há, então, um *script*, uma seqüência a ser respeitada e uma série de estratégias adotadas pelo telespectador (como, por exemplo, adiantar-se ao ditado tomando nota dos ingredientes à medida em que aparecem na tela) e pelo apresentador (como, por exemplo, sugerir ao telespectador que use o tempo de intervalo comercial para buscar lápis e papel) que fazem parte desse “letramento televisivo”.

Quando o “ditado culinário” é abolido da TV e substituído pela receita disponibilizada no site, duas mudanças importantes ocorrem. Primeiro, desvincula-se no tempo-espço a demonstração visual do registro escrito do procedimento. Segundo, abre-se para o telespectador (agora um internauta) a possibilidade de obter uma cópia impressa da receita automaticamente. Entretanto, para restabelecer, ainda que mentalmente, a vinculação entre o texto e a demonstração visual, assim como para abster-se do esforço da cópia manual, o telespectador/internauta lança mão de outras habilidades (localizar um site, localizar um conteúdo dentro desse site, acionar um clipe de mídia dentro do navegador, imprimir um texto eletrônico de forma econômica, etc.), adota um outro *script*: não é necessário ter lápis e papel à mão, não é necessário sincronizar-se com o tempo/a voz do apresentador. Pode-se continuar assistindo o programa por outros meios, pode-se encaixar o programa no tempo do internauta.

Temos aí, claramente, dois letramentos que se complementam, mas que ao mesmo tempo se contestam e modificam mutuamente. Ao procurar o telecentro para buscar receitas nesse website, nossa dona de casa certamente responde a uma demanda dos poderosos, que lhe impõem uma outra forma de continuar “incluída” na sua platéia. Responder a essa demanda requer o acionamento de certos letramentos pressupostos pelo seu “interlocutor” (por exemplo, as formas tradicionais de produzir e/ou interpretar o gênero escrito receita culinária), assim como abre a possibilidade da participação em novos letramentos (por exemplo, localizar e recuperar um objeto textual de um banco de dados eletrônicos e imprimi-lo).

Uma vez que se aprenda a localizar receitas na WWW, que se entenda as maneiras como podem ser categorizadas, localizadas e reproduzidas, pode-se abolir o “ditado culinário”, pode-se desvincular o “saber fazer o prato” do tempo e da voz do(a) apresentador(a). Isto contesta o papel

de expectador a que a fã do programa estava limitada, e , logo, vai de encontro ao que supostamente desejam seus produtores, isto é, que os telespectadores permaneçam vinculados a esse tempo e a essa voz o máximo possível, pois nisso se traduz a “audiência”, que lhes é tão cara. Se os produtores do programa o fazem, com tamanha confiança, é porque esses letramentos não ameaçam aquilo que de fato consideram seu trunfo: o fato de que eles escolhem o prato, e a forma como o prato é “encenado” naquele cenário cuidadosamente preparado, por aquelas pessoas cuidadosamente escolhidas para estar em frente às câmeras naquele momento específico do dia.

Isto cria uma situação que ilustra de maneira bastante simples a problemática da inclusão digital entre apropriações responsivas e transformadoras. Ao mesmo tempo em que contestam relações de poder tradicionais (emissor/criador-receptor/reprodutor), esses outros letramentos do telespectador/internauta são fundamentais para que o programa de TV possa transformar-se em face seus próprios desafios, tais como a introdução do controle remoto, que faz da monotonia de um “ditado culinário” um risco de ser “zapeado”, ou a necessidade de cativar o público jovem (a menina-futura-dona-de-casa enquanto categoria demográfica) cujos hábitos de consumo de mídia guardam um lugar cada vez menor para a TV e cada vez maior para a Internet.

Em contrapartida, podemos supor, de forma otimista, que a familiaridade com ferramentas de busca e categorização na WWW eventualmente encoraje nossa dona de casa a procurar outras receitas, sabores, fontes de informação, tipos de prática, ou maneiras de ser mulher, que não as definidas pela emissora e pela apresentadora em questão. É com fé nessa possibilidade que S. aproveita o momento em que os freqüentadores utilizam a impressora para ensinar-lhes como utilizar o processador de texto, ou disponibiliza para os usuários uma lista de comunidades do Orkut que considera instrumentais para a construção de uma consciência crítica de cidadania. Mas tal fé necessita, obviamente, ser melhor fundamentada por meio de estudos que focalizem exatamente a existência ou não dessas transferências, bem como as condições em que se dão ou não se dão, algo que nesse estudo não foi possível contemplar.

Pesquisando na WWW

Juntamente com a TV, a escola é apontada por S. como um vetor que orienta a aproximação da comunidade com o telecentro, algo que pude constatar facilmente em minhas observações do uso livre e do curso de introdução à informática. E assim como no caso da TV, pode-se classificar boa parte dos letramentos “escolares” que se pratica no telecentro como responsivos, e, portanto, pode-se dizer que é pouco provável que esses letramentos dêem suporte ao tipo de consciência crítica, ou de postura pró-ativa que S. procura fomentar na comunidade.

Segundo A., o tipo mais freqüente de tarefa escolar realizado no telecentro é a pesquisa na WWW. Em geral, os jovens trazem para a sessão de uso livre um tema ou palavra-chave definido pelo professor. Utilizando esse tema ou palavra-chave no site de buscas Google, na enciclopédia colaborativa Wikipedia, ou eventualmente em algum site especializado em pesquisa escolar para o qual não seja necessário pagar, o usuário obtém um ou mais textos relativos ao tema, e o(s) imprime, na totalidade ou em parte, de acordo com um limite fixado por S. em função da disponibilidade limitada de papel e toner. O próximo passo é elaborar em casa, com base no(s) texto(s) impresso(s), um manuscrito que será entregue ao professor. Perguntei a A. se não seria mais lógico elaborar esse texto final no processador de textos, e imprimi-lo para entregar ao professor, do que imprimir o(s) texto(s) obtido na Internet. Ela me disse que boa parte dos seus professores não aceitam textos digitados no computador por acreditarem que o texto manuscrito atesta que o aluno “trabalhou”, em lugar de apenas copiar e colar.

Aqui, como no caso da televisão, temos letramentos que se complementam ao mesmo tempo em que se contestam. Da escola, os jovens freqüentadores trazem o velho *script* da pesquisa escolar: receber tema do professor, localizar fonte, transcrever conteúdo da fonte “nas próprias palavras”, devolver ao professor. Subjacente a esse *script*, a crença de que o conhecimento está disponível em algum repositório externo, e que o aprendizado se dá por meio do esforço, quando ele é recontado “nas próprias palavras”. Contraposta a esse *script*, está a maneira de pesquisar do menino W.. Partindo de um interesse próprio, algo que tem um sentido pessoal e prazeroso em sua vida (mesmo que concretamente esteja muito longe de sua realidade), W. transita entre sistemas de representação e ferramentas de pesquisa diferentes para obter suas próprias palavras-chave. A partir delas, vai construindo, mentalmente, representações mais complexas e mais abrangentes do tema pesquisado (naquele dia, “carros envenenados”), as quais geram novos temas e novas palavras-chave de seu interesse. Segundo me disse, W. não imprime, cataloga ou

sequer anota os nomes dos carros e suas particularidades, ou as URLs visitadas, pois sabe que pode recuperá-los quando quiser, utilizando as mesmas ferramentas e palavras-chave. O que guarda para si são apenas índices que levam a conteúdos constantemente renovados, expandidos e complexificados na própria rede. Seu “trabalho” não é contar o que está na WWW em suas próprias palavras: é buscar na WWW, por meios diversos, as palavras que contam (no sentido de fazer a diferença) para ele!

Seria plausível supor que esses letramentos vazem da escola para o telecentro e vice-versa, e que assim se modifiquem mutuamente? Obviamente, W. traz da escola elementos que o ajudaram na construção de seu *script*, e que o ajudam na sua execução. Isto é inferível, por exemplo, na linguagem menos “google” e mais “escola” que utilizou em suas busca na ocasião em que o conheci: “sobre o Zonda” e não “Zonda” ou “Zonda + carro”, como faria um usuário típico da ferramenta, que sabe que preposições e artigos são desconsiderados pelo buscador. Mas pouco sabemos como isto se dá, ou dará, em sentido oposto, isto é, dos letramentos digitais que pratica no telecentro para os letramentos escolares típicos. Reside aí, talvez, uma pergunta de pesquisa semelhante àquelas que apontei no caso da dona de casa, à qual futuros estudos deverão responder.

É interessante notar que mesmo os freqüentadores adultos do curso de introdução à informática, supostamente longe da escola há algum tempo, também se apóiam em letramentos escolares nas etapas iniciais da construção de seus novos letramentos digitais. Já relatei, neste mesmo estudo, o uso de cadernos nos quais anotavam definições dada pela “professora”, assim como a reivindicação por uma apostila impressa com a qual pudessem estudar em casa os elementos da interface e suas funções. Posso acrescentar, nesse sentido, o fato de que, naquele dia, A. os ensinou a utilizar o editor de desenhos disponível em seus computadores rabiscando uma “casinha”, bem à moda dos desenhos infantis que aparecem nos cadernos de pré-escolares. Nesse caso, entretanto, o fato desses adultos estarem sob a intervenção pedagógica de A., dentro de um curso, e não em uso livre, é uma variável chave, que o diferencia do que ocorre com W. Isto gera a possibilidade de mais perguntas que futuros estudos, naquele e em outros contextos, poderiam responder, como, por exemplo, “em que medida e de que maneiras esse tipo de intervenção pedagógica poderia ser transformada de modo a fomentar nesses adultos o mesmo tipo de atitude transformadora frente aos letramentos digitais que observei em W.?” e “que

outros letramentos (profissionais, paroquiais, etc.) poderiam dar uma sustentação inicial a esses adultos na sua apropriação das TIC ?”.

Construindo identidades no Orkut

Criar, manter, pesquisar e aderir a comunidades no Orkut é um dos letramentos mais significativos no telecentro, em especial entre freqüentadores mais jovens. Já me referi à manutenção e expansão de laços sociais, e a construção de espaço-temporalidades alternativas como um dos sentidos dessa prática, mas falta ainda abordar o papel desse letramento na construção das identidades pessoais dos jovens freqüentadores.

Se para entrar no Orkut é necessário conhecer alguém que já esteja lá, para efetivamente estar no Orkut é preciso construir e manter um “perfil”, isto é, uma página eletrônica dentro do programa através da qual o “orkuteiro” pode ser identificado. O perfil é um pequeno texto em que o usuário se apresenta “por escrito”, acompanhado de sua foto, links para as comunidades a que está filiado (no site) e para perfis de usuários do site que são considerados seus amigos. Pode-se também disponibilizar, abaixo da apresentação pessoal, uma extensa lista de características, gostos ou traços de personalidade do titular: seu estado civil, aniversário, línguas que domina, religião, e assim por diante. Estas contudo são pré-definidas pelos projetistas do banco de dados do site, e requisitadas do internauta em inglês.

Além dessas informações geradas/escolhidas pelo próprio titular, a página resume certos dados numéricos a partir dos quais é possível inferir a popularidade, ou o status social do usuário na rede de relacionamentos do site. Há um link que contabiliza seu número de fãs, isto é, usuários que se declararam admiradores do titular da página, e outro que contabiliza seus “scraps”, isto é, mensagens deixadas por outros usuários por meio de um mecanismo de comunicação assíncrona denominado “scrap book” (álbum de recortes, na tradução literal). Apesar do nome, os usuários utilizam o “scrap book” mais como um mural público no qual trocam recados ou contam novidades (note-se que essas mensagens estão abertas para a leitura de qualquer usuário).

Feita essa pequena descrição do funcionamento do site, posso então retomar o uso do Orkut como um letramento digital vinculado não só à manutenção de redes sociais, mas a um certo tipo de construção identitária ou “narrativa do Eu”. Sem pretender abordar a relação entre letramento e identidade de forma mais abrangente e/ou profunda do que o necessário para esta análise, basta-me considerar, com Hall (2005, p.13), que a identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Também, com Collins e Blot (2003, p.105), que “escolhas entre múltiplas variantes de linguagem permitem às pessoas habitar uma multiplicidade de identidades que se sobrepõem”, e que “discursos fornecem posições do sujeito, habilitando certas identidades e se opondo ou desabilitando outras”. Há, portanto, uma conexão dinâmica entre linguagem e identidade, e conseqüentemente entre certos letramentos, sejam eles impostos ou auto-gerados (BARTON, 1994), e as identidades (etária, profissional, de gênero, etnoracial, de classe, etc.) que se entrecruzam na constituição móvel dos sujeitos.

O uso do Orkut pelo jovem freqüentador do telecentro se encaixa nesse quadro mais geral da relação entre identidade e letramento de duas maneiras. Antes de mais nada, enquanto prática simbólica, habilita sua identidade jovem-urbano-conectado, posiciona-o como construtor de uma nova sociabilidade e uma nova relação com o tempo-espço, diferente daquela da qual participam seus pais e professores. Nessa construção, note-se, o bloguês ou orkutês, enquanto escolha de uma variante de linguagem, é bastante significativo. Mas o Orkut permite/demanda, também, que o sujeito se encaixe em uma estrutura categorizada de atributos pré-definidos (através da lista que faz parte do perfil do usuário), de relações ranqueadas e contabilizadas com outros usuários (amigo, amigo do peito, fã, etc.), e de temas das comunidades. A filiação a esses temas/comunidades fornece mais do que assuntos de interesse: funciona como narrativa biográfica (“estudei no Maria Imaculada”, “Nasci de novo”, “Fui demidito”, “Tocava a campainha e corria”, “Já me jogaram na piscina”, etc.), fornece asserções sobre si mesmo (“Sou canhoto”, “Adoro minha mãe”, “Eu bebo sim”, “Odeio lavar louça”, “Eu sou fiel”, etc.) e projeta formas de reagir a/interagir com o outro (“F***-se quem em odeia”, “Cala a boca e beija logo”, “Conta comigo”, “Sou assim e não vou mudar”, etc.).

A heterogeneidade e a instabilidade dessas asserções sobre si mesmo (os usuários modificam suas páginas frequentemente, adicionando e removendo comunidades e amigos), a aparente incoerência entre as notas biográficas, asserções e o perfil identitário expresso por uma lista de categorias, a mistura de fotos do tipo “RG”, avatares e retratos caseiros na representação dos “amigos”, todos esses elementos parecem fazer do Orkut um meio de construir e manter representações do Eu em sintonia com o conceito de identidade a que me reporte em parágrafos anteriores.

Em linha com o que ocorre na busca de receitas culinárias e na pesquisa escolar, aqui também transparece um entrelaçamento de gêneros, linguagens, e *scripts* que remetem a toda uma rede de outros letramentos (digitais ou não). É preciso narrar-se, descrever-se, ilustrar-se a si mesmo, como quem escreve uma biografia ou mantém um diário íntimo, mas também encaixar-se nas “lacunas” de um formulário, em categorias impostas e sistemas contábeis, como quem utiliza um site de “home-banking”. É possível construir uma rede privada de amigos, fazer “networking”, mas também estar exposto, disponibilizado além dos limites do cotidiano, como convém na sociedade do espetáculo. Essa mistura de português, bloguês e inglês, de público e privado, de pessoal e institucional, de narrativa e banco de dados, etc., ao mesmo tempo caracteriza o hibridismo e a transculturalidade desse letramento e remete ao entrelaçamento entre o on-line e o off-line na constituição das identidades.

Segundo dizem os especialistas, o Orkut destacou-se de inúmeros outros sites dedicados a comunidades por ter a particularidade de permitir que alguém se junte a ele apenas a partir de um convite enviado por algum amigo/pessoa conhecida no mundo “real”. Ao mesmo tempo em que constitui uma “estratégia de negócios” (aparentemente a falta de laços sociais no mundo real entre os usuários é um fator primordial para o fracasso desse tipo de e-negócio), este fato traz para esse novo letramento a mesma possibilidade de intercâmbio de habilidades (e/ou letramentos) que autores como Barton (1994) afirmam existir em comunidades “pouco letradas” (eu leio o manual da sua lavadora para ver qual é o problema; você preenche meu formulário de imposto de renda ou escreve uma carta de reclamação para mim, por exemplo).

Quando conheci T., ela tinha duas janelas abertas na tela do computador. Em uma, via-se sua página no Orkut (ao redor da qual desenvolvemos a maior parte de nossa conversa). A outra exibia uma página de resultados do Google Images, na qual T. acabara de localizar a foto de uma amiga, participante de uma banda de Rock. Essa amiga estava criando sua conta no Orkut e desejava utilizar tal foto em seu perfil, mas não sabia como fazê-lo. T. sabia que a foto existia em algum lugar da WWW (provavelmente no Blog de uma outra pessoa), e utilizou o buscador para obtê-la. Seu próximo passo seria fazer o upload da foto para o perfil da amiga⁷¹, o que deixou para depois de nossa conversa.

Há aqui, portanto, como nos casos da pesquisa escolar e da procura de receitas culinárias, a interpenetração de *scripts*, a contaminação (estrategicamente pensada, ou taticamente vivida) entre letramentos on-line e off-line. Aqui, como lá, ao mesmo tempo em que se apóiam, esses letramentos se contestam e modificam mutuamente. Ter um Blog, estar no Orkut, ser adicionado à lista de contatos do MSN dos outros são todas formas de ser e estar além. Mas “conversar” no MSN com alguém dentro do mesmo telecentro, no mesmo momento, adicionar um vizinho, primo ou irmão na lista de amigos do Orkut, participar da comunidade “estudo(ei) na escola X”, e assim por diante, são obviamente formas de ser e estar “local”. Talvez por isso boa parte das mensagens deixadas nos “scrap-books” tenham uma função muito menos informativa do que, digamos, fática. Retomam gêneros primários do convívio quotidiano (“*e ai nanyy..kuanto tempo heimm..*”, “Oi, Na, adorei sua visita la em casa, volte sempre, hein???”), “aff vc saiu ou me block?”), sinalizam a mera presença e/ou disponibilidade do familiar, testam a continuidade ou não de outras conversas que vem da vida off-line.

Se no caso das pesquisas escolares e das receitas culinárias ainda não está claro o que ocorre no sentido oposto, isto é, como o digital contesta e modifica o escolar ou o paroquial, no caso do Orkut o “vazamento” já se faz manifestar, de forma muito intensa e controversa, na polêmica do bloguês, isto é, nas reações ora indignadas ora perplexas ao uso dessa linguagem nas tarefas escolares, nos bilhetes para os amigos, e até mesmo títulos de anúncios publicitários e legendas

⁷¹ Note-se que, para tanto, é provável que T. tivesse acesso à senha e nome de usuário da amiga em questão, o que sugeriria uma forma de transgredir e colaborar simultaneamente, burlando a maneira como o designer do sistema pré-concebeu os limites entre público e privado. Ao mesmo tempo, sugere uma conexão inequívoca entre o on-line e o off-line na própria delimitação entre público e privado que T. e suas amigas estão a construir em suas vidas, algo que os estudos citados por Leander e McKim (2002) já apontavam.

de filmes exibidos na TV a cabo. Não pretendo me aprofundar nessa análise, pois não disponho dos dados nem do espaço necessários para fazê-lo aqui. Entretanto, posso afirmar com relativa segurança que reside aí mais uma fonte de perguntas para outras pesquisas que o olhar teórico aqui desenvolvido talvez possa apoiar. Talvez a mais premente delas, do ponto de vista do conceito de inclusão tal qual formulado nesta tese, diga respeito justamente às construções identitárias viabilizadas ou bloqueadas pelos letramentos escolares em função dos outros letramentos (digitais) que os alunos trazem consigo de casa ou do telecentro. Penso que essa é uma pergunta tão importante quanto as que nos têm feito a mídia, os pais e os professores, perguntas tais como “essa linguagem põe em risco a nossa língua portuguesa?”, “Ela atrapalha a aquisição da língua padrão?”, “Porque os jovens não sabem mais escrever?”, etc..

6.10. Sumário

Este breve estudo de caso teve como propósitos principais (1) ilustrar questões relacionadas à inclusão digital tal qual descrita ao longo dos capítulos anteriores, (2) demonstrar o poder explicativo da teoria formulada ao longo daqueles capítulos e (3) apontar novas questões e possibilidades de investigação que esse olhar teórico particular poderia suscitar. Não pretendi, através dele, postular generalizações, nem tampouco tive a pretensão de esgotar totalmente o potencial dos dados colhidos naquele contexto específico. Realizei, como já mencionado, um estudo predominantemente exploratório.

Dados esses parâmetros limitadores, pode-se concluir que, através do estudo apresentado, as seguintes respostas foram produzidas para as perguntas de pesquisa, que retomo, para que o leitor delas se recorde:

1) Como uma comunidade considerada "excluída" se apropria das TIC nas suas práticas cotidianas em um telecentro?

A apropriação das TIC pela comunidade é, ao mesmo tempo, um movimento “natural” de assimilação, compreensão e transformação do significado das TIC e um objetivo estratégico dos

patrocinadores do projeto. Em ambos os sentidos, a apropriação não se dá de forma homogênea, seja do ponto de vista tipológico (as modalidades e categorias de prática), seja do ponto de vista qualitativo (apropriações mais assimilativas ou mais transformadoras).

Observou-se a existência de padrões de apropriação distintos nas diferentes modalidades de uso previstas pelos elaboradores do projeto. Do ponto de vista tipológico, estes padrões podem ser descritos por referência ao uso de ferramentas específicas (Orkut, MSN, Google, bancos de dados de busca ou cadastramento de oportunidades de emprego) ou o acesso a tipos específicos de conteúdo (televisão, educacional, jogos), ou por referência à existência de uma intervenção pedagógica explícita por parte do coordenador ou dos voluntários, no caso do curso de introdução à informática e das oficinas. Do ponto de vista qualitativo, foram observadas tanto formas de apropriação mais assimilativas, com ou sem a intervenção pedagógica, quanto formas mais transformadoras, das quais resulta uma modificação no significado das TIC para a comunidade.

Destacam-se, como apropriações assimilativas, certos usos dos computadores e da Internet que meramente respondem às demandas da mídia, da escola ou dos empregadores, mas também, surpreendentemente, certas formas de intervenção pedagógica promovidas pelo próprio projeto. Como apropriações mais transformadoras, destacam-se certos usos táticos, tanto das TIC quanto do próprio lugar onde o telecentro está instalado. Em ambos os casos, contudo, pode-se dizer que a apropriação passa por uma “vernacularização” das TIC, da sua linguagem e dos conteúdos a que dão acesso, mas também pela deflagração, ou pela explicitação, na comunidade, de certos conflitos.

2) Em que medida e de que maneiras essas apropriações reproduzem ou subvertem padrões e/ou expectativas que constituem o senso comum acerca da ID?

Pode-se tomar como representativa do senso comum a posição do coordenador do telecentro, isto é, a noção de que a apropriação das TIC pelos sujeitos deve estar necessariamente norteada por um projeto de “melhoria” de suas condições de vida baseado na atividade profissional e/ou na escolarização, e como subversão dessa expectativa, usos transformadores das TIC que não se vinculam necessariamente àquelas duas dimensões da sua prática social.

Os dois tipos de apropriações parecem estar ocorrendo na CBAV, embora seus dirigentes tendam a identificar como casos de sucesso aqueles em que os sujeitos se apropriam das TIC “estrategicamente”, em função de um “plano de vida” definido de acordo com as possibilidades ou demandas (de formação e empregabilidade) impostas à comunidade. A subversão dessa expectativa, entretanto, não está necessariamente associada a uma experiência mais transformadora na vida dos sujeitos. Há, de fato, casos em que as TIC não representam grande perturbação à “mesmice” ou “marasmo” que, nas palavras de S., caracteriza a situação de “exclusão”, mas apenas uma forma de estendê-la ou reconstituí-la por outros meios. É essa, particularmente, a interpretação dada pelos produtores do projeto à influência da televisão, e do site de relacionamentos Orkut, nas preferências dos usuários do centro.

Observou-se, contudo, certas formas de subversão daquelas expectativas que podem ser descritas como modos alternativos e transformadores de inclusão digital. Entre outros casos, destaco o de uma jovem usuária do Orkut que utilizava a ferramenta não apenas como forma de entretenimento e extensão da mesmice televisiva, mas como um meio de ampliar seu capital social, e de tomar contato com aspectos de sua identidade pessoal, ou com diferenças que a constituíam como sujeito. Também o de um jovem freqüentador de sites esportivos que utilizava aqueles conteúdos na construção de uma narrativa que pudesse dar um sentido compartilhado com a comunidade a seu projeto “alternativo” de vida.

Por outro lado, é possível argumentar que o tipo de intervenção pedagógica previsto pelos patrocinadores do projeto e levado a cabo por S. e sua equipe não leva necessariamente ao tipo de apropriação mais “transformadora” por eles esperada. Uma melhor compreensão dessa relação entre intervenção, uso “livre” e transformação, constitui um importante foco para futuras pesquisas.

3) Quais são os conflitos relacionados a essa apropriação?

Os conflitos inerentes ao que tenho aqui chamado de inclusão digital se dão em diferentes escalas, sendo alguns mais evidentes no cotidiano do telecentro do que outros. Em escala mais ampla, destaca-se a justaposição, naquele lócus, dos discursos referentes ao software livre e à crítica à propriedade privada do conhecimento inscrito nas TIC e em seus usos, com os discursos da “mobilidade social” supostamente promovida pela mobilização pessoal do sujeito em direção

ao sucesso escolar e ao ajustamento às demandas do “mercado”. Apanhados na fronteira entre esses dois discursos, tanto os usuários quanto os patrocinadores do telecentro produzem, muitas vezes, interpretações maniqueístas e regras “binárias” que eventualmente levam a bicos sem saída.

Na escala mais modesta do telecentro como *lugar*, pode-se destacar desde conflitos mais prosaicos, como aqueles causados pela disponibilidade de menos computadores do que seria necessário haver, pela ocasional erupção de conflitos familiares ou outras formas de violência social dentro do telecentro, até o conflito, mais significativo, de visões estratégicas do acesso às TIC em relação à inclusão, que parece existir entre telecentro e escola, de maneira geral. O estudo mostrou que boa parte do tempo e dos recursos do telecentro é utilizada para atividades escolares, cujo sentido, entretanto, não está claro, ou não é compatível com a visão de inclusão que norteia o projeto. Ao mesmo tempo, os depoimentos dos frequentadores do uso livre e da voluntária A. permitem supor que o sentido dos computadores na escola não está claro para os professores que trabalham com os jovens daquela comunidade, ou não é compatível com a visão de educação que norteia sua ação.

Esperava, inicialmente, identificar também no telecentro uma co-existência mais conflituosa entre o local e global, quer seja nas constituições identitárias dos sujeitos, ou nos letramentos ali praticados. Nesse sentido, antevia especialmente problemas na relação entre português e inglês. O que observei, entretanto, não foi exatamente resistência, nem resignação, à suposta “invasão” da língua global frequentemente associada à pervasividade das TIC, mas um misto de apropriação e desprezo pela língua do *outro*. Apropriação, basicamente, de cunho “instrumental”, em certos eventos ligados à construção dos sentidos da interface, como no curso de introdução à informática. Desprezo, essencialmente, no pouco interesse por conteúdos da WWW veiculados naquele idioma (exceto em casos como o do menino W.). Curiosamente, pode-se dizer o mesmo sobre os relacionamentos entre usuários brasileiros e estrangeiros no Orkut. Nas dezenas de páginas de usuários do site que visitei, jamais encontrei listas de “amigos” que incluíssem estrangeiros.

Não observei, em suma, naquele contexto, a contrapartida da intensa intepenetração entre a língua local e a língua global que observei no site da MTV. O pouco inglês que “atrapalha” na

navegação, se traduz com um software disponível na WWW (o qual S. ensinou os frequentadores a usarem⁷²). Conteúdos em inglês, de modo geral, não são fonte de atenção ou interesse (exceto no caso de certos jogos e/ou vídeos que se pode interpretar sem recorrer ao código lingüístico, ou com a ajuda do tradutor eletrônico). Tudo nessa relação entre local e global aponta para a ressalva de Hall (2003) de que a globalização é, na verdade, ainda muito mal-distribuída. Do ponto de vista das intepetrações entre o português e o inglês, a globalização não parece ter chegado a Gopoúva com a mesma força com que está chegando aos Jardins. Nesse sentido é irônico, além de extremamente significativo politicamente, que a CBAV esteja a apenas alguns quilómetros do maior aeroporto internacional da América Latina, e cercado de empresas multinacionais nas quais seus frequentadores não conseguem empregos. Entre a fronteira e a periferia, é onde parecem estar. Mas para onde irão quando e se, de fato, não houver mais centro?

Questionei A. e outros usuários sobre a existência de problemas com o orkutês nos trabalhos escolares, ao que me responderam negativamente. Até onde vêm, o orkutês fica no Orkut. Para a escola, leva-se manuscritos que recontam “nas próprias palavras”, o que se leu na norma culta. Tudo se passa, então, como se as diferentes linguagens que se usa no telecentro tivessem funções e valores que não se confundem, ou que existissem em territórios separados. Mas não é isso que mostram os diálogos que registrei no curso de introdução à informática, nem o que se observa na TV, no supermercado, ou na própria escola, a julgar pela polêmica do orkutês.

É evidente que o uso do telecentro está ligado à penetração de outras linguagens (o inglês, o orkutês, a linguagem das interfaces digitais, a própria norma culta do português) na comunidade. Mas, ao que parece, a consciência da apropriação, rejeição ou transformação dessas linguagens umas pelas outras depende de certas práticas transculturais que ainda não têm tanta força, ou frequência, naquele contexto. Ferramentas como o Orkut e o MSN são utilizadas, basicamente, para a interação com os amigos locais. Os sites mais populares são os referentes a temas locais, disponibilizados pela mídia local, ou têm versões em português (como no caso da Wikipedia). As interfaces e apostilas utilizadas nos cursos de introdução à informática usam o português padrão, mas são “traduzidos” oralmente pela instrutora, no dialeto local.

⁷² Refiro-me ao software Google Translate, disponível em http://google.com/translate_t. Cabe notar que a qualidade das traduções obtidas com esse tipo de software é bastante ruim em se tratando de textos mais longos ou complexos, ou de linguagem figurada, sendo sua utilidade efetiva restrita a frases curtas e muito usuais.

Tudo isso é coerente, em um certo sentido, com a proposta do projeto, expresso inequivocamente em seu próprio nome “Casa Brasil”. Mas as TIC guardam, como já exposto neste trabalho, um forte potencial transcultural, assim como o projeto em si integra uma estratégia de inserção internacional do País. Logo, um estudo longitudinal que focalize essa questão especificamente, à medida em que a comunidade for se apropriando de outros conteúdos e outros letramentos, ou que estes lhes forem sendo impostos pela TV, pela escola, ou pelo próprio projeto, nos cursos e oficinas, é certamente uma possibilidade interessante para futuros esforços de pesquisa.

4) Que letramentos são praticados no centro comunitário e de que maneiras estão relacionados entre si e com tais apropriações e conflitos?

Caracterizei como letramentos digitais certos padrões de uso das TIC, e de interação/atividade em torno delas, que observei em duas modalidades de acesso oferecidas pelo telecentro (curso de introdução à informática e sessões de uso livre). Esses letramentos se somam e se sobrepõem com outros letramentos (escolares, profissionais, paroquiais) dos quais os frequentadores participam, ou, muitas vezes, como no caso dos analfabetos ou crianças muito jovens, se antecipam a eles ou os contornam na medida do possível.

Na modalidade “curso”, a intervenção pedagógica induz um tipo de letramento muito próximo do que poderíamos chamar de “escolar”. As apropriações das TIC e de suas linguagens são estruturadas por *scripts* tipicamente escolares, e apoiadas pela memória e pela experiência da escolarização, com seus prós e contras. Nesse tipo de prática, as TIC funcionam menos como meios de acesso ao texto do que como “o texto” propriamente dito. As interações giram basicamente em torno das interfaces e de suas funcionalidades, a apropriação toma a forma de um reconhecimento cartográfico da tela e de uma familiarização com termos e parâmetros de sua linguagem, etc.. Reconstroem-se ali, a princípio, os significados pré-supostos que permitirão àquelas pessoas galgar outros modos de relacionamento com o computador, outras interpretações. Faz-se, em suma, a “alfabetização digital”.

Mas essa ênfase no computador enquanto instrumento não está divorciada da construção de interpretações das TIC que podemos qualificar como essencialmente ideológicas. Ao se familiarizarem com o sistema operacional, os participantes também começam a se familiarizar com posicionamentos que deles se espera na sua futura relação com o computador: que sentido

terá, alegadamente, o computador em sua vida profissional? que interesses econômicos e posições políticas estão por trás da escolha entre software livre e software proprietário? que sentido político teria o comércio de uma apostila dentro do telecentro, e como este sentido pode ser contornado pela iniciativa pessoal?

Na modalidade “uso livre”, encontrei letramentos tão diversos quanto o é o público freqüentador, nem todos eles necessária ou consensualmente considerados “livres”. Destaquei para análise os letramentos mais freqüentes, de acordo com o depoimento do coordenador e dos voluntários, assim como com minha própria observação: a consulta a sites ligados a programas de TV, a pesquisa escolar e o uso do site de relacionamentos Orkut.

A análise põe em cheque, em alguns casos, a própria idéia de uso “livre”. Em realidade, boa parte dos usos das TIC nessa modalidade estão orientadas por vetores “externos” tais como a escola e a mídia eletrônica tradicional, aos quais se somam ainda outras motivações tais como crenças religiosas, laços familiares e até mesmo ordens médicas. Conforme o argumento teórico subjacente a essa análise, que prevê que os letramentos digitais são essencialmente letramentos híbridos, procurei identificar entrelaçamentos e imbricações entre os letramentos que ocorrem no telecentro e outros trazidos de outros contextos ou para eles levados. Essa análise foi mais profícua no primeiro sentido, isto é, na identificação de maneiras pelas quais os letramentos escolares, profissionais ou paroquiais se entrelaçam com os letramentos digitais e os modificam. No segundo sentido, isto é, o de como os letramentos digitais que se pratica no telecentro se entrelaçam com letramentos escolares, profissionais ou paroquiais e os modificam, não foi possível produzir dados ou análises, em função das limitações de tempo e de escopo do presente estudo. Procurei, de qualquer forma, produzir perguntas relevantes para futuros estudos naqueles contextos.

De qualquer forma, quando se toma os modos desse entrelaçamento, emerge a possibilidade de uma outra experiência que não é a da passividade ou da mera responsividade. Emblemáticos, nesse sentido, são exemplos como o do menino W., cuja forma ideosincrática de pesquisar na WWW produz uma outra relação com as TIC e uma outra forma de construir conhecimento, a qual se alimenta dos *scripts* que vêm da escola e da TV, mas os subverte em favor de uma “epistemologia” diferente.

O uso do site de relacionamentos Orkut foi destacado na análise por dois motivos. Primeiro, porque causa uma certa frustração nos promotores de iniciativas como a CBAV, isto é, assume um significado de perda de tempo ou de desperdício de recursos, tendo em vista o tipo de uso das TIC entendido pelos idealizadores desse tipo de projeto como sendo “inclusivo”. Segundo porque trata-se de um site “estrangeiro”, produzido e administrado por uma empresa transnacional, que foi “colonizado” pelos internautas brasileiros (hoje mais de 70% do total de usuários). Resultou da análise que o uso do Orkut naquela comunidade tem um papel importante nas construções identitárias dos adolescentes, assim como na manutenção de laços sociais fortes na comunidade e de laços mais fracos além dela. O uso do Orkut foi então caracterizado como um letramento híbrido, no sentido de que mistura *scripts*, linguagens e discursos até então vistos como distintos. Em contraste com outros letramentos ligados à construção ou afirmação de identidades (biografias, diários íntimos, cartografias sociológicas feitas por burocratas, etc.), esse letramento digital habilita identidades igualmente híbridas, móveis e impermanentes (como o são todas, do ponto de vista da teoria cultural contemporânea) dos adolescentes urbanos que freqüentam o telecentro. Como no caso da pesquisa escolar do menino W., esse letramento está fundado em escolhas de linguagem e misturas de *scripts* que subvertem categorias estabelecidas. Nesse caso, subvertem-se categorias do ser e/ou estar – local, brasileiro, letrado, etc. – ao mesmo tempo em que reconfirmam-se continuamente categorias do pertencer – à família, à escola, à comunidade, etc.. Esta subversão operada via linguagem e tecnologia que começa a perturbar outros contextos (como no caso do bloguês na escola) serve também, de forma subreptícia e tática, à inclusão daqueles jovens em uma outra espaço-temporalidade na qual on-line e off-line não se opõem nem se excluem, mas se entrelaçam e suplementam.

6.11. Conclusão: mostrar a enunciação não é prescrever a inclusão

Tendo recuperado minhas perguntas de pesquisa e sumarizado as respostas que encontrei na CBAV, concluo retomando as três diferentes concepções estratégicas de ID que postulei no final

do Capítulo 5: ID como (1) ajustamento e/ou conformação às demandas do novo capitalismo transnacional para o trabalhador e cidadão, (2) apropriação crítica das TIC como forma de auto-afirmação cultural e de conscientização e mobilização político-ideológica para a transformação da sociedade, e (3) um processo criativo, conflituoso e auto-gerido de apropriação, o qual não se reduz aos limites e às maneiras de ser projetadas pelo local-tradicional, nem se rende passivamente à hegemonia do global-moderno. Procurei mostrar, ao longo deste estudo de caso, que essas três concepções não se excluem mutuamente, mas que, ao contrário, entrecruzam-se no cotidiano dos sujeitos em um determinado contexto de prática.

No caso da CBAV, vemos as três concepções se entrelaçando quando a proposta política do projeto tal qual exposta em seus documentos oficiais se encontra com as maneiras como S. procura contribuir com sua experiência profissional e de vida para promover usos das TIC que considera “estratégicos” para a melhoria das oportunidades de vida da comunidade, e quando ambos se encontram com as disposições e experiências nem sempre passivas das pessoas atendidas pelo telecentro, com sua capacidade de utilizar as TIC taticamente na construção de conhecimento, de identidades e até mesmo de uma outra espaço-temporalidade. O que os dados mostraram, e que procurei destacar nas análises, é que a inclusão – assim como a linguagem, permitam-me a analogia – é tão menos efetiva quanto mais prescritiva. Há, por certo, uma estrutura subjacente à apropriação das TIC a qual inclui, além dos equipamentos, conexões e formas regulamentadas de acesso, todo um cabedal de conhecimentos e experiência que vêm da escolarização, da profissão e de casa. E dessa estrutura não se pode prescindir em hipótese alguma. Mas, como procurei mostrar, essa estrutura não é um imperativo: as pessoas se incluem a seu modo, elas “enunciam” aquela estrutura à sua maneira, e só assim se constituem como sujeitos, engajam-se no diálogo com o *outro* do qual necessitam para definirem-se a si mesmos. O que procurei fazer nesse estudo de caso foi apenas descrever alguns modos dessa enunciação. Nesse sentido, talvez seja desnecessário dizer (mas o direi, assim mesmo) que essas análises não se prestam à construção de métodos ou formulações prescritivas de inclusão digital. Ao contrário, atestam a sua implausibilidade.

Capítulo 7: À guisa de conclusão

7.1. Buracos na interface

Concluo este estudo como comecei, advertindo ao leitor de que produzi mais perguntas do que respostas, o que, em tese, seria um problema, não fossem essas perguntas, possivelmente, mais interessantes do que aquelas que me trouxeram até o início da pesquisa. Considero que o olhar teórico aqui construído e experimentado tem como característica mais marcante exatamente essa: o de gerar desconfortos, instigar outras perguntas, desconstruir categorias pré-concebidas tais como inclusão e exclusão. Mas não creio que seja inviável utilizá-lo, também, em sentido propositivo, para construir alianças, conectar disciplinas, pesquisadores oriundos de tradições distintas, agentes ligados à ID de diferentes maneiras, ou a partir de diferentes concepções estratégicas, numa fronteira que vá pouco a pouco se alargando, até que inclusão seja um conceito desnecessário, ou que a fronteira seja o próprio território.

No Capítulo 2 desta tese, procurei situar a questão da inclusão na interface entre tecnologia, sociedade e cultura. Tratou-se, certamente, de uma escolha arriscada, pois que em toda interface está-se diante de sistemas (conceituais) que, em princípio, não poderiam ser conectados diretamente e, por isso, corre-se o risco de produzir argumentos que terminam não cabendo completamente em nenhum dos sistemas originais, quando tomados isoladamente. Em outras palavras, é possível que o conhecimento aqui produzido não apenas seja inócuo do ponto de vista de pesquisadores da ID mais comprometidos com a ortodoxia de suas áreas “puras”, como também coloque a mim mesmo na posição de estranho ou “estrangeiro” frente aos meus pares de área. Mas, por arriscada que fosse, foi uma decisão consciente, calcada na noção de que certos fenômenos, tais como a linguagem, são capazes de criar “furos” na interface, isto é, têm a propriedade de circular entre os diversos sistemas ou de impedir que se configurem como coisas isoladas.

Se qualquer explicação sobre como a linguagem fura a interface cultura-sociedade é óbvia demais para que necessite expor-lhe aqui, ou complexa demais para que lhe possa fazer justiça em um parágrafo, o mesmo não diria da relação entre linguagem e tecnologia. Nesse caso, parti do óbvio, i.e. que o computador é, antes de mais nada, uma máquina de linguagem, mas a partir da noção de que a linguagem é heterogênea, procurei problematizar a maneira como as linguagens fundidas e/ou justapostas nessa máquina põem em cooperação, e ao mesmo tempo em conflito, diferentes formações culturais e diferentes posições dos sujeitos sociais.

No caso do letramento, a conexão é um pouco mais complexa. De óbvio, apenas a noção de que qualquer escrita é, antes de mais nada, uma tecnologia, isto é, a aplicação de um certo conhecimento ao desenvolvimento de um ou mais sistemas que resolvem problemas humanos (enquanto criam outros) e estendem capacidades humanas (enquanto enfraquecem outras). Assim conectadas pelo letramento, linguagem e tecnologia imiscuem-se nos processos da desigualdade social e na produção da diferença cultural, completando o circuito daquilo que, por falta de um termo mais adequado, chamamos de inclusão digital.

Uma vez estabelecidos esses furos na interface, ao longo do Capítulo 2, procurei esboçar, no Capítulo 3, uma teoria da linguagem digital que tomasse o hibridismo como força criadora da linguagem, por meio da qual o verbal, o visual e o matemático se fundem, agenciam e contestam. A capacidade explicativa dessa teoria foi então testada, no Capítulo 4, frente à construção da glocalidade, isto é, um discurso que rearticula o arranjo sociedade-cultura com o qual nos acostumamos na construção e expansão do Estados-nação, em tempos de globalização informatizada. Resulta desses dois capítulos uma visão de inclusão diferente daquela fundada na padronização e na dicotomização, visão essa que toma por espelho a própria linguagem digital na sua heterogeneidade e na sua capacidade desestabilizadora das configurações de poder e diferença.

No Capítulo 5, parti dessa visão da linguagem, e da noção de que a todo modelo de letramento subjaz uma concepção de linguagem (e portanto de cultura e sociedade) para pensar a relação entre letramento e inclusão na era da globalização informatizada. Procurei sumarizar as conclusões dessa reflexão numa concepção de letramento digital que, tal qual a de linguagem digital, não se fundamenta nem na padronização nem na dicotomização, mas articula outros

letramentos em rede e os faz hibridizarem-se e transformarem-se mutuamente. Finalmente, no Capítulo 6, realizei um estudo de caso exploratório em que as concepções de inclusão, linguagem e letramento desenvolvidas ao longo da tese foram postas a serviço de uma explicação parcial sobre como está ocorrendo a ID em um contexto específico. Resulta desse estudo que o risco envolvido no olhar teórico construído na interface tecnologia-sociedade-cultura compensa, no sentido de que não só pode ajudar a encarar o fenômeno complexo e contraditório da ID em maior profundidade, como também gerar uma boa quantidade de temas e perguntas a serem desenvolvidos em pesquisas que tomem direções diferentes das tomadas pelos estudos que temos sido capazes de produzir até agora.

Penso que a reflexão teórica aqui desenvolvida, assim como os resultados do estudo de caso apresentado no Capítulo 6, têm implicações para diversos “agentes” de inclusão, dos governos aos fabricantes de software e hardware, dos designers de interfaces aos produtores das mídias tradicionais, dos empregadores aos militantes de movimentos sociais. Confio em que, em tendo oportunidade de tomar contato com este trabalho, tais agentes saberão discernir o que faz ou não sentido “do seu lado da interface”, que furos na interface vale a pena alargar ou não, e que implicações da perspectiva aqui adotada podem ou não ser interessantes para suas diferentes frentes de investigação. A título de provocação (no bom sentido), inicio, nessa conclusão, um diálogo com aqueles que têm pensado, ou pretendem pensar, na escola como lócus da inclusão digital, e no professor como ator nesse processo.

7.2. Inclusão digital e escola: entrelaçamentos

Em primeiro lugar, gostaria de fazer notar que as questões mais essenciais da inclusão digital são também essenciais para o movimento de inclusão social que a escola, enquanto instituição, tenta representar: acesso, desigualdade, diferença. Também na escola vive-se, embora em escala menor do que na cidade ou no País, a tensão permanente entre a homogeneização e a proliferação da diferença que caracteriza o macro-contexto da globalização. Às formas de exclusão escolar mais evidentes e tradicionalmente reconhecidas (a falta de vagas ou de escolas no sistema público para

atender a todos, a evasão, a repetência, as barreiras políticas construídas por meio ou por causa da linguagem, etc.), somam-se agora, na consciência de boa parte dos educadores e formuladores de políticas educacionais, as formas de exclusão menos tangíveis, e até então menos reconhecidas como tal, baseadas na falta de reconhecimento e de respeito às diferenças étnicas, lingüísticas, de gênero, de estilos de aprendizagem e de necessidades especiais.

A inclusão digital por meio da escola tem sido pensada, ao menos ao nível mais abstrato das orientações curriculares, de forma condizente com a teoria de ID aqui esboçada. É isso que atesta o excerto abaixo, retirado das Orientações Curriculares para o Ensino Médio para a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (MEC, 2006, p. 95-6):

Nas propostas de inclusão digital, é necessário realizar uma crítica sobre os efeitos da globalização, uma discussão sobre os valores daquilo que é “global” e daquilo que é “local”. Sem esse discernimento, o raciocínio “globalizante” poderá conduzir à crença de que os conhecimentos sobre informática e sobre a língua inglesa (duas ferramentas tidas como “imprescindíveis” para a entrada na sociedade globalizada) bastam para a integração social, uma integração que se traduz por emprego, sucesso profissional, melhoria de vida material, bem-estar pelo sentimento de pertencimento.

Logicamente que esses aspectos representam bens sociais e direitos do cidadão que devem ser proporcionados a todos. Mas acreditamos que a questão da inclusão deva ser estudada de maneira mais ampla, de novo, sob um ponto de vista educacional que poderá levar à sensibilidade de que uma visão da inclusão é inseparável de uma consciência crítica da heterogeneidade e da diversidade sociocultural e lingüística.

Na prática, contudo, os depoimentos colhidos no estudo de caso da CBAV indicam que a ação da escola vinculada à ID não promove necessariamente a conscientização crítica do cidadão nem o seu empoderamento, isto é, sua apropriação da linguagem e da tecnologia no papel de produtor, e não apenas de usuário/consumidor. Seria demasiadamente arrogante de minha parte, além de pouco legítimo, do ponto de vista científico, tentar, com base nos poucos dados e resultados específicos aqui apresentados, que não incluíram diretamente a realidade da escola, prescrever formas de ação e de interpretação para escola. Porém a concepção de inclusão digital aqui desenvolvida, assim como o entrelaçamento entre escola e telecentro que observei na CBAV,

talvez me permitam levantar algumas possibilidades de diálogo com formuladores de políticas educacionais e formadores de professores que tentam dar um destaque à ID no horizonte de suas preocupações.

Para tanto, retomo o conceito de letramento digital que propus no Capítulo 5, ou , mais especificamente, algumas repercussões desse conceito tal qual instanciado pelo estudo de caso que realizei. Defini letramentos digitais como redes complexas de letramentos (práticas sociais) que se apóiam, entrelaçam, e modificam mútua e continuamente por meio, virtude ou influência das TIC. O estudo de caso mostrou que os letramentos praticados no telecentro estão decididamente “conectados” com os escolares, dependem ou se apropriam deles (como ilustra a aula de introdução à informática que observei, por exemplo) ao mesmo tempo em que os apóiam ou perturbam, e vice-versa. É no telecentro que os jovens aprendem, em práticas coletivas mais ou menos colaborativas, a lidar com a multiplicidade de fontes de informação disponíveis na Internet, a filtrar e avaliar a confiabilidade desses conteúdos, a manipular códigos não-verbais e construir representações multimodais, a lidar com a diversidade lingüística que muitas vezes é expurgada dos livros didáticos, etc.. Mas é de lá, também, que trazem o bloguês para as redações escolares, a frustração de estar circunsrito a um espaço físico sem “conexão” (tal qual o das salas de aula tradicionais), a conscientização sobre certas formas de discriminação que a escola reproduz (como no caso da menina canhota que participava de uma comunidade de canhotos no Orkut), e assim por diante.

É na escola, por outro lado, que se estabelecem, exceto em uns poucos casos, como o do menino W., os temas, os gêneros e as “palavras-chave” que definem oficialmente o que é o “conhecimento” que está na própria missão da Casa Brasil, expressa pelo slogan “Conhecimento e Cidadania morando juntos”. É lá também que se ensina o “básico”, o “ler e escrever” de que os freqüentadores necessitam para poder se engajar produtivamente nas diversas modalidades de uso das TIC ali oferecidas. Mas é da escola, supostamente, que a comunidade deveria trazer para o telecentro os letramentos críticos, os instrumentos para desconstruir o discurso da inclusão pela via da “absorção no mercado de trabalho”, da adesão ao papel de “expectador” que lhes é imposto pela televisão, e para superar as interpretações maniqueístas dos diferentes significados que as TIC podem ter na sua vida.

Em suma, ao menos no contexto específico em que realizei o estudo de caso, escola e telecentro justapõem-se ora de maneira concordante, ora de maneira dissonante. Compartilham basicamente uma mesma *estratégia* de inclusão pela via da “massificação” do conhecimento (o que obviamente não se reflete a totalidade dos posicionamentos de todos os telecentros e todas as escolas que interagem em diferentes comunidades), contaminam-se mutuamente por meio certas práticas, mas, ao mesmo tempo, ironizam-se por meio de interpretações pouco informadas da ação de um e de outro.

Penso que essa inter-relação entre escola e telecentro constitui uma possibilidade interessante de transformação nas concepções, e nos procedimentos, de ambos. Em primeiro lugar, o estudo de caso mostrou que há no telecentro um repertório de táticas de apropriação das TIC em franco desenvolvimento as quais a escola poderia tentar compreender e fomentar (LANKSHEAR; KNOBEL, 2002). Ainda que os produtores do projeto não estejam cientes do valor dessas táticas, ou não as interpretem como uma forma produtiva de inclusão, elas podem constituir uma base sobre a qual a conscientização crítica do sujeito que a escola deve promover, e os instrumentos de desconstrução dos discursos e dos dispositivos opressivos, ou letramentos críticos, que a escola pode sugerir, ganhariam uma dimensão performática, orientada para a inclusão como ação efetivamente transformadora, e de empoderamento concebido como emancipação, e não como absorção pelo sistema.

Em segundo lugar, a superação da visão do sujeito como “consumidor de linguagem”, e a implantação de outras práticas de ensino, nas quais a linguagem é trabalhada de forma contextualizada, dentro da prática social, é uma estratégia declarada daqueles que pensam e fazem educação de forma transformadora no País, da qual o telecentro poderia partilhar. A aula de introdução à informática que observei na CBAV é um exemplo flagrante dessa oportunidade. Ao mesmo tempo, a escola tem muito a aprender com a maneira tática como líderes como S. aproveitam o interesse dos jovens por certos usos das TIC para fomentar o desenvolvimento de hábitos, competências e estratégias de aprendizagem que interessam à escola.

Tudo isso, tem, a meu ver, implicações para a formação de professores. É inadmissível, antes de mais nada, que laboratórios disponíveis nas escolas estejam interditados aos alunos por zelo excessivo, ou por falta de professores capacitados para lidar com os computadores, quando os

próprios alunos lhes poderiam ensinar “o básico”, caso essa postura colaborativa, não hierárquica, fosse mais frequente. É necessário, também, que os professores conheçam (se não que pratiquem) letramentos digitais tão significativos na construção identitária, no desenvolvimento do capital social, e nas formas novas, e nas linguagens híbridas da construção de conhecimento dos seus alunos quanto aqueles que observei nas sessões de uso livre da CBAV. Dito de outra forma, creio que o processo de formação de professores no País deveria, dentro do possível, contemplar outros sentidos para as TIC em suas vidas, que não somente aqueles impostos pela burocracia escolar e pelos currículos oficiais. Especialmente, dever-se-ia pensar no professor em formação como intérprete crítico das TIC e das mensagens que por elas circulam, e como futuro mobilizador de letramentos digitais críticos.

Penso que isto seria um primeiro passo para a construção de uma comunidade de prática dentro da qual professores e alunos pudessem realizar, juntos, a sua própria inclusão digital, se assim o desejarem, e que o pudessem fazer da maneira menos subalterna, responsiva e reprodutora possível. No percurso dessa investigação, topei com um indício animador, que aponta para a viabilidade dessa construção, quando T., a menina do Orkut, me mostrou que não só incluíra na sua lista de amigos publicada no site o nome de um professor querido, como também aderira a uma comunidade criada por alunos da escola pública em que estudava para tratar da própria escola, para construir, via Orkut, uma série de posicionamentos, reivindicações e interpretações coletivas acerca da escola, seus problemas, suas necessidades, suas delícias.

7.3. Voltando a um começo

Iniciei este trabalho com uma pequena narrativa, e não vejo maneira melhor de terminá-la do que através do mesmo recurso. Estou de volta, agora apenas na minha imaginação⁷³, à porta do telecentro espremido entre o Cingapura e a concessionária de automóveis. S., que me acompanha, nota primeiro a aproximação do rapaz negro, de cavanhaque pontudo, e touca de lã colorida, que

⁷³ Nessa narrativa, utilizo personagens e fatos fictícios, mas os construo com base nas pessoas que conheci, e nos fatos que recolhi, durante a pesquisa, na CBAV e em outros contextos, como por exemplo em um curso de formação de professores em serviço promovido pela UNICAMP no segundo semestre de 2006, no qual trabalhei.

concordou em nos levar à sua escola, para um pequeno trabalho de campo, naquela manhã quente e poluída de São Paulo. S. e o rapaz conversam, enquanto dirijo pelas ruas tortuosas que levam à escola estadual, seguindo um mapa que tirei do Google Earth, mas tomando propositalmente o caminho mais longo, para aproveitar melhor a conversa.

“Hoje tem aula de informática?”, pergunta S. “*hj naum*. Não tem professora de informática. Tá doente, sei lá...”, retruca o jovem. “Tem aula do quê, então?”, quero saber. “Tem reforço de matemática”, diz o garoto, com um sorriso irônico nos lábios. “A gente faz uns exercícios lá. Se fizer tudo, e ficar quitinho, aí *blz*: a professora deixa usar o Orkut um pouquinho”. “E o que você faz no Orkut?”, pergunto. “Tem meus amigos lá, minhas comunidades. Eu entro pra ver o que tá rolando, se tem *scrap*, se tem algum amigo pedindo pra eu *ad* ele, essas coisas”. “E com a professora, na escola? Você troca uma idéia também?”, dispara S. “Com a de matemática não. Ela não vai com a minha *kara*. Mas tem uma de história que curte Rap, lá no Orkut também”.

Dobramos a esquina, e S. aponta para a porta de uma “lan house” popular, que alguns jovens do bairro montaram, com computadores reciclados e aplicativos de software livre. Dois reais a hora, só um pouco mais caro do que a ficha do bilhar no botequim ao lado, que rende quinze minutos, e às vezes tacos e ossos quebrados.

“O que mais você faz com o computador na escola?”, pergunto. “Na escola? Nada. Assim, tem o reforço, de vez em quando. Eu faço lição, tipo pesquisa na Internet, essas coisas. Mas eu faço no telecentro, *pq* na *skola* não pode usar sem professor”. “Você gosta de matemática?”, pergunta S. “Eu não gostava não. Mas na oficina de Flash⁷⁴ a gente fez um efeito randômico, tipo umas gotas de chuva caindo, que precisava usar umas funções, fazer uns lances de matemática lá, *mt loko*. Daí eu vi que é legal. É importante. Mas eu não sei fazer tudo que eu quero ainda não”.

Me animo, e arrisco uma pergunta sobre o futuro. “E faculdade? Já pensou nisso? Você podia fazer um desses cursos novos, de construção de jogos ou produção de multimídia”. “Faculdade, *huahuahua*, fala sério! Mesmo que eu tivesse como pagar, que eu não tenho, não sei se

⁷⁴ Flash é um programa de animação gráfica muito popular entre os produtores de multimídia. É uma das poucas ferramentas para as quais ainda não existe um software livre equivalente.

queria fazer faculdade não. Eu queria **fazer** alguma coisa, agitar os manos aí, um lance com vídeo, com computador, sei lá. Meu irmão, que é todo certinho, arrumou um emprego de telemarketing. Fica o dia inteiro enchendo o saco dos outros pra comprar isso e aquilo. Se o *kara* não compra ele *naum* ganha. *fze u ke, neh?* Agora inventaram essa, que se ele não fizer faculdade, vai ter que sair, porque agora pra entrar lá tem que ter faculdade. *P****, mas ele já entrou, *jah* tava dentro, *p***!* Daí eu pergunto: faculdade pra *q?* Pra neguinho ficar te tirando no telefone *ateh* de domingo? *Aee* compra o bagulho logo *aee* pra eu ir pra *kasa v* a pegadinha do Faustão, *flw? Vidaum, né? ksksksksk*”.

A essa altura já estamos no pátio da escola, onde o garoto nos aponta sua professora de português, antes de sumir no meio dos seus pares. Nos apresentamos, e a professora nos conta sobre as dificuldades de sempre, sobre a distância entre o mundo da Internet e a “realidade” dos alunos. Como ensiná-los a pesquisar na Internet, a construir um hipertexto argumentativo, a montar uma apresentação digital sobre um tema qualquer, se eles chegam até ela sem saber ler ou escrever? S. coça a cabeça e me olha de soslaio. Não é que os problemas são parecidos? Como fazer “uso livre” na escola, se na última tentativa flagara meninos de nove anos baixando vídeos pornográficos que acharam com o Google? Para que serve esse Orkut e esse MSN? Para eles “desaprenderem” a escrever? Depois quando o governo descobre que ninguém sabe ler direito, a culpa é do professor?

S. quer saber se a professora conhece o telecentro, e o que acha dele. Não conhece, mas acha ótimo. Uma boa solução para quem não pode pagar. Mas não adianta nada disso de inclusão digital se eles não sabem o básico, e se eles não se interessam por nada. Seu filho, ao contrário de seus alunos, está encaminhado. Faz curso de inglês e de computação (ganhou uma bolsa no sorteio e só paga o material didático). É bom aluno, e já conseguiu um estágio numa firma de contabilidade. Paga pouco, e não tem possibilidade de ficar fixo, mas pelo menos está aprendendo como é o mercado, o que a pessoa precisa saber para poder competir, para não ser um excluído. S. me olha e sorri satisfeito. Eu respiro fundo e, retribuindo o sorriso, tento me convencer de que um ponto de encontro, concorde eu com ele ou não, é ao mesmos um ponto de encontro. Mais importa é saber para onde se vai depois.

Mas e ela? Que papel tem o computador na sua vida? A sirene toca, chamando para a aula. Enquanto caminhamos para dentro da escola, ela me conta que comprou um computador subsidiado pelo governo, mas que ainda está aprendendo, que a capacitação não foi suficiente. É seu filho quem a ajuda a lidar com os programas, pagar contas via Internet, acessar o sistema de educação à distância através do qual participa de cursos de extensão e formação em serviço, preparar apostilas e provas para seus alunos, trocar e-mails com parentes e amigos, etc.. É tudo muito novo, dá muito trabalho pra fazer uma coisa que era simples, mas até que gosta. É legal, é importante. Só que ainda não sabe fazer tudo o que gostaria.

O menino do cavanhaque pontudo nos interrompe, avisando que o reforço de matemática está para começar. A lição é sobre teoria de conjuntos. Que coincidência, penso eu, essa coisa de conjuntos justo hoje... Na tela do computador, um exercício remete os alunos ao paradoxo do barbeiro, descoberto por Bertrand Russel: há uma aldeia onde um barbeiro faz a barba todos os dias a todos os homens que não se barbeiam a si próprios, e a mais ninguém. Tal aldeia pode existir? A resposta é não. Se o barbeiro é um homem da aldeia que não se barbeia a si mesmo, terá de fazer a própria barba. Mas se barbear a si mesmo, pela regra, não poderá barbear a si mesmo. Portanto, a aldeia não existe.

Talvez para fugir da matemática, como nos tempos do colégio, mergulho mentalmente num fluxo de associações que desemboca na “aldeia global” de McLuhan. Fico me perguntando se ela pode existir. Afinal, um mundo em que uns têm a incumbência de incluir a todos os que não se incluem a si mesmos pode existir? A resposta lógica é não. Essa aldeia só existiria se aquele incumbido de incluir o outro não precisasse incluir a si mesmo, se não fosse um dos homens da aldeia, isto é, se fosse um ponto fora do conjunto, fora da “realidade”. O paradoxo da inclusão, penso comigo, não pode, e não precisa ser resolvido, caso contrário não seria um paradoxo. Mas podemos certamente lidar melhor com ele se abirmos mão da idéia de que alguns sujeitos devem ser encarregados de “incluir” os outros.

A essa altura, se aproxima o final da aula. O menino de cavanhaque pontudo está “tecendo” no Orkut, enquanto a professora preenche o bom e velho diário de classe. Sem que o adolescente perceba, dou uma espiadela na tela de seu computador. Ele está lendo *posts* de uma comunidade

chamada “Não às cotas na universidade” (a faculdade, afinal, não está tão fora dos planos, apenas fora do alcance). Peço para ver do que se trata, e ele me leva à página inicial, onde leio⁷⁵:

Todos mudam, eu também. Hoje não tenho mais dúvida de que é legítima a ação afirmativa na universidade (embora acho que seria melhor ter um sistema que garantisse uma performance mínima para quem fosse beneficiário da ação afirmativa, evitando que a cota pudesse gerar distorções desproporcionais). Mesmo assim mantenho a comunidade no ar por respeito às pessoas que deixaram suas opiniões em seus posts.

Todos mudam, eu também? Alguém me chame o Bertrand Russel de novo, please. Se todos fazem algo e eu também faço o mesmo algo, alguém, ou alguma coisa, realmente muda? Será que todos nos incluindo, ou todos nos excluindo, binária e absolutamente, estaremos mudando alguma coisa? Não seria mais lógico, e mais produtivo, nos excluirmos embora estando dentro, e nos incluirmos embora estando fora?⁷⁶

S., o garoto do cavanhaque pontudo e a professora de matemática agora papeiam no corredor. Alguma coisa sobre um *install fest*. Fico curioso: será ilusão morfológica? Mas preciso parar por aqui, pra tomar fôlego. Agradeço aos três pelo muito que aprendi com eles, e pelo muito que me mostraram que ainda falta saber. Vou saindo de fininho, da conversa e da tese, mas deixo um *post* para mim mesmo: v se volta aee dps, flw?

⁷⁵ Embora o evento seja fictício, a comunidade de fato existe no Orkut, e seu texto de apresentação é exatamente o mesmo aqui transcrito, exceto pela identificação do autor.

⁷⁶ Agradeço à Professora Walkyria Monte Mór, da Universidade de São Paulo, por me apresentar a essa formulação, em comunicação pessoal, por e-mail, em 16/10/2006.

Referências bibliográficas

- AARSETH, E. *Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1997.
- AGRE, P. 2002. Cyberspace as american culture. *Science as Culture*, v.11, n. 2, p. 171-189.
- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- ASKONAS, P.; STEWART, A. (Eds.) *Social Inclusion: Possibilities and Tensions*. London: Palgrave; Atkinson, 2000.
- AUBERT, F. H. As variedades de empréstimos. *D.E.L.T.A.: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 19, p. 27-42, 2003.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance*. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1988.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARRETO, A. A. As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v.6, n.6, sem paginação, 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez05/F_I_art.htm>. Acesso em: 15 jan 2006.
- BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackwell, 1994.
- BAUMAN, Z. What it means 'To Be Excluded': Living to Stay Apart – or Together?. In: ASKONAS, P.; STEWART, A. (Eds.) *Social Inclusion: Possibilities and Tensions*. London: Palgrave, 2000. p. 73-88.
- BAYNHAM, M. Code switching and mode switching: Community interpreters and mediators of literacy. In: STREET, B. (Ed.), *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: CUP, 1993. p. 294-314.
- BHABHA, H. K. *The Location of Culture*. London; New York: Routledge, 1994.
- BIJKER, W. E.; PINCH, T. The social construction of facts and artefacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. In: BIJKER, W.E;
- HUGHES, T. P; PINCH, P. (Orgs.) *The Social Construction of Technological Systems*, Cambridge, MIT Press, 1989. p. 17-50.

BOLTER, J. D. *Writing Space: The Computer, Hypertext, and the History of Writing*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1993.

BOLTER, J. D. Hypertext and the Question of Visual Literacy. In: REINKING, M. C. et al (Eds.) *Handbook of literacy and technology: Transformations in a post-typographic world*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1998. p. 3-13.

BOLTER, J.D.; GRUSIN, R. *Remediation: Understanding new media*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J.G. (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BRADBROOK, G.; FISHER, J. *Digital Equality: reviewing digital inclusion activity and mapping the way forwards*. 2004. Disponível em: <<http://www.citizenonline.org.uk/pdf/DigitalEquality1.doc>>. Acesso em: 22 jul. 2004.

BRAGA, D. B. A comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A.C.S. (Orgs.) *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 144-162.

BUZATO, M. E. K. Sobre a Necessidade de Letramento Eletrônico na Formação de Professores: O Caso Teresa. In: CABRAL, L.G. et al (Orgs.) *Linguística e Ensino: Novas Tecnologias*. Blumenau: Nova Letra, 2001. P. 229-267.

CANDAU, V. M. F. (2002). Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 125-161, 2002.

CARDOSO, A. C. D.; NASSAR, F. S. *Pobreza Urbana e o Centro Histórico de Belém*. 2003. Disponível em: <<http://www.landí.inf.br/anais/Pobreza%20Urbana%20e%20o%20Centro%20Historico.doc>>. Acesso em: 12 fev. 2006.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Internet e Sociedade em Rede. In: MORAES, D. (Org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 255-287.

CERTEAU, M. (1994). *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 5.ed. Petrópolis: Vozes.

CLIFFORD, J. *The Predicament of Culture*. Cambridge, MA: Harvard UP, 1988.

COLLINS, J.; BLOT, R. *Literacy and literacies: Texts, power and identity*. New York: CUP, 2003.

COLLINS, R. Associative or Communal Society? The Globalization of Media and Claims for Community. In: ASKONAS, P.; STEWART, A. (Eds.) *Social Inclusion: Possibilities and Tensions*. London: Palgrave, 2000. p. 186-204.

COSCARELLI, C.V.; RIBEIRO, A. E. (Orgs.) *Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COULON, A. *Etnometodologia e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

COUTINHO, M. A Sociedade da Informação e o determinismo tecnológico: notas para um debate. *Liberio*, São Paulo, v. 6, n. 11, p.83-93, 2003. Ano Vi.

COX, M. I. P; de ASSIS-PETERSON, A. A. Transculturalidade e Transglossia: para compreender o fenômeno das fricções linguístico-culturais em sociedades contemporâneas sem nostalgia. In: CAVALVANTI, M. C. ; BORTONI, S. M. (Orgs.), *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2006. Cap. 1, p.14-27.

CRYSTAL, D. *Language and the Internet*. Cambridge, UK: CUP, 2001.

DAHRENDORF, R. *Life Chances*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1979.

DERRIDA, J. *Excerpt from Différance*. 1982. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/class/history34q/readings/Derrida/Differance.html>>. Acesso em: 05 mar. 2006.

DODGE, M.; KITCHIN, R. *Mapping cyberspace*. New York: Routledge, 2001.

EPSTEIN, M. *On the concept of transculture*. Institute for Comparative and International Studies. 2005. Disponível em: <http://www.icis.emory.edu/replacing_cultures/On%20the%20Concept%20of%20Transculture-20M.%20Epstein.pdf>. Acesso em: 15 out. 2006.

FEENBERG, A. Introduction: The Parliament of Things, In: _____. *Critical Theory of Technology*. New York: OUP, 1991. Cap.1, p. 3-22,. Disponível em: <<http://www.rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/CRITSAM2.HTM>>. Acesso em: 10 out. 2005.

FLUSTY, S. Building Paranoia. In: ELLIN, N. (Ed.) *Architecture of Fear*. New York: Princeton Arch, 1997. p. 47-59.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRIEDMAN, S. S. Border Talk" Hybridity, and Performativity: Cultural Theory and Identity in the Spaces between Difference. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.61, p.1-17, 2002. Disponível em: <<http://eurozine.com/pdf/2002-06-07-friedman-en.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2006.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GEE, J. P. *Social linguistics and literacies*. London: Taylor e Francis, 1990.

_____. *The New Literacy Studies and the Social Turn*. 2000. Disponível em: <<http://www.schools.ash.org.au/litweb/page300.html>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

GIARD, L. *Why and when with Michel de Certeau we paid attention to everyday life*. 2003. Keynote address to the CIVICCentre symposium, April 2003, London. Disponível em: <<http://www.civiccentre.org/SPEAKERS/Keynotes/Giard.LArticle.html>>. Acesso em: 10 maio 2005.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP: 1991.

GLISTER, P. *Digital Literacy*. New York: John Wiley e Sons, 1997.

GÓMEZ-PEÑA, G. The New Global Culture: Somewhere between Corporate Multiculturalism and the Mainstream Bizarre (a border perspective). *The Drama Review*, New York, v.45, n.1, p. 7-30, 2001. Disponível em: <<http://www.csun.edu/~vcspc00g/603/newglobalcult.pdf>>. Acesso em: 20 out 2006.

GOODY, J. *The Logic of Writing and the Organization of Society*. Cambridge, England: CUP, 1986.

GOODY, J.; I. WATT. *The consequences of literacy. Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 5, n. 3, p. 304-45, 1963.

GRAHAM, S.; HEALEY, P. Relational concepts of space and place: Issues for Planning Theory and Practice. *European Planning Studies*, London, v. 7, n. 5, p.623-646, 1999.

GRAVES, B. *Homi K. Bhabha: the liminal negotiation of cultural difference*. Political Discourse – Theories of Colonialism and Post-colonialism, 1998. Disponível em: <<http://www.scholars.nus.edu.sg/post/poldiscourse/bhabha/bhabha2.html>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

GRAY, J. Inclusion: A Radical Critique. In: ASKONAS, P.; STEWART, A. (Eds.) *Social Inclusion: Possibilities and Tensions*. London: Palgrave, 2000. p. 19-36.

GUIMARÃES Jr., M. J. L. Etnografia em ambientes de sociabilidade virtual multimídia. Mesa redonda "Novos Paradigmas: Etnografia e Ciberespaço", X Ciclo de Estudos sobre o Imaginário – Imaginário e Ciberultura, novembro de 1998, Recife. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/etn_palace.html] 10/04/2005

- HABERMAS, J. *A inclusão do outro: Estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HALL, S. A questão multicultural. In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 51-99.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPeA, 2005.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. Edward Arnold, London, 1978.
- HARGITTAI, E.; SHAFER, S. Differences in Actual and Perceived Online Skills: The Role of Gender. *The Social Science Quarterly*, Malden, v.87, n.2, p. 432-448, 2006. Disponível em: <<http://www.eszter.com/research/pubs/hargittai-shafer-genderskills.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2006.
- HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1996.
- HAYNES, D. *Bakhtin and the Visual Arts*. New York: CUP, 1995.
- HEATH, S. B. *Ways With Words*. Cambridge: CUP, 1983.
- HOLANDA, A. N. C. Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o caso do ProInfo e a experiência brasileira. VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, Outubro/2003. UNPAN - United Nations Online Network in Public Administration and Finance, 2003. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047614.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2006.
- ITI. Projeto Casa Brasil. 2006. Disponível em: <http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Casabrazil/Documentos/casabrazil_projeto.pdf>. Acesso em: 05 jul 2006
- KAPLAN, N. E-literacies: politexts, hypertexts and other cultural formations in the late age of print. *Computer Mediated Communication Magazine*, v.2, n.3, 1995. Disponível em: <<http://sunsite.unc.edu/cmcmag/1995/mar/kaplan.html>>. Acesso em: 10 jun 2000.
- KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.
- KEEBLE, L.; LOADER, B. D.(Eds.) *Community Informatics: Shaping Computer-Mediated Social Networks*. London: Taylor Francis, 2001.
- KHONDKER, H. H. Glocalization as Globalization: Evolution of a Sociological Concept. *Bangladesh e-Journal of Sociology, Dhaka*, v.1, n. 2, p.12-20, 2004.
- KLEIMAN, A. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

_____. O estatuto disciplinas da Lingüística Aplicada: o traçado de um percurso, um rumo para o debate. *In: I. SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 51-77.

KLEIMAN, A. B. ; VIEIRA, J. . O impacto identitário das novas tecnologias da informação (Internet). *In: MAGALHÃES, I.; CORACINI, M. J.; GRIGOLETTO, M. (Org.). Práticas identitárias: língua e discurso*. 1 ed. São Carlos: Editora Claraluz, v. 1, 2006. p. 117-132.

KLING, R. Learning about information technologies and social change: The contribution of social informatics. *The Information Society*, London, v.16, n.3, p.217-232, 2000.

KOSTOGRIZ, A. Rethinking the spatiality of literacy practices in multicultural conditions. *AARE – The Association for Active Education Researchers*, 2005. Disponível em: <<http://www.aare.edu.au/04pap/kos04610.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2005.

KRAIDY, M. M. *Hybridity: or the cultural logic of globalization*. Philadelphia: Temple, 2005.

KRESS, G. Gains and losses: New forms of texts, knowledge, and learning. *Computers and Composition*, v.22 , n.1, p.5-22, 2005.

LANDOW, G. *Hypertext 2.0. The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Critical literacy and new Technologies. Symposium paper, American Educational Research Association Annual Conference, 13-17 April, 1998, San Diego. Disponível em: <<http://www.geocities.com/c.lankshear/critlitnewtechs.html>>. Acesso em: 12 jul. 2004.

_____; _____. Steps toward a Pedagogy of Tactics. Keynote paper for the National Council of English Teachers' Assembly for Research Mid-Winter Conference, February 22-24, 2002, New York. Disponível em: <<http://www.geocities.com/c.lankshear/pedfact.html>>. Acesso em: 05 set. 2005.

LATOURETTE, B. How to write 'The Prince' for machines as well as machinations. *In: ELLIOT, B. (Ed.) Technology and Social Process*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1988. p. 20-43.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge, UK: CUP, 1991.

LEANDER, K. M. 'This is our freedom bus going home right now': Producing and hybridizing space-time contexts in pedagogical discourse. *Journal of Literacy Research*, v.33, n.4, p.637–679, 2001.

_____. Situated literacies, digital practices, and the constitution of space-time. National Reading Conference 52nd Annual Meeting, 2002, Miami. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/litspace/nrc2002.pdf>>. Acesso em: 13. fev. 2006.

_____.; MCKIM, K. Tracing the everyday 'sitings' of adolescents on the internet. *Education, Communication and Information*, v.3, n.1, p.11-30, 2003. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/litspace/sitings.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Cambridge, MA: Blackwell, 1991.

LEMKE, J. L. *Textual politics: Discourse and social dynamics*. London: Taylor e Francis, 1995.

_____. Metamedia literacy: Transforming meanings and media. In: D. Reinking *et al* (Eds.), *Handbook of Literacy and Technology*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998. P. 283-302.

_____. Travels in Hypermodality. *Visual Communication*, London, v.1, n.3, 2002. p. 299-325.

LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo : Editora 34, 1996.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, C.J.S. (2006) As relações entre tecnologia, inovação e sociedade. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 112-153. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev06/Art_02.htm>. Acesso em: 21 mar. 2006.

MAINGENEAU, D. *O Contexto da Obra Literária*. S. Paulo: Martins Fontes, 1995.

MANCIBO, D. Globalização, cultura e subjetividade: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.18, n.3, p. 289-295, 2002.

MANOVICH, L. *The language of new media*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001.

_____. Image Future. *Animation*, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2006. Disponível em: <http://www.manovich.net/DOCS/image_future.doc>. Acesso em: 02 mar. 2007.

MARCUS, G. E. Everything, Everywhere: The Effacement of the Scene of the Everyday. Brasília, UNB, *Série Antropologia*, n.151, 1993. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie151empdf.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2006

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: _____; XAVIER, A.C.S (Orgs). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13-67.

_____. A Coerência no Hipertexto. In COSCARELLI, C.; RIBEIRO, A. E. (Orgs) *Letramento Digital: Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 185-208, 2005.

MARTINHO, C. Algumas Palavras sobre Rede. In: SILVEIRA, C; DA COSTA REIS, L. (orgs.). *Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias*. Rede DLIS/RITS, p. 24-30, 2001. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2002/05/Algumas%20palavras%20sobre%20rede.doc>>. Acesso em: 12 abr. 2006.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. (2006) TV Digital como Instrumento de Inclusão. I Colóquio Latino-Americano sobre Inclusão Digital: Os Desafios Regionais, Campinas, 20 Junho, 2006. Disponível em: <<http://www.cpqd.com.br/file.upload/benetton.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2006.

MAZZARELLA, W. Culture, Globalization, Mediation. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v.33, p.345-367, 2004.

MCIVER, Jr., W. Uma informática comunitária para a Sociedade da Informação. In: MELO, J. M.; STAHLER, L. (Orgs.) *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005. Cap. 3, p. 65-102.

MEC. Orientações curriculares para o ensino médio ; volume 1 – Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

MERCER, K. Diáspora Culture and the Dialogic Imagination. In: _____. *Welcome to the Jungle: new positions in Black Cultural Studies*. London: Routledge, 1994. Cap. 2, p. 53-68.

MEUCCI, A.; MATUCK, A. A Criação de Identidades Virtuais através das Linguagens Digitais. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, setembro/2005. Reposcom, 2005. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17847/1/R0571-3.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

MILLER, D.; SLATER, D. *The Internet: An ethnographic approach*. New York: Berg, 2000.

NELSON, T. *The Xanadu Paradigm*. San Antonio: Projecto Xanadu, 1987.

NERI, M. C. (Coord.). Mapa da Exclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. Disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/apresentacao.htm>. Acesso em: 15 maio 2005.

NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures. *Harvard Educational Review*, Cambridge, MA, v.66, n.1, 60-92, 1996.

NIELSEN, J. *Hypertext and hypermedia*. New York: Academic Press, 1990

OLSON, D. From utterance to text: The bias of language in speech and writing. *Harvard Educational Review*, Cambridge, MA , v.47, n.3, p. 257-281, 1977.

PAIXÃO Jr., M. M. (2004) A História dos Quadrinhos Norte-Americanos Sob Uma Perspectiva Baseada em Raymond Williams. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27, 2004, Porto Alegre. Reposcom, 2004. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18226/1/R0410-1.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2006.

PALÁCIOS, M.; MIELNICZUK, L. Considerações para um estudo sobre o formato da notícia na Web: o link como elemento paratextual. *Pauta Geral*, Salvador, v. 9, n.4, 33-50, 2002. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/palacios/compostextofinal.doc>>., Acesso em: 12 maio 2004.

PAPERT, S. *Mindstorms: Children, computers, and powerful ideas*. New York: Basic Books, 1980.

PETERS, T. Combate à Exclusão Digital. *Questões Globais*, Washington, v.8, n.3, p. 30-34, 2003. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/1103/ijgp/ijgp1103.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2005.

PONTE, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, Lisboa, v3., n.1, p. 3-18. Disponível em: <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte/Quadrante-Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte/Quadrante-Estudo%20caso).pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2006.

POSTER, M. Cidadania, Mídia Digital e Globalização. In: MORAES, D. (Org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 315-336.

PRATT, M.L. *Os Olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSP, 1999.

PRIOR, P. Moving multimodality beyond the binaries: a response to Gunther Kress' 'Gains and Losses'. *Computers and Composition*, v.22 , n.1, p. 23-30, 2005.

RAYMOND, E. S. *The cathedral and the Bazaar*. Sebastopol: O'Reilly, 1999.

REDING, V European Union, Latin America and the Caribbean: time to join forces and push for digital inclusion. Speech delivered at the IV EU-Latin America and Caribbean Ministerial Information Society Forum, Lisbon, 28-29 April 2006. *EUROPA*, 2006 Disponível em: <http://ec.europa.eu/comm/commission_barroso/reding/docs/speeches/lisbon_20060428.pdf>. Acesso em: 01/08/2006.

RIBEIRO, J.C.S. Considerações sobre o processo de gerenciamento de aparências e de informações no ambiente da plataforma interacional on-line dos web-chats, In: Anais do 26o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro/2003. Disponível em <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4753/1/NP8RIBEIRO.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2006.

RODRIGUEZ, C. L. *O movimento de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) por adultos escolarizados em exercício de sua profissão: um estudo com Agentes Comunitários de Saúde*. 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em Mídias). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROJAS, V. *et al.* Still Divided: Ethnicity, Generation, Cultural Capital and New Technologies. In: JAMBEIRO, O.; STRAUBHAAR, J. (Orgs.) *Informação e comunicação: o local e o global em Austin e Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 297-322.

SCRIBNER, S.; COLE, M. *The psychology of literacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

SELFE, C. *Technology and Literacy in the Twenty-First Century*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1999.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.) *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo: Vozes, 2000. p. 103-133.

SILVEIRA, S. A. Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-Hegemônica. In: _____.; CASSINO, J. (org) *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo: Conrad, 2001. Disponível em <http://www.softwarelivre.gov.br/softwarelivre/artigos/artigo_02>, consultado em 10 jun 2007.

SILVERBLATT, A. *Media Literacy: Keys to Interpreting Media Messages*. Westport: Praeger, 1995.

SINCLAIR, J.; COULTHARD, R. M. *Towards an analysis of discourse: the English used by teachers and pupils*. London: OUP, 1975.

SKIDMORE, T. Fact and Myth: Discovering a Racial Problem in Brazil. Working Paper, The Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 1992. Disponível em: <<http://www.nd.edu/~kellogg/WPS/173.pdf> >. Acesso em: 12 ago. 2005.

SNYDER, I. (ed) *Page to screen: Taking literacy into the electronic era*. St Leonards: Allen e Unwin, 1997.

_____.; ANGUS, L.; SUTHERLAND-SMITH, W. Building equitable literate futures: Home and school computer-mediated literacy practices and disadvantage. *Cambridge Journal of Education*, Cambridge, UK, v.32, n.3, p.368-83, 2002.

SOARES, M. *Letramento, um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.23, n.81, p.143-160, 2002.

SOJA, E. W. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Malden, MA: Blackwell, 1996.

SORJ, B; GUEDES, L. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.72, p. 101-117, 2005.

SOUZA, L. M. T. M. Para uma Ecologia da Escrita Indígena: a Escrita Multimodal Kaxinawá. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p. 167-192.

_____. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA Jr, B. (Org.) *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p.113-133.

STAM, K.; STANTON, J.; GUZMAN, I. R.. Employee Resistance to Information Technology Change in a Social Service Agency: A Membership Category Approach. *Journal of Digital Information*, v.5, n.4, sem paginação, 1992. Disponível em: <<http://jodi.ecs.soton.ac.uk/Articles/v05/i04/Stam/>>. Acesso em: 07 set. 2005.

STEWART, A. Social Inclusion: an introduction. In: ASKONAS, P.; STEWART, A. (Eds.) *Social Inclusion: Possibilities and Tensions*. London: Palgrave, 2000. p. 1-16.

STREET, B. V. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: CUP, 1984.

_____. Culture is a Verb: anthropological aspects of language and cultural process. In: GRADDOL, D.; THOMPSON, L.; BYRAM, M.. *Language and Culture*. Clevedon: Multilingual Matters, 1993. p. 23-43.

_____. Literacy practices and literacy myths. In: SALJO, R. (Ed.) *The Written Word: Studies in Literate Thought and Action*. Springer: Verlag Press, 1988. p. 59-72.

_____. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, New York, v.5, n.2, p.1-14, 2003. Disponível em: <<http://www.tc.columbia.edu/cice/articles/bs152.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2004.

TAHAHASHI, T. (Coord.) *Sociedade da informação no Brasil : livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/Temas/Socinfo/Livro_Verde/livroverde.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2005.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, C. L. Programas de Auditório: Um Gênero Mostrando a Resistência da Expressão Popular nos Meios de Comunicação de Massa. Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27, 2004, Porto Alegre. *Reposcom*, 2004 Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17259/1/R0404-1.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2006.

TURKLE, S. *Life on the screen: Identity in the age of the Internet*. New York: Simon e Schuster, 1995.

VALE DE ALMEIDA, M. Estado-Nação e Multiculturalismo. *Revista Manifesto*, Lisboa, n. 1, p. 63-95, 2002. Disponível em: <<http://manifesto.com.pt/manifesto/pdfs/m16.pdf>>. Acesso em: 10 nov 2005.

WAKEFORD, N. Gender and the Landscapes of computing in an Internet Café. In: RANGE, M., CRANG, P.; DEY, J. (Eds.) *Virtual Geographies*. London: Routledge, 1999. p. 178-201.

WALTON, M. Behind the screen: The language of Web design. In: I. SNYDER; BEAVIS, C. (eds), *Doing literacy on-line: Teaching, learning and playing in an electronic world*. New Jersey: Hampton Press, 2004. P. 91-120.

WARSCHAUER, M. J. Reconceptualizing the Digital Divide. *First Monday*, Chicago, v.7, n.7, 2002. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue7_7/warschauer/index.html>. Acesso em: 11 abr. 2005.

_____. Dissecting the 'digital divide': A case study in Egypt. *The Information Society*, London, v.19, n.4, p.297-304, 2003a.

_____. *Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide*. MIT Press, 2003b.

WELSCH, W. Transculturality - the Puzzling Form of Cultures Today. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S. (Ed.) *Spaces of Culture: City, Nation, World*, ed. by , London: Sage, 1999. p. 194-213.

WILLIAMS, R. H. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WILLIAMS, R.; EDGE, D. The social shaping of technology. *Research Policy*, v.25, n.6, p.865-899, 1996. Disponível em: <<http://www.rcss.ed.ac.uk/technology/SSTRPfull.doc>>. Acesso em: 22 mar 2006.

WINNER, L. Upon Opening the Black Box and Finding It Empty: Social Constructivism and the Philosophy of Technology. *Science, Technology, e Human Values*, Thousand Oaks, v.18, n.3, p.362-378, 1993.

YIN, R. *Case study research: Design and methods*. Newbury Park, CA: Sage, 1984.

Anexo - Código Fonte da página digital da MTV Brasil (<http://mtv.terra.com.br>), tal qual disponível em 01/11/2005.

```
<!DOCTYPE html PUBLIC "-//W3C//DTD XHTML 1.0 Transitional//EN"
"http://www.w3.org/TR/xhtml1/DTD/xhtml1-transitional.dtd">
<html xmlns="http://www.w3.org/1999/xhtml">
<head>
<meta http-equiv="Content-Type" content="text/html; charset=iso-8859-1">
<title>MTV Brasil</title>
<link href="MTV%20Brasil0111_files/miolo.css" rel="stylesheet" type="text/css">
<link href="MTV%20Brasil0111_files/miolo-home.css" rel="stylesheet" type="text/css">
<link href="MTV%20Brasil0111_files/site30-structure.css" rel="stylesheet" type="text/css">
<link href="MTV%20Brasil0111_files/site30-content.css" rel="stylesheet" type="text/css">
<link href="MTV%20Brasil0111_files/site30-footer-nav.css" rel="stylesheet" type="text/css">
<link href="MTV%20Brasil0111_files/site30-fx.css" rel="stylesheet" type="text/css">
<link href="MTV%20Brasil0111_files/site30-retratil.css" rel="stylesheet" type="text/css">
<!--[if gte ie 5.5]>
    <link href="miolo/miolo-home-ie.css" rel="stylesheet" type="text/css" />
<![endif]-->
<script language="javascript1.1" src="MTV%20Brasil0111_files/float_ori.js" type="text/javascript"></script>
<script language="javascript1.1" src="MTV%20Brasil0111_files/site30-tween.js" type="text/javascript"></script>
<script language="javascript1.1" src="MTV%20Brasil0111_files/site30-home.js" type="text/javascript"></script>
<script language="javascript1.1" src="MTV%20Brasil0111_files/site30-libs.js" type="text/javascript"></script>
<!-- start banners do terra -->
<script language="JavaScript" src="MTV%20Brasil0111_files/MTV_sitebanners.js"></script>
<script language="JavaScript1.1">
    <!--
        tag_banner = 'mtv';
        document.write('<SCR'+ IPT LANGUAGE=JavaScript1.1
SRC="http://www.terra.com.br/ads/' + tag_banner + '/tag_comercial.js"></SCR' + 'IPT>');
    //-->
</script>
<script language="JavaScript1.1" src="MTV%20Brasil0111_files/tag_comercial.txt"></script>
<!-- end banners do terra -->
<style type="text/css">
    <!--
        .enlace { text-decoration: none }
        .combo { font-family: Verdana, Arial, Helvetica, sans-serif; font-size: 7.5pt; color: #000000 }
        .bg_barra_terra {
            background-image: url('/img/bg_barra_terra.gif');
            background-repeat: repeat-x;
            background-position: bottom;
        }
    -->
</style>
</head>
<body>
<!-- ## barra do terra ## -->
<script type="text/javascript" language="JavaScript"><!--
    var time = new Date();
    ordval= (time.getTime());

    arraycanales = new Array("CANAIS enbsp;enbsp;", "", "",
    "Aventura", "http://aventura.terra.com.br/", "",
    "Carro Online", "http://carroonline.terra.com.br/", "",

```

"Celular", "http://www.terra.com.br/celular/", "",
"Cidadania", "http://cidadania.terra.com.br/", "",
"Cinema e DVD", "http://www.terra.com.br/cinema/", "",
"Compras", "http://www.terra.com.br/compras/", "",
"Crianças", "http://www.terra.com.br/criancas/", "",
"Culinária", "http://www.terra.com.br/culinaria/", "",
"Disney", "http://www.terra.com.br/criancas/disney/", "",
"Diversão", "http://diversao.terra.com.br/", "",
"Eleieccedil;eotilde;es 2004", "http://noticias.terra.com.br/eleicoes2004/", "",
"Economia", "http://br.invertia.com/", "",
"Educação", "http://educaterra.terra.com.br/educacao/", "",
"Esotérico", "http://www.terra.com.br/esoterico/", "",
"Esportes", "http://www.terra.com.br/esportes/", "",
"Games", "http://www.terra.com.br/games/", "",
"Gente e TV", "http://exclusivo.terra.com.br/", "",
"Guia de Cidades", "http://www.terra.com.br/cidades/", "",
"Humor", "http://www.terra.com.br/humor/", "",
"Informática", "http://www.terra.com.br/informatica/", "",
"Jovem", "http://www.terra.com.br/jovem/", "",
"Moda", "http://www.terra.com.br/moda/", "",
"Mulher", "http://www.terra.com.br/mulher/", "",
"Música", "http://www.terra.com.br/musica/", "",
"Notícias", "http://www.terra.com.br/noticias/", "",
"Rádio", "http://www.terra.com.br/radio/", "",
"Revistas", "http://www.terra.com.br/revistas/", "",
"Sexo", "http://www.terra.com.br/sexo/", "",
"The Girl", "http://www.terra.com.br/thegirl/", "",
"Turismo", "http://www.terra.com.br/turismo/", "",
"TV Terra", "http://www.terra.com.br/tvterra/", "",
"Vestibular", "http://educaterra.terra.com.br/vestibular/", "",
"Vida e Saúde", "http://www.terra.com.br/saude/", ""))

arrayservicios = new Array("SERVIÇOS enbsp;enbsp;", "", "",
"Ageecirc;ncia de Viagens", "http://www.terra.com.br/rumbo/", "",
"Agenda", "http://agenda.terra.com.br/", "",
"Álbum de Fotos", "http://www.terra.com.br/fotos/", "",
"Almas Gêmeas", "http://almas.terra.com.br/", "",
"Boletins", "http://www.terra.com.br/terradireto/", "",
"Busca", "http://buscador.terra.com.br/", "",
"Cartões", "http://www.terra.com.br/cartoes/", "",
"Central do Assinante", "http://centraldoassinante.terra.com.br/", "",
"Centro de Seguraneccedil;a", "http://seguranca.terra.com.br/", "",
"Chat", "http://chat.terra.com.br/chat/", "",
"Classi
Autos", "http://ad.doubleclick.net/clk;6251423;6328809;k?http://carroonline.terra.com.br/webmotors.htm", "",
"Classi
Empregos", "http://ad.doubleclick.net/clk;9147287;9638283;c?http://www.terra.com.br/empregos", "",
"Classi Imeoacute;veis", "http://imoveis.terra.com.br/", "",
"Discador", "http://www.terra.com.br/discador/", "",
"Disco Virtual", "http://www.terra.com.br/discovirtual/", "",
"E-mail Protegido", "http://centraldoassinante.terra.com.br/emailprotegido/", "",
"Empresas", "http://www.terra.com.br/empresas/", "",
"Fórum", "http://www.terra.com.br/dnews/", "",
"Fotolog", "http://fotolog.terra.com.br/", "",
"Horóscopo", "http://www.terra.com.br/esoterico/index_horoscopo.htm", "",
"Imóveis", "http://imoveis.terra.com.br/", "",

```

"Mapas","http://mapas.terra.com.br/","",
"Ofertas","http://www.terra.com.br/compras/index_tofertas.htm","",
"Páginas Pessoais","http://paginas.terra.com.br/","",
"Planilha Financeira","http://www.terra.com.br/cash/","",
"Tempo","http://www.terra.com.br/tempo/","",
"Terra Banda Larga","http://www.terra.com.br/terraplus/","",
<!-- "Terra Delivery","http://www.terra.com.br/compras/index_delivery.htm",--, -->
"Terra Celular","http://www.terra.com.br/celular/","",
"Terra Mail","http://webmail.terra.com.br/","",
"Terra Messenger","http://messenger.terra.com.br/","",
"Torpedo Sonoro","http://www.terra.com.br/torpedo/","")
// --></script>
<script type="text/javascript" language="JavaScript"><!--
document.writeln('<table width="100%" border="0" cellspacing="0" cellpadding="0"
background="http://img.terra.com.br/capa/cab50px.gif"><tr><td rowspan="2" width="136"
bgcolor="#FF7F00"><div align="center"><a href="http://www.terra.com.br/" target="_top"></a></div></td>');
document.writeln('<td width="15" align="left" valign="middle"></td><td width="424" align="left" valign="middle"><table width="574" border="0"
cellspacing="0" cellpadding="0" height="24"><form name="canales">');
document.writeln('<tr align="left"><td width="111"> <font face="Verdana, Arial, Helvetica, sans-serif"
size="1"><select name="opcion"
onChange="top.location=document.canales.opcion.options[this.form.opcion.selectedIndex].value"
class="combo">');
for (i=0; i<arraycanales.length; i+=3) {
if (arraycanales[i+1] == "") {
document.write('<option value="">');
} else {
document.write('<option value=' + arraycanales[i+1] + '>');
}
}
document.write(arraycanales[i]);
}
document.writeln('</select>');
document.canales.opcion.selectedIndex = 0;
document.writeln('</font></td><td width="10"></td><td width="118"> <font face="Verdana, Arial, Helvetica, sans-serif"
size="1"><select name="comunidades"
onChange="top.location=document.canales.comunidades.options[this.selectedIndex].value" class="combo">');
for (i=0; i<arrayservicios.length; i+=3) {
if (arrayservicios[i+1] == "") {
document.write('<option value="">');
} else {
document.write('<option value=' + arrayservicios[i+1] + '>');
}
}
document.write(arrayservicios[i]);
}
document.writeln('</select>');
document.canales.comunidades.selectedIndex = 0;
document.writeln('</td></form><td width="60"></td>');
document.writeln('<td height="33" valign="middle" width="200" align="right" bgcolor="#FF7F00">');
document.writeln('<table width="275" border="0" cellspacing="0" cellpadding="0"><tr><td
bgcolor="#000">');

```

```

document.writeln('<table width="275" border="0" cellspacing="1" cellpadding="0"><form
action="http://buscador.terra.com.br/default.asp" target="_top" name="form_buscadores"><tr><td
bgcolor="white">');
document.writeln('enbsp;enbsp;<input type="text" name="query" size="20" class=combo> <input
type="Image" src="http://img.terra.com.br/gic_2_19.gif" align="absmiddle" name="Image"> ');
document.writeln('</td></tr></form></table>');
document.writeln('</td></tr></table>');
document.writeln('</td></tr></table><tr><td colspan="3" align="left" class="bg_barra_terra">');
document.writeln('<table width="644" border="0" cellspacing="0" cellpadding="0"><tr><td
rowspan="2" width="16" align="right"></td><td colspan="2" bgcolor="#FFFFFF" height="1"></td>');
document.writeln('</tr><tr><td width="220" bgcolor="#5F5F7F"><font face="Arial, Helvetica, sans-
serif" size="1" color="#FFFFFF">Brasil, ');
meses = new Array("1","2","3","4","5","6","7","8","9","10","11","12");
dias = new Array("domingo","segunda","terça","quarta","quinta","sexta","seaacute;bado");
var curdate=new Date();
var mes=curdate.getMonth();
var dia_num=curdate.getDate();
var dia_sem=curdate.getDay();
var anio=curdate.getYear();
if(anio < 2000) anio = 1900 + anio;
document.writeln( dias[dia_sem]+", "+dia_num+"/"+meses[mes]+"/"+anio);
document.writeln('</font></td><td bgcolor="#5F5F7F" align="right" height="15"
width="444"><table width="444" border="0" cellspacing="0" cellpadding="0" bgcolor="#5F5F7F"><tr>');
document.writeln('<td width="15" height="15"></td><td width="36"><a
href="http://ad.doubleclick.net/clk;7008961;6328809;s?http://centraldoassinante.terra.com.br/index_assine.htm"
target="_top" class="enlace"><font color="#FFFFFF" face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Assine
</font></a></td>');
document.writeln('<td width="15" height="15"></td><td width="36"><a
href="http://www.terra.com.br/publicidade" target="_top" class="enlace"><font color="#FFFFFF"
face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Anuncie </font></a></td>');
document.writeln('<td width="16" height="15"></td><td width="60"><a
href="http://www.terra.com.br/clubeterra" target="_top" class="enlace"><font color="#FFFFFF" face="Arial,
Helvetica, sans-serif" size="1">Clube Terra</font></a></td>');
document.writeln('<td width="15" height="15"></td><td width="100"><a
href="http://www.terra.com.br/centraldoassinante" target="_top" class="enlace"><font color="#FFFFFF"
face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Central do Assinante</font></a></td>');
document.writeln('<td width="15" height="15"></td><td width="60"><a
href="http://www.terra.com.br/avisolegal" target="_top" class="enlace"><font color="#FFFFFF" face="Arial,
Helvetica, sans-serif" size="1">Aviso Legal</font></a></td>');
document.writeln('<td width="15" height="15"></td><td width="62"><a
href="http://www.terra.com.br/privacidade" target="_top" class="enlace"><font color="#FFFFFF"
face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Privacidadeenbsp;</font></a></td>');
document.writeln('</tr></table></td></tr></table></td></tr><tr bgcolor="#FFFFFF"><td colspan="5"
height="1"></td></tr></table>');
// --></script>
<table background="MTV%20Brasil0111_files/cab50px.gif" border="0" cellpadding="0" cellspacing="0"
width="100%">

```

```

<tbody>
  <tr>
    <td rowspan="2" bgcolor="#ff7f00" width="136"><div align="center"><a href="http://www.terra.com.br/"
target="_top"></a></div></td>
    <td align="left" valign="middle" width="15"></td>
    <td align="left" valign="middle" width="424"><table border="0" cellpadding="0" cellspacing="0" height="24"
width="574">
      <form name="canales"> </form>
      <tbody>
        <tr align="left">
          <td width="111"> <font face="Verdana, Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">
            <select name="opcion"
onchange="top.location=document.canales.opcion.options[this.form.opcion.selectedIndex].value" class="combo">
              <option value="">CANAIS enbsp;enbsp;</option>
              <option value="http://aventura.terra.com.br/">Aventura</option>
              <option value="http://carroonline.terra.com.br/">Carro Online</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/celular">Celular</option>
              <option value="http://cidadania.terra.com.br/">Cidadania</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/cinema/">Cinema eamp; DVD</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/compras/">Compras</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/criancas/">Crianças</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/culinaria/">Culinária</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/criancas/disney/">Disney</option>
              <option value="http://diversao.terra.com.br/">Diversão</option>
              <option value="http://noticias.terra.com.br/eleicoes2004/">Eleições 2004</option>
              <option value="http://br.invertia.com/">Economia</option>
              <option value="http://educaterra.terra.com.br/educacao/">Educação</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/esoterico/">Esotérico</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/esportes/">Esportes</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/games/">Games</option>
              <option value="http://exclusivo.terra.com.br/">Gente eamp; TV</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/cidades/">Guia de Cidades</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/humor/">Humor</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/informatica/">Informática</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/jovem/">Jovem</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/moda/">Moda</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/mulher/">Mulher</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/musica/">Música</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/noticias/">Notícias</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/radio/">Rádio</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/revistas/">Revistas</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/sexo/">Sexo</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/thegirl/">The Girl</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/turismo/">Turismo</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/tvterra/">TV Terra</option>
              <option value="http://educaterra.terra.com.br/vestibular">Vestibular</option>
              <option value="http://www.terra.com.br/saude/">Vida e Saúde</option>
            </select>
          </font></td>
          <td width="10"></td>
          <td width="118"> <font face="Verdana, Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">
            <select name="comunidades"
onchange="top.location=document.canales.comunidades.options[this.selectedIndex].value" class="combo">
              <option value="">SERVIÇOS enbsp;enbsp;</option>

```

```

<option value="http://www.terra.com.br/rumbo/">Agência de Viagens</option>
<option value="http://agenda.terra.com.br/">Agenda</option>
<option value="http://www.terra.com.br/fotos/">Álbum de Fotos</option>
<option value="http://almas.terra.com.br/">Almas Gêmeas</option>
<option value="http://www.terra.com.br/terradireto/">Boletins</option>
<option value="http://buscador.terra.com.br/">Busca</option>
<option value="http://www.terra.com.br/cartoes/">Cartões</option>
<option value="http://centraldoassinante.terra.com.br/">Central do Assinante</option>
<option value="http://seguranca.terra.com.br/">Centro de Segurança</option>
<option value="http://chat.terra.com.br/chat/">Chat</option>
<option
value="http://ad.doubleclick.net/clk;6251423;6328809;k?http://carroonline.terra.com.br/webmotors.htm">Classi
Autos</option>
<option
value="http://ad.doubleclick.net/clk;9147287;9638283;c?http://www.terra.com.br/empregos">Classi
Empregos</option>
<option value="http://imoveis.terra.com.br/">Classi Imóveis</option>
<option value="http://www.terra.com.br/discador/">Discador</option>
<option value="http://www.terra.com.br/discovirtual/">Disco Virtual</option>
<option value="http://centraldoassinante.terra.com.br/emailprotegido/">E-mail Protegido</option>
<option value="http://www.terra.com.br/empresas">Empresas</option>
<option value="http://www.terra.com.br/dnews/">Fórum</option>
<option value="http://fotolog.terra.com.br/">Fotolog</option>
<option value="http://www.terra.com.br/esoterico/index_horoscopo.htm">Horóscopo</option>
<option value="http://imoveis.terra.com.br/">Imóveis</option>
<option value="http://mapas.terra.com.br/">Mapas</option>
<option value="http://www.terra.com.br/compras/index_tofertas.htm">Ofertas</option>
<option value="http://paginas.terra.com.br/">Páginas Pessoais</option>
<option value="http://www.terra.com.br/cash/">Planilha Financeira</option>
<option value="http://www.terra.com.br/tempo/">Tempo</option>
<option value="http://www.terra.com.br/terraplus/">Terra Banda Larga</option>
<option value="http://www.terra.com.br/celular">Terra Celular</option>
<option value="http://webmail.terra.com.br/">Terra Mail</option>
<option value="http://messenger.terra.com.br/">Terra Messenger</option>
<option value="http://www.terra.com.br/torpedo/">Torpedo Sonoro</option>
</select>
</font></td>
<td width="60"></td>
<td align="right" bgcolor="#ff7f00" height="33" valign="middle" width="200"> <table border="0"
cellpadding="0" cellspacing="0" width="275">
<tbody>
<tr>
<td bgcolor="#000000"> <table border="0" cellpadding="0" cellspacing="1" width="275">
<form action="http://buscador.terra.com.br/default.asp" target="_top" name="form_buscadores">
</form>
<tbody>
<tr>
<td bgcolor="white"> enbsp;enbsp;
<input name="query" size="20" class="combo" type="text">
<input src="MTV%20Brasil0111_files/gic_2_19.gif" name="Image" align="center"
type="image">
 </td>
</tr>
</tbody>
</table></td>
</tr>
</table></td>
</tr>

```

```

        </tbody>
    </table></td>
</tr>
</tbody>
</table></td>
</tr>
<tr>
    <td colspan="3" class="bg_barra_terra" align="left"> <table border="0" cellpadding="0" cellspacing="0"
width="644">
    <tbody>
    <tr>
        <td rowspan="2" align="right" width="16"></td>
        <td colspan="2" bgcolor="#ffffff" height="1"></td>
    </tr>
    <tr>
        <td bgcolor="#5f5f7f" width="220"><font color="#ffffff" face="Arial, Helvetica, sans-serif"
size="1">Brasil, terça, 1/11/2005 </font></td>
        <td align="right" bgcolor="#5f5f7f" height="15" width="444"><table bgcolor="#5f5f7f" border="0"
cellpadding="0" cellspacing="0" width="444">
        <tbody>
        <tr>
            <td height="15" width="15"></td>
            <td width="36"><a
href="http://ad.doubleclick.net/clk;7008961;6328809;s?http://centraldoassinante.terra.com.br/index_assine.htm"
target="_top" class="enlace"><font color="#ffffff" face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Assine
</font></a></td>
            <td height="15" width="15"></td>
            <td width="36"><a href="http://www.terra.com.br/publicidade" target="_top" class="enlace"><font
color="#ffffff" face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Anuncie </font></a></td>
            <td height="15" width="16"></td>
            <td width="60"><a href="http://www.terra.com.br/clubeterra" target="_top" class="enlace"><font
color="#ffffff" face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Clube Terra</font></a></td>
            <td height="15" width="15"></td>
            <td width="100"><a href="http://www.terra.com.br/centraldoassinante" target="_top"
class="enlace"><font color="#ffffff" face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Central do
Assinante</font></a></td>
            <td height="15" width="15"></td>
            <td width="60"><a href="http://www.terra.com.br/avisolegal" target="_top" class="enlace"><font
color="#ffffff" face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Aviso Legal</font></a></td>
            <td height="15" width="15"></td>
            <td width="62"><a href="http://www.terra.com.br/privacidade" target="_top" class="enlace"><font
color="#ffffff" face="Arial, Helvetica, sans-serif" size="1">Privacidade</font></a></td>
        </tr>
        </tbody>
    </table></td>
    </tr>
</tbody>
</table></td>

```



```

</tr>
<tr bgcolor="#ffffff">
  <td colspan="5" height="1"></td>
</tr>
</tbody>
</table>
<!-- ## fim da barra do terra ## -->
<div id="cap">
  <div id="logo"></div>
  <script language="javascript1.1" src="MTV%20Brasil0111_files/agora.js" type="text/javascript"></script>
  <div id="agora">
    <div id="onnow"><a href="http://grademtv.terra.com.br/index.php">Central</a></div>
    <div id="onlater">A seguir, 15:15 <a href="http://grademtv.terra.com.br/index.php">Especial</a></div>
    <div id="grid"><a href="http://grademtv.terra.com.br/index.php">+ Veja Programação Completa +</a></div>
  </div>
  <div id="banner">
    <script>anuncioMiolo.mostra();</script>
    <script src="MTV%20Brasil0111_files/home.js"></script>
    <!-- Template Id = 2079 Template Name = Brasil | Banner (Flash) -->
    <object classid="clsid:D27CDB6E-AE6D-11cf-96B8-444553540000"
codebase="https://download.macromedia.com/pub/shockwave/cabs/flash/swflash.cab#version=3,0,0,0" height="60"
width="468">
      <param name="movie"
value="http://m.2mdn.net/1049089/251005_ragnarok_mtv_fullbanner_laranja_MTV_v2.swf?clicktag=http%3A//ad.
doubleclick.net/click%253Bh%3Dv5%7C3323%7C3%7C0%7C%252a%7Cb%253B21916888%253B0-
0%253B0%253B10173004%253B1-
468%7C60%253B12860447%7C12878343%7C1%253B%253B%257Esscs%253D%253fhhttp%3A//www.levelupga
mes.com.br">
        <param name="quality" value="autohigh">
        <param name="menu" value="false">
        <param name="bgcolor">
        <param name="wmode" value="opaque">
        <embed src="MTV%20Brasil0111_files/251005_ragnarok_mtv_fullbanner_laranja_MTV_v2.swf"
quality="autohigh" type="application/x-shockwave-flash"
pluginspage="http://www.macromedia.com/shockwave/download/index.cgi?P1_Prod_Version=ShockwaveFlash"
height="60" width="468">
      </object>
    </div>
  </div>
  <div id="menuflash">
    <object classid="clsid:D27CDB6E-AE6D-11cf-96B8-444553540000"
codebase="http://download.macromedia.com/pub/shockwave/cabs/flash/swflash.cab#version=6,0,29,0" height="36"
width="740">
      <param name="movie" value="menu30.swf">
      <param name="quality" value="high">
      <param name="wmode" value="opaque">
      <embed src="MTV%20Brasil0111_files/menu30.swf" quality="high"
pluginspage="http://www.macromedia.com/go/getflashplayer" type="application/x-shockwave-flash" height="36"
width="740">
    </object>
  </div>
  <div id="miolo">
    <div id="miolo-header"></div>
    <div id="miolo-content">
      <div id="miolo-container">
        <!-- start col 1 -->

```

```

<div id="firstpanel">
  <div id="frontpage">
    <object classid="clsid:D27CDB6E-AE6D-11cf-96B8-444553540000"
codebase="http://download.macromedia.com/pub/shockwave/cabs/flash/swflash.cab#version=6,0,29,0"
height="200" width="350">
      <param name="movie" value="flash_home.swf">
      <param name="quality" value="high">
      <param name="wmode" value="opaque">
      <embed src="MTV%20Brasil0111_files/flash_home.swf" quality="high"
pluginspage="http://www.macromedia.com/go/getflashplayer" type="application/x-shockwave-flash" height="200"
width="350">
    </object>
  </div>
  <div id="blogs">
    <div class="headlines"></div>
    <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(205, 202, 196);" id="blogs-content" onmouseover="hilite
(this, '#F0EEEC)" onmouseout="hilite (this, '#CDCAC4)"
onclick="location='http://www4.mtv.terra.com.br/blogosfera/?b=blog_do_site'">
      <div id="blogs-img"></div>
      <div id="blogs-text">
        <p><strong>Os vídeos do Tim Festival</strong></p>
        <p><br>
          Tudo bem, demorou uma semana, mas eles são mais de dez, bacanas e exclusivos. Quem? O quê? Os
destemidos <b>vídeos do Tim Festival</b>!!!</p>
      </div>
      <div class="scafloat"></div>
    </div>
    <div id="blogs-links">
      <ul>
        <li><a href="http://www4.mtv.terra.com.br/blogosfera/?b=blog_do_rock_estrada">Rock Estrada</a></li>
        <li><a href="http://www4.mtv.terra.com.br/blogosfera/index.php?b=blog_do_rafa">Blog do Rafa</a></li>
        <li><a href="http://www4.mtv.terra.com.br/blogosfera/?b=blog_do_site">Blog do Site</a></li>
      </ul>
    </div>
    <div id="sonosite">
      <div class="headlines"></div>
      <div id="sonosite-content">
        <div id="sonosite-left">
          <div id="sonosite-colunas">
            <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(205, 202, 196);" id="colunas-content"
onmouseover="hilite (this, '#F0EEEC)" onmouseout="hilite (this, '#CDCAC4)"
onclick="location='http://www2.mtv.terra.com.br/clube/colunas_n/colunas.gen2.php?txtid=786ex=mtvcolunaContro
leRemoto'">
              <div class="subheadline">Colunas</div>
              
              <div id="colunas-text">
                <p><strong>Controle Remoto</strong></p>
                <p><br>
                  Perto do fim da seca</p>
              </div>
            </div>
          </div>
        </div>
      </div>
    </div>
  </div>

```

```

        <ul>
        <li><a
href="http://www2.mtv.terra.com.br/clube/colunas_n/colunas.gen2.php?txtid=785eamp;x=mtvcolunas"><em>De
Olho no Clipe</em>: Garota de Ipanema - 15 Anos de MTV Brasil</a></li>
        <li><a
href="http://www2.mtv.terra.com.br/clube/colunas_n/colunas.gen2.php?txtid=784eamp;x=mtvcolunaControleRemot
o"><em>Controle Remoto</em>: Realidade, ficção ou outra?</a></li>
        <li><a
href="http://www2.mtv.terra.com.br/clube/colunas_n/colunas.gen2.php?txtid=783eamp;x=mtvcolunaTRASH%21">
<em>TRASH!</em>: Depois do referendo... </a></li>
        </ul>
    </div>
</div>
<div class="hiliteOffUnder" id="sonosite-qqcoisa" onmouseover="this.className='hiliteOnUnder'"
onmouseout="this.className='hiliteOffUnder'" onclick="location='http://mtv.terra.com.br/vjs'">
    <div class="subheadline">VJs da MTV</div>
    <div id="qqcoisa-text">Saiba mais sobre os <em>VJs</em> da MTV Brasil · Deixe seus
comentários.</div>
</div>
<div style="cursor: pointer; background-color: rgb(205, 202, 196);" id="sonosite-galerias"
onmouseover="hilite (this, '#F0EEEC)" onmouseout="hilite (this, '#CDCAC4)"
onclick="location='javascript:MTV_openFlashGalerias(955)'">
    <div class="subheadline">Galeria de Fotos</div>
    
    <p><strong>Tim Festival: Show extra</strong></p>
</div>
<div id="sonosite-outrasgalerias">
    <ul>
    <li><a href="javascript:MTV_openFlashGalerias(953)">Tim Festival: terceiro dia</a></li>
    <li><a href="javascript:MTV_openFlashGalerias(951)">Tim Festival: primeiro dia</a></li>
    <li><a href="javascript:MTV_openFlashGalerias(931)">VMB 2005: Covers</a></li>
    </ul>
</div>
</div>
<div id="sonosite-right">
    <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(240, 238, 236);" id="chat" onmouseover="hilite (this,
'#F0EEEC)" onclick="location='http://mtv.terra.com.br/chat/'">
    <div id="chat-logo"></div>
    <div id="chat-patro"></div>
    <div id="chat-text"> <br>
    <p>· <em>Capital Inicial, 01.11, às 19h00</em><br>
    <br>
    <p>· Chat Control Freak, 2ª a 5ª, às 20h00</p>
    <br>
    </div>
</div>
<div id="imtv">
    <div class="hiliteOffUnder" id="imtv-text" onmouseover="this.className='hiliteOnUnder'"
onmouseout="this.className='hiliteOffUnder'" onclick="location='http://webmail.imtv.terra.com.br/'"> 2 contas de
email com 30 Mb cada, suporte 24h e seu nome@imtv.com.br</div>
    <form action="http://webmail.imtv.terra.com.br/cgi-bin/emslogin.cgi" method="post" name="webmail"
onsubmit="return(BValidar());">
    <input name="_wc" value="@1@" type="hidden">
    <strong> Login</strong><br>

```

```

<input name="LOGIN" class="text" id="LOGIN" type="text">
@imtv.com.br <strong> Senha</strong><br>
<input name="PASSWD" class="text" id="PASSWD" type="password">
<input name="Act_Login" class="btn" value="conectar " type="submit">
</form>
<div id="imtv-outros">
<ul>
<li class="dummy"><a href="">Promoções</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/imtv/promocao.shtml">Vencedor Promoção Oasis</a></li>
<li><a href="http://central.imtv.terra.com.br/discador/">Baixe o discador!</a></li>
</ul>
</div>
</div>
<div id="promocoes">
<div class="subheadline">Promoções</div>
<div id="promocoes-text" onmouseover="this.className='hiliteOnUnderNoColor'"
onmouseout="this.className='hiliteOffUnderNoColor'" onclick="location='http://mtv.terra.com.br/promocoes/'">
<p>Concurso cultural <br>
<br>
<em>· Ricky Martin</em></p>
<br>
<p><em>· Rei Bamboocha - Fanta</em></p>
</div>
<ul>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/promocoes/">mais promoções</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/vencedores/">lista de vencedores</a></li>
</ul>
</div>
</div>
<div class="scapefloat"></div>
</div>
</div>
</div>
<!-- start col 2 -->
<div id="secondpanel">
<div id="drops">
<div class="headlines"></div>
<div id="drops-content" onmouseover="hilite (this, '#F0EEEC')" onmouseout="hilite (this, '#CDCAC4')"
onclick="location='http://www2.mtv.com.br/drops/drops.php?id=9818'"> 
<div id="drops-text">
<p><br>
Carro de Harry Potter é roubado </p>
</div>
</div>
</div>
<div id="outrosdrops">
<div id="outrosdrops-content">
<ul>
<li><a href="http://www2.mtv.com.br/drops/drops.php?id=9816"><em>Carro funerário de Lennon
arrematado em leilão</em></a></li>
<li><a href="http://www2.mtv.com.br/drops/drops.php?id=9817">Cruise e Kanye: fascinantes</a></li>
<li><a href="http://www2.mtv.com.br/drops/drops.php?id=9815">Lil' Kim aproveita detenção para
compor</a></li>
</ul>

```

```

    </div>
  </div>
  <div id="musica">
    <div class="headlines"></div>
    <div id="musica-content">
      <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(205, 202, 196);" id="musica-headline"
onmouseover="hilite (this, '#F0EEEC)" onmouseout="hilite (this, '#CDCAC4)"
onclick="location='http://www2.mtv.com.br/mediacenter/m.php?id=5203'">
      <div class="subheadline">MTV Ao Vivo Barão Vermelho</div>
      
      <p><br>
      Oça <em>Codinome Beija-Flor</em>, com participação de <em>Cazuza</em></p>
    </div>
  </div>
  <div class="hiliteOffUnderNoColor" id="bandanova"
onmouseover="this.className='hiliteOnUnderNoColor'" onmouseout="this.className='hiliteOffUnderNoColor'"
onclick="location='http://mtv.terra.com.br/banda_antes'">
    <div id="bandanova-logo"></div>
    <div id="bandanova-label">Bandas de Setembro:</div>
    <ul>
      <li>Faichecleres, Suzana Flag e outras</li>
      <li></li>
      <li><br>
      <em>Coluna do Clemente</em></li>
      <li></li>
    </ul>
  </div>
  <div id="audiovideo">
    <div id="audiovideo-content">
      <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(205, 202, 196);" id="audiovideo-text"
onmouseover="hilite (this, '#F0EEEC)" onmouseout="hilite (this, '#CDCAC4)"
onclick="location='http://www2.mtv.terra.com.br/exclusivos/exclusivo.php?id=29'">
      <div class="subheadline">Áudio e Vídeo</div>
      
      <p>Assista ao novo clipe do <b>Korn</b> </p>
    </div>
  </div>
  <div id="audiovideo-outros">
    <ul>
      <li><a href="http://www2.mtv.com.br/mediacenter/m.php?id=5120"><em>Aborto Elétrico</em>: Love
Song One</a></li>
      <li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/exclusivos/exclusivo.php?id=23">As músicas do<em>
Massacration</em></a></li>
    </ul>
  </div>
  </div>
  <div id="estreias" onmouseover="this.className='hiliteOnUnder'"
onmouseout="this.className='hiliteOffUnder'"
onclick="location='http://mtv.terra.com.br/prog/estreias/index.shtml'">
    <div class="headlines"></div>
    <div id="estreias-threesome">    </div>
  <div id="estreias-content">
    <ul>
      <li><em>Daniela Mercury</em><br>
      </li>
      <li><em>Thalia</em><br>
      </li>
      <li><em>B Negão</em><br>
      <br>
      + estreias</li>
    </ul>
  </div>
</div>
</div>
<!-- start col 3 -->
<div id="thirdpanel">
  <div id="programacao">
    <div class="headlines"></div>
    <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(205, 202, 196);" id="programacao-content"
onclick="location = 'http://www.mtv.com.br/covernation'">
      <div id="programacao-logo" onmouseover="hiliteThis ('programacao-content', '#F0EEEC')"
onmouseout="hiliteThis ('programacao-content', '#CDCAC4')"></div>
      <div id="programacao-text" onmouseover="hiliteThis ('programacao-content', '#F0EEEC')"
onmouseout="hiliteThis ('programacao-content', '#CDCAC4')"><em><br>
      Covernation · terça, 22h00</em></div>
      <div id="programacao-outros">
        <ul>
          <li><a href="http://mtv.terra.com.br/missao">Missão MTV · 19h30</a></li>
          <li><a href="http://www.mtv.com.br/pulsomtv">Pulso MTV · 21h20</a></li>
          <li><a href="http://grademtv.terra.com.br/index.php?i=1">The Assistant · 23h30</a></li>
          <li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/programas/index.php?ref=plateias">Platéia MTV · Assista aos
programas</a></li>
        </ul>
      </div>
    </div>
  </div>
  <div id="revista">
    <div class="headlines"></div>
    <div id="revista-content">
      <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(205, 202, 196);" id="revista-text" onmouseover="hilite
(this, '#F0EEEC)" onmouseout="hilite (this, '#CDCAC4')"
onclick="location='http://mtv.terra.com.br/revista/'">
      <p><strong>Edição # 53</strong><br>
      <br>
      <b> A FAVOR DO ABORTO</b> : Aborto Elétrico, está de volta com o Capital Inicial</p>
    </div>
  </div>
  <div id="revista-outros">
    <ul>
      <li><a href="http://assineabril.com/index.html?destino=telamtveamp;origem=sr/mtv/home">Assine
já!</a></li>
      <li><a href="http://mtv.terra.com.br/socialclube/">MTV Social Clube</a></li>

```

```

    </ul>
  </div>
</div>
<div id="especiais">
  <div class="headlines"></div>
  <div id="especiais-content">
    <div style="cursor: pointer; background-color: rgb(207, 221, 209);" id="especiais-text" onmouseover="hilite
(this, '#F0EEEC)" onmouseout="hilite (this, '#CFDDD1'"
onclick="location='http://www.mtv.com.br/beijasapo'">
    <p><strong>Beija Sapó Gay</strong></p>
    <p><br>
      Beija Sapó Gay · 02.11, 22h</p>
  </div>
</div>
<div id="especiais-outros">
  <ul>
    <li><a href="http://www2.mtv.com.br/mediacenter/m.php?id=5120">MTV Especial Aborto Elétrico ·
06.11, 19h</a></li>
    <li><a href="http://www2.mtv.com.br/mediacenter/m.php?id=5203">MTV Ao Vivo Barão Vermelho ·
13.11, 19h</a></li>
    <li><a href="http://mtv.terra.com.br/vmb2005/hotsite/"><em>VMB 2005 · Coqueluche Musical
Televisionada</em></a></li>
  </ul>
</div>
</div>
<div id="cardapio">
  <div class="headlines"></div>
  <div id="cardapio-content">
    <form action="http://www2.mtv.com.br/buscaclipe/buscaclipe2.php">
      <input name="form_drops_search" value="1" type="hidden">
      <p>Artista
        <input name="form_search" value="artist" checked="checked" type="radio">
        Música
        <input name="form_search" value="song" type="radio">
      </p>
      <p>Digite o nome do artista ou música:</p>
      <p>
        <input name="form_value" size="8" class="text" type="text">
        <input name="submit" class="btn" value="buscar" type="submit">
      </p>
    </form>
  </div>
</div>
</div>
<!-- start row 2 -->
<div class="scapecfloat">enbsp;</div>
<div id="rodape">
  <div id="rodape-content">
    <div class="rodape-item">
      <div style="cursor: pointer; text-decoration: none;" class="rodape-item-content" onmouseover="hiliteRodape
(this)" onmouseout="unhiliteRodape (this)" onclick="location=http://www2.mtv.terra.com.br/fa-clubes/"> 
      <p>Busque fã clubes. Cadastre o seu.</p>

```

```

</div>
<div class="rodape-outros">
  <ul>
    <li><a href="http://mtv.terra.com.br/dizemporai/">Dizem por aí: sexo, rebeldia e fama</a></li>
    <li><a href="http://mtv.terra.com.br/clube/cdteca/">CDteca: discos de cabeceira</a></li>
  </ul>
</div>
</div>
<div class="rodape-item">
  <div class="rodape-item-content" onmouseover="hiliteRodape (this)" onmouseout="unhiliteRodape (this)"
onclick="location='http://mtv.terra.com.br/ferramentas/'"> 
  <p>Clipes no seu browser. Baixa e instala bem rápido.</p>
</div>
<div class="rodape-outros">
  <ul>
    <li><a href="http://mtv.terra.com.br/gracadorock/">Graça do Rock: os nomes das bandas</a></li>
    <li><a href="http://mtv.terra.com.br/apresenta/">mtv.com.br apresenta: Cazuza e Tom Zé</a></li>
  </ul>
</div>
</div>
<div class="rodape-item" style="border: 0pt none ;">
  <div style="cursor: pointer; text-decoration: none;" class="rodape-item-content" onmouseover="hiliteRodape
(this)" onmouseout="unhiliteRodape (this)" onclick="location='http://mtv.terra.com.br/loja/'"> 
  <p>Todos os produtos da MTV em um clique.</p>
</div>
<div class="rodape-outros">
  <ul>
    <li><a href="http://mtv.terra.com.br/motoclipe/">Motoclipe: está esperando o quê?</a></li>
    <li><a href="http://www.mtv.pmovil.com.br/">Tons MTV: os mais baixados</a></li>
  </ul>
</div>
</div>
<div class="scapefloat">enbsp;</div>
</div>
</div>
<div class="scapefloat">enbsp;</div>
<script language="javascript1.2" type="text/javascript">
  <![CDATA[
    if (document.getElementById('miolo-pequeno')) {
      document.write ('</div>');
    }
  </script>
</div>
<div id="footer-nav">
  <div id="footer-content">
    <div class="footer-holder">
      <div class="footer-menu"><strong>Programação</strong>
      <ul>
        <li><a href="http://grademtv.terra.com.br/index.php" title="Horários">Horários</a></li>
        <li><a href="http://mtv.terra.com.br/prog/estreias/index.shtml" title="Estréias de Clipes">Estréias de Clipes</a></li>
        <li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/programas/index.php?ref=mtv_Amp" title="Amp">Amp</a></li>

```


Balela MTV
 Banda Antes

 <div id="more-programacao">+mais</div>
 <div class="hidden" id="estendido-programacao">

 Beija Sapo
 Central
 Cine MTV
 Control Freak
 Covernation
 Disk MTV
 Especiais MTV
 Família MTV
 Famous Face
 Fanático
 Fudêncio
 Gordo a Go-Go
 Gordo Freak Show
 Hermes e Renato
 Jornal da MTV
 Made
 Mega Liga de VJs Paladinos
 Missão MTV
 Mochilão Rock Estrada
 Pimp My Ride
 Ponto Pê
 Presepada
 Pulso MTV
 Punk'D
 Quebra Cazé
 Rockgol 2005
 Rockgol de Domingo
 Semana Rock
 Sobe Som
 Top Top
 Total Massacration


```

        <li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/programas/index.php?ref=mtv_Trippin"
title="Trippin">Trippin</a></li>
        <li><a href="http://mtv.terra.com.br/videoclash/" title="Videoclash">Videoclash</a></li>
        <li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/programas/index.php?ref=mtv_VJSemACAO" title="VJs em
Ação">VJs em Ação</a></li>
        <li><a href="http://mtv.terra.com.br/vjs/" title="VJs">VJs</a></li>
        <li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/programas/index.php?ref=mtv_wannacomein" title="Wanna
Come In">Wanna Come In</a></li>
        <li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/programas/index.php?ref=mtv_Yo%21"
title="Yo!">Yo!</a></li>
    </ul>
</div>
</div>
</div>
<div class="footer-holder">
<div class="footer-menu"><strong>Música</strong>
<ul>
<li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/fa-clubes/" title="Fã-Clubes">Fã-Clubes</a></li>
<li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/exclusivos/" title="Exclusivos">Exclusivos</a></li>
<li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/audiovideo/" title="Áudio e Vídeo">Áudio e Vídeo</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/banda_antes" title="Banda Antes">Banda Antes</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/gracadorock" title="A Graça do Rock">A Graça do Rock</a></li>
</ul>
<div id="more-musica"><a href="javascript:toggleThis('estendido-musica')">+mais</a></div>
<div class="hidden" id="estendido-musica">
<ul>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/clube/cdteca" title="Cdteca">Cdteca</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/dizemporai" title="Dizem por Aí...">Dizem por Aí...</a></li>
</ul>
</div>
</div>
</div>
<div class="footer-holder">
<div class="footer-menu"><strong>Especiais TV</strong>
<ul>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/vmb2005/hotsite/" title="VMB 2005 Hotsite">VMB 2005
Hotsite</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/acusticos" title="Acústico MTV">Acústico MTV</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/15anos/" title="MTV 15 Anos">MTV 15 Anos</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/mtvapresenta/" title="MTV Apresenta">MTV Apresenta</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/aovivo/" title="MTV Ao Vivo">MTV Ao Vivo</a></li>
</ul>
<div id="more-especiais_tv"><a href="javascript:toggleThis('estendido-especiais_tv')">+mais</a></div>
<div class="hidden" id="estendido-especiais_tv">
<ul>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/mtvnocirco" title="MTV no Circo">MTV no Circo</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/arquivos/" title="Arquivos">Arquivos</a></li>
<li><a href="http://www.mtv.com.br/especiais/pacto/" title="Pacto MTV">Pacto MTV</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/motoclipe" title="Motoclipe">Motoclipe</a></li>
</ul>
</div>
</div>
</div>
<div class="footer-holder">
<div class="footer-menu"><strong>Só No Site</strong>
<ul>

```

```

</li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/drops/" title="Drops">Drops</a></li>
</li><a href="http://mtv.terra.com.br/ferramentas/" title="Ferramentas">Ferramentas</a></li>
</li><a href="http://webmail.imtv.terra.com.br/" title="iMTV">iMTV</a></li>
</li><a href="http://www.mtv.com.br/loja" title="Loja MTV">Loja MTV</a></li>
</li><a href="http://www.mtv.pmovil.com.br/" title="Tons MTV">Tons MTV</a></li>
</ul>
<div id="more-so_no_site"><a href="javascript:toggleThis('estendido-so_no_site')">+mais</a></div>
<div class="hidden" id="estendido-so_no_site">
<ul>
<li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/minhamtv/" title="Minha MTV">Minha MTV</a></li>
<li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/apresenta/index.php" title="mtv.com.br
Apresenta">mtv.com.br Apresenta</a></li>
<li><a href="http://www.mtv.com.br/vjs" title="VJs">VJs</a></li>
<li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/buscaclipe/" title="Busca Clipe">Busca Clipe</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/chat/" title="Chat">Chat</a></li>
<li><a href="http://www2.mtv.terra.com.br/clube/colunas_n" title="Colunas">Colunas</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/wallpapers/" title="Presentes">Presentes</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/promocoes" title="Promoções">Promoções</a></li>
<li><a href="http://mtv.terra.com.br/vencedores" title="Vencedores">Vencedores</a></li>
</ul>
</div>
</div>
</div>
</div>
</div>
<!-- / footer nav -->
<div class="scapecfloat">enbsp;</div>
</div>
</div>
<div id="miolo-footer">enbsp;</div>
</div>
<div class="cprights">Copyright© 1990 - 2005 Abril Radiodifusão Ltda. Todos os direitos reservados. All rights
reserved. <a href="http://mtv.terra.com.br/falecom">Fale com a MTV</a> · <a
href="http://www.mtv.com.br/mtvpelomundo/index.shtml">MTV no Mundo</a></div>
<div style="display: block; left: -202px; top: 450px;" id="barra-retratil">
<div id="barra-layout">
<div id="barra-content">
<script language="javascript1.1" type="text/javascript" src="MTV%20Brasil0111_files/site30-retratil-
banners.js"></script>
<p><a href="http://www2.mtv.com.br/redir.php?l=fanta_home" target="_blank"></a></p>
<p>
<object classid="clsid:D27CDB6E-AE6D-11cf-96B8-44455300"
codebase="http://download.macromedia.com/pub/shockwave/cabs/flash/swflash.#version=5,0,30,0" height="60"
width="150">
<param name="movie" value="http://mtv.terra.com.br/img/bt_motoclipse.swf">
<param name="quality" value="best">
<param name="play" value="true">
<embed
pluginspage="http://www.macromedia.com/shockwave/download/index.cgi?P1_Prod_Version=ShockwaveFlash"
src="MTV%20Brasil0111_files/bt_motoclipse.swf" type="application/x-shockwave-flash" quality="best" play="true"
height="60" width="150">
</object>
</p>
<p><a href="http://www2.mtv.com.br/redir.php?l=bausch_home" target="_blank"></a></p>

```

```

<p>
<script language="JavaScript1.1" src="MTV%20Brasil0111_files/homeBottomBottom.js"></script>
<script language="JavaScript">
  var OAS_camp = "http://ads.realmedia.com.br/RealMedia/ads/Creatives/fnazca/050922_skol_mtv_botao";
  var OAS_banner_flash = "skol_praia_bt.swf";
  var OAS_banner_gif = "skol_praia_bt.gif";
  var OAS_width="150";
  var OAS_height="60"; <!--
  var plugin = (navigator.mimeTypes ee navigator.mimeTypes["application/x-shockwave-flash"]) ?
navigator.mimeTypes["application/x-shockwave-flash"].enabledPlugin : 0;
  if ( plugin ) {
    plugin = parseInt(plugin.description.substring(plugin.description.indexOf(".")-1)) >= 5;
  }
  else if (navigator.userAgent ee navigator.userAgent.indexOf("MSIE")>=0 ee
(navigator.userAgent.indexOf("Windows 95")>=0 || navigator.userAgent.indexOf("Windows 98")>=0 ||
navigator.userAgent.indexOf("Windows NT")>=0) ) {
    document.write('<SCR' + 'IPT LANGUAGE=VBScript\> \n');
    document.write('on error resume next \n');
    document.write('plugin = ( IsObject(CreateObject("ShockwaveFlash.ShockwaveFlash.5")))\n');
    document.write('if ( plugin <= 0 ) then plugin = (
IsObject(CreateObject("ShockwaveFlash.ShockwaveFlash.6")))\n');
    document.write('<VSCR' + 'IPT\> \n');
  }
  if ( plugin ) {
    document.write('<OBJECT classid="clsid:D27CDB6E-AE6D-11cf-96B8-444553540000"');
    document.write('
codebase="http://download.macromedia.com/pub/shockwave/cabs/flash/swflash.cab#version=5,0,0,0" ');
    document.write(' ID=flashad WIDTH=' + OAS_width + ' HEIGHT=' + OAS_height + '>');
    document.write(' <PARAM NAME=movie VALUE="' + OAS_camp + '/' + OAS_banner_flash +
'?oas=http://ads.realmedia.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/skolmtv/home/321565108/Bottom/fnazca/050922_sko
l_mtv_botao/skol_mtv_home_bota_050922.html/63386162666139613433363738396230"> <PARAM
NAME=quality VALUE=high> ');
    document.write(' <EMBED src="' + OAS_camp + '/' + OAS_banner_flash +
'?oas=http://ads.realmedia.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/skolmtv/home/321565108/Bottom/fnazca/050922_sko
l_mtv_botao/skol_mtv_home_bota_050922.html/63386162666139613433363738396230" quality=high ');
    document.write(' NAME=flashad swLiveConnect=TRUE WIDTH=' + OAS_width + ' HEIGHT=' +
OAS_height + ' ');
    document.write(' TYPE="application/x-shockwave-flash"
PLUGINSPAGE="http://www.macromedia.com/shockwave/download/index.cgi?P1_Prod_Version=ShockwaveFlas
h">');
    document.write(' </EMBED>');
    document.write(' </OBJECT>');
  } else if (!(navigator.appName ee navigator.appName.indexOf("Netscape")>=0 ee
navigator.appVersion.indexOf("2.")>=0)){
    document.write('<A TARGET="_blank"
HREF="http://ads.realmedia.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/skolmtv/home/321565108/Bottom/fnazca/050922_s
kol_mtv_botao/skol_mtv_home_bota_050922.html/63386162666139613433363738396230"><IMG SRC="' +
OAS_camp + '/' + OAS_banner_gif + "' WIDTH=' + OAS_width + ' HEIGHT=' + OAS_height + '
BORDER=0></A>');
  }
  //-->
</script>
<object classid="clsid:D27CDB6E-AE6D-11cf-96B8-444553540000"
codebase="http://download.macromedia.com/pub/shockwave/cabs/flash/swflash.cab#version=5,0,0,0" id="flashad"
height="60" width="150">

```

```
<param name="movie"
value="http://ads.realmedia.com.br/RealMedia/ads/Creatives/fnazca/050922_skol_mtv_botao/skol_praia_bt.swf?oas
=http://ads.realmedia.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/skolmtv/home/321565108/Bottom/fnazca/050922_skol_mt
v_botao/skol_mtv_home_bota_050922.html/63386162666139613433363738396230">
  <param name="quality" value="high">
    <embed src="MTV%20Brasil0111_files/skol_praia_bt.swf" quality="high" name="flashad"
swliveconnect="TRUE" type="application/x-shockwave-flash"
pluginspage="http://www.macromedia.com/shockwave/download/index.cgi?P1_Prod_Version=ShockwaveFlash"
height="60" width="150">
      </object>
    </p>
  </div>
  <div id="barra-btn" onclick="dock ();"></div>
</div>
<script language="JavaScript" type="text/javascript">
  var uv_c='MTV';
  </script>
<script language="JavaScript" src="MTV%20Brasil0111_files/uv.txt" type="text/javascript"></script>

<noscript>

</noscript>
</body>
</html>
```